



QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MINAS GERAIS

CONFLITOS SOCIAIS E ALTERNATIVAS POPULARES

Bruno Bruziguessi
Cristina Simões Bezerra
Michelle Neves Capuchinho
Nilo Marques de Jesus
Verônica Medeiros Alagoano
(Organizadores)

QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MINAS GERAIS

CONFLITOS SOCIAIS E ALTERNATIVAS POPULARES

Bruno Bruziguessi
Cristina Simões Bezerra
Michelle Neves Capuchinho
Nilo Marques de Jesus
Verônica Medeiros Alagoano
(Organizadores)



Juiz de Fora

2021

© Editora UFJF, 2021

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora. O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es), são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

REITOR

MARCUS VINICIUS DAVID

VICE-REITORA

GIRLENE ALVES DA SILVA



DIRETOR DA EDITORA UFJF
RICARDO BEZERRA CAVALCANTE

CONSELHO EDITORIAL

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE (PRESIDENTE)
ANDRÉ NETTO BASTOS
CHARLENE MARTINS MIOTTI
CLAUDIA HELENA CERQUEIRA MARMORA
CRISTINA DIAS DA SILVA
ILUSKA MARIA DA SILVA COUTINHO
JAIR ADRIANO KOPKE DE AGUIAR
MARCO AURELIO KISTEMANN JUNIOR
RAPHAEL FORTES MARCOMINI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

SERVIÇO SOCIAL

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

MALORGIO STUDIO DESIGN & COMMUNICATION

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF

Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais : conflitos sociais e alternativas populares / Bruno Bruziguessi ... [et al.] (organizadores) . – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.
Dados eletrônicos (1 arquivo: 3,1 mb)

ISBN 978-65-89512-38-7

1. Questão agrária – Minas Gerais. 2. Políticas públicas – Minas Gerais. I. Bezerra, Cristina Simões. II. Capuchinho, Michelle Neves. III. Jesus, Nilo Marques de. IV. Alagoano, Verônica Medeiros. V. Título.

CDU 333.013.6(815.1)

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto n. 6.583 de 29 de setembro de 2008.



EDITORA UFJF

RUA BENJAMIN CONSTANT, 790
CENTRO - JUIZ DE FORA - MG - CEP 36015-400
FONE/FAX: (32) 3229-7646 / (32) 3229-7645
editora@uff.edu.br / distribuicao.editora@uff.edu.br
www.uff.br/editora

Filiada à ABEU



SUMÁRIO

PREFÁCIO _____ **9**

João Pedro Stédile

APRESENTAÇÃO _____ **12**

PARTE I

CAPÍTULO 1

ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA E A RESISTÊNCIA DOS POVOS _____ **20**

Kelli Cristine de Oliveira Mafort

CAPÍTULO 2

QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO BRASILEIRO: UMA FALSA DICOTOMIA _____ **34**

José Amilton de Almeida

Cristina Simões Bezerra

CAPÍTULO 3

DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CAMPO EM MINAS GERAIS: AS LUTAS PELA TERRA, SUAS DIFERENTES MANIFESTAÇÕES E A REFORMA AGRÁRIA COMO POLÍTICA SOCIAL _____ **49**

Gabriela Abrahão Masson

PARTE 2

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUL DE MINAS: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS ASSENTADOS E ACAMPADOS DE CAMPO DO MEIO ORGANIZADOS PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) _____ **67**

Carolina da Silva Basilio

Clara Leite Sefair de Barros

Marcela Fritz de Oliveira

Tatiane Souza Valadão

Verônica Medeiros Alagoano

SUMÁRIO

CAPÍTULO 2

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUL DE MINAS GERAIS
E A LUTA E RESISTÊNCIA DO COMPLEXO QUILOMBO CAMPO GRANDE _____ 82

Frederico Daia Firmiano

Michelle Neves Capuchinho

Nathália Lopes Caldeira Brant

CAPÍTULO 3

TERRITÓRIOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS:
EXPRESSÕES DA AUTORREPRODUÇÃO DO CAPITAL _____ 98

Nicole Alves Espada Pontes

Juliana Ap. Cobuci Pereira

CAPÍTULO 4

RIO DOCE, PARAPEBA E MST:
DO RECONHECIMENTO À LUTA POR JUSTIÇA E REPARAÇÃO _____ 113

Agatha de Souza Azevedo

Verônica Medeiros Alagoano

CAPÍTULO 5

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA REGIÃO E A PROPOSTA DE LUTA
DO MST PELA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL FRENTE
AO CRIME DA SAMARCO/ VALE /BPH EM MARIANA/ MG _____ 127

Kallen Katia da Cruz Oliveira

Juliana Boechat de Souza Paula

Geane Luiza Viana de Melo

Nilo Marques de Jesus

Cristina Simões Bezerra

CAPÍTULO 6

QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS:
UMA ANÁLISE DOS ASSENTAMENTOS
OLGA BENÁRIO E DÊNIS GONÇALVES DO MST _____ 140

Bruno Bruziguessi

Cristina Simões Bezerra

Nilo Marques de Jesus

SUMÁRIO

CAPÍTULO 7

CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA
E A CONSTITUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS DO MST _____ 152

Geanini Hackbardt

Ludmila Bandeira Pedro de Farias

Michelle Neves Capuchinho

CAPÍTULO 8

QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NEGRA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO DÊNIS GONÇALVES _____ 164

Bruno Bruziguessi

Débora Lopes Santos

Lara Rodrigues Caputo

PARTE III

CAPÍTULO 1

PARCERIA POR UMA CAUSA: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO
ENTRE AS UNIVERSIDADES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL _____ 181

Cristina Simões Bezerra

Enio Bohnenberger

Michelle Neves Capuchinho

Monica Aparecida Grossi

CAPÍTULO 2

AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DO MST EM MINAS GERAIS
DURANTE A PANDEMIA DE 2020 E A RELAÇÃO CAMPO CIDADE
DIANTE DO AGRAVAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL _____ 203

Geanini Hackbardt

Kallen Katia da Cruz Oliveira

Michelle Neves Capuchinho

Rafael Litvin Villas Bôas

CAPÍTULO 3

A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO DIREITO:
NOTAS SOBRE PRÁXIS DO MST E AS ALTERNATIVAS POPULARES _____ 218

Elisangela das Dores Carvalho

Matilde Oliveira de Araújo Lima

Sônia Maria Roseno

SUMÁRIO

CAPÍTULO 4

FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR:

UMA CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA PARA AS MULHERES DO CAMPO
NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST EM MG _____ 230

Ludmila Bandeira Pedro de Farias

Maysa Mathias Alves Pereira

Mahara Jneesh Menezes Silva

Michelle Neves Capuchinho

CAPÍTULO 5

COMUNICAÇÃO E CULTURA:

A CONTRA-HEGEMONIA COMO PRÁXIS SEM TERRA EM MINAS GERAIS _____ 246

Agatha de Souza Azevedo

Ana Iris Nogueira Pacheco

Gladys Cristina de Oliveira

CAPÍTULO 6

MATRIZ AGROECOLÓGICA PARA O CAMPO E A CIDADE – A EXPERIÊNCIA

DO MST NO ESTADO DE MINAS GERAIS _____ 260

João Vítor de Oliveira

Ludmila Bandeira Pedro de Farias

Maysa Mathias Alves Pereira

Nilo Marques de Jesus

CAPÍTULO 7

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

NO TRIÂNGULO MINEIRO E A EXPERIÊNCIA

DA FEIRA DA AGRICULTURA CAMPONESA _____ 276

Gabriela Abrahão Masson

Stéphanne Ribeiro Pinheiro

Thaynara Morais de Oliveira

SOBRE O(A)S AUTORE(A)S _____ 290



Fonte da imagem: Arquivo histórico do MST-MG.

A bandeira do MST

Com as mãos
de plantar e colher
com as mesmas mãos
de romper as cercas do mundo
Te tecemos

Desafiando os ventos
sobre nossas cabeças
Te levantamos

Bandeira da terra,
Bandeira da luta,
Bandeira da vida,

Bandeira da liberdade!
Sinal de liberdade!
a que juramos:
não nascerá sobre tuas sombras
um mundo de opressores.

Sinal de terra
Conquistada!
Sinal da luta
e da esperança
sinal da vida
multiplicada

E quando a terra retornar
Aos filhos da terra
repousará sobre os ombros,
dos meninos livres
que nos sucederão!!!

(Pedro Tierra)

PREFÁCIO

Existe ainda muita confusão, nos meios acadêmicos, nas instituições públicas, entre os políticos, na imprensa, na sociedade em geral e até entre os movimentos populares do campo, sobre o conceito e a natureza da "questão agrária". A confusão permite que cada qual utilize o termo como bem lhe aprouver. Vê-se, com frequência, na imprensa, a utilização como apenas sinônimo de conflitos de terra. E quando não há conflitos sociais no território, dizem, equivocadamente, que não há questão agrária.

Há também correntes de pensamento na academia brasileira que dizem que, no Brasil, não há mais questão agrária, porque o desenvolvimento das forças produtivas pelo capitalismo gerou um suficiente desenvolvimento econômico que eliminou a questão agrária, como se esta fosse sinônimo de atraso das forças produtivas no campo. Tais correntes demonstram, inclusive, que as regiões mais atrasadas, nas forças produtivas, são dominadas pelo latifúndio, portanto, a grande propriedade capitalista que acumula capital apenas se apropriando de bens da natureza, que deveriam ser em prol do bem comum. Mas até mesmo entre os movimentos populares do campo, com frequência, se interpreta que a questão agrária é apenas sinônimo de reforma agrária.

Na institucionalidade do Estado brasileiro, há outros absurdos, como a então Ministra da Agricultura dizer que no Brasil não existe mais latifúndio, sendo, ela mesma, uma latifundiária, ou seja, grande proprietária de terras. A ministra desconhecia que latifúndio, uma palavra de origem latina, é sinônimo de grande propriedade de terra. Como ministra, entretanto, não poderia ignorar o que os dados do IBGE e do INCRA registram sobre a nossa realidade. Não só ainda existe a grande propriedade da terra, como seus proprietários dominam a maior parte de todo território, já que as fazendas, com mais de mil hectares, controlam 51% de todas as terras.

Nos últimos anos, pesquisadores em universidades, institutos e dirigentes dos movimentos populares do campo, não só do Brasil, mas em nível latino americano e internacional, construímos, de forma coletiva, uma síntese do que seria o conceito de questão agrária. E chegamos a uma elaboração de que a questão agrária é uma área do conhecimento científico, uma disciplina, que trata de explicar a realidade agrária de cada país, respondendo a duas questões fundamentais:

- a) Como a sociedade organiza, ao longo da sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra, sendo um bem da natureza.
- b) E como as sociedades organizam, ao longo do tempo, a organização da produção dos bens que ela precisa e retira da natureza. Fundamentalmente, os alimentos, que são nossa imprescindível energia da reprodução da vida, os vestuários, as casas, a energia, etc.

Temos, na literatura universal, já muitos e diferentes estudos de como, então, as sociedades, ao longo da história, se organizaram e aparecem como explicações àquelas duas questões, e esses estudos se transformaram em certa tipologia das diferentes formas, de acordo com o modo de produção geral da sociedade. Ou seja, o que vai determinando, na história da humanidade, as formas de soluções daquelas duas questões e que a disciplina da questão agrária procura explicar, são os modos de produção predominantes na sociedade. Desde o comunismo primitivo até os dias atuais, da etapa do capitalismo dominado pelo capital financeiro e grandes corporações internacionais, isso vai moldando as formas de uso, posse e propriedade da terra e dos bens da natureza, assim como as formas de produção.

Nesse universo da evolução das formas e tipos que se desenvolvem, há muitos detalhes e características diferenciadas em cada país ou território dentro do próprio país, que são decorrentes das diferentes condições da natureza, do desenvolvimento das forças produtivas no campo e da capacidade de organização social das populações envolvidas. Tudo isso, nos leva a pesquisar e compreender os diversos aspectos, elementos e conceitos que conformam a realidade agrária e que são explicados pelo conhecimento descrito então como a questão agrária.

A universidade brasileira sempre esteve em dívida com essa disciplina, até hoje. Raramente se vê esse estudo como uma disciplina específica dentro dos cursos, seja da área de economia, agronomia ou das ciências humanas. E menos ainda como cursos formais especializados. Ao contrário de outros países da América Latina, que encontramos nas universidades cursos especializados em questão agrária, em nível de graduação e pós-graduação. Aqui no Brasil, temos um déficit de professores estudiosos da questão agrária para a graduação e, nos programas de pós-graduação, as demandas são superadas pela dedicação e vocação de pesquisadores agrários interessados no tema. Ou seja, depende mais da vontade dos pesquisadores do que da política educacional da universidade.

Possivelmente, a causa desse déficit esteja no próprio atraso do ensino universitário brasileiro, que teve a implementação de suas universidades públicas apenas a partir da década de 1930, no seu caráter elitista, que até hoje exclui a maioria da população juvenil em idade universitária. Mas, sobretudo, acreditamos que a responsabilidade maior é das classes dominantes, os capitalistas brasileiros que nunca se preocuparam em democratizar a universidade e muito menos pesquisar os temas agrários, até porque, a maioria deles é, também, composta por grandes proprietários de terra. Nesta posição, não convém estimular o estudo da realidade agrária, que venha desvendar as injustiças e mazelas provocadas por 400 anos do modelo de plantation escravagista e, ainda agora, de um modelo capitalista do agronegócio, excludente da ampla maioria dos trabalhadores rurais e camponeses.

Qual não foi minha surpresa quando a Professora Cristina Simões Bezerra enviou os textos de resultados de pesquisa que estudantes de graduação e pós-graduação da UFJF e de outras universidades parceiras se dedicaram a estudar a questão agrária em Minas gerais,

reunidos neste livro. Minha surpresa se transformou em alegria, porque os textos aqui reunidos representam precisamente esse esforço, onde estudantes-militantes-pesquisadores, orientados pelo conhecimento científico da universidade, vão a campo para pesquisar e explicar a realidade agrária. Fiquei muito feliz, também, porque, nesta coletânea, agora transformada em livro, podemos encontrar inúmeras expressões regionais, setoriais, ou produção, que nos ajudam a entender a complexidade e amplitude da realidade agrária mineira.

Assim como, na última parte do livro, temos diversos textos reflexivos sobre as experiências de organização popular, feminina e camponesa e de como atuam sobre suas realidades. Em geral, a academia também ignora estas expressões, que são diferentes formas de organização dos trabalhadores na sua vida nos territórios, de como se organizam e lutam para termos uma vida melhor para todos.

Cumprimento, me atrevo, em nome de todos os movimentos populares do campo, a esse esforço de todos os pesquisadores que contribuiram com seus conhecimentos para termos um subsídio amplo e geral de vários temas, capazes de elucidar os detalhes da questão agrária de Minas Gerais.

Tenho certeza que não será um livro a mais, que fica nas prateleiras como registro, a alimentar vaidades acadêmicas. Esse livro será um instrumento muito importante de estudo para todos os movimentos populares de Minas Gerais. Cumprimento os professores da UFJF que tiveram a sabedoria de estimular a pesquisa sobre a realidade agrária e cumprem assim, a verdadeira função social da universidade: usar os conhecimentos científicos para explicar a realidade e podermos transformá-la.

Espero que o livro sirva também de estímulo para outros militantes-pesquisadores dos nossos movimentos e dos cursos nas universidades, para que sigam pesquisando a realidade tão diversa de nossos territórios.

Bom estudo a todos e todas.

João Pedro Stédile

APRESENTAÇÃO

A coletânea que oportunamente apresentamos é produto do projeto de pesquisa “*Questão Agrária e políticas públicas em Minas Gerais; uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil*”; desenvolvida nos anos de 2017 e 2018. A mesma surgiu de uma demanda feita à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) pela Direção Estadual do MST, diante da necessidade de garantir uma maior organicidade e melhores condições de produção e reprodução para as famílias assentadas e acampadas no estado.

Tal demanda foi mais uma na longa parceria entre o MST e a UFJF, que teve início em 1999, com a passagem da Marcha Nacional pelo Brasil, que saiu do Rio de Janeiro com destino à Brasília. Passando por Juiz de Fora, os militantes em marcha receberam suporte de infraestrutura da Universidade. A partir daquele momento, foi firmada uma parceria voltada, sobretudo, para a formação política dos militantes, como a primeira turma nacional do Curso de Realidade Brasileira (CRB), em 2000, – que se disseminou pelo país nas duas décadas seguintes – e cinco turmas do Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos, reunindo militantes de diversos países da América Latina, além de outras experiências e projetos.

Compreendendo a produção científica pelo prisma dos movimentos sociais que lutam para superar as desigualdades sociais, esta deve ter “como ponto de partida as suas necessidades e interesses, e como ponto de chegada um conhecimento que oriente sua práxis em todas as esferas da sociedade”¹, pois trata-se de um conhecimento que se torne instrumento de luta, que se converta em força transformadora.

Neste sentido, o projeto de pesquisa foi elaborado com o objetivo principal de analisar as principais manifestações contemporâneas da questão agrária no estado de Minas Gerais, seus principais enfrentamentos e dificuldades, sistematizando informações e dados sobre áreas de reforma agrária do estado organizadas pelo MST, bem como o conhecimento e o acesso das famílias assentadas e acampadas às políticas públicas particularmente destinadas ao campo no Brasil. Para tal empreitada, contamos com bolsas de extensão e iniciação científica disponibilizadas pela Universidade Federal de Juiz de Fora e recursos vindos de Emenda Parlamentar da então Deputada Federal por Minas Gerais, Margarida Salomão e reitora da UFJF no período da Marcha Nacional pelo Brasil, quando foi iniciada a parceria da Universidade com o MST.

A partir das discussões iniciais, desenvolvemos, junto ao grupo de pesquisa, o projeto que tinha também por objetivos específicos:

¹ FRIGOTTO, Gaudêncio. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In: CALDART, Roseli; ALENTEJANO, Paulo (Org.). *MST, universidade e pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 133.

- 1 – Problematizar a realidade contemporânea da questão agrária no Brasil e no estado de Minas Gerais, buscando identificar suas principais manifestações, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento do agronegócio;
- 2 – Realizar mapeamento socioeconômico dos assentamentos e acampamentos localizados no estado de Minas Gerais, identificando demandas e carências próprias das áreas atendidas pelo projeto;
- 3 – Realizar levantamento das políticas públicas existentes em nível nacional e estadual que tenham, por público alvo, os assentados da Reforma Agrária no estado, bem como os meios institucionais para acessá-las;
- 4 – Socializar conhecimentos sobre a questão agrária em MG e as políticas públicas para as áreas de assentamento com as famílias assentadas.

No processo de realização da pesquisa, nossa primeira ação foi de capacitação da equipe responsável pela coleta de dados, tendo em vista, sobretudo, o fato de que a questão agrária ainda é uma área de conhecimento pouco problematizada no espaço acadêmico de uma forma geral. Contando com uma equipe multidisciplinar, composta de bolsistas das áreas de Serviço Social, Educação, Comunicação, Arquitetura, Geografia, Artes, Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades e Ciências Biológicas, era necessário um debate teórico-metodológico para que os mesmos estivessem em condições de irem a campo para a pesquisa em si.

Neste aspecto, a metodologia da presente pesquisa implicou em explorar a bibliografia existente sobre desenvolvimento do capitalismo no campo, questão agrária e políticas públicas no estado de Minas Gerais, com vistas a delimitar o contexto sócio-histórico das principais manifestações vivenciadas pelas famílias que vivem nas áreas de reforma agrária a serem pesquisadas. Implicou também em fazer um levantamento documental e de campo sobre as políticas públicas destinadas à população do campo, no que se refere aos seguintes eixos: educação, saúde, habitação, trabalho, assistência social e geração de renda, e sobre as condições sócio-econômicas das famílias residentes nas áreas delimitadas.

Num segundo momento, partimos para a pesquisa de campo junto às famílias residentes em áreas de reforma agrária organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principal protagonista da organização destas famílias no estado de Minas Gerais. Segundo dados iniciais apresentados pelo próprio movimento, existem no estado cerca de 70 áreas de reforma agrária, conforme quadro abaixo, totalizando aproximadamente 3186 famílias – sendo 1569 assentadas e 1617 acampadas. Por questões logísticas, administrativas e de tempo, tivemos que fazer um recorte regional das áreas que seriam prioridade na pesquisa, assim, delimitamos as

regiões Zona da Mata, Sul de Minas e Vale do Rio Doce, que totalizam 1639 famílias. A proposta foi de realização de entrevista com uma amostra de 30% das famílias, através de instrumento de coleta de dados que versou sobre os seguintes eixos de investigação: Informações da Unidade Produtiva (UFP) e núcleo familiar; Documentação; Características da moradia; Acesso de Assistência Técnica Rural (ATER); Acesso ao crédito; Assistência Social e Previdência; Educação; Saúde; Álcool e Drogas; Cultura e lazer; Trabalho; Características da Produção; Participação no Movimento (MST), identidade de gênero e participação da juventude.

Quadro 1 – Número de assentamentos, acampamentos e famílias em áreas de reforma agrária organizadas pelo MST em Minas Gerais – 2016

REGIÕES	ASSENTAMENTOS	Nº DE FAMÍLIAS	ACAMPAMENTOS	Nº DE FAMÍLIAS
Vale do Rio Doce	11	500	4	395
Norte	4	146	4	218
Zona da Mata	2	130	0	0
Triângulo Mineiro	9	213	3	116
Vales do Jequitinhonha e Mucuri	5	231	7	248
Metropolitana BH	5	185	0	0
Sul	3	124	9	490
Alto Paranaíba	2	40	2	150
TOTAL	41	1569	29	1617

Fonte: BEZERRA, Cristina Simões; BRUZIGUESSI, Bruno. *Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais: uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST)*. Projeto de Pesquisa, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

Paralelo a este momento de pesquisa de campo, realizamos também a pesquisa documental acerca das políticas públicas destinadas à população do campo, buscando sistematizar dados e informações sobre os seguintes eixos de investigação: caracterização da política; direitos garantidos pela política; público alvo; condições de acesso à política e trâmite formal de acesso à política.

Sobre este momento, observamos as maiores dificuldades no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que o acesso ou mesmo a informação sobre vários serviços e políticas públicas voltadas para a população do campo estão muito distantes deste público, o que impõe um desafio grande ao MST, não só no sentido de luta pelo acesso à terra, elemento basilar da organização do movimento, mas também a melhoria das condições de vida desses sujeitos, através da luta pela permanência na terra, o que implica a luta por políticas públicas que viabilizem a construção de um modo de vida ancorado no programa de Reforma Agrária Popular construído pelo MST.

Com o intuito de publicizar tais informações, como produto da pesquisa, para melhor compreender a realidade agrária do estado de Minas Gerais, e também de difundir as estratégias de construção de alternativas populares que o MST vem promovendo no estado frente ao agronegócio, surgiu a proposta de organizar esta coletânea, que abrange não só os conhecimentos e dados da pesquisa supracitada, mas também as contribuições de docentes, discentes e militantes do estado de Minas Gerais que vêm se dedicando ao estudo da questão agrária e seus condicionantes políticos, econômicos e culturais.

Dentro desta proposta, a coletânea se organiza em três partes: 1) um debate teórico acerca das particularidades do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e em Minas Gerais; 2) questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais a partir da apresentação e sistematização dos dados da pesquisa; 3) alternativas populares de enfrentamento à ofensiva capitalista no campo e as experiências do MST em Minas Gerais.

Na primeira parte da coletânea são apresentados três textos que discutem a questão agrária na contemporaneidade, com uma abordagem mais teórica, que servem de fundamento para a compreensão das demais partes que constituem esta coletânea. O texto de Kelli Mafort traz uma abordagem da contemporaneidade da questão agrária no Brasil, apresentando os desafios que se colocam às formas de resistência dos trabalhadores do campo e da cidade. O texto de José Amilton de Almeida e Cristina Simões Bezerra relaciona a questão agrária e o conceito de questão social a partir das categorias da crítica da economia política para compreender seus aspectos estruturais no atual momento de desenvolvimento da sociedade capitalista. Por fim, o texto de Gabriela Masson faz um recorte sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo no estado de Minas Gerais, apontando o contexto de luta pela terra no estado e a conquista da reforma agrária como política social.

A segunda parte é composta, majoritariamente, por trabalhos desenvolvidos a partir dos dados da pesquisa *Questão Agrária e políticas públicas em Minas Gerais*, e, além disso, são caracterizados por serem trabalhos coletivos, escritos a muitas mãos, por professores, pesquisadores, estudantes, bolsistas, militantes, que vem contribuindo e se dedicado aos estudos que apresentamos. Os dois primeiros artigos desta seção abordam a questão agrária e os dados de áreas de reforma agrária da região do Sul de Minas, em que apresentamos um perfil dos assentados e acampados do MST na região e suas formas de resistência, particularmente, no Complexo Quilombo Campo Grande.

A seção segue com três artigos que se complementam, uma vez que articulam o tema da mineração, sobretudo, a partir do modelo de exploração mineral que desencadeou os recentes crimes de Mariana/MG e Brumadinho/MG e seus impactos socioambientais, sobretudo na população que vive ao longo do Rio Doce, região impactada pelos rejeitos de minério, que atingiram as áreas de reforma agrária do MST da região do Vale do Rio Doce, que são analisadas neste eixo de artigos. Também são abordadas as iniciativas voltadas à justiça e reparação impulsionadas pelo MST e as estratégias de recuperação ambiental através da transição agroecológica.

Ainda nessa seção temos outros três textos que trabalham a questão agrária na Zona da Mata mineira. As discussões vão desde uma apresentação do perfil socioeconômico dos assentados do MST na região até os dados de acesso às políticas sociais voltadas à população do campo. É, também, a partir da realidade da Zona da Mata, que apresentamos um texto que particulariza a relação entre questão agrária e questão étnico-racial negra e os desafios para o MST na direção de articular o debate da concentração da propriedade da terra com o racismo, duas questões estruturais da sociedade brasileira.

A terceira parte do livro apresenta as alternativas construídas pelo MST em Minas Gerais frente à ofensiva do capitalismo e o acirramento das lutas sociais. É nessa parte que contamos com as maiores contribuições de militantes do movimento em um esforço de sistematização e socialização de experiências de resistência que vem ocorrendo nos últimos anos no estado.

A seção é iniciada com um texto que trata das parcerias das universidades brasileiras com os movimentos sociais do campo, particularizando a parceria entre a UFJF e o MST. Depois, apresentamos um texto que trata da questão da solidariedade no contexto de pandemia do coronavírus, trazendo uma reflexão importantíssima sobre o sentido de classe do termo solidariedade, em uma perspectiva de classe entre os trabalhadores do campo e da cidade, e o papel que o MST teve neste sentido no difícil ano de 2020. A seguir, é apresentada uma contribuição sobre a perspectiva de Educação do Campo do MST, um dos elementos centrais da práxis do Movimento, e como se materializou na experiência da escola do campo no Assentamento Dênis Gonçalves, na Zona da Mata mineira.

Outro artigo tratou do debate do feminismo e as formas de enfrentamento ao machismo e ao patriarcado, as potencialidades e experiências de organização das mulheres e o desafio da geração de renda no estado de MG. Cultura e comunicação foram os temas de outra contribuição para a coletânea, mostrando como são pensadas estrategicamente dentro da disputa política hegemônica na sociedade, trazendo o relato de várias experiências desenvolvidas no estado ao longo dos últimos anos e como estas estratégias de disputa de hegemonia contribuem para construir o programa de Reforma Agrária Popular do MST.

A matriz agroecológica como projeto contra-hegemônico para o campo brasileiro é apresentada em outro artigo, partindo da realidade mineira, aborda a alternativa e modelo de enfrentamento do MST frente ao agronegócio. Concluindo esta parte, é apresentada a experiência e potencialidade das feiras agroecológicas dos produtores rurais da região do Triângulo Mineiro.

Estas contribuições são fruto de um esforço coletivo para reafirmar e atualizar a questão agrária como manifestação da questão social, trazendo para um novo contexto as bandeiras de resistência e de luta pela sobrevivência dos trabalhadores. Constrói-se, portanto, na interseção das questões agrária, urbana e ambiental, um universo ampliado de lutas e demandas, que têm na questão do acesso à terra um dos elementos centrais e fundamentais, mas não único, para conter as necessidades dos trabalhadores. Assim, a luta pela terra se torna mais complexa, exigindo uma renovação também nos espaços de organização dos trabalhadores. No interior dos desafios organizativos e políticos colocados para os trabalhadores, observa-se a necessidade de se construir,

em nível estadual, nacional e internacional, ações que potencializem um programa alternativo, popular e camponês.

Neste sentido, poderíamos apontar como principais eixos das lutas que hoje se constroem em torno da questão agrária no estado de Minas Gerais²:

- Acesso a terra, o qual abrange também demandas como a distribuição de terras e o limite do tamanho da propriedade de bens da natureza;
- Garantia e defesa do uso, da posse e da legalização das terras das comunidades nativas, indígenas e quilombolas, bem como o respeito a suas culturas, profundamente afetadas pelo agronegócio e pela internacionalização das terras;
- Políticas públicas de apoio à produção camponesa, potencializando a organização dos trabalhadores em novas formas de gestão do trabalho no campo (cooperativas), os preços, a pesquisa agropecuária, dentre outros elementos;
- Promoção e desenvolvimento de políticas públicas para a população do meio rural de uma forma geral. Na pesquisa realizada, utilizamos como referências as políticas sociais relativas às seguintes áreas: habitação, assistência social, educação, saúde, cultura e lazer, trabalho e produção.
- Soberania alimentar e nacional, pautando que a produção de alimentos deve ser controlada pelas forças sociais nas realidades nacionais;
- Preservação do meio ambiente local, regional e nacional, com a utilização de técnicas de produção que busquem o aumento da produtividade do trabalho e da terra, o respeito ao meio ambiente e a biodiversidade, o combate ao uso de agrotóxicos, o “desmatamento zero”, a desmercantilização da água, etc.
- Construção de uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia como estratégia produtiva e política a ser orientada pelos processos de luta dos trabalhadores.

Acreditamos, assim, que a socialização dos resultados da pesquisa junto aos assentados e acampados da reforma agrária nas áreas pesquisadas deve ter por fundamento a necessidade de potencializar suas ações sociais e políticas de acesso às políticas públicas.

Ao mesmo tempo, a socialização desta coletânea se faz necessária para aprofundar as discussões em torno do tema da questão agrária em Minas Gerais, tanto no âmbito acadêmico como na esfera dos movimentos sociais, do campo e da cidade. Além disso, destacamos que é necessário estarmos atentos para a importância dos estudos relacionados aos setores dominantes no campo no estado, uma vez que o avanço do agronegócio e da mineração são notórios e, juntamente com eles, o crescente esvaziamento do campo e a diminuição de sua importância enquanto espaço de conflitos e de organização das famílias.

² Uma iniciativa ainda em construção na pesquisa apresentada é a comparação dos dados relativos a MG com os de outros estados. Partimos da hipótese de que estes elementos de luta e resistência constituem, na verdade, elementos centrais para o processo de produção e reprodução da vida social nos assentamentos e acampamentos. Ou seja, sem sua problematização e politização, não teremos condições objetivas e subjetivas de materializar a luta pela reforma agrária no Brasil contemporâneo.

Enfim, consideramos importante reafirmar que a luta pela reforma agrária e pelas condições de produção e reprodução destas famílias nas áreas de assentamento e acampamento devem fazer parte de um projeto mais amplo de organização societária onde campo e cidade organizem suas lutas e conquistas na direção de outro momento no processo da formação social brasileira.

Gostaríamos de agradecer a todos os sujeitos, coletivos e individuais, que contribuíram para a edificação deste trabalho, desde o processo de pesquisa até a formulação e organização desta coletânea. Assim, agradecemos aos diversos bolsistas de extensão e pesquisa que compuseram o trabalho ao longo dos anos de 2016-2019, que se dedicaram ao estudo da questão agrária mineira e que tiveram a oportunidade de conhecer a realidade de assentamentos e acampamentos da reforma agrária no estado, uma realidade distante de quem vive na dinâmica das cidades.

Também agradecemos aos militantes do MST, tanto pela oportunidade confiada à parceria com a UFJF, materializada na Faculdade de Serviço Social, para a realização desta empreitada, quanto pelas contribuições fundamentais no processo de elaboração dos artigos que compõem essa coletânea, tratando da análise da realidade do campo nas diferentes regiões de Minas Gerais, mas também de sistematizar as alternativas populares que vem sendo feitas no estado.

Agradecemos o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF por oportunizar a socialização dos frutos da pesquisa na forma desta coletânea, representando o compromisso que a universidade pública tem com os trabalhadores, de deixar ao alcance destes, de forma gratuita, o acesso aos dados da realidade social; ao mesmo tempo, viabiliza a aproximação do tema da questão agrária com o âmbito acadêmico, tão caro aos autores deste trabalho.

Por fim, e mais importante, agradecer às famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, público e, ao mesmo tempo, sujeito desta pesquisa, por terem aberto as portas de seus lares e compartilharem suas histórias de vida e de luta, de sua realidade, das dificuldades, das conquistas e dos sonhos e que o conhecimento produzido a partir dessa pesquisa possa contribuir para as lutas do movimento, pois “quando o conhecimento expõe a historicidade do real, isto é, as determinações que o constituem nos seus diferentes âmbitos – social, econômico, político, cultural etc., este conhecimento, como indicou Marx, se transforma em força material revolucionária”³.

Bruno Bruziguessi
Cristina Simões Bezerra
Michelle Neves Capuchinho
Nilo Marques de Jesus
Verônica Medeiros Alagoano

³ FRIGOTTO, Gaudêncio. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In: CALDART, Roseli; ALENTEJANO, Paulo (Org.). *MST, universidade e pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 111.



Fonte da imagem: Arquivo histórico do MST-MG.

PARTE I

Canto uma canção promessa.

Guardo em meu corpo todos os que tombaram e devolvo à vida em memória,
eu devolvo em árvores longas de troncos fortes.

Assim, resistimos.

Minha promessa é sempre viva.

Cantemos para a Terra Livre.

Façamos dela território e morada.

Aos que ainda não sabem, e aos que virão cantemos os segredos da vida coletiva.

Reservemos água limpa e toda a sabedoria do tempo incontável, e eu seguirei lhes oferecendo comida farta, comida boa. Eu lhes cantarei sempre o fruto doce em gratidão, o arroz, feijão, milho, pomares inteiros, os nossos pomares ainda maiores.

Nos cultivemos com fervor-amor até que a abundância seja a medida da vida.

Transformemos, cantando e lutando, o mundo das cercas e da doença em um imenso mundo livre.

Semeamos até que a terra seja da terra, até que a terra seja de todas e todos, mulheres e homens livres.

O nosso tempo é sempre gestante.

É sempre o tempo de semear. É sempre tempo de doar. É sempre tempo de lutar.

(Frente de Literatura Palavras Rebeldes, do Coletivo de Cultura do MST)

ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA E A RESISTÊNCIA DOS POVOS

KELLI CRISTINE DE OLIVEIRA MAFORT¹

INTRODUÇÃO

A questão agrária, na atualidade, é marcada pela hegemonia do projeto de poder do capital no agronegócio e na mineração, combinando, de forma dinâmica, exportação de *commodities* agrícolas e minerais, financeirização, reconcentração fundiária, intensificação do controle do capital internacional, pressão sobre arrecadação de terras públicas por particulares, através de grilagens de terras, militarização do território nacional, proletarização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, expropriação de povos do campo e degradação dos recursos naturais. Esses processos comprometem, de forma profunda, a reprodução social e gera a proliferação de doenças de vários tipos, entre elas, a pandemia da COVID-19 (DW, 2020).

A hegemonia atual do capital também encontra barreiras de resistência construídas pelas lutas de classes, que ocorrem sob o contexto de aumento da violência no campo, perseguição política a lideranças dos movimentos populares, esgotamento de programas sociais e políticas públicas. Esta conjuntura se agrava ainda pela deslegitimação dos povos em luta, descaracterização da função social das áreas de assentamentos de reforma agrária, áreas indígenas e quilombolas, por meio de titulação individual e privada; incentivo a invasão de garimpeiros e grileiros, estímulo à animosidade social e silenciamento perante crimes de violência de direitos humanos e de destruição ambiental, cometidos pelas empresas do capital em associação com o Estado.

A resistência dos povos também se dá através da construção de territórios imbuídos da necessidade de criar uma nova sociabilidade, por meio de uma relação equilibrada e orgânica entre ser humano e natureza, contrapondo-se ao metabolismo imposto pelo capital sob sua crise. Nesses territórios, proliferam experiências de saberes compartilhados na agroecologia, na defesa ecológica, na cooperação, na produção de alimentos saudáveis, na educação a partir da realidade, na formação

¹ Graduada em Pedagogia, mestre e doutora pelo Programa de Ciências Sociais da FCLAR – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara. Membro da Coordenação Nacional do MST. E-mail: kmafort@yahoo.com.br.

integral do ser humano, na construção de novas relações de gênero, no combate às discriminações, ao racismo, ao machismo e à lgbtfobia. Tudo isso ocorre em meio a vibrantes contradições de forjar o “novo” em meio à “ruínas degradantes do velho”.

Seguindo na dinâmica da luta de classes, a resistência também é sentida nos centros urbanos, em agrupamentos que se multiplicam na defesa dos povos do campo, das águas e das florestas, aliando, cada vez mais, a luta ambiental à luta agrária, fazendo frente ao que representa o agronegócio e os projetos de mineração na atual quadra histórica de crise do capital. A questão agrária entrelaça-se, ainda, com a questão urbana em várias faces, seja do ponto de vista dos efeitos sobre a destruição ambiental e sua tendência de colapso climático, seja por meio da escassez de água potável nos centros urbanos e também pela cadeia agroalimentar extremamente centralizada em poucas empresas, que controlam o mercado de terras, o comércio de insumos, os maquinários, a tecnologia, os processos de trabalho, a produção (incluindo a pressão que exercem sobre a agricultura familiar), o processamento, a agroindústria e o comércio, nas grandes redes de supermercados.

Neste artigo, pretendo trazer algumas temáticas que perpassam as questões colocadas acima, sem ter a pretensão de esgotar o enunciado. Parte desta reflexão baseia-se na pesquisa que desenvolvi na formulação de minha tese de doutoramento, intitulada “Reestruturação produtiva no campo e os processos de trabalho nos assentamentos de reforma agrária do estado de São Paulo” (MAFORT, 2018), na qual faço uma análise sobre a tendência de pressão à proletarianização dos trabalhadores e trabalhadoras da reforma agrária decorrente da reestruturação produtiva, buscando formas de subordiná-los à lógica do capital. Para debater esse tema, pesquisei a questão agrária e os elementos constitutivos dos assentamentos de reforma agrária, especialmente no estado de São Paulo.

Assim, neste artigo, debatarei a questão agrária na atualidade, trazendo elementos históricos e destacando as temáticas da expropriação, da proletarianização e da precarização dos processos de trabalho. Nos subtítulos do artigo, me valho da poesia musical “Levantados do Chão”, de Chico Buarque (MENESES, 2020).

1 DESGARRADOS DA TERRA - EXPROPRIAÇÃO, PROLETARIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

O Brasil tem se inserido de forma subordinada na projeção da indústria 4.0, cumprindo a tarefa funcional no consumo de equipamentos obsoletos dos países desenvolvidos. Tal projeto está inserido num contexto de desindustrialização, baixo investimento em tecnologia e prioridade máxima à produção primária, com baixo valor agregado e com ênfase na exportação de *commodities* agrícolas e minerais. No campo, o projeto Agricultura 4.0 objetiva dar continuidade à plataforma de agricultura de precisão e biotecnologia, característica da reestruturação produtiva, que culminou,

nos anos 2000, em desemprego massivo em nome do investimento em máquinas e tecnologia para aumentar a produtividade, acompanhado de grande degradação ambiental e riscos à saúde humana, principalmente pela exposição e contaminação por agrotóxicos e transgênicos.

Do ponto de vista global, sob os imperativos do capital, aumentam de forma exponencial os investimentos em ciência, tecnologia e inovação, aplicados ao capital constante, provocando um processo brutal de automação da inteligência, cujo “aprendizado” (do capital) deve-se principalmente às interações entre os trabalhadores e as máquinas, proporcionadas, principalmente, pela reestruturação produtiva. A automação da inteligência, somada à automação física, intensificam a precarização do trabalho e o desemprego estrutural, como expoentes orgânicos da crise estrutural do capital.

O padrão do desenvolvimento das forças produtivas do capital em hipótese alguma coincide com as necessidades humanas. Ao contrário, para garantir sua auto-reprodução, o capital libera, de maneira incontrolável, forças destrutivas que atingem a humanidade e o planeta: “(...) as barreiras, para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de forma que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução (...) como *auto-reprodução destrutiva*, em oposição antagônica à *produção genuína*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 699).

A classe trabalhadora reage, numa luta cotidiana, ao impulso da necessidade da sobrevivência, maximizado pelos imperativos totalizantes do sistema sociometabólico do capital, que separa radicalmente os trabalhadores dos meios de produção – ou, nos termos de Marx (2017), retomados por Antunes e Alves (2004), “o caracol de sua concha”. Este processo extirpa qualquer possibilidade de autonomia, seja daquela já limitada dos camponeses, que depois foram expropriados no processo de acumulação primitiva, seja a autonomia existente no desenvolvimento capitalista no século XIX, mesmo que de forma muito restrita. Além de afastar qualquer possibilidade de autonomia no sistema atual, Mézáros (2002) indica uma tendência de generalização à proletarização, perspectiva que amplia o sentido de proletários como àqueles vinculados estritamente ao trabalho produtivo. Este processo deve ser entendido, aqui, como absoluta perda da autonomia por parte dos trabalhadores, com aumento exponencial de controle pelo capital.

Para este modo de produção, os seres humanos são igualmente necessários e supérfluos. São necessários para extração de mais valor e também como consumidores; são supérfluos como desempregados, exercendo pressão sobre os trabalhadores empregados, resultando em maior subordinação aos ditames do capital, no rebaixamento dos salários e, portanto, das condições de subsistência; supérfluos também pela materialidade de seu contingente, cada vez mais extenso.

(...) o desenvolvimento do sistema produtivo de longe o mais dinâmico da história culmina com a geração de um número cada vez maior de seres humanos supérfluos a seu maquinário de *produção*, muito embora – verdadeiro para o caráter incorrigivelmente contraditório do sistema – nada supérfluos como *consumidores* (MÉSZÁROS, 2002, p. 146).

Pode-se dizer, ainda, que os supérfluos de hoje conservam características semelhantes ao exército industrial de reserva do século XIX², mas existe uma diferenciação fundamental quanto à “porta de saída” de tal condição, pois, se no passado, o trabalhador que compunha a “reserva” poderia nutrir alguma expectativa de sair de tal condição por meio da qualificação, na atualidade, esse caminho se torna cada vez mais inviável.

Outro aspecto importante é compreender o exército industrial de reserva do passado e o contingente de supérfluos da atualidade como fatores do capital: “(...) constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta” (MARX, 2017, p. 707). Já no pólo contrário, tal afirmação deveria resultar na identificação dos desempregados como classe trabalhadora, pois mesmo que ela não esteja inserida diretamente na extração de mais valor, cumpre uma função essencial para a exploração do capital, “(...) essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 2017, p. 707). Na tradição de organização da classe trabalhadora, o que predominou foi a organização em categorias corporativas de empregados, esvaziando o sentido de classe trabalhadora dos desempregados.

Essas observações se justificam pela relação entre proletarização e expropriação de direitos e de terras, incluindo territórios já conquistados através da luta dos povos do campo. Ter uma massa sobrando de desgarrados é uma consequência do sistema do capital, ao mesmo tempo é causa direta de sua crise sistêmica por conta da incapacidade de valorização, que somente pode ocorrer por meio da exploração do trabalho vivo.

Tal condição posta pela predominância da financeirização como padrão de acumulação pode significar, principalmente para países dependentes como o Brasil, uma nova fase de expropriações de terras no campo e nos centros urbanos, uma intensificação na exploração do trabalho e uma maior extração de riquezas e bens naturais, levando a cabo investidas imperialistas conduzidas pelas transnacionais, por meio da violência, da cooptação e da dispersão entre os povos do campo, assalariados rurais e atingidos pelos grandes projetos do capital.

2 OS DESGARRADOS E A EXPROPRIAÇÃO

A expropriação camponesa está na base da formação do proletariado nos países centrais e europeus “(...) e a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2017, p. 787). No Brasil, vivemos outro processo histórico, mas é justamente

² “A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social” (MARX, 2017, p. 711).

a acumulação desenvolvida com base na expropriação e na escravização, que foram centrais para a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, que criaram as condições necessárias para a concentração de riquezas nos países dominantes.

A invasão europeia marca a gênese da questão agrária brasileira, com sucessivos ciclos agroexportadores, extração de riquezas naturais, genocídio e escravização indígena, escravização negra/ africana e destruição simbólica e cultural. A formação do latifúndio, através das capitâneas hereditárias, e, depois, a completude com as sesmarias, sob a batuta da Coroa e da Igreja, deu origem a uma trajetória marcada por expropriações.

A Lei de Terras de 1850 (BRASIL, 2020), promulgada anos depois da Independência de 1822, manteve o latifúndio e conferiu condições objetivas de mercantilização das terras. Desta possibilidade de acesso à terra por meio da compra, o povo negro foi aliado e, do ponto de vista da reparação à escravização pós-abolição, isso foi sistematicamente rejeitado. Foram trazidos para o Brasil trabalhadores imigrantes para se inserirem em regimes variados de assalariamento e também de posse, devido às concessões de direito ao uso da terra, que também ocorreram, mesmo que em menor escala. Na vinda de pessoas imigrantes também residia a ideia da eugenia, como uma ação de Estado para “melhorar” os elementos de constituição genética do povo brasileiro, num ato de racismo estrutural que perpassa a questão agrária, pois os negros e as negras, desgarrados da terra, expropriados de qualquer garantia de tutela ou cuidado, estavam sujeitos a um tipo de exploração da força de trabalho racializada e, portanto, despojada de qualquer tipo de direito.

Anteriormente a este fato, é importante destacar que o estupro de mulheres negras e indígenas constituiu a base da chamada miscigenação do povo brasileiro, como ficou evidente nos recentes dados parciais da pesquisa DNA Brasil.

Somando as porcentagens femininas, temos que 70% das mães que deram origem à população brasileira são africanas e indígenas – mas 75% dos pais são europeus. A razão remonta aos anos da colonização portuguesa no Brasil. O estupro de mulheres negras e indígenas escravizadas era o padrão. A exploração violenta e extermínio em massa também fizeram com que os homens indígenas quase não deixassem descendentes – eles representam apenas 0,5% do genoma na população, enquanto as mulheres nativas somam 34% (GOMES, 2020).

Assim, a cultura do estupro faz parte de uma leitura necessária sobre a questão agrária brasileira, bem como os processos de resistência das mulheres indígenas e negras, que são anteriores ao surgimento do movimento feminista na Europa do século XIX, no seio das lutas operárias.

Em relação ao povo negro, ocorreram muitas lutas e resistências diante dessa dominação de classe que se vinculava à opressão racial, de caráter muito mais econômico do que moral. O processo de resistência se deu de muitas formas, principalmente através dos mocambos e, depois, dos quilombos, que não eram somente um lugar de fuga à escravização, mas também eram focos de organização nas senzalas, nas lavouras e também de prática da agricultura para o consumo, que era

possível em algumas fazendas.

Os quilombos também continuaram existindo no pós-abolição, em acampamentos que foram disputando a ideia de posse e formação de territórios. E, como sabemos, quem tem território, tem poder, e essa ameaça organizativa do povo negro seria severamente perseguida e punida, pois nela estava contida uma perspectiva de outro uso e posse da terra que não aquela ditada pela mercantilização das terras da lei de 1850 e nem do controle político através das concessões de posse.

As favelas, surgidas na inspiração do Morro da Favela, presente na comunidade de Canudos, na passagem do século XIX para o XX, materializaram as contradições de uma questão agrária brasileira resultante das lutas de classes, que vão se implicando com a questão urbana e o tema da desigualdade social, os sem terra e os sem teto. Assim, o povo negro foi sendo colocado num espaço de baixo valor imobiliário, do ponto de vista do mercado de terras da época, não para ser esquecido, mas para constituir uma reserva fundamental que seria rapidamente absorvida pelo trabalho doméstico e similares; também sendo utilizada para servir de pressão aos trabalhadores assalariados rurais e aos operários, implicados no processo de urbanização e de industrialização.

3 LEVANTADOS DO CHÃO – A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA

Historicamente, existiram muitos processos de reforma agrária, em distintas realidades e sob diferentes contextos, desde as reformas burguesas dos séculos XVIII e XIX, passando por aquelas impulsionadas por governos nacionalistas, até as desenvolvidas sob contextos revolucionários. No Brasil, a questão da reforma agrária ganha força com as lutas sociais das décadas de 1950/ 1960, tendo um legado de lutas pela terra que não eram necessariamente identificadas como reforma agrária, como os casos de Canudos/ BA (1864-1896) e do Contestado/ SC (1912-1916), entre outras, que enfrentaram grande repressão.

Em certo sentido, o debate sobre reforma agrária no Brasil, na década de 1950, se apoiava, por um lado, na expressiva demanda social da luta pela terra, mas, por outro, no legado dos processos de reformas agrárias burguesas ocorridas até então. O fio condutor do debate predominante era a questão da superação do subdesenvolvimento brasileiro. A partir daí, fomentou-se a ideia de que a estrutura fundiária concentradora existente no país obstaculizava o desenvolvimento nacional. Diante disso, a realização da reforma agrária, como processo de desconcentração de terras, seria um imperativo do próprio capital, que poderia favorecer o enorme contingente de trabalhadores sem terra que viviam no campo, transformando-os, ao mesmo tempo, em produtores e consumidores. De acordo com essa tese, existiria, assim, uma brecha histórica para a realização de um tipo de reforma agrária, assentada nos moldes clássicos, como parte do desenvolvimento do capital.

Porém, tanto o processo que se desencadeou durante a ditadura civil-militar, como a reorganização da esfera produtiva e a ascensão do agronegócio, indicaram um caminho totalmente oposto. Delgado (2016, p. 23) aponta que o agronegócio e sua tendência de reconcentração permanente são prova contrária

à tese da concentração fundiária como trava ao desenvolvimento. Nas palavras do autor: “o debate atual da questão agrária deslocou-se inteiramente de qualquer conotação relativa à estrutura agrária como obstáculo à acumulação capitalista, tese que a história revelou equívoca”. Além disso, a própria tese do “desenvolvimento nacional” foi desmontada ainda no período de industrialização do campo, que redefiniu “(...) o padrão global da acumulação, abrindo caminho para o que veio a ser, mais tarde, a transnacionalização do capital e a hegemonia de sua forma financeira” (FIRMIANO, 2014, p. 193).

Sob a ditadura civil-militar, a questão agrária sofreu revés significativo, o que implicou em mudanças na luta por reforma agrária, seja pela brutal repressão aos trabalhadores do campo, indígenas e negros em áreas remanescentes de quilombos, mas também pelo que Delgado (2016) aponta como “modernização conservadora do campo brasileiro”, valendo-se de um conceito de Alberto Passos Guimarães, resultante do pacto entre capital e latifúndio, impulsionando migrações forçadas para os centros urbanos ou para as zonas de expansão da fronteira agrícola, aplicando o pacote tecnológico da revolução verde em busca de aumento na produtividade, intensificando a exploração do trabalho e ampliando os processos da agroexportação. No tocante à escalada da repressão no campo neste período, há um ocultamento da participação e responsabilidade do Estado no assassinato de centenas de trabalhadores rurais. Estudo realizado por Gilney Viana (PASSOS, 2012) revela que 1.196 camponeses e apoiadores foram assassinados ou constam como desaparecidos durante o período que vai do pré-golpe (1961) até a transição democrática (1988); mas, entre estes, apenas 29 foram reconhecidos como anistiados pelo Estado.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, no bojo das lutas operárias e das mobilizações nos centros urbanos por abertura política, eleições diretas e demandas sociais latentes que se agudizavam com a crise econômica, a questão da reforma agrária é retomada pelas ocupações de terra que começavam a surgir no interior do país. No caldo político das lutas massivas, o debate, que hegemonizava os setores de esquerda acerca da reforma agrária, buscava uma articulação política e teórica com a estratégia ascendente, que, tempos depois, foi intitulada como democrático-popular, protagonizada por diversas organizações, mas principalmente pelo Partido dos Trabalhadores (1980), pela Central Única dos Trabalhadores (1983) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984), além de expressiva participação da Teologia da Libertação. Em certo sentido, a tese da estrutura fundiária concentradora como obstáculo ao desenvolvimento nacional foi retomada neste debate, mas atualizando a discussão em termos das “tarefas em atraso”, ou seja, a reforma agrária era concebida como uma tarefa em atraso do desenvolvimento capitalista, não realizada por sua classe, a burguesia, e, portanto, caberia aos sem terra e aos setores populares defensores da reforma agrária pressionarem por sua realização.

Sob a concepção democrático-popular³, a luta por reforma agrária continha um duplo

³ No V Encontro Nacional do PT, ocorrido em 1987, o debate de transição estratégica ao socialismo adquiriu uma formulação assentada na concepção de que as mudanças estruturais viriam a partir da eleição de um governo popular, que daria vazão às contradições gestadas a partir da atuação em duas frentes táticas fundamentais: a mobilização popular e a atuação institucional, ampliando, desta forma, espaços de acúmulos de forças nas “ruas” e dentro do Estado. Tal posicionamento demarca um campo político formado principalmente pelo próprio PT e também pela CUT e o MST (entre outras, mas essas são as principais) (ABRAMO, 2020).

sentido, tático e estratégico, pois, na medida em que a luta tática se desenvolvesse, encontraria resistência por parte de setores da burguesia, principalmente por não quererem abrir mão dos seus interesses, e o tensionamento produzido no âmbito da luta tática pela reforma agrária poderia exercer pressão por mudanças estratégicas, cuja transição seria feita por um governo popular. Imperioso destacar que a associação entre luta por reforma agrária e as “tarefas em atraso” do desenvolvimento do capital tinham no latifúndio improdutivo, resultante da incompletude da modernização conservadora, sua base de justificação, cenário que se alteraria substantivamente sob a reestruturação produtiva, como aponta Firmiano (2014, p. 194):

(...) o latifúndio (improdutivo) permaneceu como um nó górdio da questão agrária brasileira. Porém, a conversão da grande propriedade da terra produtiva em empresa rural do agrobusiness deslocou, progressivamente, o cerne do problema agrário do latifúndio (improdutivo) para a empresa rural produtiva.

A reestruturação produtiva do capital, articulada ao neoliberalismo no campo, inviabilizou qualquer possibilidade de validade à tese da “reforma agrária em atraso”, pois o latifúndio foi ressignificado pelo próprio capital, mantendo sua estrutura concentradora, monopolizada, associando-se cada vez mais ao capital transnacional. Isso tem implicações diretas na questão da reforma agrária, pois, não somente encerra, como destrói as margens de sua viabilização dentro dos limites da ordem do capital. Dessa forma, a reforma agrária, como uma necessidade histórica dos trabalhadores, sai do âmbito de uma completude das “tarefas em atraso” do desenvolvimento do capital, para ser a realização potencial do seu contrário, ou ainda, para sua superação definitiva.

As bases da articulação entre capital/ Estado e latifúndio, solidificadas na ditadura civil-militar, se ampliaram com a reestruturação produtiva, afastando de vez a associação a uma reforma agrária do tipo clássica. Mas, no plano político das lutas de classes, tal percepção sobre o estreitamento das margens da reforma agrária clássica só foi sentida mais recentemente pelas organizações de trabalhadores, com a consolidação do agronegócio e pelo estranhamento gerado com o enquadramento neo-desenvolvimentista de todos os povos e trabalhadores do campo na agricultura familiar. Além disso, tal questão relaciona-se com a aposta política de amplos setores de esquerda na tese do “governo em disputa”, como uma continuidade aos desígnios da estratégia democrático-popular, cobrando do governo de Lula da Silva, especialmente no início do seu primeiro mandato, as promessas de campanha, entre elas, a de fazer a reforma agrária numa “canetada”, como explica Márcio dos Santos (2016, p. 106):

Até o início do século XXI, o MST, principal movimento de luta pela reforma agrária no Brasil, ainda se pautava pela reforma agrária clássica, pois, apesar de saber que ela não se apresentava como uma necessidade do capital doméstico, ainda mantinha a esperança de que, com a eleição de um governo do campo popular, pudesse alterar minimamente as correlações de forças na sociedade, minimizar as influências externas e convencer uma parte da burguesia nacional da necessidade histórica de se implementar uma reforma

agrária para desenvolver um capitalismo interno, menos dependente, mais estável e menos concentrador. (...) o problema é que o dito governo popular fez exatamente o contrário, alicerçou ainda mais as antigas bases latifundiárias, ao eleger como setor fundante da economia exatamente o agronegócio.

O padrão de violência contra os trabalhadores rurais, que se mantém até os dias atuais, é revelador de como a questão agrária nunca esteve perto de uma solução pela via da conciliação de classes. Tal padrão se repete ao longo da história, assegurando o pacto entre capital/ Estado e latifúndio, combinando várias formas de repressão contra os trabalhadores que estão em luta por reforma agrária, pelo direito de reconhecimento de territórios, para manter suas formas tradicionais de reprodução social, para resistir à migração forçada ou simplesmente por serem “pessoas do lugar”. Destaca-se a deflagração de massacres como os ocorridos em Eldorado dos Carajás/ PA (1996), sob o contexto inicial da reestruturação produtiva, e do massacre de Pau D’arco/ PA (2017), já com o agronegócio consolidado, onde a atuação das polícias civil e militar se deu em conjunto, desde o planejamento até a execução, com o fazendeiro e seus “jagunços”.

Longe de ser uma política de Estado, do ponto de vista de alterar a concentrada estrutura fundiária brasileira, a reforma agrária foi se convertendo numa política de assentamentos. Os assentamentos no Brasil foram forçados pela pressão dos trabalhadores, inclusive daqueles que não chegaram a se assentar e sua existência está ligada a um impasse, tão bem apontado por Germer (2007, p. 49):

(...) os assentamentos atuais deveriam ser encarados não como a reforma agrária pretendida originalmente, mas como uma forma objetiva ou materialização de um impasse: o impasse entre os sem-terra, por um lado, que não conseguem alterar a estrutura agrária e social como desejariam, por falta de força suficiente para tanto e, por outro lado, o Estado e a burguesia que representa, que não conseguem esmagar os sem-terra, como desejariam.

No entanto, após quase quatro décadas de existência dos assentamentos, o Estado/ capital aprendeu a lidar com o movimento das forças do trabalho materializadas no espaço conquistado, buscando domesticar a potencialidade de uma alternativa de confronto produzida nas lutas de classes no campo. Para o capital, os assentamentos nunca deveriam ter sido criados, mas como existem, devem ser disputados, principalmente em relação aos processos de trabalho envolvidos.

Do ponto de vista do MST, além da luta pela terra como necessidade vital para trabalhadores cada vez mais considerados como massa sobrando do capital, foram pautadas importantes bandeiras da questão agrária junto à sociedade: o estabelecimento do limite da propriedade rural, a garantia do acesso à terra a todas as famílias que quiserem nela morar e trabalhar independente de sua origem (rural ou urbana), a expropriação de terras onde tenha sido encontrado trabalho análogo à escravidão, além da defesa intransigente pela demarcação das terras indígenas e reconhecimento das comunidades quilombolas, bem como o direito dos

povos do campo, das águas e das florestas.

Seguindo esse entendimento sobre a importância de levantar bandeiras políticas junto à sociedade através da luta de sua base social, o MST atualizou, em 2014 no seu VI Congresso, seu Programa Agrário, passando a difundir a ideia de Reforma Agrária Popular, que consiste numa compreensão mais articulada entre questão agrária e questão urbana.

Na atualidade, vivemos variadas expropriações através da pressão sobre os territórios dos assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores; a apropriação e mercantilização de águas, doces e salgadas, da capacidade genética de reprodução das plantas e animais; a expropriação de direitos sociais e de trabalho. O campo é a expressão maior da desigualdade brasileira, concentrando os mais elevados índices de miséria entre os trabalhadores, e também de falta de acesso às políticas públicas, desde questões elementares, como abastecimento de água e saneamento básico – nas áreas urbanas 93,1% tem acesso à água potável e 71,3% tem saneamento básico, enquanto, 73,6% da população das áreas rurais tem acesso à água potável e apenas 34% tem saneamento básico (SPM, 2013) –, até educação – “em 2013, a PNAD apontou a média de 8 anos de estudo para a população brasileira, sendo 7,8 anos entre os homens e 8,2 anos entre as mulheres. Nas áreas rurais, os homens apresentam uma média de 4,8 anos de estudo e as mulheres, 5,6 (SPM, 2013).

No mundo, a população rural ainda é quase a metade do contingente humano (45,7%), fator mais do que relevante para analisar como essa fração da classe trabalhadora se comporta e atua na luta de classes. No Brasil, segundo pesquisa do DIEESE (2017), a população rural correspondia a aproximadamente 30 milhões, representando 15,6% do total da população brasileira; a população rural ocupada, em 1995, era de 17,9 milhões de trabalhadores e esse número caiu, em 2013, para 15,2 milhões de trabalhadores ocupados. A diminuição da ocupação de trabalho no campo tem relação direta com a diminuição desta população, pois, segundo o DIEESE, a estimativa para 2050 é que apenas 8% da população brasileira viverá em áreas rurais, o que, em números absolutos, significa 18,1 milhões de pessoas, de um total de 226,3 milhões no país. E a estimativa de trabalhadores ocupados no campo em 2050 é de 8,2 milhões (DIEESE, 2017). Ademais, a projeção de diminuição da população no campo é resultante da hegemonia do agronegócio, que continua expulsando parte dos trabalhadores, forçando-os às migrações por trabalho.

Somado a isso, o aumento de pessoas na extrema pobreza, especialmente na crise da pandemia, revela a urgência da reforma agrária como medida estruturante para garantir o direito à soberania alimentar. E as ações de solidariedade dos movimentos populares, sem dúvida, ajudaram a abrir caminhos para um amplo trabalho de base em torno do direito à terra no campo e na cidade, enfrentando os latifúndios do agronegócio, da mineração e da especulação imobiliária.

Para isso, precisamos mobilizar os sujeitos que compõem a classe trabalhadora na atualidade, articulando luta agrária com questão ambiental e urbana, mas também como medida fundamental para combater as mazelas da sociedade do capital, como o patriarcado e o racismo

e suas expressões contemporâneas. As mulheres rurais e os negros e negras estão cada vez mais apartados da posse e da propriedade da terra, ficando mais suscetíveis aos processos contínuos de proletarização e expropriação.

Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, dos 5,07 milhões de estabelecimentos rurais existentes, 4,01 milhões estão no poder dos homens e apenas 947 mil com as mulheres. As mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81% das propriedades rurais. As mulheres têm menos acesso à assistência técnica e baixa taxa de participação em cooperativas agrícolas em relação aos homens – 5,3% das mulheres são cooperadas, enquanto a taxa de participação em cooperativas para homens está em 12,8% (EMBRAPA, 2020).

Ainda de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, os proprietários brancos são maioria em áreas acima de 10 mil hectares – a cada 4 proprietários, apenas 1 é negro; os brancos controlam 208 milhões de hectares, enquanto os negros apenas 99 milhões de hectares. Por outro lado, os negros são a maioria em áreas abaixo de 5 hectares (FONSECA; PINA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva produziram uma ampliação substantiva do contingente de trabalhadores desempregados e precarizados. No campo, estes processos se sobrepuseram à histórica condição precarizada de seus trabalhadores e das degradantes relações de trabalho existentes: meeiros, posseiros, parceiros, pequenos proprietários e assalariados rurais; além de povos do campo, circunscritos numa dinâmica permanente de resistência e de disputa territorial conflitante com os interesses do capital, a saber: ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco. Tal processo tem se dado numa dinâmica articulada de expropriações e de tendência generalizada à proletarização, enquanto perda de autonomia, como debatemos neste artigo.

Assim, os trabalhadores e trabalhadoras do campo, e também seus territórios conquistados, se tornam mais vulneráveis aos ditames do capital, que impulsionado por seu processo de crise estrutural, avança sobre direitos historicamente conquistados. Além disso, diminui a expectativa de conquista de novos territórios por parte das massas sobrantes que são resultantes também da crise sistêmica e do desemprego estrutural.

Por outro lado, as forças de desenvolvimento do capital se converteram em forças destrutivas, de forma incontrolável, causando riscos severos à humanidade sob o contexto de colapso climático. A crença no progresso social e um forte apego às políticas desenvolvimentistas podem se converter em situações irreversíveis na relação do ser humano com a natureza. Assim, a questão agrária na atualidade se vincula estreitamente com a temática ambiental.

Apesar das conexões mais estreitadas entre os povos no mundo todo, nunca estivemos e,

também agora não estamos, “no mesmo barco”, pois precisamos refletir sobre a questão agrária na atual quadra histórica do ponto de vista de um país que aprofundou sua dependência com o golpe de 2016 e que está mais suscetível às intervenções diretas e guerras não-convencionais. Ademais, a disputa comercial entre Brasil e China, a política de exportação de *commodities* e a nova rodada de extração de bens naturais e de grilagens sobre terras públicas, têm impactos diretos sobre o campo brasileiro.

Ademais, a militarização fundiária, que tem na Amazônia Legal seu principal foco, é prova de que o Estado brasileiro e principalmente o projeto ultraliberal-fundamentalista que está no poder, estão dispostos a dar todas as garantias para que o capital avance sobre os povos e isso certamente provocará um aumento dos conflitos e da violência. Isso sem falar nas inúmeras medidas jurídicas e administrativas que estão sendo adotadas com vistas a conferir segurança legal aos crimes do latifúndio.

Os movimentos populares estão resistindo e isso é fundamental. A resistência se dá em muitas frentes: na produção de alimentos saudáveis, na solidariedade, na agroecologia, no plantio massivo de árvores, na formação política, na construção de novas relações de gênero, no combate ao racismo, ao machismo, à lgbtfobia, nas práticas de saúde popular e tantas outras. Mas é chegada a hora em que, além da resistência, os movimentos ganhem força para enfrentar a lógica perversa do capital e a dimensão regressiva que assumiu a questão agrária.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Fundação Perseu. *Resoluções Políticas do V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (1987)*. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf. Acesso em 02/12/2020.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87, ago. 2004.

BRASIL. *Lei 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 24/11/2020.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In.: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2016.

DIEESE. A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil. *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos*, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>. Acesso em: 26/12/2018.

DW. O elo entre desmatamento e epidemias investigado pela ciência. *DW Brasil*, 2020. Disponível em: <<https://www.com/pt-br/o-elo-entre-desmatamento-e-epidemias-investigado-pela-ci%C3%Aancia/a-53135352>>. Acesso em: 25/11/2020.

EMBRAPA. Mapa, Embrapa e IBGE mostram dados sobre mulheres rurais. *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*, 2020. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais#:~:text=rurais%20no%20pa%C3%ADs.,Do%20total%20geral%20de%20estabelecimentos%20identificados%20pelo%20Censo%20Agropecu%C3%A1rio%202017,mulheres%20propriet%C3%A1rias%20e%20n%C3%A3o%20propriet%C3%A1rias>>. Acesso em: 29/11/2020.

FIRMIANO, Frederico Daia. *O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária*. Araraquara: UNESP, 2014.

FONSECA, Bruno; PINA, Rute. O agro é branco. *Pública*, 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/11/o-agro-e-branco/>>. Acesso em: 29/11/2020.

GERMER, Claus. O sentido histórico da reforma agrária como processo de redistribuição da terra e da riqueza. *Revista da associação brasileira de reforma agrária – ABRA*, vol. 34 nº 2. São Paulo, Jul/dez 2007.

GOMES, Karol. Brasil é nação construída em estupro de mulheres negras e indígenas por brancos europeus aponta estudo. *Geledés*, 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/brasil-e-nacao-construida-em-estupro-de-mulheres-negras-e-indigenas-por-brancos-europeus-aponta-estudo/>>. Acesso em 28/11/2020

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira Mafort. *Reestruturação produtiva no campo e os processos de trabalho nos assentamentos de reforma agrária do estado de São Paulo*. Tese de doutorado. FCLAR / UNESP Araraquara, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182334>. Acesso em 20 de nov. de 2020.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política, livro 1, o processo de produção do capital* [tradução Rubens Enderle] – 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENESES, Adélia Bezerra. Nota sobre Levantados do Chão. *Site de Chico Buarque*. Disponível em: http://www.chicobuarque.com.br/letras/notas/n_levantad.htm. Acesso em 20/11/2020.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo. 2002.

PASSOS, Najila. Ditadura matou 1.196 camponeses, mas Estado só reconhece 29. *Rede Brasil Atual*, 2012. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/09/relatorio-aponta-1-196-camponeses-mortos-ou-desaparecidos-entre-1961-e-1988/>>. Acesso em: 10/02/2016.

SANTOS, Marcio José. *Questão agrária na região de Bauru: produção desigual de espaços e territórios através da contradição entre o agronegócio e a luta por reforma agrária*. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Territorial). Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL). UNESP / IPRI. Presidente Prudente, 2016.

SPM. Mulheres do campo e da floresta, dados PNAD/IBGE. *Secretaria de Políticas para as Mulheres*, 2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados>>. Acesso em: 20/12/2016.

QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO BRASILEIRO: UMA FALSA DICOTOMIA

JOSÉ AMILTON DE ALMEIDA¹

CRISTINA SIMÕES BEZERRA²

INTRODUÇÃO

O presente artigo estuda a relação entre questão agrária e questão social na constituição do modo de produção capitalista, particularmente na formação social brasileira e com base na crítica da economia política. A partir destes elementos, sustenta a hipótese de que a “questão agrária” vem se configurar como uma determinação fundamental da “questão social” entre nós (ALMEIDA, 2019). Constitui-se, assim, também, como um dos importantes elementos que levam as desigualdades de nossos tempos a se difundirem sob o estatuto da “questão social”, havendo unidade intrínseca entre elas, de tal modo que somos levados a supor que a “*questão social*”, como um problema estrutural da ordem burguesa, torna-se insuprimível sem a supressão da *questão agrária*.

A abordagem crítica mais recorrente (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011; NETTO, 2011) sobre a “questão social” constata que a mesma tem como base dos seus fundamentos teóricos a expropriação capitalista das condições de produção e de realização do trabalho e a reprodução cada vez mais ampliada das múltiplas formas de desigualdades geradas neste processo, as quais, por sua vez, elevam-se a um patamar político na sociedade burguesa e, com base na emergência da luta e organização do proletariado como sujeito, adquirem uma conotação política ao reivindicarem do Estado um papel de busca de legitimidade e consenso.

A questão agrária refere-se, portanto, à associação desses mesmos elementos a partir da apropriação capitalista do solo e dos recursos naturais nele presentes, mercantilizados neste modo de produção e alienados dos produtores diretos, os transformando em sem-terras, como proletários,

¹ Graduado em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutorando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Substituto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Contato: j.amilton.servsocial@gmail.com

² Professora associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Escola Nacional Florestan Fernandes. Contato: cristina.bezerra31@gmail.com

e tornando, assim, os recursos da natureza em nada mais que um meio para o capital explorar o trabalhador. Quanto às particularidades da nossa formação sócio-histórica, conforme as palavras de Stédile (2005, p. 15-16), a questão agrária pode ser compreendida também “como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária e que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”.

Desse modo, conforme a abordagem analítica por nós já apresentada (ALMEIDA, 2019, p. 9),

partindo de uma perspectiva ontológica, é necessário considerar que a questão agrária se desdobra de uma relação entre sociedade [e no interior dela, o desenvolvimento da luta de classes], terra e indivíduo, cuja unidade entre estes elementos é rompida radicalmente no modo de produção capitalista, a partir da expropriação do “povo do campo”, de que trata Marx (1985), levando à proletarização e ao assalariamento como pressupostos da acumulação capitalista: uma acumulação que se expressa através da concentração e centralização da riqueza produzida socialmente, incluindo-se no rol dessa dinâmica a concentração da terra, que deve ser considerada o mais importante meio de produção e de vida, sem a qual todos os fatores naturais e sociais que conhecemos se dissolveriam na inexistência.

Do ponto de vista de suas determinações sócio-históricas, o termo “questão social” aparece em meio às discussões dos mais variados espectros sociais e ideopolíticos (NETTO, 2011) como uma “denominação genérica de uma nova e incompreendida pobreza” (ALMEIDA, 2019) que se generalizava com a revolução urbano-industrial na Europa, especialmente a partir dos anos 1830, com a emergência dos movimentos do proletariado e suas organizações coletivas, como o *ludismo*, o *cartismo*, as *trade unions*.

A “questão social”, conforme síntese que realizamos do artigo *Cinco Notas a propósito da questão social*, de autoria de Jose Paulo Netto (2011), apresentar-se-ia nova, porque, pela primeira vez, se via um pauperismo que crescia junto com o aumento da capacidade de produzir riqueza, de produção em abundância e não, como antes, um pauperismo fruto da escassez e do baixo desenvolvimento das forças produtivas; incompreendida porque, mistificada, seria apenas com a revolução de 1848, conhecida como *A primavera dos povos*, que a verdadeira natureza daquele pauperismo viria a tona, elucidando o antagonismo dos interesses sociais que se perpetuavam desde a produção material fundada sobre a exploração do trabalho pelo capital. Assim, a “questão social”, do ponto de vista crítico da história, é revelada como um problema estrutural que remete às relações especificamente capitalistas, resultantes da contradição entre a produção social da riqueza e sua apropriação privada, de modo que não se pode explicá-la corretamente, sem antes ter explicado o funcionamento do capital.

Nesta direção, conforme destacado por Iamamoto e Carvalho (2011, p. 83-84), a “questão social”

não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outro tipo de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Iamamoto (2001, p. 10) salienta também que, para uma abordagem teórico-metodológica crítica da “questão social”, a premissa é de que sua análise

é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classes, acerca de concepções e propostas para a condução da política econômica e social.

Assim, aquele “outro tipo de intervenção, muito além da caridade e repressão” enunciado pela autora é, a nosso ver, o terreno sobre o qual repousa a política social e a reforma agrária como intervenções necessárias para o enfrentamento das questões social e agrária.

Neste sentido, o problema se encontraria num nível superior da luta de classes, tendo como base as expressões sócio-políticas do proletariado que, superando a fase de classe em si à classe para si, mediante seus meios e instrumentos coletivos de luta (associações, sindicatos, partido etc.), passam a se organizar também em nível político e a se impor como classe politicamente organizada em razão de suas necessidades e interesses. Tais mudanças estruturais na configuração da sociedade burguesa levam a uma necessária, inédita e importante reconfiguração no âmbito do papel do próprio Estado como meio de conservar as relações sociais em vigor, e alguns casos, resultando mesmo numa mudança profunda em sua estrutura³.

Cabe-nos, pois, nesse artigo, apreendermos o papel destas duas importantes categorias, isto é, questão agrária e questão social, para a constituição do modo de produção capitalista em suas origens clássicas, além de buscarmos compreender as condições de vida e de reprodução da classe trabalhadora, para, em seguida, observarmos as particularidades com que operou a lei geral do movimento do capital na realidade brasileira e, assim, do modo como se estruturou uma questão agrária e uma questão social entre nós.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Para uma apreensão das determinações sócio-históricas entre a questão social e a questão agrária, é importante considerar sua relação com os três pilares fundamentais que constituem o modo de produção capitalista, a saber, propriedade privada dos meios de produção; a exploração da força de trabalho “livre”, assalariada; e a extração da mais valia. Em seguida, devemos considerar

³ A revolução de 1848; a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT); a Comuna de Paris, 1871; A Revolução Russa, 1917; a Revolução Chinesa (1949); Revolução Cubana, 1959; e outras inúmeras insurgências vindas dos oprimidos do capital, dos “de baixo”, como diria Florestan Fernandes (1975), muitos dos quais só puderam ser contidos por meio de regimes autoritários, sanguinários e autocráticos, dramaticamente implantados mesmo nos lugares onde os movimentos sociais se dirigiam no sentido de uma democracia burguesa e não proletária – como no caso do Brasil na década de 1960 e que era acusada de comunista pelos conservadores e reacionários – apoiadas e planejadas pelas burguesias nacionais junto ao imperialismo norteamericano, são fartos exemplos encontrados na história de algumas distintas possibilidades de como pode ser o desfecho para uma “questão social” de um ponto de vista mais amplo e, concomitantemente, a considerando, em cada momento particular, operando concretamente com as forças materiais e sociais ali presentes e que, sem dúvida, revelam as contradições mais íntimas do capital.

a particularidade desses elementos, operando com duas forças distintas e associadas, uma natural outra social, sendo elas a terra e a força de trabalho.

Nas origens clássicas do capitalismo inglês, estudadas por Marx (1985, p. 261), o autor revela esta interação na qual a terra é compreendida tanto como “objeto universal” e como “meio universal de trabalho”, com a qual interage o trabalhador como parte de uma relação social imanente do homem com a natureza e entre si para a produção material de sua existência. Em outras palavras, o ser humano transforma a natureza, conforme suas necessidades, imprimindo a ela uma dimensão social e, ao mesmo tempo, transforma a si mesmo como sujeito social deste processo.

Esta realidade que, a princípio, se manifesta como uma unidade, sofre cisões na medida em que a terra se torna propriedade privada para uns em detrimento de sua expropriação para outros, formando-se, com estas circunstâncias, a base econômica e social para o movimento de proletarização que pressupõe a formação de uma classe proletária e operária, urbana e industrial típica do capitalismo (WOOD, 1998).

Conforme este veio analítico, há uma razão direta entre expropriação e concentração da terra, por um lado, e consolidação de relações de produção capitalistas, acumulação e lucro, por outro. Pois é apenas quando o “povo do campo” (MARX, 1985, p. 277) encontra-se completamente expropriado da terra, estendendo-se também a relação capitalista à produção de alimentos e aos instrumentos de produção agropecuários, submetendo, assim, de vez, a esta indústria competitiva nos ramos de subsistências básicos do trabalhador, é que este peculiar modo de produção consolida-se em sua plenitude e rompe com os obstáculos que ainda se impunham (WOOD, 1998).

Com esta observação, é possível notar a impossibilidade de se compreender a constituição do modo de produção capitalista e sua consolidação sem considerarmos o papel e a importância da economia agrária e, com isso, os revolucionamentos produzidos a partir da penetração das relações capitalistas no campo, do mercado na agricultura e da metamorfose, não apenas do trabalhador em força de trabalho assalariada de quem se extrai uma mais valia e um lucro, mas também a da terra em mercadoria, da qual se extrai uma renda fundiária, igualmente possível graças à exploração do trabalhador (MARTINS, 1981).

Ellen Wood (1998), em sua obra *As origens Agrárias do capitalismo*, abordou de maneira bastante interessante a questão ao estudar as origens do capitalismo inglês e perceber que, não fossem a prévia penetração das relações capitalista no campo e na agricultura; a separação do produtor direto da terra e dos demais objetos e meio de produção agrícolas; sua consequente transformação em sem-terras, logo, em proletários rurais, não fossem estas circunstâncias específicas, provavelmente o capitalismo, tal como o conhecemos, jamais poderia ter existido.

Para esta autora, o capitalismo “nasceu não na cidade, mas no campo”. Em primeiro lugar, a diferença entre as sociedades pré-capitalistas e as capitalistas, “não tem nada a ver com o fato de a produção ser urbana ou rural e tem tudo a ver com as relações de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na agricultura ou na indústria” (WOOD, 1998, p. 6). Conforme nos lembra:

a divisão entre produtores e apropriadores tem assumido diversas formas dependendo do tempo e do lugar, mas possuindo uma característica geral, qual seja, a de que os produtores diretos têm sido camponeses. Estes produtores camponeses permaneceram na posse dos meios de produção, especificamente a terra. Os produtores tinham acesso direto aos meios de sua reprodução e a expropriação do trabalho era feita através de meios ‘extraeconômicos’ – quer dizer, coerção direta exercida pelos senhores rurais e/ou Estado, através do emprego de força superior, acesso privilegiado aos poderes militares, judiciais e políticos (WOOD, 1998, p. 5).

Agora, estando o trabalhador despojado da terra e dos meios de produção, estabelece-se um ambiente propício para que a coerção puramente econômica possa operar sobre ele, já que sua condição de liberdade como proletariado não lhe deixa outra escolha além da “livre” venda da força de trabalho e da condição do pauperismo, absoluto ou relativo (NETTO, 2011), como “alternativa” de vida, fazendo-se extremamente restrito o universo de suas escolhas e as condições objetivas com as quais tem de exercer tal “liberdade”.

Passa a ser dominado por forças que não consegue compreender porque não são facilmente identificáveis, pois, elas já não vêm mais dos céus nem de Deus, como tampouco dos seus sacerdotes na terra: são as forças do movimento de acumulação do capital que passam a dominar o homem no âmbito terreno e não mais no âmbito celestial, conforme anunciado por Marx (1985, 2010) em *A assim chamada acumulação primitiva* e em *Sobre a questão judaica*. É justamente aí, naquilo que Marx se refere como sendo o “pecado original da economia política” em detrimento do “pecado original” bíblico, teológico, nesta condição proletária de “liberdade”, ou seja, do indivíduo “livre” no sentido liberal – competitivo e egoísta – por detrás de que se esconde um perverso sistema de exploração de classes pautado na extração da mais-valia e lucro, na acumulação de riqueza, de um lado, contra a miséria e opressão, do outro.

O mercado se encarregará de tal tarefa, pois

Devido ao fato de que os produtores diretos numa sociedade capitalista plenamente desenvolvida se encontram na situação de expropriados, e devido também ao fato de que o único modo de terem acesso aos meios de produção, para atenderem aos requisitos da sua própria reprodução, e até mesmo para proverem os meios do seu próprio trabalho, é a venda da sua força de trabalho em troca de um salário, os capitalistas podem se apropriar da mais-valia produzida pelos trabalhadores sem necessidade de recorrer à coerção direta (WOOD, 1998, p. 6) ⁴.

Portanto, conforme pudemos ver, a questão agrária constitui-se no momento em que a terra torna-se um meio de explorar o trabalhador e não mais um meio para o trabalhador satisfazer suas próprias necessidades, ou mesmo para a sua emancipação afastando as barreiras naturais e sociais, estas últimas impostas pela exploração do homem pelo homem e pela luta de classes.

⁴ Evidentemente, a coerção direta não será, jamais numa sociedade de classes, abandonada pela classe dominante, nem mesmo com o desenvolvimento das funções ampliadas do Estado e suas medidas coesivas, identificadas na fase imperialista e monopolista do capital. Eis aí o verdadeiro papel do Estado, mas, agora, sob a égide da sociedade burguesa, sua intervenção coercitiva far-se-á apenas quando a coerção econômica e diretamente realizada pelo mercado se demonstrar ineficiente e, com isso, necessitar de um instrumento externo à esfera produtiva para poder conservar as relações de produção.

Convém buscarmos saber, então, em que momento e de que maneira a questão agrária e a questão social se fundem como partes do mesmo fenômeno sócio-histórico, o modo de produção capitalista.

Com vista nisso, se fôssemos colocar o problema da questão agrária e da questão social numa dimensão simplesmente cronológica, ao nos referirmos à primeira, como apropriação capitalista do solo e a transformação dos recursos naturais nele presentes em meios para explorar ao trabalhador, acumular e enriquecer privadamente uma classe expropriadora, capitalista e proprietária fundiária, diríamos que a questão agrária precede à questão social e que ela forma, assim, a base da gênese e do desenvolvimento desta segunda, uma vez que, como demonstrou Wood (1998), sem a apropriação capitalista da terra não há como levar a cabo a proletarização e, portanto, nem sequer o capitalismo seria possível, o que dirá, então, a questão social?

Mas é na dimensão política em que os elementos da questão social e da questão agrária se encontram e se fundem concretamente e, no interior da qual, encontram-se os elementos de maior relevância para o nosso debate e para a compreensão teórica da temática. Pois, como observamos em estudo anterior, para uma abordagem analítica do problema entre questão agrária e questão social, poderíamos estabelecer algumas indagações. Dentre elas,

Quais são as manifestações sociopolíticas da classe trabalhadora no meio rural? [...] Sendo a contradição entre capital e trabalho o seu fundamento, [...] como o capitalismo se estrutura no campo? Qual a importância da economia agrária para o capital em seu conjunto, e de que maneira esta impacta a “questão social” de modo geral? (ALMEIDA, 2019, p. 20).

Vê-se, nesse sentido, que, para simplificarmos as categorias, devemos partir da questão agrária como a apropriação capitalista da terra e da força de trabalho com vista ao lucro; e da questão social como as “expressões sociopolíticas” da classe trabalhadora diante desse sistema de exploração, indiferente se estas expressões sociopolíticas venham do campo ou da cidade, da agricultura – que, para o capital também é realizada nos moldes industriais, conforme já demonstrou Caio Prado Júnior (2014) – ou da indústria urbana e a sociedade urbano-industrial propriamente ditas⁵, que, por sua vez, também dependem do solo e da atividade agrária, direta ou indiretamente, para realizarem suas atividades econômicas e reproduzirem-se.

As forças que movem todo este complexo sistema são os imperativos da competição, da acumulação e do lucro, conforme constatou Wood (1998), e na medida em que os mesmos se consolidam, o mercado passa a ocupar o centro de tudo, estabelecendo um sistema de dependência mútua equivalente ao que ela demonstrou em seu estudo, no qual os agricultores eram

⁵ Fazemos esta observação porque, ainda que de modo tácito, há uma tendência a uma concepção urbanocêntrica na produção bibliográfica a respeito da “questão social” como se ela fosse coisa da cidade enquanto que a questão agrária seria coisa do campo, estabelecendo, assim, uma dicotomia entre os termos e, às vezes, um formalismo lógico, eficiente mas enganador, no qual a questão agrária seria o simples resultado da questão social ou um epifenômeno desta, sem sequer problematizar os elementos constitutivos ou um aprofundamento teórico sobre sua interação concreta.

dependentes do mercado, não apenas para a venda de seus produtos, mas no sentido mais fundamental de que seu acesso à terra, isto é, aos meios de produção, era mediado pelo mercado. Havia, com efeito, um mercado de aluguel de terras no qual arrendatários em potencial tinham que competir. Neste mercado, a garantia do arrendamento dependia da capacidade de pagar o valor corrente do aluguel, e a falta de competitividade podia significar a direta perda da terra. Para alcançar uma renda adequada numa situação em que outros arrendatários em potencial estavam competindo pelo mesmo contrato de aluguel, os arrendatários eram compelidos a produzirem mais barato sob pena de perderem a terra.

Quanto às condições de vida dos trabalhadores, conclui a autora, “em todos os casos, os efeitos dos imperativos do mercado foram intensificar a exploração, tendo em vista o aumento da produtividade – fosse a exploração do trabalho dos outros, ou a auto-exploração do agricultor e sua família” (WOOD, 1998, p. 12).

Desse modo, ao estudar as origens do capitalismo inglês, o primeiro capitalismo do mundo a partir do qual as relações de produção capitalistas se difundem como uma forma de exploração global, ainda que de modo desigual e combinado, mas pautadas na produção do valor e lucro, Wood (1998) mostra que isto resultou numa agricultura inglesa mais desenvolvida do que qualquer outra já havia sido, numa revolução nas relações sociais de apropriação da terra, dos meios de produção agrícolas e do trabalho excedente, e, finalmente, ao deslocamento demográfico que conduziu ao êxodo e a expansão urbana, e fornecendo as bases em cima da qual, mais tarde, se daria a própria revolução industrial.

De acordo com ela:

Este padrão seria reproduzido nas colônias, e também na América independente, onde os pequenos produtores independentes, supostamente a espinha dorsal de uma república livre, tiveram cedo de encarar a cruel escolha imposta pelo capitalismo agrário: na melhor hipótese, intensa auto-exploração e na pior, perda das terras para empresas maiores e mais produtivas (WOOD, 1998, p. 12).

Os métodos da *Assim chamada acumulação primitiva*, seus imperativos econômicos e extraeconômicos, formam, aqui, a substância essencial, a matéria enérgica em ebulição e a força gravitacional com a qual operará a lei do valor, por seu turno, como uma força social dominante e auto-reprodutiva: *a lei geral da acumulação capitalista*, trazida à tona por Marx (MARX, 1985).

Com isto, revela-se a lei econômica fundamental da antítese entre capital e trabalho e que põe em movimento o processo de acumulação da riqueza por uma parcela reduzida, e cada vez menor, de proprietários capitalistas e expropriadores de lucro e renda, em detrimento da pauperização generalizada das massas, e também das categorias intermediárias entre a classe trabalhadora e a burguesia, cujos desdobramentos teóricos extrapolam, em muito, o alcance de um artigo desta natureza.

Cabe observar, a partir daí, que as leis que se aplicam ao modo de produção capitalista, industrial, moderno, e que determinam o seu movimento, a sua reprodução, e mantêm em operação a sua composição orgânica, são as mesmas que regem e se aplicam à agricultura, haja vista a sua configuração igualmente numa atividade capitalista, de tal modo que questão agrária trata

também das contradições e embates produzidos pelo aumento da composição orgânica do capital na agricultura que, no pólo oposto da acumulação de riqueza, produz, não apenas expropriação fundiária, mas desemprego, subemprego, precarização, miséria, violência e criminalização.

Assim, do mesmo modo como ocorreu com a ferramenta, com os instrumentos e os objetos de trabalho, ou seja, com os meios de produção, e com a força de trabalho e a terra, também se passará com os alimentos, que se tornam mercadorias, e apenas se e somente se cumprida esta etapa necessária do movimento de valorização do capital é que eles, os alimentos, podem, então, recuperar sua digna condição como tais, a serviço da nutrição e cultura humana.

O agronegócio no Brasil é um interessante exemplo do modo como opera o capital na agricultura, isto é, de modo fantasmagórico, aparentemente como uma força social própria, alienada do ser social e desprovida de qualquer humanidade, movida com um fim em si mesma ao nível mais extremo do fetichismo elencado por Marx (2006) no qual o ser é posto na condição de objeto, meio, instrumento de um fim que lhe é alheio, refém de um processo no qual as relações sociais se dão entre coisas em face de relações matérias coisificadas entre os homens.

Ora, quanto às condições de alienação do produtor direto, a terra já não lhe pertence; o instrumento de trabalho também não; o produto do trabalho, ou seja, a mercadoria que resulta dele e que será destinada ao mercado, também não lhe pertence; os fins para os quais o trabalhador se dirige no processo de trabalho não são os seus próprios fins, mas os fins do capitalista; o tempo que depende na jornada de trabalho são tempos pertencentes e dirigidos, sobretudo, ao capitalista e não a ele, restando a este sujeito a condição de ser simples portador de energia humana de trabalho geral, abstrato, indiferenciado. Soma de nervos, músculos, cérebro, sangue e movimento para originar valor antes de tudo, e não o próprio ser social (MARX, 2006, IAMAMOTO E CARVALHO, 2011).

Pois, para o agronegócio, que não possui uma “alma” humana, lhe é indiferente se o hábito da produção e do consumo alimentar ao mesmo tempo envenene ao produtor, ao consumidor e à terra, além das desigualdades inerentes que dele resulta, desde que estes propiciem lucros. De tal modo que não devemos ter ilusões quanto ao fato de lhe ser útil e necessário que os problemas de saúde do trabalhador e do consumidor, assim como as demais consequências advindas desta mesma atividade econômica, tornem-se igualmente áreas potenciais para o mercado. E, assim, entramos num estonteante e cansativo círculo vicioso do qual não parece ser possível sairmos senão do mesmo modo que entramos nele, isto é, por meio de uma revolução social completa contra a ordem.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA E SOCIAL NO BRASIL

Conforme a abordagem realizada no item anterior, chegamos às três classes fundamentais da constituição do modo de produção capitalista. Pois temos, a) com base na propriedade privada da terra, o senhor de terras, isto é, o proprietário fundiário, que se apropria da renda da terra; b) o capitalista, que aplica produtivamente o seu capital, explora diretamente o trabalhador comprando

a sua força de trabalho, extrai mais valia e vive do lucro; c) e o proletariado, que vive do trabalho necessário, ou seja, do salário ou formas similares de pagamento das horas de trabalho fornecidas pelo trabalhador aos proprietários das condições da realização do trabalho e dos meios de produção.

Nestas condições, o trabalho se realiza mediante um contrato no qual, ambos os lados, desfrutam da condição de livres proprietários de mercadorias, separados, porém, por meio de uma radical desigualdade: de um lado, o portador de dinheiro e meios de produção; do outro, o proprietário de nada mais que força de trabalho (MARX, 2006).

Não obstante, ao lado do trabalhador assalariado, deve ser equiparado, também, o trabalhador rural, seja ele proletário ou camponês, este último compreendido como sujeito explorado mediante o processo de produção global e o mercado capitalista, porque ele também, o camponês, sendo proprietário de um minifúndio e de alguns meios de produção agrícolas, é obrigado a dispor do excedente de sua produção no processo de troca do mercado dos produtos agrícolas e não ao mercado de trabalho como o proletário, mas sua condição econômica não é diferente, produz para si um salário, não um lucro, pois vive do próprio trabalho e não da apropriação e exploração de trabalho alheio e, além disso, está inteiramente submetido à dinâmica do mercado que se generalizou.

Hoje, nas circunstâncias atuais da economia dependente brasileira, em que a continuidade do modelo agrário-exportador, combinado a modernização da agricultura, como capital financeiro e as políticas do neoliberalismo, adquirem a forma do chamado agronegócio, se o trabalhador sobrevive como camponês é porque produz mercadoria agrícola e obtém, para as expectativas das condições de vida de um trabalhador médio, relativo sucesso com esta atividade. Pois o mercado é competitivo e, para obter sucesso na condição de um trabalhador, autônomo porque proprietário dos seus meios de produção, é bastante difícil. Se falha, torna-se proletário, vem a compor a camada *latente da superpopulação relativa* que continua a migrar para os centros urbanos, desde há muito já incapaz também de absorver produtivamente a todos e, com isso, este remanescente rural corre o risco iminente de vir a engrossar as fileiras do exército industrial de reserva, sempre crescente.

Mas, ao analisarmos a realidade brasileira e a constituição do modo de produção capitalista em seus imbricamentos internos e as particularidades com que se reveste a luta de classes aqui, notamos que elas possuem um caminho inteiramente diverso daquele demonstrado por Wood (1998) no qual o capitalismo clássico nascera a partir do rompimento com estruturas feudais das sociedades europeias e medievais, e não com estruturas escravistas e coloniais, eurocêntricas e etnocêntricas, como em nosso caso (FERNANDES, 1975).

Portanto, distintas são as origens agrárias do capitalismo brasileiro, cabendo-nos a tarefa de tentarmos analisar alguns dos seus traços mais importantes, como, por exemplo, o modo como se deu a transformação da terra em propriedade privada entre nós, assim como da sua transformação em mercadoria a serviço da produção de valor, acumulação e lucro e, para fins analíticos, o mesmo deveria ser feito em relação ao trabalho, tentando analisar o modo como se deu a transformação do trabalhador em propriedade privada, desde a escravização negro-indígena que alimentou os processos de colonizações d' *A assim chamada acumulação primitiva* do capital, em seguida, analisar

a transformação da força de trabalho em mercadoria, “livre”, assalariada, marcadas pelos elementos de “permanência e renovação” (BEZERRA, 2014), de ruptura e continuidade com nosso passado colonial e escravista.

Pois a terra e a força de trabalho têm uma peculiaridade em comum, além de serem as fontes originais de toda a riqueza, ambas não são produtos do trabalho e, contudo, sob as relações mercantis da sociedade burguesa, são tornadas mercadorias e, assim, passam a possuir um preço, fundamentais para o capital e para a proletarização do trabalhador (MARX, 2006). Cabe observar, então, como se dá esta intrincada operação entre nós, já que a exploração da terra e da força de trabalho é a substância básica da apropriação da riqueza e fundamentalmente no que tange à questão agrária.

Se a questão social está determinada pela existência do trabalho “livre” e a condição de proletariado que esta liberdade compunha e pela consolidação das relações capitalistas de produção, devemos considerar o peso das determinações de nosso passado colonial, escravista e agrário e que se fazem sentir no presente porque, conservando-se, também se modernizaram, aperfeiçoaram, expandiram e aprimoraram-se.

A questão social no Brasil é profundamente marcada pela nossa questão agrária. Nesta estão os primeiros vestígios de nossa dependência econômica e subordinação políticas, das origens da nossa profunda exploração, do racismo e da desigualdade social e racial que se estrutura em nossa realidade nacional e, por sua vez, caracteriza a “questão social”.

Entre nós, a propriedade da terra deve ser vista em dois momentos, antes e depois da Lei de Terras de 1850; e antes e depois da lei Áurea de 1888. Ambas possuíram um mesmo sentido e se encaminham numa direção única: formar as bases para a introdução das relações tipicamente capitalistas pautadas da exploração da força de trabalho “livre”, assalariada, ainda que tal fenômeno só tenha podido se consolidar definitivamente com o desenvolvimento urbano industrial pós-1930.

A Lei de Terras garantiria que as massas escravizadas, uma vez “livres”, estariam também despojadas da terra que, como vimos, é a condição *sine qua non* para a existência do proletariado como tal. Mas o caminho não é tão simples, nem esta seria a única determinação. A isto se somam elementos étnicos e raciais com os quais operarão a luta de classes, a tentativa frustrada de um projeto de branqueamento social por parte das classes dominantes e uma exploração capitalista de classificação racial que permite ao homem e à mulher negra e indígenas serem explorados acima dos níveis de exploração média de um trabalhador branco, restando aos primeiros, geralmente, os ramos menos qualificados de trabalho, a dificuldade no acesso à formação técnico-científica, o trabalho informal e desprotegido, a subcontratação, o trabalho precário, o subassalariamento, o desemprego, o pauperismo, a miséria e a criminalização, preenchendo de terra, sangue e pele negra também o conteúdo sórdido de nossa questão social.

Depois que negros e índios foram naturalizados na extorsão de riqueza e, para isso, centenas de anos se assolaram sobre sua carne para que o fato se consumasse e eles se tornassem “seres inferiores”, “primitivos”, “subdesenvolvidos”, “subespécies”, abaixo na escala natural da

evolução humana, para os quais contribuiu a literatura, as artes e as ciências, que explicavam “científica” e “logicamente” a existência destes seres inferiores e a necessidade de civilizá-los, isto se tornou uma verdade, afirmada pela repetição perpétua da ideia que se impõe pela própria ideia, mas sobretudo pela força.

Depois disso, perde-se a referência do racismo como puro preconceito, ou melhor, como uma ideia preconceituosa, e de sua difusão estrutural como uma prática social naturalizada, de exploração de classes, de uma função econômica e, ao mesmo tempo, ideológica, para o movimento da acumulação capitalista.

Para não perdermos a nossa, lembramos que a parteira do racismo foi a escravidão moderna. Basta uma observação de Eric Williams (1975) quando conclui que foi o racismo que nasceu da escravidão e não a escravidão do racismo, consistindo, pois, a segunda num elemento de continuidade da escravização e não uma simples ruptura com ela quando da abolição. Este elemento de continuidade não se refere apenas à ideia de “inferioridade” que se construiu a respeito do homem e da mulher negra única e simplesmente, mas da sua inferiorização objetiva diante da propriedade dos meios de produção, da terra, do mercado de trabalho livre e da divisão social do trabalho, havendo que agir, pois, sobre as condições que permitem a difusão deste tipo de ideia, combatendo a prática racista socialmente naturalizada e não à ideia simplesmente.

Com base nisso, fundada sobre o trabalho escravizado, se deu a colonização dos trópicos (PRADO JR., 2014), onde os sistemas denominados *plantations* vigoraram em regimes de grandes propriedades fundiárias com monocultura destinada à exportação e, produzindo mercadorias agrícolas em grande escala, visavam nada mais que lucros. E era realmente isto que obtinham.

Não fosse a escravidão moderna e, com ela, o atípico “modo de produção escravista colonial” (GORENDER, 2005) imposto às colônias das quais somos origens, acrescentaríamos à coerente análise de Ellen Wood (1998) que também o capitalismo, tal como o conhecemos, não existiria.

3 A QUESTÃO AGRÁRIA E SOCIAL NO BRASIL COMO ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO

Conforme observamos, construiu-se a história do proletariado rural-urbano e o campesinato, sua emergência como sujeito politicamente organizado, ciente de suas condições e que busca arrancar da sociedade burguesa também a sua emancipação política, ou seja, na luta pelos direitos civis, políticos e sociais através de suas organizações coletivas.

O Direito, como se sabe, foi antes um direito dos brancos, porque os povos africanos e originários americanos foram saqueados de norte a sul, expropriados de suas terras e quando não exterminados, tomados como propriedade privada. Nessa condição, não possuíam qualquer direito,

pois não eram considerados e nem sequer tratados como seres humanos (MOURA, 1994). Estes povos, sendo colonizados, destruídos e escravizados, quando não tiveram opção de lutar contra seu algoz, por centenas de anos lutaram, então, as guerras deles e contribuíram enormemente para a sua revolução, muitas das quais em nome das promessas de liberdade⁶.

Entre nós, a abolição viria apenas ao fim do século XIX, e adquiria traços míticos e ideológicos por terem vindo pelas mãos da princesa Isabel, como se fosse um ato de caridade e benevolência, destes que as classes dominantes brasileiras tem o hábito de realizar como se fosse um favor às classes subalternas. Práticas que sinalizam os acertos feitos pelo alto (COUTINHO, 2000) entre elas, sob o risco iminente de virem “de baixo”, manifestando-se, pois, como uma contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 1975) que, no Brasil, incorporaram determinadas reivindicações dos trabalhadores de modo autoritário, antidemocrático e antipopular. Por este motivo é que Florestan Fernandes, ao se referir a passagem da “sociedade escravista e senhorial” para uma “sociedade competitiva”, ao evidenciar os meios com os quais operou *A Revolução burguesa no Brasil*, demonstra a sua consolidação como a revolução dos brancos, “feita pelos brancos e para os brancos”, haja vista que, uma vez decretada a lei Áurea, esta imensidão de homens e mulheres foram abandonados a própria sorte pelo Estado, sem terra, sem trabalho e sem direitos.

Durante toda a segunda metade do século XIX até à primeira guerra mundial, houve uma intensa e sistemática campanha por parte da política imperial para trazer trabalhadores europeus para substituírem o trabalho dos negros, pois, mesmo depois de século produzindo a riqueza sobre a qual se deleitou o império e as classes aristocráticas no Brasil sobre o trabalho escravo, este era considerado inferior para o estatuto do trabalho livre, então, seria substituído pelo dos trabalhadores brancos.

Neste caso, o problema cria a sua própria solução, pois a Europa, que passara pela revolução industrial e, assim, vomitava homens, mulheres e crianças de suas fábricas, tornando-se também um problema político a existência do proletariado, que crescia, se multiplicava e se organizava em sindicatos, associações mútuas, conselhos de fábricas e em partidos políticos, anarquistas, anarcossindicalistas, socialistas etc., migraram em grandes correntes para o além mar e, aqui, tal processo pode ser considerado uma primeira política de Estado no sentido de uma reforma agrária, além de burguesa, excludente e racista, realizada através de uma intensa propaganda para atrair trabalhadores europeus que substituiriam os trabalhadores escravizados. Para isto, de 1850 até a Primeira Guerra Mundial, em 1914, houve uma intensa política de venda de terras a imigrantes europeus com alguma proteção estatal, absorvendo boa parte do fluxo migratório para o país, desenvolvendo-se o chamado regime de colonato e similares (STÉDILE, 2005). Um direito que foi, intencional e sistematicamente, negado ao trabalhador brasileiro, remanescente originário

⁶ Lembremos dos jacobinos negros da revolução Haitiana, as lutas dos Quilombos, no Brasil, de Palmares e muitos outros, a Conjuração Mineira e Baiana, Sabinada, Balaiada, Cabanagem, e os recrutamentos para Guerra como, por exemplo, na Guerra do Paraguai, na qual os escravizados lutaram e morreram aos milhares.

da colonização e da chamada escravidão moderna e que, mais tarde, se tornariam as vítimas dos sanguinários processos de expropriação de terras sob a condição de “posseiros”, ilegais porque sem títulos de terras reconhecidos pelo Estado e pela lei, e a constituir a base massiva sobre a qual repousaria a criminalização, a violência de classes e de Estado, e a superexploração capitalista na economia dependente brasileira (FERNANDES, 1975, MARINI, 2005), originada de uma economia agrário-exportadora, modernizada no tempo e no espaço ao lado da indústria urbana e mesmo subordinando-se a ela, mas nunca abandonada.

Para o despeito dos expropriados e pauperizados do capitalismo brasileiro, a reforma agrária jamais seria incorporada como uma pauta da burguesia, ou como uma reforma social possível e progressiva do capitalismo, tal como na utopia social democrata que vem desde o século XIX aos dias atuais, e como se deu em alguns países de capitalismo clássico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as camadas mais exploradas e pauperizadas do proletariado rural brasileiro, a exemplo de Canudos e do Contestado, do tratamento dado pela ditadura civil-militar às Ligas Camponesas, aos sindicatos de trabalhadores rurais e aos movimentos sem-terras no país, historicamente, o tom da reforma seria o da contrarreforma agrária, e o segmento dominante de classes seria aquele vinculado ao autoritarismo, ao transformismo político, à subordinação internacional (COUTINHO, 2000). O caminho escolhido: o da coalizão entre as elites agrárias latifundiárias e as industriais, ligadas ao capital imperialista e monopolista, à burguesia internacional, ao capital financeiro, antinacional, antidemocrático e antipopular, por meio dos quais se realizaram os processos de “modernização conservadora” (FERNANDES, 1975) e se deu a consolidação das relações tipicamente capitalistas em nosso meio. Estas, por sua vez, possuem um sentido, denominado por Caio Prado Júnior (2014) de “sentido da colonização”, constituindo-se, pois, como um fio condutor, uma “linha mestra” a marcar a nossa formação social, o nosso papel na divisão internacional, social e racial do trabalho, com estruturas rígidas e permanentes que se tornam visíveis desde o Brasil colonial e escravista do século XVI ao Brasil neoliberal do agronegócio do século XXI.

Por isto, eis a autenticidade e a atualidade da reflexão realizada por Rosa Luxemburgo (1999) contra o revisionismo ao expor a falsa dicotomia entre “*Reforma ou Revolução?*”, uma chave a partir da qual poderíamos interpretar também a luta pela reforma agrária no Brasil como busca para a superação de uma questão social e agrária, na maioria das vezes, tratadas como alvos de polícia e não de política e, face ao peculiar, mas não único, conservadorismo da burguesia brasileira, tornam a própria luta pela reforma agrária um elemento revolucionário da luta de classes no país, dado o antagonismo que a realização dela representa aos interesses da acumulação de capital

Aí, sim, parece estar uma das razões fundamentais porque não se realiza uma reforma agrária abrangente e efetiva no Brasil, e que leva a movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST), a declararem radicalmente sua rejeição em relação à reforma agrária clássica, que seria de caráter democrático-burguês, haja vista o reconhecimento da incompatibilidade desta com o perfil do capitalismo brasileiro, pautado no latifúndio, os levando a coerentemente reivindicarem uma reforma agrária anticapitalista, massiva e popular, vinda de uma coalizão dos “de baixo” contra os de cima, podendo ser caracterizada muito mais como parte de uma revolução social, não dicotômica ou oposta, mas, sem dúvida, muito além de uma reforma simplesmente.

Desse modo, a reconstituição da unidade entre questão agrária e questão social e a superação de ambas, ao que presumimos, devem caminhar ao lado e concomitantemente à superação de outras dicotomias produzidas pelo capitalismo e seu processo de alienação, dentre elas, aquelas existentes entre a luta econômica e a luta política; dos hiatos que cortam os projetos sociais e societários entre curto, médio e longo prazo; enfim, da abolição da divisa entre o imediatismo do estomago, da reprodução social individualista, egoísta, efêmera e cotidiana resultante da exploração e opressão de classes, da universalidade do gênero e seu potencial para a verdadeira emancipação humana e a ultrapassagem da pré-história da humanidade.

Com vista nisso, reafirmamos a ligação estrutural e a unidade intrínseca entre a questão agrária e a questão social na constituição do modo de produção capitalista, em especial, no capitalismo brasileiro, na qual a segunda não pode ser adequadamente compreendida sem a primeira, nem solucionada sem que aquela também o seja. Pois a questão agrária se constitui, segundo os estudos por nós realizados, num dos mais importantes e centrais fundamentos sobre os quais repousam a questão social, difundida, por seu turno, com base na exploração capitalista da força de trabalho e da terra nos dias correntes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.A. *A unidade estrutural entre questão agrária e “questão social” no capitalismo brasileiro*. Tese (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019. 131 fls.

ALMEIDA, J. A., BEZERRA, C. S. Questão agrária: capitalismo e proletarização rural no Brasil. *Em Pauta*, Rio de Janeiro. 1º Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 122 – 138.

COUTINHO. C.N. *Contra Corrente: Ensaio sobre Democracia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES. F.F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. F. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

GORENDER, J. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STÉDILE, J.P. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 160-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma Interpretação Histórico-Methodológica*. – 34 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. Ano II, n. 3 – Janeiro de 2001.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: STÉDILE J. P, TRANSPADINI, R. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981;

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política: O processo de Produção do Capital*. livro I, vol. 1. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital*. Livro I, vol. 2. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOURA, C. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editor Anita, 1994.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

STEDILE, J.P. (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WOOD, E. M. As Origens Agrárias do Capitalismo. In: *Monthly Review*. v. 50., n. 3 jul./ago. de 1998. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo66Artigo%202.pdf. Acesso em: 7 dez. 2020.

WILLIAMS, E. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.

DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CAMPO EM MINAS GERAIS: AS LUTAS PELA TERRA, SUAS DIFERENTES MANIFESTAÇÕES E A REFORMA AGRÁRIA COMO POLÍTICA SOCIAL

GABRIELA ABRAHÃO MASSON¹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar ao(a) leitor(a) alguns determinantes do desenvolvimento capitalista no campo em Minas Gerais, a partir da perspectiva sócio histórica. Discute-se a tônica engendrada pelo Estado Mineiro/ Brasileiro com relação ao modelo hegemônico de desenvolvimento, a agricultura patronal/ agronegócio em detrimento da agricultura familiar/ camponesa. A questão agrária, resultado contraditório e desigual desta realidade, é analisada sob a ótica da concentração fundiária e dos movimentos socioterritoriais/sociais, que recolocam historicamente a necessidade da reforma agrária, enquanto política pública de desenvolvimento, portanto redistributiva. No entanto, sua realização materializa-se pelo Estado, enquanto política social, distributiva e compensatória, ou que nomina-se de reforma agrária social.

¹ Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social pela UNESP/ Franca/SP. Especialista pela UNICAMP. Prof^a. Dr^a no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), vice-líder do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NATERRA); membro do grupo de Estudos Teoria Social de Marx e Serviço Social e Coordenadora do Programa de Extensão universitária Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba (FACU) na UFTM. E-mail: gabriela.masson@uftm.edu.br.

1 DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CAMPO EM MINAS GERAIS: GÊNESE, HISTÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

A mineração em Minas Gerais passou a ser a principal atividade econômica do Brasil Colônia por volta do século XVIII. Segundo Furtado (2003), o decênio compreendido entre 1750 a 1760 constituiu o apogeu da economia mineira, quando a maioria dos(as) trabalhadores(as) das minas e dos garimpos era composta pela força de trabalho dos(as) negros(as) escravizados(as). Nesse período, a população de Minas Gerais cresceu, assim como a necessidade de produção de alimentos, o que acarretou o surgimento de muitas áreas produtoras, assim como em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A pujança do ouro e diamante em Minas Gerais também favoreceu o surgimento das fazendas de gado ao longo do rio São Francisco. Neste sentido, este território também passou a ser uma das localidades de intensa produção agrícola no país, impulsionada pela mineração. Muito ouro e riquezas apropriadas e expropriadas privadamente foram escoadas para Portugal e Europa encamparem a dominação imperial sobre as colônias. A mineração é uma mediação histórica para apreensão do capitalismo e sua configuração coronelista no estado de Minas Gerais.

A partir do final do século XVIII, a atividade econômica que passou a forjar as condições necessárias para o processo de ocupação do estado foi a agropecuária que, desde a década de 1930, desempenhou e desempenha expressiva relevância na expansão urbana-industrial de Minas Gerais. Já nas décadas de 1950 e 1960, a região teve financiamento pesado do Estado para a implantação de infraestrutura e incentivos que subsidiaram o aquecimento capitalista no campo, impulsionado pelo processo de “modernização conservadora”, advindo da Revolução Verde. O Estado brasileiro, após o Golpe civil-militar de 1964, solapou a reforma agrária brasileira, enquanto política pública redistributiva, e, neste contexto, por meio da expansão da fronteira agrícola, houve a integração de inúmeras áreas do Cerrado Mineiro ao processo produtivo agrário agroexportador, uma particularidade histórica na formação social brasileira.

Apesar de Minas Gerais ainda ser o maior estado produtor de minérios na atualidade, a extração de ouro e outros minérios, em consequência da acentuada e desenfreada exploração, apresentou indícios de esgotamento no término do século XVIII. Tal realidade aprofundou a necessidade da pecuária e da agricultura direcionadas para o mercado interno, ainda com base no trabalho escravo dos(as) negros(as). A decadência da exploração de minérios também estava relacionada ao contexto nacional, uma vez que investimentos na economia agroexportadora seguida da agroindustrial, promoveram o deslocamento da produção econômica para o Rio de Janeiro, e em seguida, para São Paulo.

Segundo Maria (2005), o bioma do Cerrado corresponde a 23,1% do território nacional, abrangendo em toda sua espacialidade os estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, algumas porções do estado de Mato Grosso do Sul, uma parcela de Paraná, São Paulo, Minas Gerais,

Bahia, Piauí, Pará e Rondônia. Sua topografia favorece a agricultura mecanizada e a irrigação, características que impulsionaram a instalação de lavouras em extensas áreas de terras, nas quais prevalece a produção monocultora de grãos em larga escala, na atualidade direcionada para exportação de *commodities*.

A penetração de capital externo e incorporação das áreas do cerrado ao setor produtivo nacional foram financiadas pelo Estado brasileiro, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979). A criação de medidas efetivas, além de diversos programas, respondeu às demandas de consumo do mercado interno, e, sobretudo, às necessidades de aumento das exportações, garantindo o estímulo à agroindústria brasileira. Visando construir uma grande infraestrutura para o armazenamento e escoação de mercadorias provenientes do Centro-Oeste em direção ao Centro-Sul, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais criou o Programa de Crédito Integrado (PCI). Esse programa constituiu um marco da modernização da agricultura nas áreas do cerrado e o avanço da agricultura capitalista no estado.

Neste contexto nacional, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), instituído pelo II PND, promoveu o desenvolvimento e a modernização de atividades agropecuárias a partir da ocupação das áreas do Cerrado através da agricultura empresarial, incorporando 3,7 milhões de hectares aos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Nessa direção, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodec) foi aquecido por capital externo do Japão por duas *holdings* que conglomeraram grupos empresariais gestados por brasileiros e japoneses: a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (Basagro) e a Japan Development Corporation (Jadeco).

Um dos maiores projetos agroindustriais do estado de Minas Gerais, datado de 1970, foi a implantação da indústria de fertilizantes no bojo do II Projeto Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), idealizada para o atendimento da demanda interna de produção de insumos agrícolas, concomitante à elevação dos preços desses produtos importados. O projeto se estendeu até 1990, desmembrando-se em mais duas etapas que visaram à produção de grãos e construção de infraestrutura de transporte, energia, bem como liberação de créditos ao produtor agrícola para a produção de soja, milho e arroz.

Desse processo histórico, contraditório e desigual, resultou a intensa concentração da propriedade fundiária, a eliminação de culturas tradicionais e a expansão de monoculturas exportáveis. A agricultura patronal/ capitalista, a partir da década de 1990, alia-se a um império global que domina a produção agroindustrial, o mercado e as tecnologias. O agronegócio, derivado do modelo estadunidense denominado de *agribusiness*, é a expressão do capital financeirizado, determinante para o avanço desenfreado do capitalismo no campo, e por meio da produção, circulação e consumo de *commodities*, uniu diversos setores de produção mineira. A cana-de-açúcar é um deles.

No Brasil, a cana de açúcar é uma cultura que segue o padrão da agricultura patronal, o cultivo é monocultor em larga escala. Ela está presente em terras brasileiras desde o século XVI e “mantém ao longo dos séculos a característica de ser produzida, predominantemente, em escala comercial e em grandes extensões de terra, com o trabalho escravo, precarizado, explorado e voltado para o mercado externo” (SANT’ANA, 2014, p. 19). Em 1975, sua produção foi intensificada com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), edificado na lógica do Complexo Agroindustrial Canavieiro.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a cana de açúcar teve um crescimento de 47,9% na produção no período de 1995 a 2006, atingindo 19,6 bilhões de reais em 2006, o maior valor alcançado por uma cultura no país (IBGE, 2009). O surgimento de novas usinas motivadas pelo financiamento do Estado provocou um acréscimo de 33,3% de áreas colhidas. No Censo Agropecuário de 2017, dos 607,6 mil estabelecimentos agropecuários do estado de Minas Gerais, 49 mil produziram cana de açúcar, e a produção estadual foi de 66 milhões de toneladas (IBGE, 2019). Com 930 mil hectares plantados, Minas Gerais tem 34 usinas de açúcar e álcool, que serão ampliadas para 36, em 2020.

Sobre o processo de estrangeirização de terras, referente à compra, arrendamento ou direito de superfície de terras por estrangeiros, Santos (2017) identificou na região do Triângulo Mineiro nove grupos de capital internacional atuando neste negócio. Segundo a autora, a cana-de-açúcar é a *commodity* de atuação dessas empresas, e a maioria dos capitais provém dos EUA.

Em julho de 2015, o agronegócio² em Minas Gerais apresentou uma perspectiva de 13,27% de avanço em sua participação no PIB do agronegócio nacional. Pressionaram o resultado da pecuária os produtos lácteos e a proteína de origem suína. A pecuária representou 53,53% do agronegócio do estado para a projeção anual, em junho de 2015, enquanto a agricultura 46,47%. Com relação aos segmentos, destacou-se o desempenho dos insumos, com alta de 1,77% ao mês – elevação de 1,39% dos insumos agrícolas e de 2,07% dos pecuários (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2015).

Em 2016, o Relatório PIBAgro³ aponta que o crescimento do PIB do agronegócio mineiro girou em torno da produção da cana-de-açúcar. Observa-se, no Quadro 1, que o PIB referente a essa cultura em um período de 11 anos triplicou, ao passo que, outras culturas que alimentam a população, se mantiveram ou diminuíram, como no caso do arroz e mandioca.

² Os dados foram retirados do Relatório PIBAgro/Minas Gerais. Essa é uma publicação mensal, resultante da parceria entre o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, com o apoio financeiro da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) e da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa). O cálculo do PIB do agronegócio é feito pela ótica do valor adicionado, a preços de mercado, computando-se os impostos indiretos líquidos de subsídios. A quantificação dessa medida reflete a evolução do setor em termos de renda real, a qual se destina à remuneração dos fatores de produção: trabalho (salários e equivalentes), capital físico (juros e depreciação), terra (aluguel e juros) e lucros. Considera-se, portanto, no cômputo do PIB do agronegócio, tanto o crescimento do volume produzido como dos preços, já descontada a inflação (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2015).

³ A sigla diz respeito ao PIB do Agronegócio.

Quadro 1 - Ponderações utilizadas para cada segmento do PIB do agronegócio de Minas Gerais

Agricultura	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Café	38,58	40,79	47,06	35,01	38,07	34,05	40,95	46,18	40,25	31,14	37,80	36,14
Milho	13,32	13,04	10,18	16,19	14,04	11,47	9,02	10,87	11,80	11,18	10,43	10,15
Soja	14,20	10,80	8,32	10,87	11,19	12,71	9,36	8,83	11,36	12,68	12,95	12,97
Cana-de-açúcar	5,74	6,33	10,68	11,70	8,91	12,58	14,42	13,13	12,92	14,63	14,34	14,09
Feijão	4,49	6,41	4,57	6,16	9,79	5,52	6,12	3,91	6,51	6,04	3,84	4,70
Tomate	5,35	4,43	2,60	2,77	2,72	3,07	2,02	2,16	3,06	4,69	3,97	4,07
Batata inglesa	4,77	5,99	4,56	5,55	4,13	6,91	5,24	2,53	3,03	6,50	3,56	5,15
Arroz	1,74	0,86	0,71	0,97	0,83	0,78	0,89	0,78	0,67	1,08	0,00	0,00
Mandioca	1,16	0,75	0,54	0,60	0,42	0,32	0,23	0,08	0,07	0,0	1,1	0,9

Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (2016), adaptado pela autora.

Em 2019, o PIB do Agronegócio de Minas Gerais, calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Esalq/ USP, cresceu 5,12%, representando 36% do PIB estadual. Segundo pesquisadores do Cepea, assim como observado no agronegócio brasileiro, o setor em Minas Gerais também foi impulsionado, principalmente, pelo ramo pecuário, cujo PIB avançou 8,51% no ano passado. O PIB do ramo agrícola também avançou, mas em menor intensidade: 2,07%. Segundo pesquisadores, este resultado do ramo pecuário atrelou-se especialmente às exportações de carnes, já que a demanda interna ficou enfraquecida em grande parte do ano no País. A ocorrência do surto de Peste Suína Africana (PSA), nos países asiáticos, causou forte aumento na demanda mundial por carnes, com destaque para o papel da China, e os preços internacionais das proteínas animais subiram expressivamente, o que se refletiu nos preços domésticos. O setor pecuário, tanto em Minas Gerais quanto no Brasil como um todo, reagiu ao cenário favorável e expandiu a produção dentro da porteira e na agroindústria (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2019).

Segundo o Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio em Minas Gerais, em 2018, as exportações totais do estado registraram US\$ 23,97 bilhões. Houve uma retração de 5,5%, na comparação com 2017, devido à queda na receita de importantes produtos da cesta mineira como o minério de ferro, café, materiais de transporte, carnes e açúcar. O item mais vendido foi o minério de ferro, com participação de 30,4% de todas as transações externas de Minas Gerais. Ao todo foram contabilizados 193 parceiros comerciais. As exportações dos produtos do agronegócio totalizaram US\$ 7,94 bilhões. O café foi o principal produto comercializado, representando 40,6% da pauta do agronegócio mineiro. Minas Gerais enviou seus produtos a 167 destinos internacionais (MINAS GERAIS, 2019).

Segundo o Instituto Continental de Pesquisa Social (2019), nos últimos dez anos, o avanço da fronteira agrícola sobre o bioma do Cerrado significou um desmatamento de 50 mil Km². O Censo Agropecuário de 2017 aponta que o Cerrado perdeu em média 1.119,6 hectares por dia ou 46,65 ha por hora para o desmatamento (IBGE, 2019). Nominada de Matobipa, a maior fronteira agrícola do mundo responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras. O levantamento feito pelo Grupo de Inteligência Estratégica (GITE), da Embrapa, aponta que existem na área cerca de 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [2020?]). O avanço do capitalismo no campo mineiro também expressa, historicamente, a expropriação dos povos originários, quilombolas e populações tradicionais, assim como o constrangimento da agricultura familiar/ camponesa.

Na atualidade, a mineração é uma das maiores formas globais de tomada privada de terra, ou seja, o chamado neoextrativismo, que não significa somente a tomada do território para a extração de minérios, mas sim de metais, gás, petróleo, floresta e pesca. Segundo estatísticas do Departamento Nacional de Produção Mineral (2014), Minas Gerais situa-se como o maior estado produtor de minério do Brasil, com 47,01% da produção nacional, tendo, em 2014, produzido o equivalente a R\$ 800.684.546,79 reais. No estado, também operam três minerodutos e mais quatro estão em construção. Juntos, os sete minerodutos consumirão 8 bilhões e 170 milhões de metros cúbicos de água; esse total soma quase a água consumida mensalmente por Belo Horizonte (PERÉT, 2016).

A mineração, historicamente, materializa-se como um processo insustentável, tal como em toda a sua história, e fundamenta-se na apropriação e expropriação de territórios, no trabalho escravo em sua origem e na superexploração na atualidade, além da degradação ambiental desenfreada. O racismo e o sexismo também são seus constitutivos, pois são os (as) negros (as), as comunidades tradicionais e camponesas, e as mulheres, os mais afetados pelos grandes empreendimentos minerários.

Diante do exposto, a estratégia de desenvolvimento capitalista que perpassa o campo em Minas Gerais, historicamente, combina escravidão, exploração, expropriação e espoliação, fundadas no modelo agroexportador que, na atualidade, se reatualiza através do agronegócio minerário, agropecuário e pecuário para a exportação de *commodities*.

O modelo agrícola alinhado à Revolução Verde possui extrema dependência de insumos externos, sobretudo fertilizantes e agrotóxicos. Essa é uma mediação que reflete o próprio modelo de desenvolvimento do país, que, sob as rédeas hegemônicas do capital, foi se consolidando na monocultura, na grande propriedade, na força de trabalho, primeiramente escrava e seguida da superexplorada, até o seu descarte advindo do processo de mecanização no campo, que gera desemprego estrutural.

A pujança da produção que hoje advém do agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento econômico para o campo, acarreta a destruição exponencial da natureza que, por sua vez, impacta na vida humana. Conforme salienta Mézaros (2007, p. 28, grifo do autor),

Como todos os valores, a produtividade e a destruição só obtêm seu significado no contexto humano, na relação mais estrita possível com as condições históricas relevantes. O que faz da *destruição da natureza*, que ora testemunhamos, um processo irredimivelmente – e no longo prazo catastróficamente – negativo é seu impacto último na vida humana como tal [...].

A autodestruição humana é uma certeza do processo de reprodução sociometabólica do capital que, no Brasil do século XXI, alcança seu mais alto patamar por meio do avanço desenfreado do agronegócio, modelo capitalista de desenvolvimento predominante no campo mineiro e brasileiro. A desigualdade social, também fundada na histórica questão agrária, é produzida e reproduzida socialmente nesse território, onde também existem e resistem organizações e movimentos socioterritoriais ou sociais que lutam para que a reforma agrária não seja uma lenda.

2 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DAS MANIFESTAÇÕES, OCUPAÇÕES E A CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS

Uma das mediações para compreensão da questão agrária é a concentração da estrutura fundiária que, em Minas Gerais, tal como no Brasil, é bem acentuada. O Censo Agropecuário de 2006 aponta que o estado, nos anos de 1985, 1995 e 2006, possuía os Índices de Gini de 0,77, 0,772, e 0,795 respectivamente. Dos 853 municípios, mais de 95% possuem altos índices de concentração que giram em torno de 0,501 e 0,0799, quase 3% possuem índices muito altos, isto é, acima de 0,800 (VIEIRA; SCHIAVINATTO, 2015). A partir de análise preliminar, o Censo Agropecuário de 2017 aponta que a desigualdade de acesso à terra aprofundou-se no estado, realidade que está atrelada ao desenvolvimento do capitalismo no campo mineiro, como discutido (IBGE, 2019).

As mesorregiões que apresentam as maiores desigualdades sociais reveladas na distribuição fundiária são o Norte e o Noroeste de Minas. O Vale do Jequitinhonha, a região metropolitana de Belo Horizonte, o Vale do Mucuri e a Central mineira também apresentam desigual estrutura fundiária, com concentração que varia de forte a muito forte (0,701 a 0,900) (CLEPS JÚNIOR, 2014).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, Minas Gerais possui uma área que corresponde a 58,9 milhões de ha (586.522, 122 km²). Destes, 51,9 milhões (88,46% do território mineiro)

estavam cadastrados no INCRA. Observando a evolução da estrutura fundiária por classe de área nos anos 1992, 1998, 2003, 2010, 2011 e 2012, os dados revelam que o alto grau de concentração da propriedade em solos mineiros, não apenas permaneceu intacta, como se concentrou. Em 1992, 84,50% dos imóveis tinham menos de 100 ha e ocupavam apenas 18,33% das terras, enquanto em 2012, 85% dos imóveis tinham menos de 100 ha e ocupavam 31,08% das terras.

Os movimentos de luta pela terra e sua democratização são muito diversos e existem no Brasil desde a colonização. A organização e resistência já eram imperativos contra o colonialismo, escravidão e mandonismo em prol da independência da metrópole. Registra-se, nos limites deste artigo, alguns deles, como a Inconfidência Mineira (1792), a Conjuração Baiana (1798), a Revolta Pernambucana (1817), e, sobretudo, a organização dos Movimentos Quilombolas, a destacar Quilombo de Palmares, enquanto organização independente contra o sistema escravagista. O primeiro deles, em território mineiro, teve no comando as elites de Minas Gerais, proprietárias de muitos negros(as) escravizados(as), e não tinha como horizonte a luta pelas melhorias das condições dos pobres ou libertação dos(as) negros(as) escravizados(as), mas sim, os excessos da metrópole em prol da independência mineira.

Na atualidade, contra o modelo de desenvolvimento hegemônico no campo mineiro, estas lutas se corporificam através da organização e mobilização dos povos originários, sem-terra, camponeses(as), quilombolas, lavradores(as), pescadores(as) artesanais, jazeiros(as), e trabalhadores(as). Assim, uma das mediações que também revela a questão agrária são as formas de organização e manifestação públicas contra o modelo de desenvolvimento econômico/ político/ social/ cultural, excludente adotado pelo Estado brasileiro.

Segundo Girardi (2017), a respeito das manifestações do campo⁴, no Brasil, no período de 2000 a 2016, a Rede Dataluta registrou 12.554 mil manifestações. Estima-se que foram cerca de 7.049.073 milhões de pessoas, entre camponeses(as), índios(as), assalariados(as) rurais, sindicalistas, quilombolas, estudantes, professores(as), religiosos(as) e simpatizantes, que materializaram suas inquietações, inconformidades, indignações e organizações nas estradas, rios, prédios públicos. O estado de Minas Gerais, na região Sudeste, contabilizou o maior número de manifestações, sendo 821 com 461.303 mil pessoas envolvidas, a capital do estado, Belo Horizonte desponta em número de manifestações e pessoas envolvidas por município (CLEPS JÚNIOR, 2016).

Segundo Cleps Júnior (2016) entre o período de 1988 a 2016, 106 movimentos socioterritoriais/ sociais, organizações e entidades foram atuantes no estado de Minas Gerais nestas mobilizações e manifestações. São diversos os segmentos da população que estão na trincheira da luta contra o capital, resistindo ao avanço do agronegócio em Minas Gerais.

⁴ Os tipos de reivindicação são os mais diversos, contra a implantação de um modelo único de desenvolvimento para o campo; políticas de combate à fome e à pobreza; políticas de desenvolvimento no campo; políticas de reforma agrária; políticas de regularização fundiária; políticas ambientais; políticas trabalhistas; políticas de respeito aos direitos humanos.

Esses movimentos revelam, além da fragmentação, uma diversidade do campesinato de Minas Gerais, da própria luta e da ação reivindicatória que também é regionalizada.

Nas manifestações, o MST é preponderante enquanto movimento social no estado, sendo que, no período de 2000 a 2013, esteve na organização de 201 manifestações, seguido da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (83); Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) (40); Movimento de Luta pela Terra (MTL) (18); Liga Operária e Camponesa (LOC) (19) e Federação da Agricultura Familiar (FETRAF) (3) (CLEPS JUNIOR, 2014).

Em relação às ocupações no período de 1988 a 2016, 300 ocupações foram realizadas pelo MST envolvendo 34.199 famílias, seguido da CONTAG, 100 ocupações com 6.268 famílias; MLST, 43 ocupações e 6.771 famílias; LOC, 19 ocupações e 1.323 famílias; MTL, 18 ocupações e 2.205 famílias; FETRAF, 11 ocupações e 551 famílias. Outros movimentos socioterritoriais/sociais também massificaram as ocupações que, no estado, totalizaram 784 com 78.778 famílias envolvidas. É muita gente Sem-Terra para tanta terra privadamente apropriada.

Segundo Vieira e Schiavinatto (2015), as ocupações de terras foram intensificadas em Minas a partir de 1996, no governo de FHC (1994-2002), e permaneceram expressivas até início do segundo mandato do governo Lula. Sabe-se que, ambos os governos, imprimiram iniciativas que representam, no Brasil, a materialização dos dispostos neoliberais. Ao considerar o total de 66.647 mil famílias, que, entre outras coisas, reivindicaram terras em Minas Gerais, percebe-se que as pressões e reações (número de ocupações e número de famílias em ocupações) ligadas às contradições no campo foram mais expressivas entre os anos de 1998 e 2007.

A relevância dos movimentos socioterritoriais/sociais para as desapropriações de terra para fins de reforma agrária é determinante no país. Stédile e Fernandes (2012, p. 117) afirmam, “[...] onde o movimento é mais fraco, menor é o número de desapropriações, de famílias beneficiadas. A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito”.

Neste sentido, reflexo da organização e das mobilizações que resultam em manifestações e ocupações, os assentamentos rurais de reforma agrária constituem-se como uma importante mediação na luta pela reforma agrária. Em Minas Gerais, no período de 1986 a 2016, a criação desses espaços de resistência, luta, sociabilidade e produção de alimentos, totalizou 416 assentamentos rurais, sendo que 25.091 mil famílias foram assentadas, em uma área de 1.054.763 hectares. A maioria está localizada nas regiões Noroeste, Norte e Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba (CLEPS JÚNIOR, 2016). Na região Sudeste, o estado de Minas Gerais apresenta o maior número de famílias assentadas, bem como hectares desapropriados para fins de reforma agrária. A maior parte (85% do total) foi criada entre 1996-2010. A tabela 1 evidencia a criação destes assentamentos rurais, por ano.

Tabela 1 – Assentamentos rurais de Minas Gerais por ano – 1986-2016

Ano	Nº Assentamentos	Nº de Famílias	Área (ha)
1986	4	656	34.569
1987	3	201	9.424
1988	3	726	22.956
1989	3	158	10.513
1990	-	-	-
1991	4	180	8.075
1992	8	468	21.941
1993	-	-	-
1994	1	118	3.584
1995	9	2.038	44.144
1996	26	1.272	52.571
1997	34	2.116	102.276
1998	33	1.717	74.398
1999	30	1.556	67.747
2000	28	2.791	100.185
2001	14	1.445	68.375
2002	13	704	33.067
2003	07	512	16.930
2004	15	504	31.279
2005	72	3.213	154.080
2006	14	796	21.545
2007	24	1.028	50.468
2008	5	182	4.400
2009	22	843	25.737
2010	12	529	27.013
2011	6	250	7.661
2012	8	661	35.849
2013	4	173	7.212
2014	11	527	19.156
2015	3	83	2.858
2016	0	0	0
Total	416	25.091	1.054.763

Fonte: Cleps Junior (2016), adaptação da autora.

A partir da Tabela 1, observa-se que, no governo de FHC (1994-2002), foram criados 188 projetos de assentamentos rurais em Minas Gerais, ao passo que no governo Lula (2003-2010) esse número foi menor, 171. No primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2015) foram criados apenas 32 assentamentos rurais. No segundo mandato, em 2015, a reforma agrária foi paralisada, sendo que nenhuma terra foi desapropriada. Em 2016, o processo de *impeachment* da presidenta e a governabilidade ilegítima de Michel Temer (PMDB) representaram para a classe trabalhadora um verdadeiro ataque/desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas historicamente conquistadas, dentre elas a reforma agrária desde então está paralisada.

Com relação às famílias, observa-se que 13.757 famílias foram assentadas no governo FHC, enquanto foram 7.607 no governo Lula e 1.694 no governo Dilma. Embora os números sejam dissonantes de um governo para o outro, é preciso problematizá-los à luz das políticas públicas agrárias e agrícolas responsáveis pela permanência das famílias nos assentamentos

rurais, bem como à luz da atuação dos movimentos sociais nessa localidade em consonância com os governos existentes.

Elucidar e discutir a luta pela reforma agrária a partir das manifestações, ocupações e criação de assentamentos rurais de reforma agrária em Minas Gerais faz-se cada vez mais necessário para a aproximação da totalidade em que estão inseridos os assentamentos rurais no estado. Circunscritos em um território economicamente rico em recursos naturais e de predomínio da agricultura patronal/agronegócio, são parte constitutiva da contradição que envolve a questão agrária mineira, ou seja, da produção de riqueza socialmente construída e historicamente e privadamente apropriada.

Segundo liderança política do MST no Triângulo Mineiro, “tornar aquilo que era latifúndio em uma área liberta do latifúndio é o desafio!” (MASSON, 2016). Um desafio diário do campesinato, dos movimentos socioterritoriais/sociais e organizações que lutam, resistem e persistem pela realização da reforma agrária no Brasil, em Minas Gerais, ainda que enquanto política pública.

3 A REFORMA AGRÁRIA COMO POLÍTICA SOCIAL NO TRIÂNGULO MINEIRO: PARTICULARIDADES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Segundo Coca, Santos e Rocha (2014), 11 eram as políticas agrárias de obtenção de terras presentes no território brasileiro no período de 1985 a 2009, adjudicação; arrecadação; cessão; compra e venda; confisco; desapropriação; doação; incorporação; reconhecimento; transferência e reversão de domínio. 55% da área total dos assentamentos rurais é resultado de políticas de regularização fundiária que, no entanto, representa 9% dos projetos com 19% das famílias assentadas. Já a política de desapropriação abarca o maior número de assentamentos rurais obtidos, com mais de 45 mil famílias assentadas em terras desapropriadas diretamente pelo Incra (COCA; SANTOS; ROCHA, 2014). Oliveira (2011) problematiza, como reforma agrária, somente os assentamentos rurais criados de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terras e retomadas de terras públicas.

Em Minas Gerais, dos 397 assentamentos rurais criados no período de 1986 a 2012, registra-se⁵ cinco formas de obtenção, sendo 76,8% conquistados por desapropriação; 13,9% por reconhecimento; 6% por compra; 1,5% por doação; e 0,5% por transferência. A compra e venda de terras, inaugurada no governo de FHC pelo Banco da Terra, corresponde, no Brasil, a 6% das políticas de obtenção de terra, assim como no estado (COCA; SANTOS; ROCHA, 2014).

A partir de estudo pioneiro na região do Triângulo Mineiro, Masson (2016) aponta particularidades e limites da reforma agrária, enquanto política pública redistributiva nesse território, assim como sua aproximação com a política social que possui caráter distributivo, focalizado e seletivo.

⁵ Para 1,3% dos assentamentos, não foram encontradas as informações quanto às formas de obtenção (VIEIRA; SCHIAVINATTO, 2014).

Com relação aos créditos agrícolas, Masson (2016) constatou o privilégio histórico de setores mais capitalizados da agricultura, sendo que muitos(as) assentados(as) ficam à margem deste processo. Conquanto, alguns esforços governamentais foram empreendidos no governo Lula com relação ao incremento orçamentário do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), bem como sua nacionalização. Mas, ainda insuficientes e demasiadamente burocráticos, quando comparados a opulência das políticas agrícolas que impulsionam o agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento vigente.

Os créditos de implantação são insuficientes diante das demandas dos(as) assentados(as). O fomento que era a “fundo perdido” nunca foi reajustado, e, nos últimos anos, foi alterado, sendo cobrado seu reembolso aos assentados(as) sob o controle fiscalizatório e punitivo do Estado, e recentemente extinto. O crédito habitação foi acessado em média 10 anos após ocupação, o que evidencia a morosidade e o descumprimento do Estado para com o direito dos assentados (as).

Com relação ao crédito investimento Pronaf, verificou-se dificuldades distintas de acesso, que vão desde a morosidade de liberação da Declaração de Aptidão (condição para acesso ao programa), a burocracia e até mesmo o “não acesso” diante da mesma. A concessão também na maioria das vezes não dialoga com as necessidades das famílias nos lotes.

A autora discute a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) enquanto programas de compras governamentais inscritos no Plano Safra da Agricultura Familiar, cujos objetivos versavam sobre o fortalecimento da agricultura camponesa/ familiar, presente na maioria dos assentamentos rurais. O PAA, além de um programa de compra governamental, também foi discutido enquanto um instrumento da política agrícola que institucionalizou as demandas da agricultura camponesa/ familiar. Sua relevância para a política de reforma agrária assenta-se no fato dos(as) assentados(as), no plano legal, serem os fornecedores(as) prioritários do programa. O programa é um importante instrumento para a materialização da reforma agrária enquanto política redistributiva, pois pode qualificar e potencializar a agricultura camponesa/ familiar nos assentamentos rurais, bem como os mercados locais. No entanto, sua pujança ainda está focalizada no Sul do país e a baixa frequência de assentados(as) e ineficácia de operacionalização pelos municípios emperram suas possibilidades.

A partir da discussão dos programas de crédito rural e dos programas que compõem as ações de reforma agrária na vida dos(as) assentados(as), Masson (2016) pontua muitos desafios para efetivação, uma vez que a grande maioria dos sujeitos entrevistados, 80%, contam com algum tipo de renda auferida pela produção do lote, no entanto, insuficiente para garantir a reprodução nos mesmos. Isso infere diretamente nas políticas agrícolas que deveriam fomentar tal produção, como o Pronaf e o PAA (escoamento) e PNAE (comercialização).

Analisando a composição da renda familiar de assentamentos rurais, os benefícios sociais da assistência social e previdência social, que são políticas sociais, fizeram-se presentes na composição da renda na maioria das famílias estudadas. A renda advinda do trabalho

externo ao lote pelo assentado(a) ou algum membro da família também foi constatada. Estes apontamentos evidenciam a latente presença das políticas distributivas para a garantia da reprodução dos assentados(as) e o constrangimento da reforma agrária enquanto política redistributiva, de desenvolvimento, portanto.

Muitas famílias recorrem à política de assistência social para a manutenção da reprodução nos assentamentos, sendo que critérios seletivos e focalizados impelem que muitas acessem o Bolsa Família. O benefício previdenciário, no caso aposentadoria rural, não é uma realidade na vida de nenhum assentado ou assentada do estudo realizado, muito embora tenham trajetórias de trabalho relacionadas ao meio rural. Ou seja, o acesso a este direito previdenciário ainda se constitui um desafio para os trabalhadores(as) rurais, o que pode estar relacionado aos seus rígidos critérios de acesso, aprofundados pela Reforma da Previdência em 2019.

A realidade estudada por Masson (2016) evidencia as dificuldades que as famílias assentadas possuem para se viabilizarem, enquanto agricultoras ou camponesas (que produz, comercializa e vive com a renda oriunda do lote) nos assentamentos rurais; pois ter uma renda familiar atrelada às políticas sociais ou até mesmo ao trabalho fora do lote infere o quanto a reforma agrária, enquanto política pública de desenvolvimento, neste território não possibilita formas de ser e se reproduzir, enquanto assentados (as).

No que tange ao alcance das políticas sociais que compõem as ações da reforma agrária na garantia dos direitos sociais dos (as) assentados (as), a política pública de saúde é a mais acessada. No entanto, o atendimento médico a outras especialidades é esporádico. O acesso à medicação de uso contínuo é permeado pela falta dos medicamentos na rede municipal, bem como por dificuldades para a troca das receitas em decorrência da ausência de médicos. Estes fatores impelem a busca no mercado por atendimento médico, bem como a medicação. O acesso à política de assistência social é incipiente, sendo que muitos não reconhecem esta política enquanto direito, apesar de ela se materializar na vida das famílias assentadas via programas de transferência de renda.

Estas aproximações não estão distantes da totalidade que (re)configura as políticas sociais no contexto nacional, pois a privatização, focalização e seletividade têm subjugado os princípios de universalidade e estatização, presentes no bojo de constituição destas políticas sociais.

Apesar dos inúmeros desafios constatados em pesquisa no Triângulo Mineiro, é necessário reconhecer as potencialidades da reforma agrária, enquanto política pública, na medida em que houve transformação de latifúndios e propriedades privadas, em assentamentos rurais, onde residem mais de 100 famílias; a possibilidade das famílias em residirem em uma moradia de alvenaria ao invés de uma lona preta ou moradias muito precárias; a possibilidade de uma alimentação mais diversificada e até mesmo uma produção agroecológica; a reduzida

dependência do mercado para satisfação das necessidades; o cumprimento da função social da terra e o acesso, ainda que muito limitado, às políticas que compõem a reforma agrária.

No entanto, a indagação que deu origem ao estudo de Masson (2016) e às sistematizações teórico-práticas confirmaram a hipótese de que a reforma agrária em curso não tem se efetivado enquanto política pública de desenvolvimento, com viés redistributivo, portanto política pública de caráter estrutural. Mas sim, política social que, diante de critérios focalizados, seletivos e excludentes, aproxima-se de uma política pública meramente distributiva e compensatória que a autora nominou de Reforma Agrária Social. As transformações discutidas foram e são engendradas neste território pelos trabalhadores(as), camponeses(as) sem-terra que resistiram e resistem ao “limbo” a que são acometidos(as) diariamente pelo Estado, que possui a intencionalidade de materializar a reforma agrária como uma política compensatória no território mineiro.

Assim as famílias assentadas persistem, com a enxada na mão, e são responsáveis pela reforma agrária que o Estado brasileiro insiste em gotejar por meio da política compensatória, que, cada vez mais, degrada as condições sociais no campo e na cidade conseqüentemente. Logo, as implicações deste processo em curso sinalizam o quanto a questão agrária, enquanto manifestação da questão social, se redefine por meio de uma “política de assentamentos” que não garante, à longo prazo, a reprodução dos(as) assentados(as) no campo mineiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade social a partir de suas contradições revela o quanto a análise do real não se constitui linearmente, mas sim, a partir de múltiplas determinações. Diante do exposto, contraditoriamente, nesse cenário se reproduz também a agricultura camponesa, com insignificativo apoio do Estado. A Reforma Agrária Social, que tem se materializado em detrimento a uma reforma agrária redistributiva nos assentamentos estudados por Masson (2016), ainda possibilita aos assentados(as) uma relação orgânica com a natureza por meio do trabalho realizado no lote e maior controle sobre o processo de trabalho, que cria valor de uso para a satisfação das necessidades naturais e básicas sem estas estarem majoritariamente à mercê da satisfação via mercado, como nos centros urbanos.

Desse modo, ainda que diante de todos os desafios impostos pelos determinantes do desenvolvimento capitalista no campo em Minas Gerais, os movimentos socioterritoriais/sociais, organizações diversas e assentados(as), resistem, reinventam e engendram uma agricultura familiar camponesa, de base familiar cuja renda total é produzida predominantemente pelo trabalho dos membros da família, distinguindo-se da agricultura capitalista/ patronal, tão financiada pelo Estado.

Segundo Masson⁶ (2016, p. 355) uma assentada entrevistada afirma, “(...) a reforma agrária nunca amadurece”, mas pelo prazer de ter um lugar nesta sociabilidade, ainda assim ela “tentava de novo”,

⁶ Segundo Masson (2016), a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da UFTM.

Dorothy: *Então...na época que nós ía muito atrás uma vez eu cheguei até falar, que a Reforma Agrária nunca amadurece, sempre tá verde! A gente nunca colhe, nunca vem, custam vim. Custa amadurecer aquela ideia, o que eles falava pra gente é que a gente tinha que organizar para ficar amadurecendo, ficar amadurecendo.*

Entrevistadora: *Se fosse hoje a senhora entraria de novo?*

Dorothy: *Se eu soubesse como que eu ía, eu acho muito injusta essa reforma agrária pela demora, mas eu tentava de novo. Pelo prazer de ter minhas coisas, ter meu pedacinho de chão, minhas criações.*

Assentados e Assentadas dos assentamentos rurais de Minas Gerais, do Triângulo Mineiro, brasileiros(as), latino-americanos, pela soberania de nosso território, Avante!

REFERÊNCIAS

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *PIB Agro Minas Gerais*. Piracicaba, SP: CEPEA, 2015. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pibmg>. Acesso em: 11 nov. 2020.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *PIB do Agronegócio Estado de Minas Gerais*. Piracicaba, SP: CEPEA, fev. 2016. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_fev16.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *PIB do Agronegócio Estado de Minas Gerais*. Piracicaba, SP: CEPEA, março. 2020. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/PIBAGRO%20Minas%20Gerais_2019.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

CLEPS JÚNIOR, João (coord.). *Dataluta Minas Gerais: Relatório 2013*. Uberlândia, MG: LAGEA, 2014. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta_mg_2013.pdf. Acesso em: 13 nov. 2020.

CLEPS JÚNIOR, João; VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos. (coord.). *Dataluta Minas Gerais: Relatório 2016*. Uberlândia, MG: LAGEA: NATERRA, 2017. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta_mg_2016.pdf. Acesso em: 13 nov. 2020.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos; ROCHA, Herivelto Fernandes. A atualidade da reforma agrária brasileira: diversidade das políticas de obtenção de terras, dos camponeses e tipos de assentamentos rurais. In: VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento*. São Paulo: Outras Expressões, 2014. v. 1.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. *Informe Mineral*. Brasília, DF: DNPM, 2014. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?DBancoArquivoArquivo=9114. Acesso em: 20 nov. 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Sobre oMatopiba*. Brasília, DF: EMBRAPA, [2020?]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 3 dez. 2020.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GIRARDI, Eduardo Paulon (coord.). *DataLuta Brasil*. Relatório 2016. Presidente Prudente, SP: NERA, 2017. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2016.pdf. Acesso em: 13 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 3 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 3 dez. 2020.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *A Reforma Agrária popular e a luta pela terra no Brasil*. Tricontinental Dossiê, n. 27, abr. 2020. Disponível em: https://www.thetricontinental.org/wpcontent/uploads/2020/04/20200328_Dossier-27_PT_Web.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

MARIA, Luciene Xavier. *O programa de parceria e arrendamento de terras e o processo de (re) ocupação produtiva do cerrado mineiro: o caso de Uberlândia e Uberaba*. 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2005.

MASSON, Gabriela Abrahão. *A Reforma Agrária como política pública de desenvolvimento: análise a partir dos Assentamentos Rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG*. Orientadora: Eliana Bolorino Canteiro Martins. 2016. 407 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, SP, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/149813>. Acesso em: 24 set. 2020.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Panorama do comércio exterior do agronegócio de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEAPA, 2019. Disponível em: http://agricultura.mg.gov.br/images/Arq_Relatorios/Publicacoes/panorama_2019.pdf. Acesso em 3 dez. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Não Reforma Agrária e contra reforma agrária no Brasil do governo Lula. *In: ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DE AMÉRICA LATINA*, 13., 2011, San José. *Anales [...]*. San José: Egal, 2011. v. 1. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

PERÉT, Rodrigo de Castro Amédée. Os desafios da Reforma Agrária: a luta contra a criminalização e a violência no campo (mesa redonda). *In: JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA DA UFTM*, 2., 2016, Uberaba, MG. *Anais [...]*. Uberaba, MG: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2016.

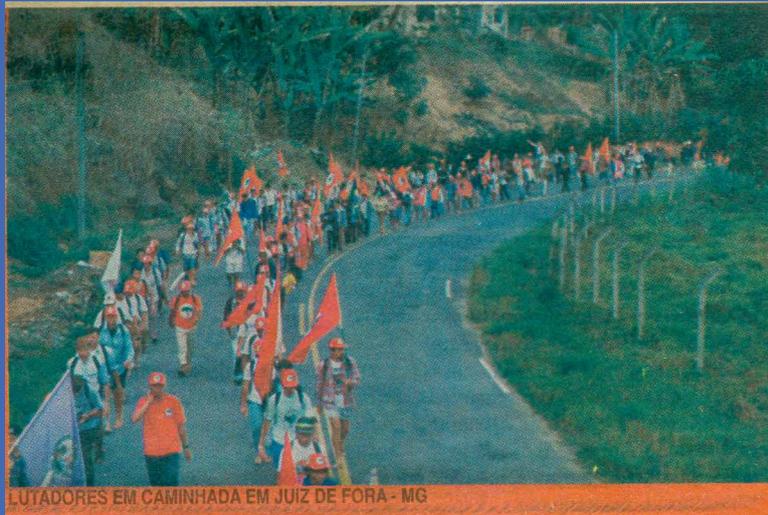
RELATÓRIO PIB Agro/Minas Gerais. Piracicaba, 1 jul. 2015. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pibmg/files/2015/01Jul.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

SAN'TANA, Raquel Santos. *Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Patrícia. *Estrangeirização de terras na região do Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba (MG): a produção de alimentos frente ao avanço da Bunge no município de Santa Juliana*. 2017. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2017.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Maçano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2012.

VIEIRA, Wesley Alves; SCHIAVINATTO, Mônica. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista NERA*, Presidente Prudente, SP, ano 18, n. 26, p. 183-203, 2015. Edição especial. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3576/2913>. Acesso em: 1 jul. 2016.



Fonte da imagem: Arquivo histórico do MST-MG.

PARTE II

"Pressupondo o homem enquanto homem e seu comportamento enquanto um [comportamento] humano, tu só podes trocar amor por amor, confiança por confiança, etc. Se tu quiseres fruir da arte, tens de ser uma pessoa artisticamente cultivada; se queres exercer influência sobre outros seres humanos, tu tens de ser um ser humano que atue efetivamente sobre os outros de modo estimulante e encorajador."

(Karl Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844)

A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUL DE MINAS: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS ASSENTADOS E ACAMPADOS DE CAMPO DO MEIO ORGANIZADOS PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

CAROLINA DA SILVA BASILIO¹
CLARA LEITE SEFAIR DE BARROS²
MARCELA FRITZ DE OLIVEIRA³
TATIANE SOUZA VALADÃO⁴
VERÔNICA MEDEIROS ALAGOANO⁵

*E erguer-se de todos os lugares
para dizer que é hora de colher
tudo o que se plantou.*

Ademar Bogo

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail carolina.basilio@arquitetura.ufjf.br

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) E-mail: clarasefair@gmail.com

³ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail marcelafritz.arqurb@gmail.com

⁴ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: tatisvaladaoo@gmail.com

⁵ Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em processo de doutoramento pelo Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenadora de assessoria técnica aos atingidos pela barragem de Fundação em Barra Longa (MG). E-mail veronica.ufrj19@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Sul de Minas é uma região de grande conflito agrário, cuja economia é predominantemente agrícola, centrada na produção de café, milho e leite. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se inseriu na luta por reforma agrária nessa região na década de 1990, mais precisamente no município de Campo do Meio. Segundo dados do IBGE (2020), o município possui uma população de 11.651 pessoas num território que abrange 275,426 km².

A pesquisa em tela fora realizada em 2017, portanto, alguns dados podem ter variações, contudo, ainda possuem grande expressividade para analisarmos os conflitos, lutas e resistência da região de Campo do Meio. De caráter amostral, o estudo teve um alcance de três assentamentos (Nova Conquista, Primeiro do Sul, Santos Dias) e 11 acampamentos (Tiradentes, Resistência, Fome Zero, Girassol, Potreiro, Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Irmã Dorothy, Betinho, Chico Mendes e Vitória da Conquista) totalizando um alcance de 226 pessoas.

Para apresentação dos dados da pesquisa, o artigo realizará uma caracterização dos entrevistados a partir dos elementos sexo, raça e faixa etária para uma caracterização prévia de quem são os sujeitos organizados pelo MST na região. Em seguida, serão apresentadas as características das moradias, a situação financeira/econômica das famílias, bem como o acesso às políticas de assistência, educação e saúde. A condição de trabalho, produção e insumos também compõem a descrição dos dados.

O MST é o principal movimento da América Latina na luta pela terra, articulando o direito à reforma agrária com a estratégia de transformação societária. Como forma político-metodológica de organização, a ocupação de terras improdutivas se torna uma ação essencial para alcançar o direito de produzir. Portanto, considerando as diferenças e desafios próprios dos acampamentos e assentamentos, os dados serão apresentados seguindo esta mesma lógica.

Destaca-se que, Campo do Meio recentemente tornou-se alvo de uma ação criminosa de despejo em uma de suas áreas de acampamento, o Quilombo Campo Grande, que teve 14 famílias despejadas, destruição de uma área produtiva e uma escola. As consequências desse despejo são significativas para as 450 famílias acampadas e assentadas na região.

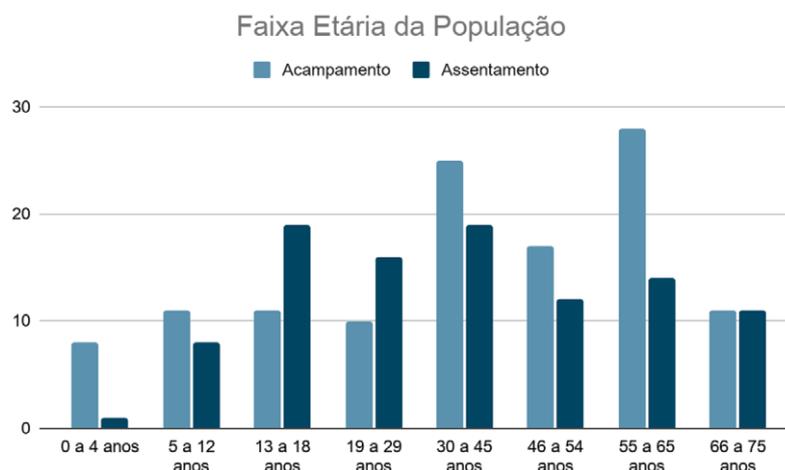
Portanto, os dados dessa pesquisa são de fundamental importância para evidenciar a realidade contemporânea da questão agrária em Minas Gerais, especialmente no sul do estado. Dessa forma, a seguir, busca-se apresentar os dados da pesquisa -“Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais: uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST)”- no exercício de promover a identificação dos sujeitos assentados e acampados, bem como o levantamento de suas situações, demandas, acesso às políticas públicas e construção de alternativas de resistência engendrados por aqueles que dão vida e energia ao MST em Campo do Meio.

1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS ACAMPADOS E ASSENTADOS DE CAMPO DO MEIO

Iniciou-se a pesquisa a partir da análise do perfil das pessoas que estavam em acampamentos e assentamentos do MST de Campo do Meio, sul do estado de Minas Gerais. Nos acampamentos da região, foram realizados 47 questionários, abrangendo um total de 124 pessoas. A análise amostral apontou que a população está distribuída de forma praticamente paritária entre homens e mulheres, sendo a população masculina ligeiramente superior em números, correspondendo a aproximadamente 54% da população total. As famílias acampadas têm origem na cidade de Campinas, no estado de São Paulo, e de Campo do Meio.

A respeito da faixa etária, há significativa concentração de população com idades entre 55 e 65 e 30 a 45 anos, com 22% e 20%, respectivamente, enquanto há quase 18% de crianças e jovens, com idades entre 5 e 18 anos. Com relação ao estado civil, quase 40% da população é solteira, o que deve ser analisado junto aos dados sobre a faixa etária, em seguida, têm-se 20% do total da amostra analisada, correspondendo a pessoas em união estável.

Gráfico 1: Tempo de participação no MST



Fonte: BEZERRA, Cristina Simões; BRUZIGUESSI, Bruno. *Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais: uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST)*. Projeto de Pesquisa, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

Quanto à origem étnica dos indivíduos, o estudo apontou que a maioria da população presente nos acampamentos da região está entre os não-brancos, numa somatória de 70% entre pardos, pretos, indígenas e 29% brancos. O aspecto religioso se expressa majoritariamente pelas vertentes Católica e

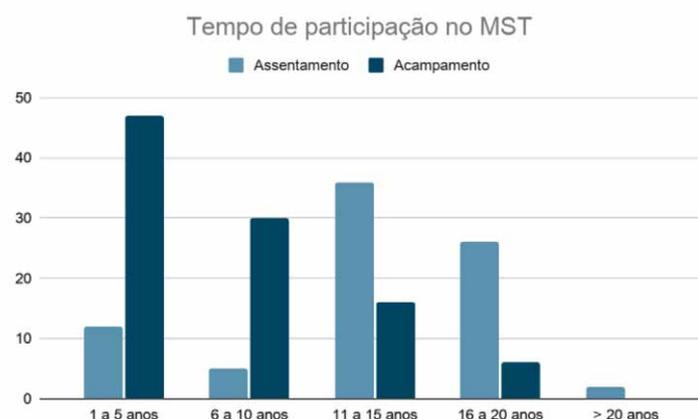
Evangélica, e, em pequena proporção, de pessoas que não possuem religião, espíritas e praticantes de religiões de matriz africana.

Já nos assentamentos da região, foram realizados 27 questionários, abrangendo um total de 102 pessoas. Na mesma direção dos dados relacionados aos acampamentos, a análise amostral apontou que a população está distribuída de forma paritária entre homens e mulheres e que as principais cidades de origem desta população são Campinas, no estado de São Paulo, Campo do Meio e Alfenas, em Minas Gerais. O estudo apontou que é expressiva a porcentagem da população que reside no município sede do assentamento entre 10 a 20 anos.

Há uma ampla distribuição de indivíduos em diversas faixas etárias nos assentamentos, sendo praticamente 18% de jovens, entre 13 e 18 anos, e a mesma porcentagem de adultos entre 30 e 45 anos e pouco menos de moradores na faixa etária correspondente a 46 e 54 anos, já a população jovem que se encontra entre 19 e 26 anos se aproxima a 15%, e pouco menos entre 66 a 75 anos. O estado civil mais expressivo é o de pessoas solteiras, correspondendo a pouco mais de 50% da população e cerca de 30% de pessoas casadas, sendo divorciados, separados e viúvos a minoria.

A autodenominação, no quesito origem étnica nos assentamentos, resultou em cerca de 40% de pessoas que se declaram pretos, pouco menos de 35% de brancos, seguidos por 15% de população parda, a origem étnica indígena é pouco expressiva, mas existente. Quanto à religiosidade, católicos e evangélicos são maioria, perfazendo 90% do total da amostra analisada, quando juntos. Por conseguinte, os 10% restantes se dividem em pessoas sem religião, não tendo sido encontradas pessoas espíritas ou praticantes de religiões de matriz africana.

Gráfico 2: Tempo de participação no MST



Fonte: BEZERRA, Cristina Simões; BRUZIGUESSI, Bruno. *Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais: uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST)*. Projeto de Pesquisa, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

Os dados em relação ao tempo de participação no movimento mostram que, nos assentamentos, a maior parcela das pessoas faz parte do MST de 6 a 10 anos, já, nos acampamentos, este período é predominantemente entre 1 a 5 anos.

Essa diferença significativa - quanto ao tempo de participação das pessoas no movimento - conforme à condição da ocupação, também é possível de ser observada em relação aos outros aspectos analisados na pesquisa, dentre eles, as condições de habitação desta população, que será abordada a seguir.

2 SITUAÇÃO DAS MORADIAS NOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS

A situação da habitação nos acampamentos se apresenta de forma paritária em relação à quantidade de pessoas morando em casas permanentes e provisórias, 51% e 49% respectivamente. Os materiais mais empregados nas construções são o tijolo cerâmico sem revestimento, a cobertura de telha cerâmica, zinco ou fibrocimento, na estrutura há uso da alvenaria estrutural e do concreto armado e no piso predomina o cimento sem acabamento. A maioria das casas tem cerca de três a quatro cômodos, o banheiro está presente em 94% das moradias, nestas existe em média um banheiro por residência e o escoadouro sanitário mais empregado é a fossa rudimentar. Quanto ao abastecimento de água, é obtido, principalmente, através do poço ou nascente, e seu consumo é feito por 55% dos entrevistados diretamente do local de origem sem nenhum tratamento e 29% utilizam o filtro convencional. A iluminação de 37% das habitações é feita principalmente por vela ou lamparina, mas 20% fazem o uso de gerador. O aquecedor solar só está presente em 5% dos domicílios. O acesso à internet só é realidade em 35% das casas através do celular com o padrão 3G. As principais formas de descarte do lixo doméstico são a queima ou enterramento. Apenas 2% dos domicílios apresentaram problemas com inundações nos acampamentos.

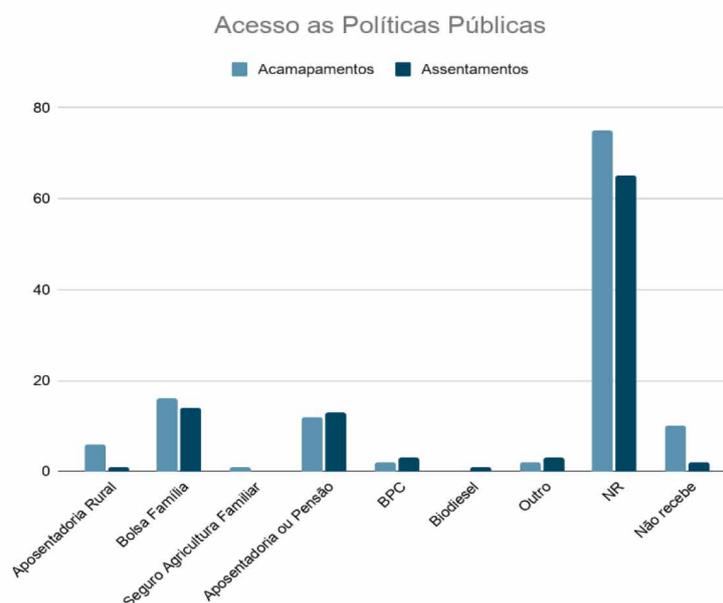
As moradias nos assentamentos são de caráter permanente para 84% dos entrevistados, os principais materiais utilizados em sua construção são o tijolo cerâmico nas paredes, a maioria com revestimento, a telha nas coberturas (não foi especificado o material), a estrutura das casas em alvenaria estrutural e o piso cerâmico. As casas geralmente possuem de cinco a sete cômodos e em todas existe, ao menos, um banheiro; o esgotamento sanitário mais utilizado é a fossa séptica sem ligação com a rede pública. O principal meio de abastecimento de água, encontrado em 93% das casas, é feito através de poço ou nascente e a água para consumo é adquirida de duas formas, a mais utilizada são os filtros de barro, seguido da água natural, retirada diretamente da fonte e consumida sem nenhum processo anterior de tratamento, com 50% e 46% respectivamente. A iluminação de 96% das residências advém da rede pública, nenhum domicílio possui aquecimento solar e o acesso à internet somente é feito por 19% das pessoas através do celular com padrão 3G. Quanto ao descarte do lixo, em 95% dos domicílios ele é queimado ou enterrado. Problemas com inundações foram vivenciadas em 14% das moradias dos assentamentos.

A situação precária de moradia é uma das diversas dimensões da vulnerabilidade social à qual os assentados e acampados de Campo do Meio estão submetidos. A seguir, será feita uma exposição dos dados que buscam apresentar a condição financeira das famílias e como tem se dado o acesso delas às políticas públicas, outras dimensões da vulnerabilidade de extrema importância para compreender a realidade dos acampamentos e assentamentos da região.

3 SITUAÇÃO ECONÔMICO/ FINANCEIRA E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Os dados da pesquisa ilustram a grave situação de vulnerabilidade social em que se encontram os acampados e assentados, principalmente no que se refere à renda, trabalho e acesso às políticas públicas. Das 124 pessoas entrevistadas, 36 informaram não ter renda, 35 recebem até um salário, e outras 14 sobrevivem com 1 a 2 salários mínimos. Quando se trata de benefícios, política pública ou pensão os dados são ilustrativos, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3: Acesso às políticas públicas



Fonte: BEZERRA, Cristina Simões; BRUZIGUESSI, Bruno. *Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais: uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST)*. Projeto de Pesquisa, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

A partir dos dados sintetizados, é interessante notar que a maioria dos indivíduos não recebe nenhum tipo de auxílio. Contudo, das 47 famílias, 32 já foram atendidas pelo Centro de

Referência em Assistência Social (CRAS), o que revela a importância de políticas socioassistenciais que alcancem essa população.

Dos assentamentos, vale destacar os dados mais expressivos relativos à renda, uma vez que 32 famílias vivem sem renda fixa, 32 recebem até 1 salário-mínimo e outras 11 possuem renda entre 1 e 2 salários mínimos. Quando questionados sobre o acesso a políticas públicas ou outros benefícios, 67 famílias não quiseram ou souberam responder, 14 pessoas informaram receber Bolsa Família, outras 5 são aposentadas ou pensionistas e 3 recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para a compreensão da situação educacional nos territórios, são expressivos os dados encontrados. Nos acampamentos, 50 % da amostra não completaram o ensino fundamental, ao passo que 12% não finalizaram o ensino médio, sendo que 10% concluíram e 9% nem chegaram a frequentar escola. Dos assentamentos, quase 55% dos que responderam o questionário possuem ensino fundamental incompleto. Ainda, cerca de 10% possuíam ensino fundamental completo e 14% ensino médio completo. Faz-se necessário destacar que dos entrevistados 14 indivíduos declararam que não conseguiam escrever um bilhete simples.

Os dados apontaram que, das 102 pessoas entrevistadas, 35 estavam estudando e que destes, 77% utilizam como seu principal meio de transporte os ônibus escolares disponibilizados pela Prefeitura. Por frequentarem uma escola fora do território do assentamento, demoram em média mais de uma hora no transporte entre o assentamento e as escolas. Esses dados revelam o alto percentual de trabalhadores rurais, tanto dos assentamentos como acampamentos, que não tiveram acesso à educação, o que revela a importância dessa pauta para o movimento.

A pesquisa também buscou compreender onde ocorrem os cuidados à saúde. Os dados revelaram que a maioria dos acampados e assentados utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS). Especificamente nos acampamentos, 90 das 124 pessoas apontaram a busca pela Atenção Primária à Saúde (APS), 18 a atendimento hospitalar e apenas uma relatou procurar consultório médico particular. Da mesma forma, nos assentamentos, pode-se observar que mais da metade é acompanhada pela Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) e que, de todos os entrevistados, apenas um manifestou a procura por consultório particular, demonstrando que todos os demais assentados utilizam o SUS. Merece destaque o relato de 34 pessoas que fazem referência ao acompanhamento em saúde pelo próprio movimento, por meio do setor de saúde.

Nas regiões de assentamento, 67% dizem precisar ir a outro município para realizar o acompanhamento médico, destes, 50% utilizam meios de transportes particulares para comparecer ao atendimento e 24% utilizam meios públicos como ônibus de linhas ou vans. Não podemos deixar de ressaltar que, entre as mulheres, a frequência e o acompanhamento dos exames preventivos de rotina, por mais que nem sempre anuais, acontecem em 85% das entrevistadas, enquanto os homens não alcançam 62%.

De forma interseccional aos dados relativos à renda e acesso a políticas públicas, é preciso analisar a questão do trabalho nos territórios vinculados à luta pela reforma agrária, principalmente o trabalho produtivo nos próprios assentamentos e acampamentos. Acerca deste tema, é de suma importância compreender a realidade da produção agrícola nos assentamentos e acampamentos, cujos dados obtidos serão abaixo descritos.

4 A SITUAÇÃO DOS SUJEITOS DA REFORMA AGRÁRIA EM RELAÇÃO AO TRABALHO

Em relação ao trabalho da população acampada, têm-se como referencial que aproximadamente 57% da população reside e trabalha, integral ou parcialmente, nos acampamentos e 23% reside no acampamento e não trabalha, sendo pequena a amostra daqueles que residem no acampamento e trabalham fora em tempo integral. Sobre o número de trabalhos que cada indivíduo possui, cerca de 73% tem um trabalho e uma minoria soma de dois a três. Entre os que apresentam dois ou mais trabalhos, estes apontam que aquele executado no acampamento é o principal. Devido à maioria trabalhar no próprio acampamento, a principal forma de locomoção utilizada para ir ao trabalho por 58% dos acampados é a pé e o carro aparece como segunda opção com 22% dos entrevistados.

As principais ocupações destes trabalhadores do acampamento é o cultivo para a subsistência, 57% exercem esta atividade, seguidos de 9% que realizam o cultivo tanto para subsistência quanto para venda individual. Os que trabalham fora do acampamento têm como principal ocupação serviços temporários (“bico”), grande parte exerce atividades relacionadas a serviços no campo, como na lavoura e na colheita do café. Em relação às horas de trabalho diária, não há tanta diferença entre os que trabalham dentro ou fora do acampamento, a maior parcela trabalha cerca de oito horas diárias, sendo 45% das pessoas que trabalham dentro e 39% das pessoas que trabalham fora.

Dos entrevistados que responderam sobre vínculo empregatício, grande parte não possui nenhum vínculo, sendo que 16% realizam trabalhos não remunerados dentro do acampamento, outros 10% são trabalhadores autônomos e uma minoria de 6% é assalariada do setor privado. Informações sobre a organização destes trabalhadores apontam que ela acontece principalmente através do Sindicato Rural com 55% de sindicalizados e 30% de participantes de Associação e/ou Cooperativa, tendo uma atuação ativa ou esporádica e 25% não participam de nenhum tipo de organização. A contribuição ao INSS é feita por 40% dos trabalhadores, sendo 24% de contribuintes autônomos e 16% de contribuintes via empregador. Prevalece nenhuma forma de contribuição, 53% do total, sendo que o restante não respondeu ou não soube responder.

Gráfico 4: Destinação do cultivo



Fonte: BEZERRA, Cristina Simões; BRUZIGUESSI, Bruno. *Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais: uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST)*. Projeto de Pesquisa, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

Sobre o perfil destes trabalhadores nos acampamentos, 72% dos entrevistados começaram a trabalhar ainda na infância, sendo que, entre estes, 47% iniciaram com idades entre seis a quatorze anos. Em relação ao trabalho doméstico as mulheres são as principais responsáveis por realizá-lo, com 62% do total. No núcleo familiar a mãe juntamente com as filhas são as que mais executam estas atividades, somando 56% dos entrevistados.

Nos assentamentos, a caracterização do trabalho aponta que quase 70% da população reside e trabalha, de forma integral ou parcial, no assentamento, sendo cerca de 15% os que residem no assentamento e não trabalham. Assim, a quase totalidade da população em idade produtiva reside e trabalha no assentamento. Entre aqueles que trabalham, 88% contabilizam um trabalho por pessoa e prevalece a locomoção a pé com 56%, mas outra parcela de 23% utiliza dois ou mais meios de transporte, normalmente de carro e a pé.

Quanto às ocupações dos que trabalham no assentamento, esta é totalmente voltada para a produção no campo e tem como principal finalidade o cultivo para subsistência, para a venda individual, para a cooperativa e a associação. Aqueles que trabalham fora do assentamento têm como principal ocupação a produção de bens e serviços, sendo remunerados, em dinheiro ou mercadoria; uma parte exerce trabalhos domésticos remunerados em dinheiro e a maioria não especificou suas ocupações. Quanto às horas trabalhadas diariamente no assentamento, 37% trabalham cerca de seis horas e 29% oito horas; já com relação às pessoas que têm alguma ocupação fora do assentamento, 70% trabalham entre oito e nove horas diárias.

Relativo à existência de algum vínculo empregatício, 53% dos trabalhadores não possui nenhum, exercem suas ocupações como autônomos, outros 18% exercem trabalho não remunerado dentro do assentamento e 11% são cooperados. Em relação à organização destes trabalhadores, 67% participam de algum setor, temos a cooperativa com uma participação ativa de 17% e cerca de 15% participando da associação ativamente, porém 33% do total não faz parte de nenhuma forma de organização trabalhista. Com relação à contribuição ao INSS é feita por 54% dos trabalhadores, destes a maioria realiza como trabalhador autônomo, apenas 2% contribui através do empregador.

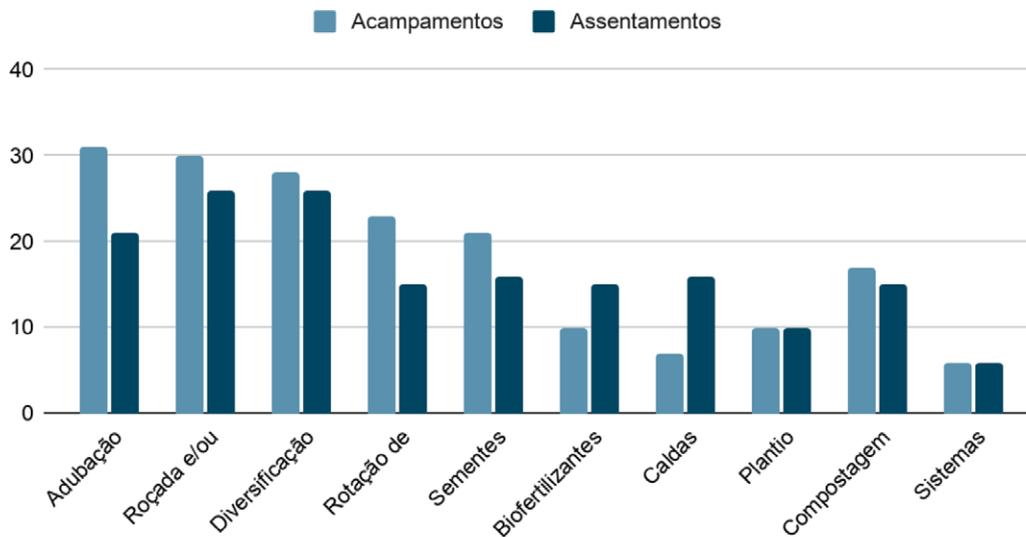
O perfil do trabalhador nos assentamentos aponta que 74% destes trabalhadores começaram a trabalhar entre seis e quatorze anos de idade. O trabalho doméstico é realizado principalmente por mulheres, elas somam 70% de todos os entrevistados, no núcleo familiar, este percentual se dilui entre a mãe, com 45%, e a filha, com 25%, responsáveis por esta função.

Conforme foi apresentado, mais da metade da população de acampados (57%) trabalha e reside nos acampamentos, ao passo que nos assentamentos essa proporção da população aumenta para 70%. Trata-se de uma população considerável cujo trabalho exercido nos territórios pode ser melhor compreendida a partir da caracterização que é feita a seguir, a qual elucida, inclusive, a forte relação dos trabalhadores com a terra e assim, com o espaço que habitam.

5 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E PRÁTICAS PRODUTIVAS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

A caracterização da produção tem o objetivo de investigar algumas práticas agroecológicas utilizadas nas áreas de produção. Nos acampamentos, há produção em 85% dos núcleos familiares entrevistados, com o predomínio do cultivo de feijão, milho, mandioca, abóbora e hortaliças. Com relação às práticas agroecológicas mais utilizadas no cultivo, temos a adubação orgânica, utilização da roçada e/ou capina alta, a diversificação da produção, uso da técnica de rotação de culturas e o uso de sementes crioulas e antigas. A maioria dos entrevistados afirma não ter participação em nenhum grupo de agroecologia. Assim, pode-se entender como consequência o baixo índice na utilização de algumas técnicas, como os biofertilizantes, as caldas, o plantio consorciado, a compostagem e os sistemas agroflorestais. Ainda no cultivo, há uma utilização quase simétrica em relação ao uso de adubo químico, onde 53% dos produtores fazem seu emprego. Quanto à utilização de agrotóxicos e ou venenos, temos 78% dos produtores que não fazem uso algum.

Técnicas Utilizadas na Produção



Fonte: BEZERRA, Cristina Simões; BRUZIGUESSI, Bruno. *Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais: uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST)*. Projeto de Pesquisa, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

Com relação aos animais, 78% dos núcleos familiares possuem alguma criação, os mais utilizados são galinha, pato, porco, gado, burro e cavalo. Sendo integrados de diferentes formas na produção, temos o consumo próprio e a comercialização da carne, ovo e o leite, e uso direto no processo produtivo, como no transporte, no cultivo, na capina e o uso do esterco como adubo. A principal forma de alimentação destes animais é de origem natural com 78%, a maioria dos produtores utilizam os cultivos próprios, como o milho ou restos orgânicos de alimentos, como a casca de ovo, a lavagem, entre outros.

Sobre o meio ambiente, parte considerável dos produtores afirma colaborar com a sua preservação, 89% mantêm as matas, 71% as águas e nascentes, 85% não faz uso da prática de queimadas e 46% realizam o plantio ou regeneração de árvores nativas nas lavouras. A reutilização de materiais só é realizada por 18% dos entrevistados para fabricação de artesanato. Em relação ao uso de produtos ecológicos, 43% os utilizam na limpeza da casa, como sabão em pedra e o eucalipto, porém, não foi especificado como é feito o seu emprego.

O uso de plantas medicinais está presente no cultivo de 67% dos produtores, há uma diversidade grande sendo cultivada para consumo dos próprios moradores, não tendo nenhum fim comercial. É inexpressiva a utilização e a produção de plantas para a homeopatia, onde apenas 14% cultivam e 23% fazem uso deste método terapêutico.

Com relação à produção colaborativa, 65% realizam o seu emprego no cultivo, através de mutirão e a troca de trabalho entre vizinhos. Em número menor, aparecem com 33% aqueles que

compartilham o lote. Foi relatado que o uso coletivo do lote normalmente é feito entre membros da família, com a finalidade de produzir alimentos e criar animais. Para a maioria, também há igualdade de gênero, respeito e colaboração nas relações familiares e a promoção de um comércio justo e solidário no acampamento.

Grande parte dos produtores faz uso de insumos em suas lavouras, o mais utilizado é o esterco, porém há emprego de outros produtos como o NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio), adubação verde, composto orgânico e húmus de minhoca. A origem destes insumos é através da própria produção e da compra, muitos relatam que é necessário comprar uma parte, pois a produção existente não supre a demanda necessária.

Com relação aos assentamentos, existe produção em 89% dos núcleos familiares dos assentados, sendo essa de cultivo de feijão, milho, mandioca, banana, hortaliças, café, abacaxi, laranja, limão, cana-de-açúcar, abóbora e batata. As práticas agroecológicas são empregadas no cultivo pela maioria dos produtores assentados, sendo que 46% participam de grupos de agroecologia e isto se reflete em suas práticas no campo. Temos uso da adubação orgânica, a roçada e a capina alta, os biofertilizantes, as caldas, a compostagem, a técnica de rotação de culturas, a diversificação da produção e o uso de sementes crioulas, sendo adotada pela maior parcela dos produtores. Apenas o plantio consorciado e o sistema agroflorestal apresentam pouca aplicação na produção. Quanto ao uso de produtos industriais, temos 54% de adubo químico e 44% de agrotóxicos, venenos e/ ou transgênicos, sendo empregados nas produções.

Nos acampamentos, a criação de animais está presente em 80% das produções, de forma expressiva, encontram-se criações de galinha, porco, cavalo, gado de corte e de leite. São destinados para o consumo de subsistência, a comercialização da carne e do leite e o uso do esterco como adubo. A alimentação destes animais em 85% dos casos é de origem natural sendo muito utilizado o milho, de produção própria e o capim. Em relação a integração entre animais e cultivo, somente 38% adotam esta prática.

Todos os entrevistados afirmam realizar a preservação das matas, águas e nascentes, 96% não praticam queimadas e 40% realiza o plantio de árvores nativas nas lavouras. Já a reutilização de resíduos para a produção de artesanato é feita por 8% e o uso de produtos ecológicos na limpeza por 29%, tendo uma adesão muito baixa pela população.

As plantas medicinais são cultivadas por 73% dos entrevistados. Quanto ao plantio de plantas para a homeopatia, 36% produzem e 35% as utilizam, já as plantas repelentes de insetos estão presentes em 50% das casas.

A colaboração na produção se apresenta tímida, apenas 42% compartilha o lote para produção, sendo normalmente realizada entre familiares e há registro da prática de apicultura. Para a maioria no assentamento existe respeito e colaboração nas relações familiares e igualdade de gênero na produção. Sobre a promoção de um comércio justo e solidário, 67% afirmam que existe e apontam a cooperativa e as feiras, como exemplo. Quanto a troca de dias, mutirão, 83% dizem que esta prática ocorre, principalmente na colheita do café.

A maioria dos produtores utilizam insumos em suas produções. No total são 84%, destes 58% compram seus próprios insumos, 30% os produzem e 28% utilizam das duas modalidades.

A partir dos dados apresentados é notável a influência do Movimento para a inserção de novas práticas de vivência e cultivo. O elemento da permanência na terra também merece destaque, como no caso dos assentamentos em que se alcança maior desenvolvimento de práticas agroecológicas. Por fim, faz-se necessário destacar a importância de incentivos através de políticas públicas que possam fomentar e garantir a permanência no campo.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou apresentar os dados da pesquisa realizada no município de Campo do Meio, Sul de Minas Gerais. O objetivo desse estudo foi realizar um mapeamento da situação dos assentamentos e acampamentos no que tange aos aspectos de raça/etnia, gênero, faixa etária, situação econômica e acesso a políticas públicas, trabalho e produção.

A partir da análise dos dados, foi possível identificar uma paridade entre homens e mulheres nos assentamentos e acampamentos, numa faixa etária predominantemente de 30 a 55 anos nos acampamentos, enquanto nos assentamentos há uma pluralidade etária entre 15% e 18% para todos os intervalos (13 a 18 anos, 19 a 26 anos 30 a 45 anos 46 a 54 anos, 66 a 75 anos). No que se refere ao fator raça/etnia é notável a composição majoritária de não-brancos, sendo 70% nos acampamentos e 55% assentamentos. Esses dados são fundamentais para compreendermos quem são os sujeitos que constroem a luta pela reforma agrária na região do sul de Minas Gerais, o que nos permite afirmar a importante relação entre raça e luta pela terra. Da mesma forma, podemos sinalizar que a disparidade de gênero se faz presente na dinâmica cotidiana dos acampamentos e assentamentos, em que 62% e 70 % das mulheres, respectivamente, são responsáveis pelo trabalho doméstico, o que expõe ao movimento a necessidade de debates de equiparação entre os sexos no interior do movimento. Tal elemento possui grande relevância, uma vez que, a sobrecarga dos trabalhos domésticos tem sido um fator de desmobilização para outras tarefas como produção, participação em espaços de direção, entre outras. Neste sentido, ganha destaque a organização do setor de mulheres no movimento, estratégia que vem sendo realizada nos assentamentos e acampamentos para avançar nessas e outras questões que tocam a vida das mulheres.

A educação também é um elemento que merece destaque, uma vez que, dos entrevistados, cerca de 50% dos assentados e acampados não concluíram o ensino fundamental. Se observarmos os que completaram o ensino médio esse número cai para 10% e os que nunca foram à escola alcança um percentual de 9%. Esses dados reforçam a compreensão do MST que tem associado à luta por educação à pauta da reforma agrária, inclusive na defesa da educação no campo como um direito fundamental tanto para crianças e jovens quanto para os adultos.

No que se refere à moradia, foi possível perceber, por meio dos dados apresentados, que existe uma considerável diferença entre as condições habitacionais da população que vive em assentamentos e a população residente dos acampamentos, apesar de em ambas as situações haver dificuldades em se ter garantido o direito básico à moradia digna. Essa diferença está bastante presente quando se trata, principalmente, do acesso aos serviços essenciais de infraestrutura. Nos acampamentos, a falta de acesso à infraestrutura básica é bastante crítica, muitas famílias não têm acesso a um abastecimento adequado de água para consumo, energia elétrica e, sobretudo, saneamento básico. É importante ressaltar que essas precariedades colocam as famílias expostas a uma série de riscos à saúde e de impedimentos na realização de atividades cotidianas essenciais para uma melhor manutenção e qualidade de vida. Além disso, a falta de saneamento básico e destinação adequada dos resíduos, por exemplo, tem um forte impacto na preservação ambiental. Nos assentamentos, a realidade é diferente, visto que o acesso consolidado à terra e a conquista do direito de dar função social a ela pelo movimento, permite que os trabalhadores tenham acesso a outros direitos, como o alcance a auxílio para construção da casa, por exemplo.

No aspecto da renda, as situações também revelam grande insegurança, uma vez que a maioria das famílias assentadas e acampadas sobrevive com renda inferior a dois salários-mínimos e pouco acesso às políticas sociais e de transferência de renda. A instabilidade aumenta nas áreas de acampamentos em que a produção e produtividade assumem um caráter provisório pelo risco iminente do despejo, o que possui rebatimentos na própria organização dos acampados que tendem a alternar o trabalho dentro e fora das áreas de acampamentos, com sobrecarga de trabalho, em sua maioria informal, para complemento da renda e das condições de vida.

Por fim, merece destaque a organização da produção que, principalmente nas áreas de assentamento, ganham centralidade alterando a lógica da monocultura e da produção à base de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Os dados explicitam uma transição agroecológica em que produção e relação de cuidado com os recursos naturais são associados. A pesquisa em tela explicita que a inserção no MST é um inegável motor que impulsiona a compreensão dos sujeitos da reforma agrária à novas práticas. Dessa forma a luta por ocupar, resistir e produzir se perdura de forma imperativa na região de Campo do Meio.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Cristina Simões; BRUZIGUESSI, Bruno. *Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais: uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST)*. Projeto de Pesquisa, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

BRASIL. Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. *Lauda socioeconômico das comunidades rurais da área CAPIA, Campo do Meio-MG*. Minas Gerais: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, 05 nov. 2018.

CHAGAS, Rodrigo. Despejo de acampamento do MST em Minas Gerais é denunciado à ONU. *Brasil de fato*, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/13/despejo-em-acampamento-do-mst-em-minas-gerais-e-denunciado-a-onu>. Acesso em 11 mar. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/campo-do-meio.html>. Acesso em 20 nov. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mancano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo, HUCITEC, 2000.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUL DE MINAS GERAIS E A LUTA E RESISTÊNCIA DO COMPLEXO QUILOMBO CAMPO GRANDE

FREDERICO DAIA FIRMIANO¹
MICHELLE NEVES CAPUCHINHO²
NATHÁLIA LOPES CALDEIRA BRANT³

INTRODUÇÃO

*Um quilombo em luta, aguerrido, altivo.
Produzindo esperança,
empunhando bandeira,
mobilizando solidariedade,
parindo resistência,
dissolvendo ilusões,
abrindo horizontes.*

Não é mais tempo de defender migalhas pútridas da democracia.

Diva Lopes

Historicamente, o padrão de desenvolvimento (tardio) capitalista brasileiro produziu e se constituiu a partir do que a teoria social chamou de questão agrária, especialmente nas primeiras décadas da segunda metade do século XX. Desde então, as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais experimentadas pelo país, em conjunção ao adensamento de sua integração ao

¹ Doutor em Ciências Sociais pela FCLar/UNESP. Professor designado da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Acadêmica de Passos, onde coordena o Grupo de Estudos sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais (GEIND), UEMG/CNPq. E-mail: frederico.firmiano@uemg.br

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, Mestre em Serviço Social UFJF. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Sul de Minas. E-mail: michelle5neves@yahoo.com.br

³ Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Assistente Social no IFSULDEMINAS-Campus Machado. Membro do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO) do IFSULDEMINAS-Campus Machado. E-mail: nathalia.brant@ifsuldeminas.edu.br

sistema global do capital, reduziram o estatuto do debate em torno do problema agrário nacional a poucas manifestações teóricas ou políticas.

No entanto, o caráter destrutivo do atual padrão de reprodução de capital em âmbito planetário, especialmente na periferia do sistema, parece repor, sob novas bases, a problemática agrária como mediação dos processos sociais, políticos e econômicos de desenvolvimento. Dito de outro modo, no contexto da redução significativa da margem de viabilidade produtiva do conjunto do sistema do capital, de sua crise estrutural, manifestada pela reestruturação produtiva, pela financeirização da economia global e pela plena ativação do poder do Estado, as dimensões constitutivas da questão agrária brasileira explodem sob as mais variadas manifestações: das mais radicais formas de superexploração do trabalho aos conflitos socioambientais, passando pela eliminação das condições elementares da reprodução da existência humana. (FIRMIANO, 2019).

Neste capítulo, visa-se examinar o modo como a questão agrária vem à cena sob a forma de uma manifestação específica – que certamente se articula àquilo que poderíamos chamar de novo centro crítico do problema agrário brasileiro (FIRMIANO, 2016): a conflitividade no campo, num contexto igualmente particular, mas que reúne todas as determinações fundamentais, por assim dizer, dos processos dominantes de reprodução do capital no campo. Trata-se das contradições que cercam a luta pela terra na região sul de Minas Gerais, envolvendo o Complexo Quilombo Campo Grande e encetando um importante conflito socioambiental.

Este conflito, um dos mais importantes do país, envolvendo a ocupação das terras da antiga Usina Ariadnópolis, no município de Campo do Meio-MG, pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST), de muitas formas, sintetiza o complexo contraditório que articula o arcaico e o moderno como dimensão central do desenvolvimento dependente no campo brasileiro e envolve 11 acampamentos e 3 assentamentos, onde vivem mais de 2 mil pessoas, entre acampados/ acampadas e assentados/ assentadas, numa área de cerca de 4 mil hectares de terra.

Mais recentemente, entre os dias 12 e 14 de agosto de 2020, os trabalhadores e as trabalhadoras Sem Terra do Complexo Quilombo Campo Grande viveram cerca de 56 horas de tensão, até que a justiça cumprisse uma ordem de reintegração de posse, sob intensa violência policial, que redundou na desocupação de mais de 52 hectares de terra – muito além dos 26 hectares que constavam da ordem judicial – demolindo a Escola Popular Eduardo Galeano e destruindo casas e lavouras, um ato de violação dos direitos sociais da comunidade ali estabelecida.

O episódio de truculência do Estado ocorreu em meio a pandemia do novo coronavírus - situação que impôs a necessidade do isolamento social como medida de mitigação do espalhamento da COVID-19 – e quando governos estaduais, parlamentares e sociedade civil discutiam vários projetos de lei que suspendem despejos devido ao perigo representado por aglomerações de pessoas. Não à toa, o fato ocupou a imprensa nacional e internacional.

O despejo, no entanto, constitui apenas um momento de um longo processo político, jurídico e social, que envolve a luta pela conquista da terra na região Sul de Minas Gerais. Além disso, integra, pois, a dinâmica atual da conflitividade socioambiental no estado que, segundo dados do Observatório dos Conflitos Socioambientais do campo do estado de Minas Gerais, organizados pelo GEIND/UEMG, no ano de 2019, registrou ao menos 75 conflitos. Muito embora a maior parte (58 conflitos) estivesse ligada às atividades do complexo industrial-minerário, conflitos importantes estiveram relacionados à luta pela terra, envolvendo o próprio Complexo. (FIRMIANO, 2020).

O capítulo está organizado em três partes. Na primeira, discute-se, teoricamente, a categoria de conflitos socioambientais, tal como se apresenta no debate contemporâneo, buscando construir um instrumento analítico crítico que, sem se desvincular do debate histórico da questão agrária, dá conta daquilo que lhe é contemporâneo e, sobretudo, das contradições que cercam a luta pela terra na região sul do estado de Minas Gerais. Na sequência, busca-se configurar a experiência do Quilombo Campo Grande, suas condições de existência e algumas dimensões da luta pela terra naquele território. Na última parte, visa-se examinar as condições efetivas de conflituosidade que envolvem as famílias Sem Terra nas suas particularidades, sem perder de vista as determinações profundas da processualidade contraditória da reprodução capitalista contemporânea.

1 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM MINAS GERAIS: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

Desde 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra, anualmente, de modo ininterrupto, as manifestações de conflito no campo brasileiro que decorrem das formas do desenvolvimento capitalista. Por conflito, a entidade compreende ações de resistência e enfrentamento que ocorrem entre as classes sociais em disputa, em diferentes contextos, envolvendo a luta pela terra, pela água, pelos direitos trabalhistas ou pelas condições de trabalho, vida e produção (CPT, 2017). Quando se observa a série histórica dos dados, tem-se que, entre 1985 e 2009, 2.709 famílias foram expulsas de sua terra, em média, por ano. Ao longo de todo o período, 63 pessoas foram assassinadas, 422 pessoas foram presas, 13.815 famílias sofreram despejos e 92.290 famílias estiveram envolvidas diretamente em conflitos por terra. (CPT, 2010).

Analisando esses dados, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Paulo Roberto Alentejano identificaram regularidades em determinados períodos. Assim, o período de 1985 a 1990 foi marcado pela violência do poder privado, com destaque para os casos de assassinatos de trabalhadores diretamente envolvidos na luta pela terra: foram cerca de 130 assassinatos, em média, por ano – dado que, vale registrar, não tem precedentes ou não vai se repetir ao longo de toda a série histórica de registros feita pela CPT até os dias atuais. Entre 1991 e 1995, destacam-se as ações de ocupação

de terras por movimentos sociais de luta por reforma agrária que, a partir de 1996 até 2000, abrirão um terceiro período da dinâmica dos conflitos, quando a média anual de ocupações de terra registra os índices mais altos de toda a série histórica. Entre 2001 e 2002, os autores registram um quarto período, de refluxo de todos os indicadores de conflitos e das diferentes formas de violência, quando comparados com os períodos anteriores, com queda importante no número de famílias expulsas pelo poder privado, queda do número de pessoas presas e queda das ações judiciais de reintegração de posse. Por fim, o período que vai de 2003 a 2009 é aquele com maior conflitividade entre todos os considerados, registrando maior média anual de conflitos. (PORTO-GONÇALVES e ALENTEJANO, 2010).

O Caderno de Conflitos, publicado em 2017 pela CPT, apresenta um importante quadro da evolução deste fenômeno no período de 2008 a 2017, subsequente à análise de Carlos Walter Porto-Gonçalves e Paulo Alentejano, que nos permite identificar outras tendências. De 2008 a 2017, o número de conflitos por terra saltou de 459 para 989, com pequena inflexão entre 2013 e 2015, mesmo com a redução do número de acampamentos ao longo do período, em todo o país. Do mesmo modo, aumentaram os assassinatos que, em 2008, foram 27 e em 2017, foram 70, numa crescente quase contínua e que permite afirmar que, se ainda estão distantes da média verificada entre os anos de 1985 e 1990, evidenciam o que parece ser uma renovada escalada da violência do poder privado na sua forma mais radical contra trabalhadores diretamente envolvidos na luta pela terra. (CPT, 2017).

Diversas são as abordagens teóricas e metodológicas dos conflitos, mobilizando desde categorias da literatura internacional, como “sociedade de risco”, “modernização ecológica”, “sustentabilidade”, passando pela análise das relações simbólicas até a investigação dos impactos sociais decorrentes da instalação de grandes projetos de infraestrutura. (FLEURY, BARBOSA, SANT’ANA JÚNIOR, 2017). Dentre tais abordagens, destaca-se Acselrad (2004, p. 26), para quem, os conflitos socioambientais envolvem:

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício de práticas de outros grupos.

Como Silveira e Silva (2019) observam, a categoria “conflitos socioambientais” destina-se a explicação de um conjunto de problemas que diz respeito à disputa por recursos ecológicos. No entanto, alertam para o caráter genérico e descontextualizado do objeto que visa dar conta, não raro, deixando de fora suas determinações de classe. Nessa direção, o exame dos conflitos socioambientais deve levar em consideração esta mediação fundamental, qual seja, seu caráter classista.

Além disso, compreende-se que é no curso do desenvolvimento capitalista contemporâneo que os conflitos socioambientais emergem como expressão de suas contradições. Mais recentemente,

a forma concreta deste desenvolvimento econômico e social brasileiro é quem eleva a categoria dos conflitos a expressar-se de modo bastante agudo. No caso de Minas Gerais, Zhouri e Laschefski (2010), há uma década, já assinalavam que a pujança e trajetória da modernização do Estado e das relações sociais de produção redundavam no direcionamento de sua economia para a exportação de *commodities*, tendo como consequência a expansão dos impactos e dos conflitos sociais. Desde então, sua pesquisa vem mostrando que a ocorrência do conflito está conectada à expansão do setor agropecuário e à intensificação da indústria extrativa minerária – evidência recentemente reiterada pelas pesquisas do Observatório dos Conflitos Socioambientais do Campo do Estado de Minas Gerais, do GEIND (UEMG/CNPq).

De acordo com sua base de dados do ano de 2019, a região Sul, que participa com 12,2% do total do PIB de Minas Gerais, importante território do agronegócio do café, responsável por 13,1% das exportações do estado, registrou 8 expressivos conflitos pela terra, entre eles, aquele que envolve as famílias Sem-Terra organizadas pelo MST, em Campo do Meio. (FIRMIANO, 2020).

Nesse sentido, longe de conformar qualquer extemporaneidade, na qualidade de expressão da dinâmica contraditória da questão agrária brasileira, sob a forma de conflito socioambiental, o Complexo Quilombo Campo Grande representa um importante processo de luta pelo território e pelas condições elementares de produção da existência de famílias de trabalhadoras e trabalhadores.

2 QUILOMBO CAMPO GRANDE: UMA CONQUISTA EM CONSTRUÇÃO

O município de Campo do Meio está situado na região sul de Minas Gerais onde, conforme assinalado anteriormente, ocorre uma importante e acirrada luta pela terra e pelas condições necessárias para a reprodução social da existência de grupos de trabalhadoras e trabalhadores sem terra. Configura-se, assim, como um território de um dos conflitos socioambientais mais importantes no país. Ao longo de mais de 20 anos, a disputa pela terra e pelos recursos naturais e ecológicos tem sido marcada, por um lado, pela resistência e força do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região e, por outro, pelo avanço do agronegócio.

Para o entendimento da atualidade dessa disputa, é necessário se remeter a, pelo menos, meados da década de 1990, quando ocorreu a falência de um dos principais empreendimentos agroindustriais da região sulmineira, a antiga Usina Ariadnópolis, que foi um engenho de produtos de cana-de-açúcar, posteriormente passou a ser uma Usina de produção de álcool, tendo no monocultivo de cana-de-açúcar a base de sua organização. O saldo da falência foi a existência de inúmeras dívidas trabalhistas atreladas diretamente à empresa ou a pessoas jurídicas a ela relacionadas, como a Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA) e a Transmarreco (COCA *et al.*, 2018). Nesse processo, de ascensão e queda econômica da Usina, muitos trabalhadores e trabalhadoras da região passaram a se organizar,

buscando direitos, sobretudo por meio de mobilizações coletivas, como ocupação das terras, ações civis trabalhistas e greves.⁴

O MST chega à região, ainda na década de 1990, no quadro de importantes mobilizações de trabalhadoras e trabalhadores rurais, organizados, sobretudo, pelos sindicatos rurais. E encontra um processo de conflitos trabalhistas protagonizados pela antiga Usina Ariadnópolis, a CAPIA – conflitos, vale dizer, ainda não resolvidos. Até hoje persiste uma dívida deixada pela antiga Usina que passa de 400 milhões de reais, tendo o Estado (tanto a unidade federativa, quanto a União) como um dos seus principais credores.

A organização do MST, no sul de Minas Gerais, significou um maior fortalecimento da luta que ali já existia, pois, através da articulação com os sindicatos rurais da região, passou a realizar um trabalho de base junto àqueles trabalhadores e trabalhadoras com objetivo de construir a luta pela terra na região. Considerando a realidade regional e local, muitas famílias passaram a ver a luta pela terra como uma perspectiva de futuro: se antes eram trabalhadores rurais em fazendas da região, com pouco ou nenhum direito constituído, a partir de então se tornaram sujeitos em luta, através de processos de ocupações que são organizados na região pelo movimento.

A primeira ocupação de terras em Campo do Meio se deu na fazenda Jatobá – área contígua da Usina Ariadnópolis –, no ano de 1996, com a participação de 50 famílias (REDE DATALUTA, 2018; LOURENÇO, 2011). Depois, outras ocupações foram realizadas na região. Mas é importante destacar a ocupação de 1998, já nas terras da Antiga Usina Ariadnópolis, quando, então, tem início, efetivamente, a luta pela terra no território do antigo latifúndio, com famílias organizadas pelo MST. Como resultado desse processo de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, foi criado o assentamento Primeiro do Sul, em 1998, com 42 famílias.

Entretanto, a criação do assentamento não se constituiu em outra coisa senão o início de um longo conflito socioambiental. Após a conquista desse primeiro assentamento rural organizado pelo MST, outros conflitos pelas terras da Usina Ariadnópolis foram desencadeados: por um lado, a concentração de terras presente no município de Campo do Meio se manteve, mas por outro, a disposição de trabalhadores e trabalhadoras em realizar a luta pela terra cresceu - até mesmo como uma forma de retomada dos direitos de que haviam sido privados os trabalhadores pela empresa falida, como os direitos trabalhistas. Além disso, é importante considerar que, a partir da conquista do primeiro assentamento no município, o movimento Sem Terra ganha ainda mais força na luta pela reforma agrária. A partir dos anos 2000, foram realizadas outras 9 ocupações de terra com a participação de cerca de 1200 famílias (REDE DATALUTA, 2018), formando, assim, um complexo de 11 áreas de acampamentos compostas por 450 famílias, o Complexo Quilombo Campo Grande.⁵

⁴ É importante destacar que uma das maiores greves de trabalhadores rurais da região foi realizada em 1995, se estendendo por “[...]90 dias e foi organizada por trabalhadores e trabalhadoras rurais que foram lesados em seus direitos trabalhistas” (MOREIRA, 2017, p. 187).

⁵ Vale destacar que a escolha do nome do complexo, seguindo o que comumente o Movimento faz para homenagear seus lutadores e lutadoras, resgata a história da região onde havia um quilombo constituído por indígenas e negros, denominado Quilombo Campo Grande. (CAPUCHINHO; BRANT, 2019).

As 11 áreas de acampamento são constituídas pelas seguintes comunidades: Tiradentes, Resistência, Fome Zero, Girassol, Potreiro, Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Irmã Dorothy, Betinho, Chico Mendes e Vitória da Conquista. Além desses acampamentos, ainda há duas áreas ocupadas por famílias que não estão organizadas pelo MST, Coloninha e Remanescente Florestal. O conjunto das famílias que ocupa essas áreas organizadas pelo MST, no que diz respeito à questão de gênero, é constituído por 54,76% de homens e 45,24% de mulheres; destes, 55% pardos, 28% brancos, 16% negros e 1% indígenas, segundo Dossiê Quilombo Campo Grande⁶.

Dentre essas áreas, os acampamentos Rosa Luxemburgo, Sidnei Dias, Fome Zero, Girassol, Vitória da Conquista, Tiradentes passaram, durante sua constituição, por 5 despejos ao longo dos anos.

Das 462 famílias que integram o Complexo Quilombo Campo Grande, 42% são do município de Campo do Meio e 22% de outros municípios de Minas Gerais; 25% são oriundas do estado de São Paulo e outras 11% de estados da região Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país. Vale destacar que entre essas famílias encontram-se ao todo 142 ex-trabalhadores e ex-trabalhadoras da Usina, em que se maioria está nos acampamentos Resistência, Girassol, Potreiro e Sidney Dias, conforme aponta o laudo socioeconômico e produtivo das comunidades rurais da área da CAPIA. Campo do Meio – MG (GOMES, 2018).⁷

O Complexo Quilombo Campo Grande, inicialmente, ocupou 300 hectares da antiga área da sede da Usina Ariadnópolis, que foram adjudicados pela União, possibilitando a criação, em 2012, do assentamento rural Nova Conquista II, com 13 famílias. Este assentamento foi uma importante vitória para os trabalhadores e trabalhadoras do MST. Outra área de assentamento foi chamada de Santo Dias, conquistada em 2005 e localizada no município de Guapé - essa área foi ocupada em 2001, e é composta por 40 famílias que produzem inúmeros gêneros alimentícios, insumos, produtos fitoterápicos, de forma agroecológica e sustentável.

Nesse sentido, o que vai se constituir como Complexo Quilombo Campo Grande abarca, além das 11 comunidades dos acampamentos do próprio Quilombo Campo Grande com 450 famílias, o assentamento Primeiro do Sul com 42 famílias, assentamento Nova Conquista II com 13 famílias em Campo do Meio e assentamento Santo Dias com 40 famílias em Guapé. É importante compreender que o Movimento se organiza de forma regional, realizando processos de luta por um projeto de desenvolvimento para o campo a partir de um determinado território. Assim, as diferentes áreas

⁶ Pesquisa realizada com base nos dados levantados pelo Projeto de Pesquisa e Extensão “Capacitação para Assentados da Reforma Agrária e Assessores no Estado de Minas Gerais”, desenvolvido no marco do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, em 2017. Tal pesquisa teve o objetivo de traçar um panorama das famílias que vivem e trabalham nas 11 áreas de acampamento e 3 áreas de assentamento que conformam o complexo Quilombo Campo Grande. Durante a pesquisa foram entrevistadas 126 pessoas, pertencentes a 48 famílias, o que representa uma amostragem de 10% do total das famílias acampadas e assentadas.

⁷ Esses dados foram retirados do Laudo socioeconômico e produtivo das comunidades rurais da área da CAPIA. Campo do Meio-MG, documento organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário Regional de Alfenas em parceria com professores da Universidade Federal de Alfenas e o Centro de Referência em direitos Humanos território Sul no ano de 2018.

enfrentam distintas realidades, mas sempre são mobilizadas e organizadas de forma cooperada, seja para produzir alimentos saudáveis ou outros produtos agroecológicos, ou para realizar as lutas de enfrentamentos contra o agronegócio que, por seu turno, incide de formas diferentes em cada área, apesar da imposição de uma condição permanente de conflito para todas as famílias organizadas pelo movimento.

Ainda é importante destacar que o processo de fortalecimento e estabelecimento das áreas de acampamento e assentamentos do Complexo Quilombo Campo Grande se deu também a partir de parcerias constituídas com organizações e instituições públicas⁸, entre elas, as de caráter educacional, que viabilizaram a ampliação dos processos produtivos de base agroecológica, com processo de certificação orgânica, contribuindo para a ampliação da comercialização.

Ao longo dos anos, além do incentivo à produção, houve também algum fomento da educação popular e melhoria de infraestrutura para as famílias. Hoje, o Complexo tem quase todas as casas de alvenaria e mais de 250 famílias têm acesso à energia elétrica; há estradas que percorrem o interior das áreas de acampamentos, interligando-os. Os acampamentos, por seu turno, e em que pese a condição transitória e instável, possuem uma considerável estrutura de produção. Todo esse território foi transformado através do trabalho das famílias que vivem ali, com algum investimento estatal direto – o que, inclusive, leva o movimento Sem Terra a chamá-los de “assentamentos populares”, indicando que resultam mais da luta e do trabalho do Sem Terra que da política nacional de assentamento rural.

A ampliação do processo de comercialização da produção possibilitou que o Complexo se constituísse como importante referência na região sul de Minas Gerais, apresentando à comunidade do seu entorno o debate sobre a reforma agrária popular, por meio da reflexão da qualidade e diversidade do que se produz e do que se consome. Isto, em razão de se colocar como projeto alternativo ao modelo monocultor da cana-de-açúcar, implementado pela CAPIA e responsável por diversos passivos trabalhistas e também à monocultura do agronegócio do café. As famílias Sem Terra se tornaram um modelo de organização de trabalho familiar, baseado na produção em pequena escala, diversificada e no desenvolvimento de práticas de base agroecológica. Evidentemente, os impactos dessa mudança vão além da área da falida Usina Ariadnópolis, repercutindo em toda a escala regional. Para se ter ideia, entre 2017 e 2018, as famílias Sem Terra do sul de Minas produziram mais de 8.500 mil sacas de café, 55 mil sacas de milho e 500 toneladas de feijão. Além de uma diversificada produção de hortaliças, verduras, legumes, galinhas, gado e leite, havendo várias áreas que possuem certificação orgânica (GOMES, 2018).

A área do Complexo do Quilombo Campo Grande vem fortalecendo a agroecologia e a luta pela soberania alimentar, gerando desenvolvimento econômico e social de sua região. Algo que, vale destacar, não é exclusividade do Sul de Minas Gerais: Leal (2003), Mazzini (2007), Lindner e

⁸ Entre as organizações e instituições tem-se: Universidade Federal de Alfenas; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul Minas, Campus Machado e Inconfidentes, além do Sindicato da Agricultura Familiar, Sindicato dos Assalariados Rurais, Central Única dos Trabalhadores, entre outras.

Medeiros (2015) e Coca (2015) destacaram, em diferentes partes do Brasil, que a implementação de assentamentos rurais é acompanhada de mudanças multidimensionais de caráter positivo em toda escala regional⁹.

Com o avanço e desenvolvimento do Complexo Quilombo Campo Grande, cada vez mais, a disputa por esse território vem se acirrando. Nos últimos 5 anos, o conflito foi marcado por diversas situações que sinalizavam a possibilidade de maior tensionamento na disputa jurídica que perdura desde os anos 1990. Nesse período de ocupação e fortalecimento da reforma agrária na região, a luta pelo território tem provocado muitas contradições, sobretudo no que toca à relação com o Estado. Através das diversas ações que o movimento desenvolveu nesses últimos 5 anos, foi possível, por exemplo, a conquista de um decreto para a instalação de uma colônia agrícola, ação feita pelo governo de Minas Gerais, além de outras ações mínimas que contribuíram para a permanência das famílias, como a instalação de energia elétrica em 304 casas de famílias acampadas (GOMES, 2018).

Isto, porém, não retira o caráter conflituoso desta relação. Se, por um lado, por meio da luta e organização dos trabalhadores e das trabalhadoras Sem Terra, tem sido possível alguma melhoria em suas condições de vida e existência, as tentativas de despejo e execução dos processos de reintegração de posse promovidos pelo estado em nome do capital são carregadas com um alto grau de violência e ilegalidades. Todo o processo de disputa do território é marcado por muita violência, do capital e do Estado, e pela resistência das famílias, dos trabalhadores e trabalhadoras.

O primeiro grande despejo sofrido pelo Complexo ocorreu no ano de 2009, implicando 4 acampamentos. E ao longo desses 22 anos de conflito socioambiental nesse território foram mais de 5 despejos. Essa situação permanente de disputa tem levado algumas famílias a enfrentarem despejos em uma área e, de forma quase imediata, a ocupar outra área no território. No entanto, o que se percebe é que a intensidade desta dinâmica tem aumentado, por decorrência do aumento da ofensiva do capital, via Estado, emergindo um grau de violência cada vez maior: várias lideranças locais vêm sendo ameaçadas, perseguidas, ou tiveram suas casas queimadas e lavouras destruídas. Nos últimos anos, também tem havido tentativas de assassinatos de lideranças locais. Assim, o conflito, ao contrário de encontrar soluções, vem sendo atualizado.

3 A ATUALIDADE DO CONFLITO EM CAMPO DO MEIO

Diante da crise estrutural do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2009) na particularidade da sociedade brasileira, com seu desenvolvimento desigual e combinado (IANNI, 1994), o capital necessita cada vez mais avançar sobre os territórios e os recursos ecológicos e naturais disponíveis. Conforme indicado anteriormente, a produção do café – além da monocultura da cana-de-açúcar -

⁹ Vale destacar que devido a uma tentativa de despejo realizada em 2018 contra as famílias do Complexo Quilombo Campo Grande, comerciantes do município organizaram um abaixo-assinado em apoio a permanência dos acampamentos, destacando como a presença do Movimento Sem Terra contribui para o desenvolvimento local. O documento contou com a assinatura de mais de 60% dos comerciantes da cidade e foi anexado ao processo de litígio na Justiça como uma prova do reconhecimento da população local sobre a importância da reforma agrária em Campo do Meio.

tem grande destaque na região e no estado de Minas Gerais, sendo um dos mais importantes pólos de exportação do país, tornando a região objeto de intensa disputa.

De acordo com reportagem publicada no site de “Olho nos Ruralistas” (FUHRMANN, 2020), em 24 de agosto de 2020, o despejo das famílias que ali trabalham e residem a mais de 22 anos atende a interesses diretos do agronegócio. Para se ter ideia: “João Faria da Silva [um dos maiores proprietários de terra da região] já foi apontado como o maior produtor de café do mundo; seu processo de recuperação judicial já registrou 358 credores, entre eles oito cooperativas de cafeicultores; suas fazendas em Campo do Meio (MG) valem mais de R\$ 100 milhões”. Assim, se antes ainda havia alguma possibilidade para o desenvolvimento de projetos conflitantes, na atualidade esses conflitos vêm se acirrando devido a necessidade de maior avanço do capital para terras que estão sob a posse de trabalhadores e trabalhadoras.

Importa registrar um momento em que a luta das famílias do Complexo Quilombo Campo Grande obteve uma vitória momentânea: em setembro de 2015, o governo de Minas Gerais publicou o Decreto Estadual n. 365/2015. O Decreto Estadual tinha como proposta desapropriar 3.195 hectares do total da área, mediante o pagamento de R\$ 66 milhões à empresa, destinando-a para fins de reforma agrária, excluindo os acampamentos Vitória da Conquista, Potreiro, Chico Mendes e outros 54 hectares da antiga sede da Usina. A empresa, no entanto, passou a buscar a anulação do decreto, interpondo Mandado de Segurança, entre outras medidas jurídicas que, à época, não tiveram efeito. Em 9 de março 2016, outro Decreto Estadual foi assinado pelo então governador (n. 107/2016), desapropriando mais uma área da Usina. No entanto, a forte ofensiva da Usina obteve uma liminar de reintegração de posse, em novembro de 2018, ao derrubar ambos os decretos na Vara Agrária de Minas Gerais.

Foram muitas as tentativas legais de resolver esse conflito social e político, mas todas se demonstraram insuficientes, não por não haver possibilidade jurídica, mas devido a disputa desse território que se dá contra um dos maiores produtores de café da América Latina. Assim, em 19 de julho de 2019, o governador do estado Romeu Zema revogou os Decretos 365/2015 e 107/2016, por meio do Decreto Estadual n. 378/2019, encerrando a possibilidade de tornar a fazenda Ariadnópolis objeto da reforma agrária.

O conflito atual ganhou um novo capítulo, em fevereiro de 2020, quando as famílias que ocupam parte da área receberam uma nova reintegração de posse – que, inclusive, ultrapassava os limites determinados pelo processo judicial. A área em questão comportava um total de 14 famílias – sendo 36 pessoas e, entre estas, 16 crianças. Oito famílias foram despejadas e as demais já haviam se retirado do local antes do início da operação judicial que contou com forte aparato militar, em 12 de agosto de 2020.

Diante da gravidade da situação, e da necessidade das famílias de reversão do conflito instaurado, foram tomadas inúmeras medidas jurídicas pelo Movimento Sem Terra, ao lado da

mobilização e luta política, de forma a solicitar aos órgãos competentes a preservação do seu direito à vida com dignidade nesses territórios.

O Movimento Sem Terra interpôs Mandado de Segurança, solicitando a suspensão do mandado de reintegração de posse, considerando o direito à saúde colocado sob ameaça em decorrência da pandemia do coronavírus COVID-19 e da necessidade do isolamento exigida pelos decretos estaduais e municipais. No mesmo sentido, foi feito pedido de suspensão do cumprimento da ordem judicial à Vara Agrária - Interposição de embargos de terceiro para apontar o limite da área, o que foi indeferido. Isto, logo após os advogados do Movimento Sem Terra buscarem recurso de apelação ao Tribunal, o qual também foi indeferido.

Nesse ínterim, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público, ainda peticionaram recurso de Agravo Instrumento, com o pedido de suspensão da ordem, haja vista as condições impostas pela pandemia da Covid-19, o que também foi negado pela Vara Agrária. Igualmente, também foi feita a interposição de uma Reclamação Constitucional ao Supremo Tribunal Federal (STF), o qual foi negado seguimento.

Diante do esgotamento de todos os recursos jurídicos possíveis, a ordem de cumprimento da reintegração de posse foi executada entre os dias 12 e 14 de agosto de 2020, instaurando um ambiente de tensão e insegurança para todos os moradores da comunidade, uma vez que a operação jurídico-policial durou aproximadamente 60 horas, contando com um efetivo de 717 policiais militares, um helicóptero, cavalaria, tropa de choque, Polícia Civil e ambiental.

Ao ignorar o contexto de pandemia, bem como o consequente aumento do número de casos na região, o Estado colocou em risco a vida das famílias, com destaque para idosos e crianças, que somam um total de 40% daquela comunidade e que fazem parte do grupo de risco, mas não só da comunidade em questão, mas de toda a cidade, assim como da região.

O cumprimento precário do protocolo de realocação das famílias demonstrou a fragilidade do estado em seu dever de proteção, sobretudo das crianças, que além de ficarem expostas, foram submetidas à truculência da política: das 14 famílias que foram despejadas, apenas 3 foram encaminhadas para locais provisórios indicados pela prefeitura municipal; os locais não estavam previamente indicados e em um deles não havia sequer energia elétrica, sendo todos locais que funcionavam como equipamentos sociais do município e estavam fechados devido a pandemia. As famílias demoraram a ter acesso a cestas básicas e todos os seus pertences foram jogados em espaços como o de reciclagem de lixo do município, de modo que muitos dos pertences se perderam. Foi completamente desconsiderado o contexto histórico dos moradores, impondo-os a uma condição de vida totalmente adversa àquela pela qual lutaram, na lida do campo. Toda esta situação exigiu extremo cuidado e atenção por parte do Movimento Sem Terra, a fim de minimizar os danos de toda situação vivenciada, especialmente para as crianças.

Houve a demolição de casas, de moradia, de lavouras e da escola da comunidade - Escola Popular Eduardo Galeano, pólo importante do saber popular e potencialmente a unidade da

Universidade Popular do Movimento na região. A Escola existia há mais de 80 anos no município e estava desativada. Após a ocupação da área, os/as assentados/as e acampados/as retomaram suas atividades, sendo local destinado para a educação das crianças e também de jovens e adultos, através do programa EJA (alfabetização como objetivo prioritário). No total, já passaram ali cerca de 75 alunos. A Escola também era lugar do desenvolvimento de diversos cursos de capacitação e qualificação nas áreas de agroecologia, agroindústria, educação do campo, entre outros atendendo ao Coletivo das Mulheres, Setor de Produção, entre outros.

Em meio a tensão, o município de Campo do Meio foi sitiado pela Polícia Militar, as estradas que levavam até o local da reintegração de posse foram bloqueadas, sendo impedida a entrada de carros, bloqueando também a entrada de alimentação e medicamentos para as famílias que se encontravam no local, além do impedimento da entrada da imprensa. Noutro giro, também fora impedido a entrada de advogados e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais (OAB/MG), demonstrando nítido cerceamento de defesa, no pleno exercício da advocacia e do respeito às instituições. O uso da força pela polícia se deu com o arsenal de bombas de gás lacrimogênio, lançadas pelas tropas em terra e pelo ar, através de helicóptero que sobrevoava o local da operação desde o início. Uma pessoa ficou ferida, sendo-lhe negada a assistência médica pelos policiais, que impediram a passagem da ambulância.

Não obstante toda essa tensão gerada, ultrapassou-se todos os limites de segurança e proteção da identidade das pessoas com a transmissão do conflito pela polícia militar do estado de Minas Gerais. Uma demonstração de total desrespeito às garantias mínimas inerentes a qualquer cidadão, com a exposição das pessoas pelas redes sociais. A condução da situação após o fim da reintegração se caracterizou pela violação da dignidade dessas famílias, pelo sofrimento psicológico e pela perda material substantiva.

Um dos saldos desta violenta operação foi o aumento considerável de casos de COVID-19 no município de Campo do Meio: até o dia 12 de agosto havia 14 casos registrados e, uma semana depois, este número já havia saltado para 29 casos, conforme apresentam os Boletins Epidemiológicos do Estado de Minas Gerais. (MINAS GERAIS, 2020a; 2020b).

Com tudo isto, o conflito permanece aberto. O cenário ainda é marcado pela grave ameaça a que as famílias estão submetidas. O autor do pedido de reintegração de posse permanece na proximidade do território da comunidade, aterrorizando os ocupantes da área e fazendo ameaças de forma direta, ou por meio de seus prepostos, mantendo a temperatura alta naquele território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de Minas Gerais tem sido palco de um conjunto de conflitos socioambientais diretamente associados ao padrão de desenvolvimento centrado nas atividades econômicas do setor primário, especialmente ligadas ao agronegócio, ao complexo industrial da mineração e à expansão

das grandes obras dos setores de energia. Nas últimas décadas, o estado passou a responder ao padrão exportador de especialização produtiva nacional, reiterando seu papel nas grandes cadeias globais da produção de *commodities*. Desta forma, as contradições históricas associadas ao problema agrário vêm sendo repostas, reativadas pelo novo padrão de acumulação de capital no campo. O conflito pela terra encetado em Campo do Meio expressa este processo.

É necessário apontar o caráter do Estado nesse processo, considerando sua condição contraditória e de classe, para a reprodução das condições em que ocorrem os conflitos socioambientais na região do Complexo do Quilombo Campo Grande. Embora não se tenha aprofundado, neste capítulo, na relação tensa com o Estado em sua dimensão mais ampla, não há como deixar de destacar que o mesmo estado que determina o despejo, em atendimento aos interesses econômicos do agronegócio e do grande latifúndio, é aquele que aparece em algumas ações viabilizando e financiando projetos e atividades que contribuem no fortalecimento e organização da luta pela terra na região. Entretanto, é possível apontar que o estado em Minas Gerais é um dos instrumentos que assegura a árdua e tensa disputa no território sul mineiro e o acirramento dos conflitos socioambientais.

À despeito de sua longa duração – são mais de duas décadas – o conflito pela terra que envolve o Complexo Quilombo Campo Grande tem acompanhado a trajetória da modernização do campo e a disputa, pelo capital, cada vez mais acirrada em torno do conjunto dos recursos ecológicos e naturais disponíveis. Se for verdade que o sistema global do capital enfrenta dificuldades cada vez mais severas para se reproduzir, frente à drástica redução de sua margem de viabilidade produtiva (MÉSZÁROS, 2009), também é certo haver uma tendência à expansão dos conflitos socioambientais, dada a sanha do capital sobre as condições elementares da reprodução da existência.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, do ponto de vista estrutural, a truculência do capital e a ativação do poder de Estado para a garantia da propriedade da terra em Campo do Meio, em benefício da Usina falida, responde, pois, a este movimento. No entanto, não se pode negligenciar as particularidades deste processo, que envolve a resistência de décadas do Movimento Sem Terra e a reconfiguração local da questão agrária dada, sobretudo, pela experiência rica em organização popular, produção de alimentos saudáveis e a potencialidade de expansão de formas de reprodução da existência no campo que se contrapõem ao projeto destrutivo do capital.

O conflito socioambiental registrado em Campo do Meio certamente não se encerra no violento capítulo do despejo das famílias ocorrido em agosto de 2020 – nem do ponto de vista jurídico-legal, tão pouco do ponto de vista político. Pelo contrário, entre momentos de aparente estabilidade ou grande tensão, apenas encontrará efetiva solução quando forem asseguradas as condições para o estabelecimento de uma sociabilidade marcada pela realização plena das necessidades do conjunto das famílias que ali estão.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004.
- CAPUCHINHO, M. N.; BRANT, N. L. C. Serviço Social e Educação do Campo: a construção da turma do curso técnico em agropecuária no IFSULDEMINAS-Campus Machado junto ao MST. In: DUARTE, A. M. S. et al (Org.). *Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica*. Cortez: São Paulo, 2019.
- COCA, E. L. F. et al. *A luta pela/na terra em tempos de instabilidade institucional: o acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio - MG*. Boletim DATALUTA, Presidente Prudente, n. 31, p. 2-9, 2018.
- COCA, E. L. F. Identidades dos camponeses assentados do território Cantuquiriguaçu, Paraná, Brasil. *Mercator*, 2015. v. 14. p. 77-88.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo – Brasil 2017*. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade – Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2017.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil 2009*. (coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, IsoleteWichinieski). – São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DOTTA, R. Ariadnópolis: da terra ocupada sai educação e comida de qualidade. *Brasil de Fato*, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/01/ariadnopolis-da-terra-ocupada-sai-educacao-e-comida-de-qualidade/#:~:text=Decreto%20107&text=O%20governo%20de%20Minas%20Gerais,ser%C3%A3o%20desapropriadas%20por%20interesse%20social>. Acesso em 27 nov. 2020.
- FIRMIANO, F. D. Conflitos Socioambientais no estado de Minas Gerais: uma análise do ano de 2019. *Relatório de Pesquisa*. Universidade do Estado de Minas Gerais: Passos, 2020.
- FIRMIANO, F. D. Desenvolvimento e questão agrária no Brasil: problemas do passado e dilemas para o futuro. *Relatório final de Pós-doutorado*. (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista, campus de Franca, Franca, 2019.
- FIRMIANO, F. D. *O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária*. São Paulo: APESP/Alameda Editorial, 2016.

GOMES, G.A.S. Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. *Lauda socioeconômico das comunidades rurais da área CAPIA, Campo do Meio-MG*. Minas Gerais: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, 05 nov. 2018. Não publicado.

IANNI, O. *A ideia do Brasil Moderno*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FLEURY, L. C.; BARBOSA, R. S.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. *Rev. Brasileira de Sociologia*, Minas Gerais, v. 5, n. 11, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/328>. Acesso em 17 dez. 2019.

FUHRMANN, L. Beneficiado por despejo do Quilombo Campo Grande tem R\$ 1,8 bilhões em dívidas. *De olho nos ruralistas – Observatório do agronegócio no Brasil*. 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/08/24/beneficiado-por-despejo-do-quilombo-campo-grande-tem-r-18-bilhao-em-dividas/>. Acesso em 27 nov. 2020.

LINDNER, M.; VIEIRA MEDEIROS, R. M. Transformações sócio territoriais na região metropolitana de Porto Alegre: a experiência da produção do arroz ecológico em assentamentos rurais. *Rev. Sociedade e Território*, v. 27, n. 2, p. 79-94.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. *Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP : uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?* 312 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. [tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa]. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Saúde de Minas Gerais. *Boletim Epidemiológico: Covid-19- doença causada pelo coronavírus – 19*. 14 ago. 2020a. Disponível em: http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/9090/boletim_epidemiologico_covid-19_14_08_2020.pdf. Acesso em 30 nov. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Saúde de Minas Gerais. *Boletim Epidemiológico: Covid-19- doença causada pelo coronavírus – 19*. 14 ago. 2020. 2020b. Disponível em: http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/9148/boletim_epidemiologico_covid-19_21_08_2020.pdf> Acesso em 30 nov. 2020.

MOREIRA, G. L. *A luta pela terra em contexto de injustiça agrária: pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta da CPT e do MST*, 557f. Tese, 2017 (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO, P. R. R. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In.: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil 2009*. (coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, IsoleteWichinieski). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

REDE DATALUTA. *Relatório DATALUTA Brasil - 2017*. Presidente Prudente, 2018.

SILVEIRA, S. M. B.; SILVA, M. G. Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 342-352, maio 2019.

TERRITÓRIOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS: EXPRESSÕES DA AUTORREPRODUÇÃO DO CAPITAL

NICOLE ALVES ESPADA PONTES¹

JULIANA AP. COBUCI PEREIRA²

INTRODUÇÃO

Na gigantesca edificação, as robustas estruturas de ferro somem aos olhos nus, mas são elas que sustentam o gigantesco arranha-céu da metrópole verticalizada. Em seu interior, um milimétrico prego segura a pintura suspensa na parede. O carro acelera lá fora, em sua lataria de ligas metálicas, enquanto o motorista deixa o som sair de seu smartphone composto por alumínio.

A mineração atravessa nossos cotidianos, desde objetos milimétricos, até as maiores estruturas. Atravessa o que utilizamos, vestimos, comemos. Atravessa-nos de modo por vezes imperceptíveis: onde pisamos, o que manuseamos. A forma como compõe nossas rotinas em tantas demandas é inquestionável, mas extremamente questionável são as contradições que envolvem essa atividade extrativista em seu desenfreado crescimento e desenvolvimento.

Por que existem particularidades no desenvolvimento do modelo mineral, que, interligando-se a uma dinâmica global, fazem emergir expressões de destruição ambiental, e, portanto, concomitantemente social, sem precedentes.

Por isso, devido ao lugar que ocupa na organização social, não podemos simplesmente reduzir em limites utópicos ao “fim da mineração”, mas devemos compreender, tensionar e

¹ Nicole Pontes, jornalista e assistente social, é atualmente doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Formada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em Jornalismo pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, é mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Possui experiência docente como professora substituta na Faculdade de Serviço Social da UFJF e vem realizando estudos sobre questão ambiental, com ênfase na temática da mineração. Contato: nicole.alves@gmail.com.

² Juliana Cobuci é assistente social e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF. Possui experiência docente como professora substituta na Faculdade de Serviço Social da UFOP e atualmente atua como consultora na Assessoria Técnica dos Atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão de Barra Longa/MG. Contato: julianacobucci@hotmail.com

ultrapassar o senso comum que vem fragmentando as problemáticas intrínsecas à atividade em seu desenfreado crescimento. Inclusive questionando esse crescimento desenfreado, responsável por um histórico de crimes no país, e, particularmente acentuado no estado de Minas Gerais.

Assim sendo, na exposição que se segue partimos do debate a nível macro, compreendendo o movimento da produção de mercadorias ditadas pelo capital de forma ampliada, em seu movimento expansivo e acumulativo. Em seguida tratamos dos efeitos da atividade minerária nos territórios explorados, com destaque para Minas Gerais. Por fim, nos voltamos aos grandes rompimentos de barragens de rejeito mineral protagonizados pelas empresas Samarco e Vale, em Mariana e Brumadinho, respectivamente, os mais recentes e catastróficos efeitos destrutivos do atual modelo de mineração. Assim o texto se organiza em três seções nas quais buscamos oferecer um panorama da situação enfrentada pelas populações que vivem no entorno de tais empreendimentos ou que são vítimas de crimes, como os da Samarco e da Vale, em Minas Gerais.

1 DESENVOLVIMENTO DO MODELO MINERAL PELOS DITOS DO CAPITAL

Todo movimento de intervenção do homem no mundo natural desencadeou mudanças tão profundas nos ambientes que, por vezes, a natureza é denominada de “(...) “segunda natureza” – a natureza remodelada pela ação humana. Há muito pouco, ou nada, da “primeira natureza”, que existia antes de os seres humanos povoarem a Terra” (HARVEY, 2011, p. 151).

No entanto, se é notável a habilidade humana de intervir e modificar a natureza conforme suas idealizações, há, nesse processo, uma enorme degradação dos recursos naturais e sua consequente escassez.

Montanhas inteiras são cortadas ao meio à medida que minerais são extraídos, criando cicatrizes de pedreiras nas paisagens, com fluxos de resíduos em córregos, rios e oceanos; a agricultura devasta o solo e, por centenas de quilômetros quadrados, florestas e matos são erradicados acidentalmente como resultado da ação humana, enquanto a queima das florestas na Amazônia, consequência da ação voraz e ilegal de pecuaristas e produtores de soja, leva à erosão da terra (...) (HARVEY, 2011, p. 151).

A forma como tem se dado a intervenção humana frente à natureza configura, assim, um traçado de violenta destruição. Mas é importante compreender que essa forma específica de intervir não pode ser tratada como um reflexo do trabalho produtivo humano em geral, pois “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade” conforme elucidava Marx (2011, p. 13). Em outras palavras, cada modo de produção determina, especificamente, a maneira e a finalidade com que os homens estabelecem sua produção material, sua interação com o mundo natural.

Dessa forma, os impactos ambientais que assistimos atualmente não podem ser reduzidos a um reflexo do trabalho produtivo humano em geral, mas a um reflexo próprio do modo capitalista

de produzir. Afinal, “nos últimos três séculos, marcados pela ascensão do capitalismo, a taxa de propagação e destruição criativa sobre a Terra tem aumentado enormemente” (HARVEY, 2011, p. 151). Assim sendo, de fato as últimas décadas têm demonstrado que há elementos próprios do desenvolvimento capitalista que vêm gerando seus efeitos singularmente destrutivos sobre a natureza e, concomitante e conseqüentemente, a toda humanidade.

E, por mais que esses impactos sejam cada dia mais óbvios, extensos e alarmantes, uma mudança na forma de utilização dos recursos naturais não é algo que tem se mostrado possível dentro da ordem vigente. Para Mézáros, é justamente pelo fato do capital ter se tornado “(...) a mais poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (MÉSZÁROS, 2011, p. 95).

Por que, historicamente, o sistema do capital tornou-se integralmente dominante, subjugando à sua dinâmica indistintamente as diferentes esferas da totalidade social – dos detalhes mais minuciosos da cotidianidade, até os mais complexos aspectos globais. Assim,

Implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2011, p. 96).

E, sob tais perspectivas, nenhuma forma de esgotamento aparece como relevante, da humanidade à natureza: todas as esferas da realidade social estão condenadas à sua lógica predatória.

Inclusive Mézáros (2011) aborda sobre o impacto que a inversão de valores das mercadorias tem na realidade, a partir da quebra entre a coerência necessária entre produção por valor de uso *versus* seu valor de troca, sendo o primeiro subjugado por este último em um mercado de geração de excedentes. O autor aborda que a “(...) subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início” (2011, p. 606).

Um dos principais processos mediante o qual o capital estabeleceu seu crescimento e desenvolvimento econômicos. Dessa forma, “para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último” (2011, p. 606). Mas o deslocamento das mercadorias a um “*valor de troca universalmente dominante*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 610; grifos do autor), redireciona a relação da produção, circulação e consumo a um movimento contraditório e perigoso.

Sob essa perspectiva, um dos parâmetros mais importantes para o capital é que o consumo possibilite sua acelerada reprodução. Nesse sentido é que Mézáros (2011, p. 617; grifos do autor) afirma que atualmente assiste-se fortalecer “(...) a alocação de uma porção cada vez maior da riqueza social para a produção do *desperdício institucionalizado*”, que ao determinar não apenas padrões de

funcionalidade dos produtos, também reduzem seu período de utilidade e/ou duração – seja através da criação de novas necessidades através de produtos mais modernos, seja pela tecnologia voltada à redução (ou mesmo eliminação) de sua vida útil – possibilitando assim acelerar o ciclo reprodutivo do capital. “(...) Em sua tendência geral, o modo capitalista de produção [é] inimigo da durabilidade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 636).

Esse movimento está no interior do que Mézáros (2011, p. 693) analisa como uma “lei tendencial da taxa de utilização decrescente” que, para o autor, assume hoje uma “posição de domínio na estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico, não obstante o fato de que, no presente, quantidades astronômicas de desperdício precisem ser produzidas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 655). E o efeito desses fenômenos é a utilização insaciável dos recursos naturais para criação de supérfluos que, sob a lógica da “obsolescência planejada”, se tornam extremamente descartáveis.

No entanto, a natureza tem um ciclo que não obedece aos imperativos capitalistas. Esses ciclos estão sendo interrompidos para que o capital possa continuar destruindo, acumulando, descartando. Pois como a produção se dá com vistas à produção de excedentes, e não da satisfação humana, o capitalismo precisa crescer e expandir. Seu movimento torna-se cada vez mais acelerado com o aparato técnico e científico, e nesse sentido os recursos ambientais são utilizados global e vorazmente.

Isso porque, como o sistema capitalista foi capaz de superar a coerência da produção com vistas à “autossuficiência”, a lógica de produzir para subsistir, deslocou-se. Nas formações societárias anteriores a relação entre a produção autossuficiente determinava (e era determinada) por uma forma de controle mais direta. “Quando esta autossuficiência se quebra e progressivamente dá lugar a conexões metabólicas/ reprodutivas mais amplas, já estamos testemunhando o vitorioso avanço do modo de controle do capital (...)” (MÉSZÁROS, 2011, p. 101).

E a superação de uma produção norteada à autossuficiência é fundamental para o processo de valorização do capital. Pois para acumular é necessário expandir: encontrar diferentes mercados consumidores, reservas abundantes de matérias-primas, mão-obra mais barata, novas fontes de lucratividade. Assim, “com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a *expansão* e movido pela *acumulação*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100; grifos do autor). O acumular depende, portanto, do expandir, e/ou vice-versa.

Expressão que se demonstra concretamente, em diferentes setores extrativistas, sobretudo se nos voltarmos à América Latina, onde as atividades responsáveis pela exportação de matéria-prima se expandiram e continuam expandindo vertiginosamente, movimento que se dá tanto na ampliação e expansão dos pólos de extração territorialmente; como no interior mesmo dos pólos extrativistas, em suas capacidades, especialmente tecnológicas, de extração.

E esse engrandecimento, sobretudo nos últimos anos, justifica-se porque historicamente essas atividades “desempeñaron un papel central en alimentar el crecimiento económico aprovechando los altos precios de las materias primas” (GUDYNAS, 2016, p. 24). Realmente, se nos

voltarmos especificamente para o seguimento mineral brasileiro, observa-se que desenvolveu-se abruptamente a partir do “*boom das commodities*”, “período onde um rápido e intenso crescimento da demanda por matéria-prima, puxado pelo processo de industrialização e urbanização da Ásia, particularmente China, elevou os preços das *commodities* a valores acima das médias históricas”. A título de ilustração, “(...) em 2010, o Índice de Preços de Commodities do McKinsey Global Institute (MGI) atingiu sua maior marca desde 1910, alcançando patamares 150% maiores do que as referências dos anos 2000” (MILANEZ, LOSEKANN; 2016, p. 404).

Assim, aproveitando o salto nos preços, o setor mineral realmente cresceu desenfreadamente. Porém, no capitalismo esses “*booms*” não se sustentam de forma ascendente indefinidamente. Assistiu-se o capital mineral alimentar seu megaciclo já na espreita da crise que seguiu. “Saindo de um patamar de US\$ 32 (jan./2003), o preço do minério de ferro chegou ao um pico de US\$ 196 (abr./2008) e, a partir de 2011, iniciou uma tendência de queda, chegando a US\$ 53 (out./2015)” (WORLD BANK, 2015 *apud* MANSUR *et al.*, 2016, p. 19). E com ela, a possibilidade de crimes ambientais despontaram.

Inclusive, Davies e Martin (2009) analisaram a possível correlação entre rompimentos de barragens minerais em períodos “*pós-boom de commodities*”, concluindo que, em média, entre 2 e 2,5 anos após o “*boom das commodities*”, há uma tendência de crescimento no número de rompimentos. Os autores avaliam 143 rompimentos durante 42 anos, e chegaram a uma média de 6 a 7 a cada 2 anos. No interior do período selecionado, identificam 5 picos de ocorrências, apreendendo que, a cada “*boom das commodities*”, há picos subsequentes no número de rompimento de barragens, ficando clara a tendência entre ambos processos. “It is very clear that each commodity price cycle peak, as represented by the copperprice, can be correlated to a subsequent peak in the number of tailings damincidents” (DAVIES, MARTIN; 2009, p. 05).

E realmente o “*pós-boom*” não supôs o fim da exploração mineral no Brasil, não afastou para longe o perigo de rompimento das barragens, nem colocou freio ao ritmo extrativista das empresas. “Para garantir então margens de lucros para os acionistas, as grandes empresas do setor, como a Vale, estão aplicando uma fórmula conhecida: explorando mais os trabalhadores e a natureza” (SILVA, ANDRADE; 2016).

Cresce um nicho de mercado, aumenta-se o grau de exploração em todos os níveis (naturais e humanos), expande-se os já existentes, acentua-se o nível de retirada do mineral sem que haja devida fiscalização. Sim, porque segundo o último Relatório da Agência Nacional de Águas (2018), apenas 3% do total de barragens cadastradas haviam sido vistoriadas: o cenário para rompimentos de barragens está posto.

E quanto maior a capacidade extrativista adotada, conseqüentemente maior serão os impactos gerados pelos rompimentos, e maior será seu alcance. Um “efeito derrame”, conforme denomina Gudynas (2016). Não se pode perder de vista que seus efeitos vão muito além da localidade derramando-se de maneira muito voraz sobre o território e alastrando-se para além dele.

A mineração é um exemplo notório desse processo, porque seus efeitos são extensos, nefastos e duradouros sobre a natureza e as vidas humanas envolvidas, de maneira muitas vezes irrecuperável, como veremos a seguir.

2 OS EFEITOS DA MINERAÇÃO NOS TERRITÓRIOS EXPLORADOS: MINAS GERAIS E DUAS GRANDES EXPRESSÕES DE CRIMES DA MINERAÇÃO

No Brasil, a atividade minerária teve início no século XVIII, com o movimento de interiorização no território feito pelos bandeirantes pelo qual foram identificadas as primeiras jazidas. Desde então, o histórico da mineração se confunde com a história do país, sendo determinante para vários processos importantes como a urbanização das cidades mineradoras e a industrialização. Deste modo, a atividade minerária teve grande repercussão na ocupação do território nacional, que avançou para o interior do país conforme a descoberta de novas jazidas, resultando no aumento expressivo da população nas regiões mineradoras pela chegada dos exploradores, especialmente europeus. Sobre isso, Holanda (2001) observa que uma variedade de sujeitos passam a povoar e conviver no território fazendo desta interação, nem sempre harmoniosa em razão dos diferentes interesses que se colocavam em contexto, um determinante para conformação do território brasileiro.

A expansão da ocupação do território favoreceu a descoberta de recursos minerais, especialmente metálicos como o manganês e o ferro, que, gradualmente, vão ganhando maior importância na economia nacional e se tornando fundamentais para o processo de industrialização brasileiro. Entretanto, foi no chamado megaciclo do minério que houve a intensificação das importações de minério em razão ao aumento do consumo mundial de minério de ferro e também pela política nacional de crescimento econômico voltada a reprimarização da economia, com investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em infraestrutura para garantir as exportações de *commodities* para vários setores, entre os quais estão a mineração e o agronegócio – momento de “boom” do mercado mundial, conforme salientado anteriormente.

Mais recentemente, entretanto, a atividade minerária sofreu uma redução em razão da crise econômica internacional, entorno do “pós-boom” abordado, que, somada ao caráter dependente e exportador do Brasil, gerou uma queda na demanda dos recursos minerais. Tudo isso, conseqüentemente, gerou a redução dos preços do minério. Neste cenário, uma das estratégias adotadas pelas empresas mineradoras para reverter a queda no consumo foi, segundo análise do movimento dos atingidos por barragens (MAB), o aumento da produção e o rebaixamento dos custos buscando para garantir a manutenção da taxa de lucro (MAB, 2016). A estratégia de aumento da produção segue firme e, segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) sobre 2018, a produção mineral de substâncias metálicas correspondeu a

cerca de 80% do valor total da produção mineral brasileira (BRASIL, 2020). Deste total, 99,7% se deveu a produção de alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco (BRASIL, 2020).

A mesma fonte informa que a produção de substâncias minerais metálicas totalizou R\$103 bilhões, com destaque para a expressiva participação do ferro, com produção concentrada, principalmente, nos estados de Minas Gerais e do Pará (BRASIL, 2020). Estes dois estados inclusive são os responsáveis pela produção de 89% dos metais listados, assinalando que Minas Gerais permanece como território fundamental para a mineração e assinala o avanço da atividade minerária para a região norte do país (BRASIL, 2020).

Mas, pelo decorrer da exposição, já é possível observar que a mineração não soma apenas saldos positivos para o país. Especialmente porque o aumento da produção de minério não vem acompanhada, em igual medida, de ações que busquem a segurança do meio ambiente e das populações e a redução dos efeitos negativos da exploração mineral. Em razão disso, a mineração promove uma série de alterações que não se restringem as áreas de extração, se estendendo para o entorno das áreas de exploração mineral e, por vezes, atingindo extensos territórios e populações. Desta maneira, é comum observar variadas alterações ambientais, como a redução da vegetação e a geração de áreas degradadas pela erosão do solo nas áreas próximas as minas, contaminação do solo e da água por produtos químicos utilizados na extração do minério ou mesmo pelos materiais extraídos. Ligados a este processo, ocorrem a mortandade de peixes e a evasão forçada de animais silvestres, a poluição do ar pela queima de mercúrio e dispersão de partículas, a poluição sonora gerada pelas instalações de extração e logística, depreciação de imóveis, transtornos de tráfego e também conflitos de uso do solo (BITAR, 1997). Por isso, o “efeito derrame” abordado por Gudynas (2016) é factível e notável nos territórios de mineração, porque os rastros de destruição não se derramam apenas quando suas estruturas se rompem e tiram vidas: a instauração da atividade em si reconfigura violentamente a vida de comunidades inteiras.

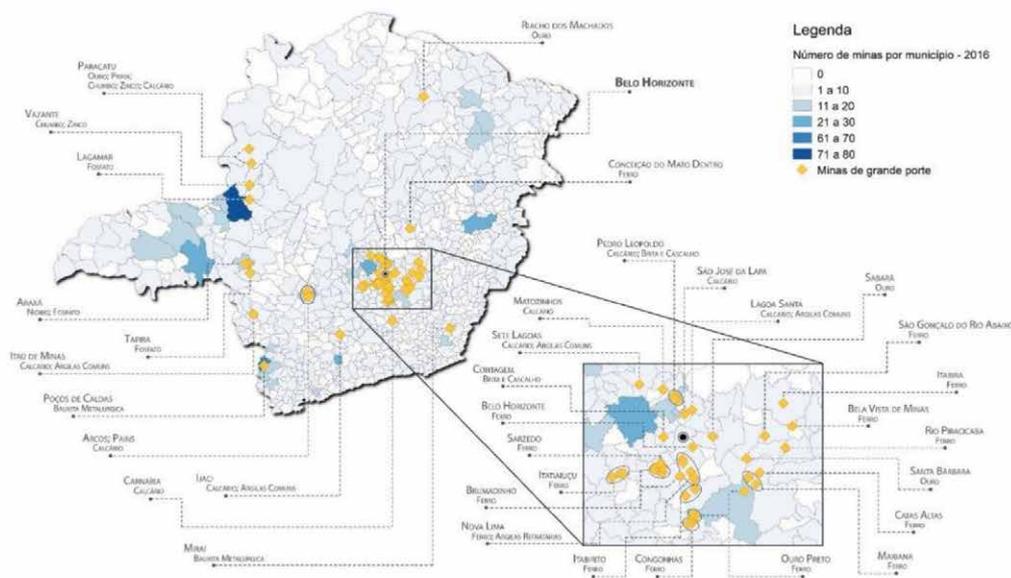
Atualmente os reservatórios de rejeitos minerais somam 790 unidades do total de barragens brasileiras, distribuído entre 19 estados brasileiros. No entanto, Minas Gerais e Pará carregam 60% dessas estruturas. Minas Gerais, em específico, possui em seu território 351 reservatórios, enquanto o estado de Pará dispõe de 104 barragens. Ora, através desses dados é possível perceber que Minas Gerais apresenta uma disparidade: considerando que tem quase metade dos rejeitos minerais brasileiros concentrados em seu território, número três vezes maior que do estado paranaense, o segundo maior detentor (ANA; 2018).

Por isso, Minas Gerais corresponde a um dos principais territórios da mineração. Segundo o IBAM (2014), Minas Gerais é responsável pelo fornecimento de mais de 160 milhões de toneladas/ano de minério de ferro, além de ser o estado somar aproximadamente 53% da produção brasileira de minerais metálicos e 29% de minérios em geral.

A mineração está presente em mais de 250 municípios de Minas Gerais. Em Itabira, se localiza a segunda maior mina em operação do país, atrás apenas de Serra Norte em Carajás, no Pará. Por isso, segundo a ANM (2020), em 2018, o estado promoveu a arrecadação de mais de 1 bilhão de reais em Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM),³ recurso pago à União pelo aproveitamento econômico dos recursos minerais.

No estado, a exploração do minério se concentra especialmente na região conhecida como Quadrilátero Ferrífero, uma extensa área de aproximadamente 7000 km² formada por mais de 20 municípios⁴. Neste vasto território ocorre a extração de ferro, ouro e de outros tipos de rochas e minerais como topázio e bauxita (MARENT *et al.*, 2011). O cartograma abaixo destaca a distribuição das usinas por município de Minas Gerais em 2016.

Figura 1 - Cartograma da distribuição das usinas por município - Minas Gerais, 2016.



Fonte: Reproduzido de BRASIL, 2019.

Mas como buscamos assinalar, a mineração coloca uma série de questões para o meio ambiente e as populações que vivem no entorno das áreas de mineração. Os efeitos se espalham pelas regiões, dentre a degradação dos territórios, os riscos de rompimento de barragem e todos

³ O CFEM é distribuído aos estados, municípios e órgãos da União relacionados ao local onde é realizada a exploração do minério. Os recursos podem ser aplicados em projetos voltados ao benefício da comunidade local, seja em melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde ou educação. A distribuição do recurso se dá obedecendo a seguinte proporção: 12% para a União e distribuídas entre o DNPm, Ibama e MCT/FNDCT; 23% para o estado de origem da extração; e, 65% para o município onde ocorre a extração mineral.

⁴ Segundo informação descrita na página Quadrilátero Ferrífero Centro de Estudos Avançados/UFOP, na internet, o Quadrilátero Ferrífero é composto atualmente pelos municípios de Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Brumadinho, Caeté, Catas Altas, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ibirité, Igarapé, Itabira, Itabirito, Itatiaiaçu, Itaúna, Jeceaba, João Monlevade, Mariana, Mário Campos, Mateus Leme, Moeda, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Rio Piracicaba, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Joaquim de Bicas e Sarzedo. Para maiores informações consultar: <https://qfe2050.ufop.br/municipios-do-qfe>. Acesso em 19/11/2020.

os efeitos danosos e por vezes incalculáveis de tais processos – e que pela extensão da mineração no Brasil, se coloca alarmante. Segundo a “International Commission on Large Dams” (ICOLD), o Brasil ocupa a quinta posição no ranking mundial entre os países com maior número de barragens de grande porte. E de fato o país conta com dezenas de milhares de barragens: atualmente existem 24.092 barragens cadastradas.

A “Política Nacional de Segurança de Barragens” (PNSB), regida pela Lei nº 12.334 (BRASIL, 2010), estabelece, em seu Artigo 7º, que as barragens serão classificadas pelos órgãos fiscalizadores, por “categoria de risco” e por “dano potencial associado” de acordo com critérios estabelecidos pela a “Resolução nº 143” (CNRH, 2012) – criada com vistas a conter excessos e infrações das empresas, bem como prevenir possíveis ações danosas. No entanto, uma percentagem assustadora de 76% das barragens cadastradas sequer foi classificada levando em consideração essas determinações (ANA, 2018). São muitas barragens gigantescas, sem que, por vezes, tenham o mínimo de fiscalização. Todo esse quadro coloca o risco de rompimento de barragens e a ocorrência de tragédias gigantescas como acompanhamos pela Samarco, em Mariana e pela Vale, em Brumadinho.

Nos casos dos crimes de Mariana e Brumadinho todos os efeitos citados, ambientais e sociais, ficam muito evidentes. Em relação à Mariana, após cerca de 53 milhões de m³ de rejeitos se espalharem por uma extensão de cerca de 600 km, que abrange 230 municípios entre Minas Gerais e o Espírito Santo e causar 19 mortes, os efeitos ainda são incalculáveis e, segundo ambientalistas e pesquisadores, os mesmos serão sentidos por, no mínimo, 100 anos. Além das perdas humanas e da destruição dos distritos Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana e Gesteira, em Barra Longa, o rejeito foi responsável por inúmeros outros danos.

Conforme relatos dos atingidos e como documentaram diversas fontes jornalísticas à época do crime, houve grande mortandade de peixes ao longo do trajeto da lama e várias comunidades ficaram sem água. Nestas situações, muitas pessoas que tinham o rio como um recurso de subsistência sofreram profundas alterações em suas vidas. Além disso, houve a perda de fontes de renda das pessoas que viviam da pesca ou que realizavam atividades que foram interrompidas em razão do crime. Lembramos que muitas áreas, ao longo do Rio Doce e seus afluentes, eram utilizadas para agricultura e pecuária, mas com a chegada da lama nestes espaços, tais atividades, por vezes, se tornaram inviáveis seja pela não retirada completa do rejeito ou pelo receio da contaminação do solo e água pelos materiais presentes na lama. Desta maneira, além de perder suas casas, muitas pessoas ficaram sem suas fontes de renda e trabalho.

Além disso, observa-se acentuado processo de adoecimento das pessoas ao longo do território atingido. Em Barra Longa, por exemplo, diferentes estudos (REDE DE MÉDICOS POPULARES, 2016; BRASIL, 2016; 2018; VORMITTAG, *et al*; 2018, PEREIRA, 2019; 2019b e AMBIOS, 2019) indicam o agravamento do quadro de saúde da população, tendo em vista o aumento da busca por atendimento e a piora do quadro de algumas doenças, especialmente aquelas ligadas as vias áreas superiores, além de alergias e doenças de pele, transtornos psicossociais e o agravamento

de doenças crônicas. Tais constatações assinalam que o mesmo quadro pode estar ocorrendo em outros municípios ao longo da bacia do Rio Doce e, ao mesmo tempo, indicam a necessidade de medidas efetivas voltadas a reversão deste quadro.

O crime da Samarco é regido por um acordo extrajudicial firmado entre as empresas responsáveis pela barragem de Fundão, Samarco (Vale/ BHP Billiton), a União (IBAMA, ICMBio, ANA, DNPM, FUNAI) e governos estaduais de Minas Gerais (IEF, IGAM, FEAM e Governo) e do Espírito Santo (Governo, IEMA, ODAF, AGERH), o chamado Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC)⁵. Este acordo estabelece a execução de 42 programas socioambientais e socioassistenciais com vistas a promover a reparação das populações e territórios atingidos. O TTAC também previu a criação de uma fundação privada que, posteriormente, foi nomeada de Fundação Renova e é a responsável pela execução das ações que compõe os programas de reparação. Entretanto, a instituição está sob o controle das empresas mineradoras responsáveis pelo crime e, neste sentido, subordinada aos interesses econômicos dos grupos empresariais do setor. É importante destacar que são comuns os relatos dos atingidos sobre a morosidade e ineficiente das ações executadas pela Fundação e, em muitos casos, este tipo de postura, além de aprofundar, gera novos danos. Além disso, parte do processo de reparação foi judicializado e desta maneira pontos fundamentais como a saúde e moradia estão submetidos à decisão judicial em detrimento do previsto inicialmente que buscava garantir os acordos realizados em território e que contavam com a participação dos atingidos.

Em relação ao crime ocorrido em Brumadinho, os efeitos sociais e ambientais também são imensuráveis. Afinal, os cerca de 12 milhões de m³ de rejeitos da barragem sob responsabilidade da Vale S.A. ocasionaram a morte de 270 pessoas e 11 vítimas ainda não encontradas⁶. Além disso, a lama de rejeitos atingiu o rio Paraopeba prejudicando a qualidade da água e gerando riscos ao consumo humano.

Como observam Polignano; Lemos (2020) a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) recomendam a suspensão do uso da água bruta do rio Paraopeba para quaisquer finalidades no trecho entre Brumadinho e Pompeu. O monitoramento da qualidade da água realizado pelo Igam, Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e Agência Nacional de Águas (ANA) confirma a recomendação de restrição total de uso da água. Desta maneira, a Vale deve fornecer a água em condições adequadas para a população. Além disso, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), indica a destruição de 269,84 hectares de mata. Segundo o órgão, o Centro Nacional de Monitoramento e Informações

⁵ O TTAC pode ser acessado na íntegra no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ibama.gov.br/cif/ttac>. Acesso em 21/11/2020.

⁶ O número de vítimas citado pode sofrer alterações em razão da identificação das vítimas, pois espera-se a retomada das buscas. Os dados citados no texto seguem levantamento realizado pela Conectas, organização de defesa dos direitos humanos que acompanha o caso. Para outras informações acessar: <https://www.conectas.org/noticias/fact-sheets-o-numeros-da-tragedia-de-brumadinho>. Acesso em 21/11/2020.

Ambientais (CENIMA)⁷ identificou que o rejeito devastou 133,27 hectares de vegetação nativa de Mata Atlântica e 70,65 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP) ao longo dos cursos d'água por onde seguiu a lama. Com base na lei de Crimes Ambientais, a Vale S.A. foi multada em R\$ 250 milhões, entretanto, são necessárias ações de recuperação dessas áreas e do rio, além do pagamento de indenizações às vítimas e suas famílias.

Assim, dois dos cenários de maiores tragédias do país foram fruto do rompimento de barragens de rejeito mineral. Em ambos os casos, Samarco e Vale, observa-se que os rompimentos trazem em si uma série de desdobramentos para a vida das populações atingidas e conformam um quadro de continuidade e aprofundamento dos impactos e a necessidade de ações efetivas voltadas à reparação da população e do meio ambiente – que muitas vezes não ocorrem nem nos mínimos aspectos.

Importante destacar que os danos gerados por tais crimes, que se “derramam” e alastram com a força da lama, atingiram diferentes populações, tais como população urbana, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e também áreas de reassentamento da reforma agrária nas quais famílias camponesas realizavam diferentes tipos de cultivo. Dessa forma, para além dos movimentos que se colocam diretamente na luta contra o modelo mineral, como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), citados direta ou indiretamente pelas fontes utilizadas nesse estudo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)⁸ também vem organizando diversas ações de denúncia e resistência pela forma como vem se desenvolvendo a atividade minerária no país e reforçado pautas de luta que envolvem reivindicações por medidas reparatórias. A título de ilustração, na bacia do Rio Doce, o movimento organizou o “Programa Popular de Recuperação” pelo qual são desenvolvidas ações voltadas ao reflorestamento em áreas de recarga hídrica e de proteção permanente. Além disso, existem ações que buscam fornecer capacitações e formações em agroecologia para as famílias atingidas.

Em Brumadinho, região em que a lama atingiu áreas próximas aos acampamentos Zequinha e Pátria Livre, ambos no entorno do rio Paraopeba, onde houve o comprometimento da qualidade da água consumida pelas 50 famílias do assentamento 2 de julho, e em Betim, região metropolitana de Belo Horizonte, o movimento também pretende realizar as mesmas ações do Programa acima citado. Exemplos que demonstram como os crimes desencadeados pela mineração desafiam a organização popular, exigindo o protagonismo dos atingidos, para a reparação no quadro de destruição – tendo em vista que, na maioria das vezes, não contam com ações efetivas das empresas e, tampouco, do poder público.

⁷ Informações disponíveis em: <http://www.ibama.gov.br/ultimas-2/1881-rompimento-de-barragem-da-vale-em-brumadinho-mg-destruiu-269-84-hectares>; <http://www.ibama.gov.br/noticias/730-2019/1879-ibama-multa-vale-em-r-250-milhoes-por-catastrofe-em-brumadinho-mg>. Acesso em 03/12/2020.

⁸ Informações disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/06/artigo-mst-constroi-processo-de-reparacao-coletiva-aos-crimes-da-vale-em-mariana>; <https://mst.org.br/2019/01/31/em-mg-acampamentos-do-mst-sao-afetados-pelo-rompimento-da-barragem-de-brumadinho/>. Acesso em 04/12/2020.

A dinâmica autocontraditória não se dá, portanto, passivamente, sem perspectivas de mudança. A autocontradição do sistema, expressa no modelo mineral nacional gera resistências em todos os âmbitos. Movimentos sociais se organizam e resistem contra o sistema cotidianamente. E nessa organização coletiva, gestam-se as sementes para ultrapassar o instituído.

CONCLUSÃO

Sim, a mineração atravessa nossos cotidianos, se faz presente em nossos utilitários mais rotineiros. Mas, conforme buscamos elucidar, o lugar e a forma como ocupa a organização social não está essencialmente ligada às necessidades humanas: mas a forma como o capitalismo constrói tais necessidades. Um mercado de incoerência, de crescente descartabilidade das mercadorias numa lógica que antes de ter coerência com o desenvolvimento humano, está em pacto com o desenvolvimento próprio do capital. De fato, é preciso muito minério para tanto descartar sob a lógica da “obsolescência planejada”.

E nessa dinâmica extremamente descartável, expansionista e acumulativa, as medidas de segurança ou contenção de danos tornam-se supérfluas. Por vezes, parece que a vida humana em si mesma, torna-se supérflua. Parece não haver tempo hábil para fiscalizar tamanho crescimento, e os investimentos em segurança também não parecem ser lucrativos para serem mantidos. Por que não o são. O lucro parece, por fim, mais importante do que os mares de lama que se derramam pela natureza, por comunidades, e tantas e tantas vidas.

Por fim, vale ainda destacar que outra consequência violenta da mineração para os territórios explorados são os conflitos entre as empresas mineradoras e as comunidades locais que, em muitos casos, vivem situações de constante ameaça de retirada de áreas tradicionalmente ocupadas para moradia e agricultura para a exploração de novas jazidas de minério. Tudo isso em detrimento do desejo e das necessidades destas populações que, por vezes, convivem com uma série de violações de direitos junto a populações indígenas e quilombolas e pela instalação de megaprojetos como ocorrido em Conceição do Mato Dentro (ARAÚJO; FERNANDES, 2016). A extensão deste debate, contudo, exige que o tema seja tratado e aprofundado em outros espaços. Assim sendo, esses breves e incipientes apontamentos são, sobretudo, para instigar a necessidade de seu aprofundamento.

REFERÊNCIAS

AMBIOS. Estudo de avaliação de risco à saúde humana em localidades atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão – MG. *Relatório final*. 2019.

ANA, Agência Nacional de Água. *Relatório de segurança de barragens 2015*. Brasília, DF: ANA, 2016. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/>. Acesso em 17 de junho de 2016.

ANA, Agência Nacional de Água. *Relatório de segurança de barragens 2017*. Brasília, DF: ANA, 2018. Disponível em <<http://www2.ana.gov.br/>>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

ARAUJO, E. R., FERNANDES, F.R.C. *Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais*. In: Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica. Rio de Janeiro: CETEM/CICP, 2016, p.65-88. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/1909>. Acesso em: 21/11/2020.

BITAR, O. Y. *Avaliação da recuperação de áreas degradadas por mineração na região metropolitana de São Paulo*. 1997. 185f. Tese (Doutorado). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. 1997. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3134/tde-25102001-165349/pt-br.php>. Acesso em 19/11/2020.

BRASIL. Lei nº 12.334, de 20 de Setembro de 2010. *Nacional de Segurança de Barragens*. Brasília, DF: 20 de setembro de 2010.

BRASIL. Agência Nacional de Mineração. *Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas / Coord. Técnica de Marina Dalla Costa et al .; Brasília: ANM, 2020. Ano Base 2018*.

BRASIL. Agência Nacional de Mineração. *Anuário Mineral Estadual - Minas Gerais / Coord. Técnica de Marina Dalla Costa et al.; Equipe Técnica por Carlos Antônio Gonçalves de Jesus et al. – Brasília: ANM, 2019. Anos base 2015 e 2016*.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. *Relatório Final*. Estudo sobre o perfil epidemiológico da população de Barra Longa-MG, pós desastre. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. *Relatório Final*. Dois anos pós-desastre da barragem do Fundão: perfil epidemiológico e toxicológico da população de Barra Longa-MG. 2018.

CNRH, *Conselho Nacional de Recursos Hídricos*. Resolução nº 143, de 10 de Julho de 2012. Brasília, DF: 10 de Julho de 2012. Disponível em: www.cnrh.gov.br/. Acesso em 20 de julho de 2016.

DAVIES, Michael; MARTIN, Todd. *Mining Market Cycles and Tailings Dam Incidents*. In: Proceedings of 13th International Conference on Tailings and Mine Waste, Banff, AB, 2009. Disponível em: <http://www.infomine.com/library/publications/docs/Davies2009.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2018.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: ANNABLUME, 2016.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros & Metais e pedras preciosas. In: *História geral da civilização brasileira – A época colonial*, tomo I, volume 2: administração, economia, sociedade, 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IBAM. Instituto Brasileiro de Mineração. *Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais*. 2014.

ICOLD, *International Commission on Large Dams*. Number of Dams by Country Members. Disponível em: http://www.icold-cigb.org/GB/World_register/general_synthesis.asp?IDA=206. Acesso em 11 de julho de 2016.

MANSUR, Maíra Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim; MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira; PINTO, Raquel Giffoni; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; COELHO, Tádzio Peters. Antes Fosse Mais Leve a Carga: Introdução aos Argumentos e Recomendações Referente ao Desastre da Samarco/Vale/Bhp Billiton. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (Orgs.). *Antes Fosse Mais Leve a Carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton*. – Coleção “A questão mineral no Brasil”, Vol. 2. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016.

MARENT, B. R.; LAMOUNIER, W. L; GONTIJO, B. M. Conflitos ambientais na Serra do Gandarela, Quadrilátero Ferrífero – MG: mineração x preservação. *Revista Geografias*, v.7 n.1, pp. 99-113. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13311>. Acesso em 19/11/2020.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I - o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. 1ª edição revista. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANEZ, Bruno; MAGNO, Lucas; SANTOS, Rodrigo S. P. COELHO, Tádzio P.; PINTO, Raquel Giffoni, WANDERLEY, Luiz J. M.; MANSUR, Maíra S., GONÇALVES, Ricardo J. A. F. *Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba*. Versos - Textos para Discussão. Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), 3(1), 1-114.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. Considerações finais: desafios para o Rio Doce e para o debate sobre o modelo mineral brasileiro. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (Orgs). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro, Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). *Análise do MAB sobre o crime causado pelo rompimento da barragem da Samarco (Vale/BHP Billiton)*. São Paulo: 2016.

PEREIRA, D. M (org.). *Perdas ecossistêmicas (cartilha I)*: Barra Longa atingida pela ruptura da barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billiton – volume I. UFOP: Ouro Preto, 2019.

PEREIRA, D. M. (org.). *Perdas ecossistêmicas (cartilha II)*: Barra Longa atingida pela ruptura da barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billiton – volume I. UFOP: Ouro Preto, 2019b.

POLIGNANO, Marcus Vinicius; LEMOS, Rodrigo Silva. Rompimento da barragem da Vale em Brumadinho: impactos socioambientais na Bacia do Rio Paraopeba. In: *Revista Ciência e Cultura*. Vol. 72. no.2, São Paulo, Apr./June 2020. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252020000200011&script=sci_arttext&tIng=pt. Acesso em: 21/11/2020

PONTES, Nicole Alves Espada. *Questão Ambiental e crimes industriais sob a lógica capitalista*. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

REDE DE MÉDICOS POPULARES. *Diagnóstico Situacional de Saúde em Barra Longa*. 2016.

SILVA, Jarbas Vieira; ANDRADE, Maria Júlia Gomes. Introdução. Pp 23-35. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (Orgs). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro, Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

VORMITTAG, E. M. P. A. A.; OLIVEIRA, M. A.; GLERIANO, J. S. Avaliação de saúde da população de Barra Longa afetada pelo desastre de Mariana, Brasil. In: *Revista Ambiente e Sociedade*. Vol. 21, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2018000100405&lng=en&nrm=iso&tIng=pt. Acesso em 21/11/2020.

VORMITTAG, E. M. P. A. A.; OLIVEIRA, M. A.; GLERIANO, J. S. (ORG). *Perdas ecossistêmicas (cartilha II)*: Barra Longa atingida pela ruptura da barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billiton – volume I. UFOP: Ouro Preto, 2019b.

RIO DOCE, PARAPEBA E MST: DO RECONHECIMENTO À LUTA POR JUSTIÇA E REPARAÇÃO

AGATHA DE SOUZA AZEVEDO¹
VERÔNICA MEDEIROS ALAGOANO²

INTRODUÇÃO

Em Minas Gerais, a mineração é uma das principais fontes de arrecadação de diversos municípios, o que evidencia uma lógica de minério-dependência propícia para crimes ambientais, já que a exploração da terra pelo capital é uma característica marcante de como o desenvolvimento é pensado no estado e no país. Pretendemos analisar o crime da Vale na Bacia do Paraopeba, em 2019, relacionando-o com o rompimento da barragem em Mariana, em 2015, para entender como as lutas sociais reconfiguram os territórios atingidos, especialmente nas áreas de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse processo, observamos como a mineração afeta os modos de vida, principalmente dos sujeitos em maior vulnerabilidade, como as juventudes em relação à educação, cultura, esporte e lazer; as mulheres em relação à violência, ao machismo e ao reforço do papel de cuidado e dependência econômica; os idosos, que agravaram seu quadro de saúde com perdas de vizinhança e perspectivas de vida. Observamos também a questão racial evidenciada no racismo ambiental, perdas econômicas, danos à saúde e uma profunda disputa pelo território em que as populações locais se organizam e constroem a resistência.

Nesse sentido, pretendemos traçar aqui um panorama de como os crimes ambientais da Vale, acima citados, atravessam a luta pela terra e a questão agrária brasileira a partir da observação do contexto dos atingidos destes territórios, com destaque para as áreas do MST. Com

¹ Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestranda em Comunicação Social pela mesma instituição, na linha de Processos Comunicativos e Práticas Sociais, militante do MST e compõe o Setor de Comunicação do MST. E-mail: agathasouza@ufmg.br

² Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em processo de doutoramento pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenadora de assessoria técnica aos atingidos pela barragem de Fundão em Barra Longa (MG). E-mail veronica.ufrj19@gmail.com

o rompimento da Barragem em Brumadinho, o movimento tem vivenciado na região metropolitana de Belo Horizonte, o desafio de organizar mais de mil famílias atingidas, além das famílias Sem-Terra e demais agricultores na bacia do Rio Doce que vivenciam a negligência da reparação após 5 anos de rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.

Para compreender essas conexões, é preciso rememorar os impactos socioculturais-ambientais advindos desses rompimentos. O crime da Vale/ Samarco/ BHP Billiton, reconhecido como a maior tragédia socioambiental do Brasil, atingiu diversas comunidades ao longo da bacia do Rio Doce, de Mariana até a foz no litoral do estado do Espírito Santo. Ao longo deste vasto território, mais de 40 municípios dos dois estados receberam a lama de rejeitos. Neste quadro, era de se esperar que comunidades rurais, agricultores/as, pescadores/as, marisqueiros/as, garimpeiro/as, comunidades tradicionais, trabalhadores/as de corte de cana e tantas outras atividades recebessem o devido suporte dos agentes causadores dos danos. Entretanto, todos estes sujeitos ainda aguardam pela reparação.

Neste sentido, é possível afirmar que determinantes estruturais como o modelo de mineração implementado nos países de capitalismo dependente e a estratégia de ampliação da produção para garantia das taxas de lucros são elementos essenciais para compreender de forma mais profunda não só o rompimento da barragem de Fundão, bem como o crime ocorrido em Brumadinho e os aterrorizantes anúncios de barragens em risco de colapso no último ano.

Os rompimentos das barragens de Fundão em Mariana e do complexo Paraopeba se configuram como crimes de grandes proporções com danos ambientais, sociais, culturais ainda não calculados. As pessoas e comunidade atingidas, além de conviverem com os danos às moradias, à produção e produtividade, às vias de circulação, à alteração da paisagem, perda de trabalho e renda, deslocamentos forçados, ainda sofrem privação de suas festas religiosas, atividades esportivas e diversas manifestações culturais. Ademais, as relações interpessoais são profundamente alteradas, fragmentadas e, em alguns casos, destruídas.

A essas pessoas e territórios é garantido o direito à reparação integral dos danos, conforme arbitra a Corte Internacional de Direitos Humanos, com ações que envolvem diversas dimensões como mitigação dos danos de forma emergencial, restituição do que foi danificado, indenização justa, compensação pelos danos que não podem ser restituídos, não repetição e satisfação. Estes são pilares que devem orientar a reparação cuja centralidade é o/a próprio/a atingido/a. Contudo, no caso dos/das atingidos/das pela barragem de Fundão, foi realizado um arranjo jurídico-político que deu origem a um acordo, o Termo de Ajustamento de Conduta³(TTAC), entre a Vale/Samarco/ BHP Billiton, a União e os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. O acordo, assinado em

³ O TTAC pode ser acessado na íntegra no seguinte endereço eletrônico: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjJ38PiyJbqAhUxHbkGHSdrBPIQFjAAegQIAxAB&url=http%3A%2F%2Fwww.fundacaorenova.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F07%2Fttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf&usg=AOvVaw39NgK_gEpzIJPfIE55qz-o.

março de 2016 e homologado em maio do mesmo ano, envolveu vários órgãos desses estados, mas não contou com a participação das populações atingidas. Além disso, instituiu uma fundação⁴ privada como o agente responsável pelas ações de reparação. Tal instituição, entretanto, está sob o controle das mineradoras, ou seja, subordinada aos interesses econômicos ou baseada no princípio da economicidade. No caso de Brumadinho, o mesmo movimento tem acontecido no sentido de tentativas de acordo a portas fechadas entre mineradora e governo, o qual ainda não se efetivou devido mobilização das comunidades atingidas.

Compondo o vetor sul da expansão da região metropolitana de Belo Horizonte, Brumadinho está na região do Quadrilátero Ferrífero. A região é de disputa marcada pela dependência da mineração e fortes casos de injustiça ambiental e hídrica, como a captação de água subterrânea da Serra da Moeda pela Coca Cola FEMSA no distrito industrial de Itabirito. O crime em Brumadinho é considerado o segundo maior rompimento de barragens no mundo com óbitos. Foram 11,7 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos a atingir primeiramente os trabalhadores que estavam no refeitório logo abaixo da barragem, ao todo foram 270 pessoas confirmadas ou dadas como mortas. Outras milhares de pessoas reivindicam o reconhecimento como atingidas. Além disso, o rio Paraopeba, que abastece oito municípios, sendo que seis deles fazem parte da região metropolitana de Belo Horizonte e é afluente do rio São Francisco.

A lama de rejeitos destruiu o Córrego do Feijão, atingiu casas, pequenas propriedades rurais, sítios, pousadas e a própria área administrativa da Vale. Estima-se que, aproximadamente, 300 hectares de terra foram soterrados, 18 municípios atingidos e aproximadamente 944 mil pessoas. Os danos ao ambiente também já podem ser notados (AGB, PoEmas, IFbaiano, 2019). É importante ressaltar a luta que os atingidos precisam realizar em seus territórios para enfrentar a atuação das mineradoras. No caso de Fundão, as comunidades atingidas têm relatado que sofrem das empresas ou suas terceirizadas tratamento diferenciado, caracterizado como racismo ambiental, que configura-se como:

[...] um tipo de injustiça muito específica, na qual os prejuízos ambientais, resultantes das atividades agroindustriais, extrativistas ou de processos do poder público, ainda aqueles promovidos por agentes com poder de intervenção nos territórios, incidem desproporcionalmente sobre determinadas etnias. (PEREIRA, 2019, p.25).

Esses elementos podem ser identificados em diversos territórios, alguns já reconhecidos como comunidades tradicionais – quilombolas e indígenas. E em outros, como Bento Rodrigues, comunidade mais próxima da barragem de Fundão, e Gesteira, pertencente ao município de Barra Longa, nos quais o percentual de população negra alcança 84% e 70%, respectivamente. (PEREIRA, 2019, p.16).

⁴ A Fundação Renova é responsável por implementar as ações de reparação organizadas dentro de 42 programas socioeconômicos e socioambientais.

Conforme o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)⁵, as populações que vivenciam as implementações dos grandes empreendimentos em seus territórios enfrentam graves violações de direitos. Em relatório elaborado pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens” e aprovado pelo CDDPH, há um destaque para as dimensões que caracterizam indivíduos, famílias, grupos sociais e populações como atingidas aquelas que passam por alterações econômicas, políticas e sociais. Os danos são diversos e complexos, entre outros: a) o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários); b) a perda da terra e outros bens; c) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; d) perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento. (CDDPH, 2020).

Desse modo, ao reconhecer os diversos danos e direitos violados pelos grandes empreendimentos, as empresas que provocaram os danos devem promover uma reparação integral. Contudo, as incipientes normativas e legislações⁶ voltadas aos efeitos socioassistenciais advindos dos grandes empreendimentos reforçam a inoperância nas ações voltadas aos atingidos e atingidas.

Portanto, os crimes ambientais explicitam ainda mais o conflito pela terra e a necessidade de organização e luta por sobrevivência. A seguir, apresentaremos como tem sido realizado o enfrentamento à mineração e a vivência dos danos dos atingidos e atingidas pela barragem da Vale em Brumadinho, nas áreas de assentamentos e acampamentos organizadas pelo MST, evidenciando a relação com o crime da mesma empresa em Mariana. Partimos da premissa de que, para compreender a relação entre os direitos humanos e os crimes da mineração, é preciso observar o contexto rural e a questão agrária.

2 CRIME AMBIENTAL E A LUTA PELA TERRA

Com a inserção brasileira na lógica do mercado internacional que favorece o agronegócio nos anos 1990, a discussão ambiental se tornou ainda mais negligenciada, e conseqüentemente a questão minerária se tornou uma pauta ainda mais despolitizada no cenário brasileiro. Vista como mercadoria, a exploração da terra por grupos e famílias para fins de exportação e acúmulo de recursos através das *commodities* se agrava, e dessa exploração, as monoculturas com uso de agrotóxicos, parte do pacote agrícola advindo da Revolução Verde, e a mão de obra cada vez mais precarizada e secundarizada no campo brasileiro, se tornam ainda mais comuns, sob o pretexto de modernização.

⁵ Órgão colegiado criado em 1964, composto por diversos setores vinculados aos direitos humanos que tem como objetivo investigar denúncias de violação dos direitos humanos de especial gravidade, tendo abrangência nacional.

⁶ Decreto-Lei n. 3.365/1941 que trata da desapropriação dos atingidos e prevê o direito de indenização; o direito a indenização pela desapropriação, previsto na carta magna de 1988; Decreto do Cadastro Socioeconômico (2010). Apenas em 2010 foi criada uma lei Federal (n. 12334) que estabeleceu uma Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) a qual responsabiliza a Agência Nacional de Águas (ANA) a emitir anualmente relatórios de Segurança de Barragens (RSB), contudo não existe uma política de segurança adequada, não há confiabilidade nas informações disponibilizadas pela empresa, nem mesmo um sistema público de segurança e fiscalização.

O agronegócio, com seus métodos de produção baseados no monocultivo e no uso de agrotóxicos, é um dos principais responsáveis pelos problemas ambientais, de saúde e alimentação coletivos da atualidade (PORTO, 2018). E essa lógica de exploração da terra também está associada com a mineração, já que o objetivo central é transformar a terra em mercadoria e gerar lucros. Nesse contexto, há também a crise de soberania alimentar do Brasil, que se relaciona ao avanço do neoliberalismo, do desmatamento e do uso de agrotóxicos. Miranda *et al* (2007) apontam para a crescente desta política a partir dos anos 1990, ressaltando a competitividade agrícola, a má distribuição de terras, e competições comerciais desiguais entre o agronegócio e os pequenos produtores, além das implicações para o meio ambiente e para a saúde.

Em meio à desvalorização do rural, tido como sinônimo do atraso, Minas Gerais se torna alvo de crimes ambientais que afetam diretamente a luta pela terra no estado, e conseqüentemente, a produção de alimentos saudáveis. Segundo Harvey (1996), é preciso ser crítica à valorização da natureza enquanto bem comercializável, característico da apropriação capitalista do meio ambiente. Para a agricultura familiar e camponesa, a terra e o território são mais do que um meio de produção e continuidade da vida, mas também uma parte da própria forma de experienciar o mundo. Esse entendimento de que a natureza se tornaria simples mercadoria na acumulação capitalista, baseada em sua apropriação privada e extremamente concentrada, só pode gerar degradação - ambiental, laboral e humana. Para servir de fonte de riqueza, a terra é explorada a partir da chave que separa a natureza da vida humana e, portanto, permite explorá-la sem que se pense nas conseqüências de ações como a mineração exploratória e degradadora, por exemplo.

Em relação aos problemas socio-ambientais e socio-históricos do Brasil e as relações de poder existentes no território, Gonçalves (1995) aponta que a construção do país se deu a partir da expansão mercantil-colonial europeia, e os resquícios da colonização de exploração dos recursos naturais servem para explicar os grandes problemas de desigualdade social, distribuição de terra e recursos, genocídio indígena e degradação ambiental. Segundo o autor, não é possível pensar o meio ambiente brasileiro sem entender que a exploração dos países do sul global é necessária para manter o estilo de vida dos países "desenvolvidos". Por isso, é preciso pensar o meio ambiente a partir de diversos aspectos, considerando a questão industrial, urbana, agrária e demográfica:

A organização territorial de uma sociedade, neste sentido, remete de maneira quase imediata a duas dimensões da reprodução social: as relações sociais e as relações entre sociedade e natureza que as práticas sociais vigentes engendram. As relações sociais vigentes, neste sentido, regem não apenas as relações entre os diferentes grupos e indivíduos de uma sociedade, mas também as relações que estes, enquanto sociedade organizada, estabelecem com a natureza (originária ou transformada pela própria ação humana). Entender o sentido e a natureza da organização territorial de nossa sociedade pressupõe, pois, desvendar os modos historicamente determinados através dos quais esta sociedade produz e se reproduz (GONÇALVES, 1995, p. 312-313).

A solução apontada para a questão ambiental brasileira e seus entrecruzes que envolvem o agronegócio, a mineração e outras formas de exploração, seria justamente a reorganização do espaço brasileiro, saldando as dívidas socioambientais que a história do país carrega como marcas. Sobre a política ambiental neoliberal, Acselrad (2001) aponta que a função do governo é diminuída através de desmontes de instituições com intuito de diminuir as fiscalizações e demais atividades dos órgãos que causariam problemas aos parceiros econômicos dos governos neoliberais. Tentar manter as reservas institucionais para garantir políticas ambientais de estado se torna um desafio, já que este se vê enfraquecido, principalmente ao pensar nas atividades da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Pensando na necessidade de construir políticas públicas mais adequadas para a mineração, Vieira (2011) afirma – a partir de dados de Silva (2008) – que o Brasil possui o maior percentual de jazidas de minério do mundo. Contudo, desde o surgimento das primeiras áreas mineradas no país, no fim da década de 1950, os problemas ligados à mineração – exploração do trabalho, entrada de capital estrangeiro nas empresas mineradoras, contaminação de lençóis freáticos, degradações ambientais, entre outros – permanecem os mesmos, e a lógica exploratória parece apontar na direção contrária ao desenvolvimento social, ambiental e econômico das regiões mineradas.

O autor aponta para o argumento discursivo da dependência econômica da mineração, que quase sempre é questionável, e cita o exemplo da Mina de Riacho de Machado, no semi-árido mineiro, que foi fechada em 1997 e não levou a região ao declínio por esta concentrar as atividades econômicas na agricultura de subsistência e pecuária. Nessas áreas, mesmo com o êxodo rural inicial da mineração, que culminou no desenvolvimento da vida urbana, as populações tendiam a retornar ao campo por conta dos impactos sociais do território minerado. Enríquez e Drummond (2007) fazem apontamentos sobre a mineração como uma atividade que concentra renda e é pouco capaz de ampliar seus benefícios econômicos para a região afetada, mas que é possível estabelecer uma ponte entre a mineração e o desenvolvimento sustentável pensando em critérios intrageracionais e intergeracionais, minimizando impactos negativos, aumentando o bem-estar social e construindo a partir da relação entre os sujeitos que vivem nas localidades. Entre os diversos exemplos abordados, existem muitas semelhanças com o caso do Vale do Paraopeba e do Vale do Rio Doce, que além da mineração, tem a agricultura, a pecuária e o turismo como principais atividades econômicas⁷. Essas conexões serão abordadas a seguir.

3 IMPASSES E CONFLITOS DA MINERAÇÃO NOS TERRITÓRIOS

O MST começou a atuar no Vale do Rio Doce no dia 1 de junho de 1993, com a ocupação da Fazenda Califórnia, em Tumiritinga. Hoje, a regional é uma das maiores do Movimento em

⁷ Composto o Cinturão Verde da região metropolitana de Belo Horizonte, Brumadinho é produtora de orgânicos, e se destaca na produção de cítricos. São 20,5 mil hectares de lavoura, segundo o IBGE.

Minas Gerais, e possui 15 áreas de assentamento em diversas cidades, como Campanário e Governador Valadares. Destas, 5 áreas foram diretamente atingidas pelo crime da Vale. Na região metropolitana de Belo Horizonte, o Movimento está organizado desde 1999, e, ao longo dos 20 anos de existência, foram consolidados cinco assentamentos e três acampamentos. Cinco dessas áreas estão localizadas na bacia do rio Paraopeba, e três foram atingidas diretamente – o Assentamento 2 de Julho, localizado em Betim e os acampamentos Pátria Livre e Zequinha Nunes, na região de São Joaquim de Bicas.

Com base na realidade das famílias Sem-Terra, iremos discutir os aspectos socioculturais, ambientais e políticos que atravessam as famílias atingidas, considerando questões de gênero, raça, classe, saúde, entre outras. O estado de Minas Gerais vem sofrendo, desde o ano de 2015, com os impactos do crime do rompimento das duas grandes barragens e o risco iminente de outras espalhadas neste vasto e rico território de mineração. Durante este período, pouco ou quase nada foi reparado, e estes crimes se arrastam como a lama pelos territórios atingidos, desde as comunidades rurais de Mariana, ao longo da bacia do Rio Doce, atravessando os estados de Minas e Espírito Santo, até o entorno do Paraopeba pelo crime em 2019.

Em ambos os crimes, foram diversas remoções de famílias e alterações forçadas do modo de vida das comunidades e territórios. Por ocasião dos 5 anos do rompimento da barragem de Fundão, Cristina Goulart⁸ (2020), procuradora da República coordenadora da Força-Tarefa Rio Doce declara: “nenhum grupo de atingidos (agricultores, lavadeiras, artesãos, pescadores, areeiros, pequenos comerciantes) foi integralmente indenizado. O meio ambiente não foi recuperado. Sequer o Distrito de Bento Rodrigues, símbolo do desastre, foi reconstruído”. Segundo os autores Silva e Andrade (2016, p.34), o dia 5 de novembro de 2015 “não foi um ponto fora da curva da história da mineração no Brasil”, mas “a consequência maior deste modelo predatório, dependente, e que coloca o lucro acima da vida das pessoas”. Apesar das consequências dos danos relacionados à Brumadinho ainda estarem em processo de percepção e identificação, muitas semelhanças já podem ser identificadas.

Na bacia do Paraopeba, a controvérsia é que as diversas famílias que se enquadram nos critérios para indenização⁹ da empresa mineradora responsável pelo ocorrido, a Vale SA, ainda não tomaram posse do benefício, o que culminou na construção de ações que reivindicam este direito. Desde o rompimento da barragem do complexo Paraopeba, foram diversas as manifestações, em que se destacam a ação dos três meses do crime e a ocupação dos trilhos da Vale na luta das mulheres Sem-Terra em março, duramente reprimida¹⁰. Além dessas ações, o Movimento construiu junto à Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) um laudo técnico que comprova a existência de famílias agricultoras na região do Paraopeba. Contudo,

⁸ Confira na íntegra entrevista pelos cinco anos do rompimento da barragem de Fundão: “Caso Samarco: cinco anos de uma tragédia sem fim”: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/caso-samarco-cinco-anos-de-uma-tragedia-sem-fim>.

⁹ Sobre as perguntas frequentes referentes à indenização, consultar bibliografia (VALE, 2019).

¹⁰ Para mais elementos, consultar vídeo da ação das mulheres do MST em Brumadinho (MST, 2019).

a mineradora tardou bastante em reconhecer as famílias como atingidas na região, e só o fez mediante a construção do laudo¹¹, respaldado pela Emater e confirmado pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

No dia 25 de abril de 2019, após ocupar o entorno dos trilhos da Vale em Brumadinho, o Movimento divulgou em seu site a manchete “MST ocupa Vale para denunciar que a empresa calculou o valor da vida” (AZEVEDO, 2019), com os dados exclusivos da denúncia feita pelo Ministério Público de Minas Gerais de que a empresa teria calculado os riscos da tragédia e optado por continuar minerando em condições irregulares, assumindo o risco de matar pessoas. Com fins midiáticos, a ação do MST contou com a distribuição de jornais com reportagens sobre a denúncia, e com o ato de ocupação dos trilhos como demonstrações simbólicas de força, que reivindicavam o direito das famílias Sem-Terra atingidas. Com essa ação o Movimento buscou evidenciar a luta contra o modelo de mineração da Vale (MST, 2019).

A notícia sobre a ação de reivindicação do MST no Paraopeba demonstra o dano das famílias Sem Terra ao dizer que “além de perderem a produção, essas famílias tiveram a saúde afetada, por viverem a menos de 1km do Rio Paraopeba, devastado pela lama”, ao mesmo tempo que aponta que essas pessoas se compreendem como sujeitos dignos de direitos e justiça, quando afirmam que “em luta, mais de mil pessoas estão em Brumadinho reivindicando seus direitos como atingidas e denunciando a ação criminosa da mineradora” (AZEVEDO, 2019).

É recorrente nos crimes provocados pelas mineradoras o não reconhecimento dos danos à saúde das populações atingidas. No caso do rio Doce, apesar de no TTAC nas Cláusulas 106 a 112 ter apresentado medidas reparatórias aos danos causados à saúde, na prática isso não tem ocorrido. No caso do Paraopeba, a percepção do risco à saúde também já pode ser evidenciada e as medidas de reparação ainda estão distantes de resoluções para essa questão. Além das perdas materiais e imateriais, prejuízos à saúde física e mental, a maioria dos atingidos ainda não tiveram seus direitos assegurados, reparados e continuam tendo que provar que são atingidos.

No que se refere à indenização, no caso do rio Doce, conforme relato de atingido ao Jornal A Sirene¹², “eles trazem aquele parâmetro ali e não abrem mão daquilo. Não adianta você mostrar que tem mais danos. Eles não negociam” (BARROS; GONDIM, 2020). Nesse sentido, evidencia-se as longas e desgastantes negociações que tendem a provocar novos danos, inclusive no campo da saúde mental.

Segundo reportagem, dados da Prefeitura de Mariana revelam a elevação do uso de medicamentos para depressão, ansiedade e insônia após rompimento da barragem em mais de 160% (PARREIRAS, 2020). Pontuamos que estes danos progressivos à saúde violam os direitos humanos, principalmente o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal e social. E não são apenas danos imediatos e visíveis, mas aqueles de médio e longo prazo. Neste sentido, faz-se importante “refletir

¹¹ Após a pressão do MST e do MPMG, o laudo foi aceito pela Vale (AGÊNCIA MINAS, 2019).

¹² O Jornal A Sirene é um importante instrumento de comunicação para dar voz aos atingidos, produzidos por eles desde fevereiro de 2016.

sobre o que aconteceu e continua acontecendo em toda Bacia do Rio Doce se torna cada vez mais urgente [...] Todos os impactos e consequências ainda estão em curso e de modo ainda dramático nos territórios atingidos pela lama de rejeitos” (SILVA; ANDRADE, 2016, p. 33).

A diferenciação no tratamento por gênero também tem sido uma grande denúncia de Mariana ao litoral capixaba. Conforme apontou relatório da FGV (2019) sobre a situação das mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, há uma diferença substancial na forma em que este gênero é acometido por desastres. Das diversas consequências para a vida das mulheres, quatro delas merecem destaque: 1. Na participação social; 2. No acesso à renda; 3. Na sobrecarga doméstica; 4. Na saúde e violência.

Histórica e socialmente, são negados às mulheres espaços de participação política. No caso do rompimento das barragens, não há escuta de suas demandas, e, de forma predominante, os homens que assumem o lugar de participação nas ações de reparação, desde a coleta das informações à execução dos programas destinados às pessoas atingidas (indenizações, auxílios emergenciais, acesso à emprego, assistência técnica rural e demais ações) (FGV, 2019).

No caso do Paraopeba, o auxílio emergencial está sendo distribuído individualmente, e as mães recebem o complemento de seus filhos. Porém, no Vale do Rio Doce, a Fundação Renova tem adotado a caracterização de chefia de família nas mãos dos homens, colocando em novos patamares a situação de empobrecimento e vulnerabilização das mulheres ao não reconhecer as fontes de renda informais como componente da renda da família e submeter as mulheres à dependência financeira. No que se refere a sobrecarga doméstica, é notório que após rompimento das barragens, as atividades tidas como femininas, que envolvem o cuidado, foram adensadas, e houve situações de assédio pelo número elevado de trabalhadores prestadores de serviço das empresas nas cidades. Há uma profunda relação entre exploração dos territórios que perpassam eixos estruturantes de raça, classe e gênero. Nos territórios atingidos são as pessoas mais pobres, mulheres e negros que vivenciam de forma mais profunda os danos provocados pelos grandes empreendimentos (FURTADO, 2018).

A luta pelo reconhecimento no caso das famílias do Paraopeba avançou economicamente – a indenização, que já havia sido estabelecida no acordo feito entre o MPMG e a Vale SA em fevereiro, foi aplicada às mil famílias do MST –, mas a disputa pelo imaginário social, que vai além do reconhecimento do direito, ainda está distante. Ambos os crimes apresentam impactos imensuráveis que afetam o meio ambiente, as atividades econômicas, sociais, culturais das comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas, assentados de reforma agrária, pescadores, agricultores, diversos segmentos da população ao longo do Rio Doce e Paraopeba.

Ainda sobre a questão ambiental, dentro dos Acampamentos do MST às margens do Paraopeba¹³ existem áreas de preservação permanente (APP), nascentes e reserva legal, totalizando 93.78 hectares, que são protegidas pelos moradores. Além da perda ambiental, as famílias também

¹³ Dados extraídos de relatório interno do MST, reconhecido pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, e entregue à Vale.

tiveram a água comprometida, o que afetou os plantios agroecológicos em mais de 8 hectares no Acampamento Pátria Livre e 5,1 hectares no Acampamento Zequinha Nunes e a Escola teve dificuldades para seguir em funcionamento, prejudicando jovens e crianças da comunidade (SILVA; AZEVEDO, 2019; AZEVEDO; TEIXEIRA, 2020)

Para entender a ação política do MST diante da mineração, é preciso perceber que há uma disputa de modelos de desenvolvimento posta a partir das controvérsias entre movimentos sociais e empresas que exploram territórios para obter lucro, e das trocas de argumentos públicos destes atores nos veículos de comunicação. Dentro da construção semântica dos crimes citados, Brasil e Pires (2017) afirmam o uso do termo ‘tragédia’ nos veículos de comunicação contribuir para isentar a Vale SA da culpa pelo crime cometido, e esta narrativa de ‘tragédia’ também se faz presente na cobertura jornalística do crime de Brumadinho, que coloca a situação como um desastre ambiental acidental, não passível de investigação, culpa ou responsabilizações.

Como uma atividade insustentável por natureza, Brasil e Pires (2017) apontam a mineração no Brasil como exploratória de recursos naturais finitos e violadora de direitos humanos nas áreas mineradas. Contudo, as empresas necessitam construir uma imagem positiva acerca da exploração mineral e, por isso, se posicionam midiaticamente sob o viés do desenvolvimento, e da isenção de qualquer culpa perante os desastres que ocorrem em decorrência de negligências técnicas. Portanto, o processo de reparação tem que considerar os danos para além do que é material e palpável, abrangendo a saúde coletiva, os modos e projetos de vida.

Diante da disputa de modelos de desenvolvimento regional, o olhar sobre as resistências nos territórios do Vale do Rio Doce e do Médio Paraopeba, na região metropolitana, levanta a necessidade de repensar o lugar da luta pela terra em um território minerado enquanto um potencial articulador na defesa do meio ambiente e da produção agrícola de qualidade. Em seu programa agrário¹⁴, o MST pontua o contexto histórico de investimento estrangeiro para o controle da produção e dos mercados agrícolas, e a extração das riquezas minerais do Brasil por parte de grandes empresas privadas transnacionais, além da tentativa de controle das fontes de energia.

O Movimento também reforça a tentativa de colocar os países do hemisfério sul apenas como produtores e exportadores de matérias primas agrícolas e minerais, que têm relação direta com os dados sobre a mineração e o (não) desenvolvimento nos territórios onde ela se instaura. Na construção da chamada ‘democratização da terra’, no Programa Agrário, o MST se posiciona em relação à mineração: “Não será permitido desenvolver projetos de extração mineral por parte de empresas nas áreas de assentamento. Os minérios devem ser utilizados de forma sustentável, em benefício da comunidade e de todo o povo”.

¹⁴ Programa agrário do MST. Disponível em: <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em: 10/11/2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou evidenciar o desafio da luta do MST na região metropolitana de Belo Horizonte, nas áreas atingidas pelo crime da Vale em Brumadinho, principalmente nas áreas organizadas pelo Movimento. Buscamos apontar os danos mais recorrentes sob a luz dos processos vivenciados pelas comunidades atingidas pela Vale/Samarco/BHP Billiton na bacia do Rio Doce que vivenciam cinco anos de violações de direitos como: deslocamento forçado, perda de renda, danos à saúde e a moradia, perdas ecossistêmicas e de vínculos. Dessa forma, observa-se que as pessoas atingidas, seja pela iminência de rompimento de barragens ou pós-rompimento, tem realizado importantes lutas pela reparação de um crime contínuo na vida das populações atingidas.

O latifúndio possui uma relação profunda com a mineração. Se o primeiro se constrói sob as bases da monocultura, uso de agrotóxicos, domínio e exploração da terra e do trabalho, o segundo se estrutura a partir da exploração dos recursos naturais de forma depredadora, sendo que ambos objetivam explorar para ampliar lucros. Essa não é uma novidade nos países de capitalismo dependente. As raízes desse processo remontam a lógica mercantil colonial imposta ao Brasil, o que conformou uma expropriação dos recursos naturais e um abismo de desigualdade social, que é base da construção da sociedade brasileira. Tal lógica se estende para os tempos atuais e podem ser evidenciadas nos territórios atingidos pela Vale na bacia do Paraopeba e do rio Doce que vivenciam as graves consequências de rompimentos de barragem de rejeito de mineração.

A gravidade da situação do rio Doce é adensada pelo processo jurídico e político implementado, cujo resultado é a morosidade nas resoluções das questões e uma incipiente reparação dos danos, o que reforça o atual modelo de mineração. Da mesma forma, a impunidade e a celebração de acordos que excluem as pessoas atingidas das decisões relativas à reparação coadunam com um ambiente favorável a novos rompimentos. Conforme nos esclarecem Colito e Pagani (1999) foi somente após a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, que definiu o entendimento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) sobre impacto ambiental, que se tornou possível avançar e considerar as consequências sociais derivadas de atividades que causem modificações no ambiente como impacto às populações atingidas. Para o CONAMA impacto ambiental corresponde à:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetem I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a V - qualidade dos recursos ambientais. (CONAMA, 1986; grifo nosso).

Neste ano, apesar do avanço em aprovação na Câmara de Deputados de uma Política Nacional dos Atingidos por Barragens (PNAB¹⁵), ainda aguarda tramitação no Senado Federal. Portanto, acreditamos que o elemento central para as regiões atingidas é a organização e luta popular tanto para impulsionar leis e políticas mais rígidas e eficazes, mas também para garantir a sobrevivência e organização dos territórios. Neste sentido, ganha relevância o papel do MST na luta pelo direito à reparação articulado com a luta pela terra, pela reforma agrária popular e pelas transformações sociais.

A partir dessa construção de enfrentamento ao modelo de mineração predatório, o MST entende que mais do que reparação, é preciso estar em luta contínua em defesa dos territórios, e construir ações populares que fortaleçam o projeto político dos movimentos sociais que são antagonistas ao capitalismo predatório no campo e na cidade, um exemplo é o Programa Popular de Recuperação que o MST¹⁶ constrói nas duas bacias. Sendo a Vale a real culpada pelos crimes ambientais da bacia do Rio Doce e do Paraopeba, é dela a responsabilidade de pagar pela reconstrução da vida nas localidades conforme a vontade e a necessidade dos sujeitos atingidos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M. (Orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

AGÊNCIA MINAS, 2019. Secretaria de Agricultura conclui levantamento solicitado pelo Ministério Público. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-agricultura-conclui-levantamento-solicitado-pelo-ministerio-publico>. Acesso em: 30 de Nov. 2020.

ANM – AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. *Relatório Anual GSBM 2019 - V FINAL*. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/assuntos/barragens/relatorios-anuais-de-seguranca-da-barragens-de-mineracao-1/relatorio-anual-gsbm-2019-v-final/view>. Acesso em 23 jun. 2020.

AZEVEDO, A. MST ocupa Vale para denunciar que a empresa calculou o valor da vida. *Página do MST*, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/04/25/mst-ocupa-vale-para-denunciar-que-a-empresa-calculou-o-valor-da-vida/>. Acesso em 27 nov. 2020.

AZEVEDO, A.; TEIXEIRA, M. MST em Minas Gerais: um oásis de produção no território minerado. *Página do MST*, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/11/mst-em-minas-gerais-um-oasis-de-producao-no-territorio-minerado/>. Acesso em 27 nov. 2020.

¹⁵ Projeto de Lei 2788/19.

¹⁶ Disponível em: <https://www.brasildefatog.com.br/2020/11/06/artigo-mst-constroi-processo-de-reparacao-coletiva-aos-crimes-da-vale>. Acesso em: 25/11/2020

BARROS, E; GONDIM, F. Cinco anos de luta; sem indenização justa, o crime se renova. *Jornal a Sirene*, Mariana – MG, Ano. 5, n .55, Nov. 2020. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em 16 nov. 2020.

BRASIL, L. M.; PIRES, V. O que a lama nos deixou: reflexões sobre a tragédia de Mariana, a mídia e a mineração no Brasil. *ChroniquesdesAmériques*, v. 17, n. 3a, 2017.

COLITO, M. C. E.; PAGANI, A. M. M. Conversando sobre as questões ambientais e o Serviço Social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 243-251, 1999. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v1n2_conversando.htm. Acesso em 15 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). *Resolução n. 001, de 23 de janeiro de 1986*. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>. Acesso: em 06 de dez. 2020.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA; COMISSÃO ESPECIAL ATINGIDOS POR BARRAGENS. *Relatório Final sobre violações de Direitos dos Atingidos por barragens*. Brasília:2020. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA9673F5F3C016741DA79712493>. Acesso em: 06 de dez.2020.

ENRÍQUEZ, M. A. R. S.; DRUMMOND, J. A. *Mineração e desenvolvimento sustentável-dimensões, critérios e propostas de instrumentos*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2007.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *A situação das mulheres atingidas pelo desastre do Rio Doce a partir dos dados da ouvidoria da Fundação*. São Paulo: FGV, 2019.

FURTADO, F. NEM NOSSOS CORPOS, NEM NOSSOS TERRITÓRIOS: MULHERES, DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS AMBIENTAIS. *Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS*. São Paulo, 2018.

GONÇALVES, C. W. P. *Formação socio-espacial e questão ambiental no Brasil*. Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.

HARVEY, D. *Justice, nature, andthegeographyofdifference*. Cambridge: BlackwellPublishers.1996.

MANSUR, S. M; PINTO, G. R; WANDERLEY, J. L. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: LOSEKANN, C; MILANEZ, B. *Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio digital, 2016.

MIRANDA, A. C. de *et al.* Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, p. 7-14, 2007.

MST, 2019. NOS TRILHOS DA VALE PELA VIDA DAS MULHERES. *Youtube do MST*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PKk8H0rdUf0&t=8s>. Acesso em 28 de Nov. de 2020.

PARREIRAS, Mateus Mariana, 5 anos depois: vítimas de barragem ainda sofrem com doenças. *Estado de Minas*. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/02/interna_gerais,1200270/mariana-5-anos-depois-vitimas-de-barragem-ainda-sofrem-com-doencas.shtml. Acesso em :16 de nov.2020.

PEREIRA. D. M (Org.). *Perdas ecossistêmicas (cartilha I)*: Barra Longa atingida pela ruptura da barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billiton – volume I. UFOP: Ouro Preto, 2019.

PORTO, M. F. O trágico Pacote do Veneno: lições para a sociedade e a Saúde Coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, 2018.

SILVA, J. V.; ANDRADE, M. J. Introdução. In: MILANEZ, B; LOSEKANN, C. (Orgs). *Desastre no Vale do Rio Doce*: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

SILVA, M.; AZEVEDO, A. Em MG, acampamentos do MST são afetados pelo rompimento da barragem de Brumadinho. *Página do MST*, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/01/31/em-mg-acampamentos-do-mst-sao-afetados-pelo-rompimento-da-barragem-de-brumadinho/>. Acesso em 27 nov. 2020.

SILVA, M. G. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável*: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIÃO. *Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta*. Brasília: 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>. Acesso em: 06 de dez. 2020

VALE. FAQ – Perguntas Frequentes – Indenizações Emergenciais. *Site da Vale*. 2019. Disponível em: http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/servicos-para-comunidade/minas-gerais/atualizacoes_brumadinho/Paginas/perguntas-frequentes-indenizacoes.aspx. Acesso em 29 Nov. 2020

VIEIRA, E. A. A (in) sustentabilidade da indústria da mineração no Brasil. *Estação Científica (UNIFAP)*, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2011.

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA REGIÃO E A PROPOSTA DE LUTA DO MST PELA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL FRENTE AO CRIME DA SAMARCO/ VALE /BPH EM MARIANA/ MG

KALLEN KATIA DA CRUZ OLIVEIRA¹

JULIANA BOECHAT DE SOUZA PAULA²

GEANE LUIZA VIANA DE MELO³

NILO MARQUES DE JESUS⁴

CRISTINA SIMÕES BEZERRA⁵

INTRODUÇÃO

As áreas de reforma agrária do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra vão além dos patrimônios, são bens imateriais da sociedade brasileira, são territórios de ideias, culturas, saberes e sabores, cheios de vida e força, verdadeiros celeiros da biodiversidade.

(Juliana Boechat e Kallen Kátia, MST, 2020).

¹ Mestranda do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), engenheira agrônoma pela UFMG. Militante do setor de produção do MST no Leste de Minas. E-mail: kallenkatia@hotmail.com

² Bióloga e mestre em Solos e Nutrição de Plantas pela UFV. Militante do SPCMA do MST, CFFV. E-mail: juboechatbio@yahoo.com.br

³ Pós-graduanda em Agroecossistemas pela UFSC, graduada em Engenharia Florestal pela UFMG. Militante do MST e atua no projeto de “Restauração florestal e desenvolvimento rural sustentável na bacia do rio Doce”. E-mail: geaneluizaviana@gmail.com

⁴ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduando de bacharelado em Geografia pela mesma instituição, bolsista do projeto de extensão: “Capacitação para assentados da Reforma Agrária e assessores no Estado de Minas Gerais”. E-mail: nilo_marques@hotmail.com

⁵ Doutora em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação da mesma unidade de ensino. Coordenadora do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos, desenvolvido pela parceria entre a UFJF e a Escola Nacional Florestan Fernandes. E-mail: cristina.bezerra31@gmail.com

A região do Vale do Rio Doce é historicamente ocupada por populações indígenas, ribeirinhas e tradicionais, que fazem uso do solo abundante em nutrientes das baixadas do rio Doce e que utilizam também de suas águas para a manutenção da sobrevivência de variadas formas de viver. Por todo percurso do rio, momentos de muita resistência foram vivenciados por estas populações que, ao decorrer dos anos de colonização, foram usurpadas, seccionadas, separadas e desapropriadas, sendo sujeitas a uma série de barbáries trazidas pelos representantes do “novo modelo de desenvolvimento” para a região, que tinham nessas terras o interesse da exploração e acumulação de capital.

A brutalidade vivida no território deve ser compreendida em seus momentos históricos de devastação, apropriação das terras e expropriação de seus habitantes. Somada a toda tragédia social, assiste-se a pelo menos 150 anos de desmatamento, urbanização da calha de forma desordenada, práticas de pecuária extensiva, instalação de grandes áreas de monocultivos de eucalipto. A região também é palco do maior complexo siderúrgico da América Latina e outros grandes complexos minerários, causando redução da qualidade de vida das populações residentes pelo alto grau de poluição e alterando a qualidade física, química e biológica do solo, destruindo relações ecossistêmicas entre corredores biológicos para fauna e flora da Mata Atlântica e nos ambientes aquáticos dos rios e córregos. (PAULA, 2018).

Após o crime da Samarco (Vale e BHP Billinton), com o rompimento da barragem e a contaminação do rio Doce pela lama de rejeito de minério, o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se lança em luta para reivindicar os direitos das famílias assentadas na calha do rio, que foram diretamente atingidas pela perda do livre uso de suas águas e dos solos de baixadas usadas para agricultura. A proposta do Movimento para recuperação ambiental está embasada no Programa de Reforma Agrária Popular, como superação do modelo de desenvolvimento capitalista atual, apresenta não só a pauta da luta pela terra, mas um conjunto de ideias para uma sociedade mais justa e igualitária, pela produção de alimentos saudáveis, aliada à conservação e recuperação dos recursos naturais, em superação ao modelo de desenvolvimento capitalista atual.

1 VALE DO RIO DOCE, A LUTA PELA TERRA E O MST

O Vale do Rio Doce é uma região geográfica do estado de Minas Gerais, localizada em sua porção leste, compreendendo a uma faixa do território da Bacia do rio Doce, o Médio Rio Doce. Seu recorte geográfico se inicia no encontro do rio Doce com o rio Piracicaba, próximo onde hoje é a cidade de Ipatinga, se estendendo até a cidade de Aimorés, já no limite com o estado do Espírito Santo (VILARINO, 2019). Segundo os dados do IBGE, a divisão política governamental e a expansão demográfica, atualmente sua área compreende a 41.810 km², subdivididos em 20 municípios⁶.

⁶ Municípios: Açucena, Alpercata, Coroaí, Frei Inocência, Galileia, Governador Valadares, Marilac, Mathias Lobato, NacipRaydan, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São José de Safira, Sardoá, Sobralia, Tumiritinga, Virgolândia, Naquelapu e Gonzaga.

A questão agrária do Vale do Rio Doce é, portanto, historicamente marcada pela forte disputa pela terra e, infelizmente, por verdadeiras chacinas, campos de tortura e colonização forçada dos povos originários em prol dos interesses de expansão da coroa portuguesa⁷. Em um primeiro momento, submetendo a uma forte repressão ao conjunto dos povos originários, que foram sendo dizimados pela lógica utilitarista dos bens ambientais imposta ainda no período colonial e, posteriormente, contra camponeses e comunidades tradicionais de posseiros, meeiros, parceiros, reideiros e agregados, vindos de regiões próximas e até do sertão, que ao longo dos anos foram ocupando as terras e matas do *Rio Sem dono*⁸ (PEREIRA, 1988).

A ocupação demográfica se deu pelo apossamento de terras devolutas⁹ do Estado para uso particular. Em um primeiro momento foram povoadas por posseiros, meeiros, migrantes vindos de outras cidades da região com a intenção de uso e cultivo de alimentos nessas ricas terras, muitos vieram fugidos de territórios secos e de condições de trabalhos análogas à escravidão. Estes vinham cultivar a terra, produziam milho, arroz, feijão, de tudo um pouco, e gado, quando havia, eram pequenas criações (PEREIRA, 1988).

As construções da Rodovia BR-116 (Rio-Bahia) e da Ferrovia Vitória/ Minas favoreceram o desenvolvimento de vilas e cidades da região ao longo de suas margens. Tais vias se encontram na cidade de Governador Valadares, conformando uma grande encruzilhada, favorecendo a comunicação e possibilitando o escoamento para as principais cidades do país nos eixos Norte-Sul e Leste-Oeste, elevando este município à condição de centro econômico e político do leste de Minas. Toda essa infraestrutura proposta pelo Estado e pelo capital estrangeiro abriu portas para latifundiários e empresas privadas, madeireiras, mineradoras e siderúrgicas, que, com o desenfreado modelo de exploração dado pela intensa extração de madeira e de recursos minerais, transformaram toda a paisagem exuberante de mata atlântica em enormes áreas de pastagens para criação de gado (ESPINDOLA, 2008).

Outra forte contradição trazida pela infraestrutura e pela abertura de estradas e, principalmente, da ferrovia, foi a valorização monetária das terras e, conseqüentemente, sua mercantilização e privatização, agravando ainda mais o conflito e a luta que perpassam as dimensões sobre o uso, a posse e a propriedade da terra. Por meio da chamada grilagem, ou seja, falsos títulos são forjados para essas terras através de arranjos legais, influência política e pouco controle dos cartórios, fazendo com que os moradores mais antigos desse território passassem a enfrentar os interesses de fazendeiros, empresas privadas e até do Estado, que tinham como objetivo comum a exploração dos recursos naturais presentes neste lugar, porém, agora com um fator agravante, os

⁷ Segundo Carneiro da Cunha (2012) quando a corte real portuguesa veio para o Brasil, Dom João VI declarou guerra oficial contra os botocudos (termo utilizado para designar diversas comunidades indígenas que viviam no Médio e Baixo Rio Doce), considerados nação inimiga pela sua atitude insubmissa, para liberar a colonização e exploração da região.

⁸ *Nas Terras do rio Sem dono* é a principal biografia escrita sob forma de romance a respeito da região do Vale do Rio Doce e que deve ser lido por toda aquela ou aquele que pretende conhecer sua história.

⁹ Devolutas porque historicamente não eram reconhecidas como território indígena, demonstrando toda a negligência em relação à presença desses povos.

mesmos possuíam documentação de propriedade da terra, ou seja, arrumavam, por vias duvidosas, o título de propriedade de porções de terras que, por anos, estavam sob o uso e posse dos camponeses e povos tradicionais (ESPINDOLA, 2010).

Por se tratar de uma vasta área de diferentes litologias, essas terras têm em si preciosidades que, até o período atual, continuam sendo de interesse para o modelo de desenvolvimento capitalista. O retrato da história e da paisagem recente da região evocam a violenta tomada dos bens naturais, como a água, a terra, a mata e o minério presentes ao longo dos mais de 500 km de curso do rio, desde Mariana/MG (nascente do principal afluente do rio Doce) à Regência/ES. A mega exploração dos recursos naturais segue um modelo que se assenta sobre a lógica da maximização do lucro a qualquer custo, mesmo quando isso implica em mortes e desastres ambientais (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

Em todo percurso, as ações antrópicas em toda sua amplitude e a vasta ocupação de áreas de pecuária extensiva em áreas consolidadas de beira do rio desenham o atual mosaico de paisagens, porém, com fortes sinais de degradação, deixando marcas profundas e uma enorme devastação na biodiversidade animal e de flora, solos degradados, alterações climáticas como a estiagem das chuvas ao longo dos anos, assim como seres humanos sem direitos garantidos.

As primeiras ocupações do MST no Vale do Rio Doce foram bravamente feitas pelas famílias protagonistas e excedentes da primeira ocupação do estado de Minas Gerais, a ocupação da fazenda Aruega, no vizinho Vale do Mucuri. Ao receberem a notícia de que a terra não seria suficiente para todas as famílias, estas passaram por dois anos difíceis entre beira de estrada e despejos, até que, pouco antes do amanhecer do dia 01 de junho de 1993, realizaram a primeira ocupação da região, na fazenda Califórnia, localizada na cidade de Tumiritinga, às margens do rio Doce. Pouco tempo depois, foi feita a ocupação da Fazenda do Ministério¹⁰, em Governador Valadares, onde foi construído o Assentamento Oziel, marcado por muita luta e três duros despejos, mas também por ser um importante marco para a classe trabalhadora, não só do leste de Minas mas para todo o país (NASCIMENTO *et al*, 2019).

Do ano de 1993 até os dias atuais, já se passaram 27 anos de inúmeras lutas, ocupações e marchas, ferramentas de resistência fundamentais para garantia e permanência dos direitos das famílias camponesas, que, com base na Constituição de 1988, se organizam para ter o direito à terra e o cumprimento de sua função social. Atualmente, a regional do MST no Vale do Rio Doce organiza 16 áreas de Reforma Agrária, entre acampamentos e assentamentos espalhados em 5 municípios, somando cerca de 710 famílias (Quadro 1). Desde então, a luta para construir a reforma agrária no Vale do Rio Doce foi marcada por muita resistência e pelo desejo de transformação

¹⁰ A Fazenda dos Ministérios é conhecida por ter sido um lugar estratégico das tropas que realizaram o golpe em 1964. Foi palco de uma disputa aprofundada, dada a decisão do presidente da época, João Goulart, que havia prometido entregar essas terras às Ligas Camponesas, que lutavam pela Reforma Agrária na região, naqueles tempos.

da realidade por parte da classe trabalhadora camponesa. As famílias assentadas enfrentaram e seguem enfrentando os interesses do agronegócio e da mineração, que tanto devastaram as terras, ditando um ritmo de desenvolvimento ao seu próprio arbítrio, tomando para si recursos naturais (FERNANDES, 1999).

Quadro 1: Áreas de Assentamentos e Acampamentos da Regional do MST Vale do Rio Doce.

Município	Assentamento ou Acampamento	Nº de famílias	Distância em relação a GV (Km)
Tumiritinga	PA Terra Prometida	45	45
	PA 1º de Junho	61	55
	Acamp. Boa Esperança	60	60
	Acamp. Águas Cristalinas	80	80
Jampruca	PA Ulisses de Oliveira	42	80
	PA Manoel Ferreira	23	90
	Acamp. Janete Telles	80	70
	PA Belo Monte	25	100
	PA Egidio Brunetto	32	70
Resplendor	PA Roseli Nunes	39	200
	PA Dorcelina Folador	35	190
	PA Gilberto de Assis	34	200
Governador Valadares	PA Oziel Alves Pereira	47	8
	PA Barro Azul	48	20
	PA. Joaquim Nicolau	26	40
Periquito	PA Liberdade	33	40

Fonte: Documentos internos do MST (2020).

2 PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR, TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E DESAFIOS DA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ANTES E APÓS O CRIME DA SAMARCO, VALE S/A E BHP BILLINTON

O MST, enquanto movimento socioterritorial e socioespacial, constituiu-se ao longo dos anos com muita resistência e luta por todo território brasileiro, onde a pauta da democratização da terra fortalece a construção de um projeto de país voltado aos interesses do povo, expressos através do Programa de Reforma Agrária Popular (RAP). A proposta do programa de RAP, aprovada no VI Congresso Nacional do MST, no ano de 2014, tem o desafio de apresentar a pauta da questão agrária para toda a sociedade. A pauta agrega anseios de toda a classe trabalhadora em construir uma nova sociedade mais igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável, que propõe fundamentalmente uma mudança na estrutura da propriedade da terra, de organização da produção e da relação do ser humano e natureza, seus objetivos são de eliminar a pobreza, combater a desigualdade social, garantir trabalho e soberania alimentar, assegurando a participação das mulheres, a preservação ambiental, possibilitando a melhoria de vida para toda população brasileira (MST, 2014).

A RAP apresenta, em si, a reafirmação da matriz produtiva de base agroecológica para a organização da produção camponesa, de forma a resgatar e preservar saberes tradicionais, bem como desenvolver técnicas agroecológicas que aumentem a produtividade do solo e do trabalho em equilíbrio com a conservação e preservação dos recursos naturais. A produção de alimentos saudáveis e livre de agrotóxicos traz a necessidade da construção da autonomia camponesa e superação do pacote tecnológico do agronegócio, advindo da Revolução Verde. Portanto, a produção e o acesso a alimentos saudáveis, livres de veneno, passa a ser uma discussão não apenas de quem vive no campo, mas também de todo o conjunto da sociedade.

Para se construir uma Reforma Agrária Popular que contribua de fato para melhoria na qualidade de vida do campo brasileiro (e conseqüentemente da cidade), o respeito ao meio ambiente é basilar, e as conhecidas práticas da agroecologia em suas diversas dimensões, movimentos, práticas e sua carga cultural, auxilia nessa compreensão. Dado o histórico de uso e ocupação do solo no Vale do Rio Doce, principalmente pela pecuária extensiva, muitas das áreas dos acampamentos e assentamentos já haviam sofrido processos intensos de degradação, apresentando solos descobertos, processos erosivos e escassez de água, remetendo a necessidade de incentivo às práticas agroecológicas, dentro do método dos movimentos populares.

Em 2016, o MST de Minas Gerais realizou, nos assentamentos do Vale do Rio Doce, o projeto Semeando Agroflorestas que, também com base nas diretrizes do Programa Agrário e de abrangência estadual (ocorrendo simultaneamente em outras 3 regionais: Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Norte de Minas), fortaleceu a proposta da produção agroecológica aliada à preservação ambiental.

As ações do projeto visavam a implantação de sistemas agroflorestais para fomentar e difundir o conhecimento agroecológico, a conscientização e recuperação do meio ambiente associada à geração de renda para as famílias assentadas. Uma ação importante na consolidação desse processo foi a criação dos núcleos de agroecologia, grupos de estudo e discussão sobre temáticas substanciais para o desenvolvimento das unidades de produção e que permeiam a agroecologia, a fim de organizar as famílias interessadas nas práticas agroecológicas, mantendo a organização viva e em constante evolução.

Os núcleos de agroecologia (NA) vêm sendo constituídos e consolidados nos acampamentos e assentamentos simultaneamente ao empoderamento das agricultoras e agricultores, algo fundamental tanto para a efetivação do projeto, quanto para o avanço das comunidades assentadas e acampadas. Esses núcleos funcionam desde o diagnóstico dos problemas existentes até as tomadas de decisão em diferentes graus de organicidade demandadas de cada agrupamento de pessoas, sempre havendo uma liderança comunitária para nivelar qualquer contratempo e sendo responsável em apoiar a difusão dos conhecimentos adquiridos em outros territórios através de intercâmbios.

Os membros dos NA's estrategicamente organizam o trabalho em forma de mutirões e promovem intercâmbios, fomentando ações de cooperação e troca de saberes entre as famílias assentadas e acampadas. Os estudos e práticas aplicadas pelos NA's enfatizam a implantação de sistemas agroflorestais, cultivos consorciados, quintais produtivos, o não uso de adubação química e/ou agrotóxicos, recuperação de nascentes e áreas degradadas.

Inicialmente, as famílias Sem Terra receberam a discussão sobre sistemas agroflorestais como algo novo, porém, ao longo das oficinas e atividades realizadas pelos NA's, elas identificaram que já executavam algumas práticas semelhantes às utilizadas em SAF's, como plantio diversificado de frutíferas, hortaliças consorciadas, entre outras. O diferencial foi a inserção e o manejo de espécies arbóreas nativas nas áreas produtivas, trazendo a importância desse elemento para o meio ambiente, auxiliando na produção de matéria orgânica e de água para o sistema e contribuindo para a transformação da paisagem dentro dos assentamentos.

Os sistemas agroflorestais foram se expandindo nos assentamentos conforme o desenvolvimento das experiências dos NA's e os sistemas que antes ocupavam pequenas áreas nas proximidades das casas, o que correspondia às áreas plantadas pelos mutirões, aumentaram de acordo com o interesse e vocação das famílias, à disponibilidade de água, à oferta de força de trabalho, ao relevo, aos insumos disponíveis, dentre outros fatores. Hoje as famílias desenvolvem SAF's cada vez mais complexos e biodiversos, cuja produção é destinada tanto para o consumo das famílias quanto para comercialização através de cestas agroecológicas, feiras livres ou de forma coletiva com as cooperativas do movimento em outras regionais ou em âmbito estadual, como é o caso da CONCENTRA (Cooperativa Camponesa Central dos Assentamentos de Minas Gerais), que absorve parte da produção de farinha de mandioca produzida de forma coletiva em vários assentamentos da Regional do MST no Vale do Rio Doce.

3 O ROMPIMENTO E A REPARAÇÃO AMBIENTAL

Ao longo de toda bacia hidrográfica do rio, atualmente encontram-se instaladas multinacionais como a Samarco Mineração, acionadas pela Vale S/A e BHP Billinton, sendo que, dentre elas, está uma unidade em Ouro Preto e Mariana, denominada complexo Germano. O Complexo é um dos maiores de acúmulo de rejeito de minério instalados no país em operação desde 1977, ano de fundação da Samarco. O sistema é composto pela barragem principal, que dá nome ao complexo, cuja capacidade de contenção foi estimada em 200 milhões de m³ de rejeito e esgotada em 2009, da qual a barragem de Fundão fazia parte, junto às de Germano I, Santarém, Alegria, diques Sela, Tulipa, Selinha, Auxiliar e outras cavas próximas. Localizada no vale do córrego do Fundão, Germano II é considerado o sistema de contenção de rejeitos mais alto do Brasil, com 175 m de altura (RADA, 2013; POeMAS, 2015; MPF, 2016).

O rompimento da barragem do Fundão atravessou e devastou, não só a vida e história das famílias Sem Terra do Vale do Rio Doce, em 5 de novembro de 2015, mas afetou a vida de todas as comunidades humanas e biológicas que vivem ao longo do rio, onde a lama de rejeitos percorreu de forma avassaladora. Causado por diversos fatores e negligências, o rompimento trouxe à tona um aprofundamento das contradições do modelo exploratório de mineração no Brasil e pecuária extensiva, que assolam comunidades inteiras na bacia do Rio Doce, atingidas em seu modo de vida, cultura, produção e reprodução (MPF, 2016; WANDERLEY *et al*, 2016; PAULA, 2018). Foram despejados mais de 50 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério no meio ambiente, causando a morte imediata de 19 pessoas, destruindo totalmente os distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e parte de Barra Longa, onde o rio Gualaxo do Norte se encontra ao do Carmo, dando origem ao rio Doce, afetando o abastecimento de água para as populações ribeirinhas, deixando danos irreversíveis e ainda incalculáveis à fauna e flora da bacia, às atividades pesqueiras, turísticas e agrícolas, bem como à cultura e modo de vida das famílias atingidas.

Em 2016, após as primeiras conclusões da Força Tarefa instituída pelo Ministério Público Federal, foi construída a proposta da criação da Fundação Renova, resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). Sua conformação é dada por um arranjo institucional entre o Estado, as empresas acionistas, a Vale S/A e BHP Billinton, donas da Samarco, cabendo a esta, a organização da “gestão da pena”, desde as indenizações até ações de reparação nas áreas atingidas (MPF, 2016).

É nesse momento que o MST se lança em luta, trazendo seu programa agrário para definir e conceituar o sentido de “reparação” em consonância com a RAP, propondo o Projeto Agroecológico do Vale do Rio Doce, com diversas ações nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária na região. O Projeto Agroecológico é uma proposta que visa potencializar as ações de recuperação no território da bacia do Rio Doce, compreendendo os assentamentos, em especial os localizados na calha do rio e principais afluentes, visando restaurar e restabelecer os assentamentos impactados

direta e indiretamente pelo crime, com objetivo de inserção e transição para matriz produtiva de base agroecológica, recuperação ambiental e organização das cadeias produtivas, gerando desenvolvimento socioeconômico para as famílias assentadas (MST, 2018).

Dentro deste processo de luta, foram longos meses de negociação e até mesmo ocupações, como no dia 8 de março de 2018, quando 400 mulheres pararam o trem da Vale S/A em Brumadinho/ MG, reivindicando os direitos dos atingidos. A Fundação Renova não acolheu o Projeto Agroecológico como um todo, aderindo apenas a parte da proposta de maneira compartimentada, absorvendo algumas ações que foram divididas em quatro eixos: Recuperação Ambiental, Assistência Técnica, Projeto Produtivo e Educação; cabendo ao Movimento, enquanto organização, a tarefa de manter o sentido programático dos eixos nas diversas dimensões que atua a RAP.

Embora as autoridades responsáveis pela aplicação da multa tenham compartimentado o Projeto Agroecológico, todos os eixos aprovados dialogam entre si. Para este trabalho, o enfoque é dado ao eixo da Assistência Técnica, Social e Ambiental, escrita e gerada pelo próprio Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra, cujas ações previstas dialogam com o Eixo da Educação através do curso técnico em agroecologia; com o Eixo Ambiental, através da recuperação de áreas degradadas e com o Eixo Produtivo, através de incentivos à comercialização e beneficiamento da produção campestre, sendo este último ainda não firmado contrato até o momento da escrita deste artigo.

O projeto de soberania alimentar que o MST desenvolve nos acampamentos e assentamentos do Vale do Rio Doce vem sendo elaborado a mais de 20 anos, a partir da prática da luta popular, do empoderamento de técnicas de plantio agroecológico, incentivo à produção de alimentos saudáveis, entregas de alimentos em escolas e restauração de áreas degradadas. A devida cobrança pelo ressarcimento do crime tem como meta o fortalecimento do Programa de Reforma Agrária Popular, “esse é o direito do povo na revitalização: fortalecer o projeto popular em oposição ao projeto da empresa criminosa que deixou nossas águas e terras contaminadas, e causou inúmeras mortes” (HOFFMANN, 2020).

A partir da compreensão da importância da produção de alimentos saudáveis de qualidade e em quantidade, aliada à restauração e à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, foram construídas ações direcionadas à recuperação ambiental das áreas do MST no Vale do Rio Doce no eixo ambiental, onde se pretende finalizar, até 2022, 800 hectares de áreas cercadas e recuperadas com sistemas agroflorestais e outras modalidades de restauração ativa e/ou assistida, assim como vem realizando, há um ano, ações de assistência técnica aos lotes, com o objetivo da retomada das atividades agrícolas e pecuárias.

Existem diversos desafios no que tange a recuperação ambiental. A captação de recursos se torna um fator limitante deste processo, uma vez que há necessidade de insumos que não são contemplados ou são contemplados parcialmente pelos projetos existentes acerca da recuperação ambiental. Mudanças e sementes, insumos para cercamento, recursos humanos para acompanhamento

e manutenção das áreas, entre outros, são elementos cruciais para uma recuperação ambiental efetiva e nota-se, em tais projetos, uma tendência ao ganho em escala e redução de custo por hectare recuperado.

Outro desafio é a adesão pelos assentados às propostas dos projetos quando estes trazem arranjos convencionais de restauração. Devido, principalmente, ao relevo e à disponibilidade de água na região, há uma resistência em fragmentar áreas dentro dos lotes e destiná-las apenas para restauração, considerando as poucas áreas aptas para produção agrícola. As propostas que englobam sistemas agroflorestais potencializam a adesão dos assentados por conciliarem recuperação ambiental e produção, além de facilitarem o diálogo sobre a temática ambiental, desmistificando a ideia de natureza intocada introduzida pelas propostas convencionais.

Para que o processo de recuperação ambiental seja efetivo, é necessário ir além do reflorestamento de áreas pontuais. Nesse sentido, manter o engajamento das famílias assentadas é fundamental, compreendendo que são parte responsável pelo processo, inclusive para dar continuidade às ações após o término dos projetos ou parcerias. As famílias precisam compreender a necessidade, a importância e o retorno positivo que as ações de recuperação ambiental promovem não só localmente, mas em âmbito territorial.

A falta de experiências que trazem propostas de recuperação ambiental viáveis para a agricultura familiar no Vale do Rio Doce torna as ações promovidas pelo MST ainda mais desafiadoras, por ser precursor de um processo tão inspirador e importante para a região.

Para Aguinaldo Batista (2020), da coordenação do Setor de Produção do MST no estado de Minas Gerais, a proposta do Programa Agroecológico do Vale do Rio Doce vem na perspectiva de que nós temos território conquistado e uma força de trabalho já vocacionada com ideais e práticas camponesas. Então, é um terreno fértil para desenvolver ações de restauração ambiental que tivessem o princípio da sustentabilidade com longevidade da ação, e assim, o envolvimento das famílias dos assentamentos no que tange a recuperação de áreas de preservação permanente, áreas de recarga hídrica e para o controle de erosões. Logo, há uma relação de compromisso e resistência ativa na luta, para que as famílias encontrem um caminho de uso e posse da terra com pertença e envolvimento, incluindo as mulheres e os jovens no processo de organização, produção e na reprodução da vida (BATISTA, 2020).

Do ponto de vista das produções agroecológicas, que garantem a soberania alimentar das trabalhadoras e dos trabalhadores, a manutenção da saúde, o entrelaçamento das relações de boa convivência com o meio, a descida arrebatadora da lama no rio criou um obstáculo em todo o processo de construção do conhecimento agroecológico, trazendo à tona diversas questões importantes a serem discutidas, reformuladas e reestruturadas.

O Vale do Rio Doce é um território de assentamentos e acampamentos, os quais, nem todos foram diretamente atingidos pelo rejeito. Contudo, grande parte ainda recebe água “potável” advinda do rio ou adjacente atingidos, como o rio Corrente, em Periquito/MG. Além

da dessedentação humana, essa água ainda abastece tanques de peixes, é utilizada junto às criações animais e para irrigação.

As pesquisas demonstram, até o momento, a enorme complexidade do caos gerado pela lama da barragem de Fundão, causando repercussões ecossistêmicas de baixo, médio e alto impacto, facilmente encontrado em estudos das universidades. Somado a multiplicidade de informações de contaminação por metais pesados, por exemplo, ainda existem diferenças entre ligações químicas e físicas do solo nas diferentes alturas dos trechos do rio.

A inegável presença de metais pesados tem sido o grande imbróglio discutido na região, materiais estes advindos do revolvimento do fundo do rio no momento de passagem da lama, de resíduos de mineração artesanal, resíduos humanos, agrotóxicos e outros, que se somaram ao rejeito, matando e sufocando, com todo este material denso e misturado, quase toda biota do rio e contaminando-a.

A partir desse mosaico de devastação, variando de acordo com a quantidade de rejeito estagnado nos leitos menor e maior dos rios afetados, fica clara a ineficiência e dificuldade de lidar com a complexidade dos ecossistemas, ainda mais por se tratar de um material infértil e contaminado de diferentes formas e intensidades (PAULA, 2018). Não há apenas uma solução para tamanho problema causado, e toda essa rede de informações e resultados científicos devem ser transparentes às comunidades que utilizam o rio de forma clara e objetiva, com todos os nuances existentes entre as regiões e, principalmente, de maneira idônea à responsável pelo crime ou empresas que se alinham a elas. O manejo de áreas afetadas, direta ou indiretamente, deve ser priorizado quanto à retirada do material e manejo adequado das áreas a fim de não magnificar os danos já existentes ou acumulá-los com o passar dos anos. Enquanto não há informações consolidadas dos verdadeiros impactos, se mensuráveis, para que haja outros tipos de manejo, não é aceitável que se exponha toda uma população à mercê do impacto invisível. A recuperação do rio Doce é de interesse de todas e todos que vivem próximo a região e somente em conjunto aos atingidos e atingidas, através de informações fidedignas, conseguiremos buscar soluções e possibilidades para melhoria desses ambientes, impactados por um desastre nunca antes vivido no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização do MST no Vale do rio Doce é a desterritorialização do latifúndio e do capital estrangeiro. Sem sombra de dúvida, a apropriação do espaço pelas famílias Sem Terras apresenta um uso e uma ocupação do solo que cumprem a função social da terra e gera muito mais soberania em diferentes aspectos. O Crime da Vale em Mariana/MG agravou ainda mais a realidade de uma região que já é tão impactada pela devastação causada pelo modelo de desenvolvimento capitalista. Trazer a discussão da transição agroecológica neste contexto perpassa toda multidimensionalidade e dificuldade de mensuração dos danos causados pelo crime e pelo histórico de devastação da região.

Nesse sentido, o MST se desafia a construir uma proposta com base agroecológica para recuperar as áreas degradadas e recompor a paisagem da região do Vale do Rio Doce através de ações que fortalecem a organização social e a conscientização ambiental aliada à segurança e soberania alimentar. O plantio em sistemas agroflorestais, como estratégia para recuperação de áreas e ecossistemas degradados, apresenta um potencial de adesão e implementação maior e mais duradouro que as propostas de recuperação a partir de metodologias convencionais. Os núcleos de agroecologia constituem uma ferramenta importante nesse processo organizativo e de cooperação entre as famílias, fomentam discussões, estudos e troca de saberes, além de gerar renda, sendo um excelente instrumento para a territorialização da transição agroecológica.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Aguinaldo. Com agroecologia, MST desenvolve programa para recuperar a Bacia do Rio Doce. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Especial Agroecologia e Solidariedade - Junho de 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/03/com-agroecologia-mst-desenvolve-programa-para-recuperar-a-bacia-do-rio-doce/>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

ESPINDOLA, HarufSalmen *et al.* Apropriação de terras devolutas e organização territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ESPINDOLA, HarufSalmen; ABREU, Jean Luiz Neves de (Orgs.). *Território, sociedade e modernização*. Governador Valadares: Editora Univale, 2010, p. 19-58.

ESPINDOLA, HarufSalmen; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. *Varia hist.* [online]. 2008, vol.24, n.39, pp.177-197.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e Territorialização do MST (1979-199)*. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

HOFFMANN, Esther. MST Semeia um projeto de vida para o Povo. *Brasil de Fato MG*, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2020/07/15/artigo-mst-semeia-um-projeto-de-vida-para-o-povo>. Acesso em: 2 de novembro de 2020

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, Resolução nº 5 de 10 de outubro de 2002. Imprensa Nacional. Diário Oficial da União - Seção 1. 11 de outubro de 2002. Acesso em: 2 de novembro de 2020

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p.177-197, 2016.

MPF, *Ministério Público Federal*. Procuradoria da república nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo – Força Tarefa rio Doce. IPL n.º 1843/2015 SRPF/MG; Autos n.º 38.65.2016.4.01.3822 (Busca e apreensão); Autos n.º 3078-89.2015.4.01.3822 (Medida Cautelar); IPL Polícia Civil - MG 1271-34-2016.4.01.3822; IPL Polícia Civil - MG 1250-24.2016.4.01.3822; Procedimento Investigatório Criminal (PIC) - MPF n.º 1.22.000.003490/2015-78; Procedimento Investigatório Criminal (PIC) MPF n.º 1.22.000.000003/2016-04. 2016.

MST. *Programa Agrário do MST*. Documento interno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Brasília - DF, 2014.

MST. *Projeto Agroecológico do Vale do Rio Doce*, documento interno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Regional de Governador Valadares - MG, 2018.

NASCIMENTO, Rangel *et al.* A territorialização do MST no Vale do Rio Doce, Minas Gerais. In: VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco de (Orgs). *Caminhos da Luta pela Terra no Vale do Rio Doce: conflitos e estratégias*. Governador Valadares: Editora Univale, 2019, p. 143-157.

PAULA, Juliana Boechat de Souza. *Biocondicionamento ex-situ do solo e rejeito do ambiente afetado pelo rompimento da barragem de Fundão - Mariana/MG*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas. Universidade Federal de Viçosa, UFV. Viçosa, MG. 2018.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas Terras do Rio sem Dono*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

POEMAS - POLÍTICA, ECONOMIA, MINERAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE. Relatório final. *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)*. UFJF: Mimeo. 2015. Disponível em: www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-a-carga-vers%C3%A3o-final.pdf> Acesso em 10 de dez. de 2020.

RADA - *Relatório de Avaliação do Desempenho Ambiental*. Barragem Fundão. Mariana-MG: Samarco Mineração. v. único: abril, 2013. 372p.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco de (Orgs). *Caminhos da Luta pela Terra no Vale do Rio Doce: conflitos e estratégias*. Governador Valadares: Editora Univale, 2019, p. 13-157.

WANDERLEY, L. J. *et al.* Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos socioambientais. *Cienc. Cult.*, São Paulo, Set. 2016. v. 68, n.3.

QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DOS ASSENTAMENTOS OLGA BENÁRIO E DÊNIS GONÇALVES DO MST

BRUNO BRUZIGUESSI¹

CRISTINA SIMÕES BEZERRA²

NILO MARQUES DE JESUS³

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta alguns apontamentos sobre as condições de produção e reprodução social dos dois assentamentos de reforma agrária organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região da Zona da Mata do estado de Minas Gerais: Assentamento Olga Benário e Assentamento Dênis Gonçalves.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar as principais manifestações contemporâneas da questão agrária na região da Zona da Mata mineira, seus principais enfrentamentos e dificuldades, sistematizando informações e dados sobre áreas de reforma agrária da região, bem

¹ Graduado em Serviço Social; Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: brunobruziguessi@yahoo.com.br.

² Doutora em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação da mesma unidade de ensino. Coordenadora do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos, desenvolvido pela parceria entre a UFJF e a Escola Nacional Florestan Fernandes. E-mail: cristina.bezerra31@gmail.com

³ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduando de bacharelado em Geografia pela mesma instituição, bolsista do projeto de extensão: “Capacitação para assentados da Reforma Agrária e assessores no Estado de Minas Gerais”. E-mail: nilo_marques@hotmail.com

como o conhecimento e o acesso das famílias assentadas às políticas públicas particularmente destinadas ao campo.

Além das políticas públicas para o campo, também fizemos apontamentos acerca do acesso destas famílias às políticas de Seguridade Social, enfocando na Previdência e Assistência Social, estabelecendo uma relação do perfil socioeconômico das famílias assentadas e a possibilidade e necessidade de acesso à estes serviços.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA NA ZONA DA MATA MINEIRA E O CONTEXTO DE FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS OLGA BENÁRIO E DÊNIS GONÇALVES

A Zona da Mata fica localizada na porção sudeste do estado de Minas Gerais e sua história está relacionada ao chamado “ciclo do ouro”, iniciado no final do século XVII, com a descoberta de jazidas de ouro no estado. De acordo com Netto e Diniz (2006, p. 23), tal descoberta “deu início a um intenso processo de reconfiguração econômica, demográfica e espacial na colônia portuguesa, que além de atrair vastos contingentes de exploradores, também induziu o surgimento de povoados e vilas”, ocasionando a ocupação definitiva deste território.

A exportação de ouro atingiu seu apogeu entre as décadas de 1750 e 1760 e o declínio foi rápido, por volta de 1780, desarticulando toda a economia da mineração, dispersando a população das regiões de extração que conformariam o estado de Minas Gerais, “população relativamente numerosa [que] encontrará espaço para expandir-se dentro de um regime de subsistência e virá a constituir um dos principais núcleos demográficos do país” (FURTADO, 1980, p. 85).

A região da Zona da Mata, bem como a economia da província como um todo, se firmou como importante produtora de café no início do século XIX. Também se destacou durante a República Velha no plano político estadual e nacional, período em que vivenciou o primeiro surto de industrialização da região, mesmo que ainda de forma embrionária, com indústrias de pequeno e médio porte voltadas para a produção de alimentos e têxtil.

Além do café, as fazendas e sítios produziam feijão, milho, arroz, cana-de-açúcar e gado, para o consumo e comercialização. Assim, a Zona da Mata começou a destacar-se também como região leiteira e de pecuária de corte. Ainda seguindo os apontamentos de Netto e Diniz (2006), nos anos de 1920 ocorre uma intensificação da industrialização – destacadamente nos ramos têxtil e metalúrgico – ao tempo em que a produção cafeeira na região começou a desacelerar.

Nos anos 1950, encontra-se na Zona da Mata uma região com produção bastante diversificada, favorecida pelo relevo acidentado. Nos anos 1960, com o Programa Nacional de Erradicação de Cafezais – que estabelecia novas diretrizes técnicas para o plantio do café – houve um rearranjo espacial no ordenamento econômico da região. Na década de 1970, ocorreu a pecuarização de áreas de fazendas antes dedicadas à produção de café, cereais e cana, o que acarretou numa

dispensa de grande número de colonos e moradores que passaram a viver na periferia das cidades ou nos distritos rurais ou ainda migraram para os grandes centros industriais.

Nas últimas décadas do século XX, a Zona da Mata foi perdendo destaque no âmbito econômico para outras regiões do estado, preterida pelo governo estadual em relação a programas e projetos de incentivo e desenvolvimento, bem como uma diminuição de empreendimentos de vulto, que tornou a região “palco da evasão de atividades econômicas. Some-se a isso a manutenção de uma razoável estabilidade populacional, gerando problemas de subemprego e desemprego” (NETTO; DINIZ, 2006, p. 27).

Juiz de Fora é o centro regional e industrial de destaque dentro da Zona da Mata. As outras cidades-pólo da região são centros de importância mais localizada. Ao lado desses centros, há um grande número de municípios de menor população, cuja economia é basicamente agrícola e pecuária, com a presença de algum comércio e eventualmente de pequenas indústrias. Os distritos, por sua vez, são subdivisões administrativas sediadas em pequenas vilas com menos de 5.000 habitantes.

Em algumas áreas onde a produção encontra produtores que atuam na escala necessária, a agricultura camponesa encontra espaço para se expandir e manter. Os camponeses produzem para venda e consumo com a multiplicidade de ocupações dos membros da família para obter lucros e pagar o que devem. Parte dos filhos constantemente sai do campo e se estabelece nas cidades, seja na região, seja nos grandes centros, buscando melhorias no padrão de vida.

Tratando da estrutura fundiária, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006,

a Zona da Mata Mineira abarca 84.868 estabelecimentos agropecuários dos quais 60.792 (71,63%) têm área inferior a 20 hectares, portanto considerados minifúndios; 19.707 (23,22%) com área inferior a 100 hectares são as pequenas propriedades e 4.369 (5,14%) com área de 100 a mais de 2.500 hectares são consideradas médias e grandes propriedades (TEIXEIRA, 2012, p. 56).

Tais dados, sistematizados por Teixeira (2012), demonstram que o maior número de estabelecimentos rurais da mesorregião é composto por minifúndios, ou seja, com área menor que 26 hectares, porém, estes ocupam 12,16% da área total ocupada; por outro lado, os chamados médios e grandes estabelecimentos rurais, que compreendem áreas de 100 a mais de 2.500 hectares, ocupam 49,27% da área total. Assim, podemos destacar os níveis da concentração fundiária na Zona da Mata mineira, uma vez que quase metade da área é ocupada por um número reduzidíssimo (5,14%) de propriedades, o que acaba por expressar as desigualdades sociais e de acesso à terra, em que os trabalhadores, expulsos das terras desde o advento da Lei de Terras de 1850, foram impossibilitados de acessar a terra para sua produção e reprodução.

Segundo dados do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de 2001, apenas 6,9% das terras da mesorregião da Zona da Mata são utilizadas para lavouras permanentes e temporárias, demonstrando baixa exploração agrícola na região. Em algumas cidades como Goianá, Ibertioga e Lima Duarte existem vazios demográficos significativos. A população desta mesorregião corresponde

a 6,53% da população total do estado de Minas Gerais. Há tendência pela sub-urbanização econômica e um nível de empregabilidade acentuado no setor de serviços. Ao mesmo tempo, o nível de investimentos em infraestrutura não atende tal expansão urbana e vê-se a situação de esvaziamento do trabalho no campo.

Desta forma, o caráter rural do município de Juiz de Fora e região, como em tantos outros do Brasil, vem sendo subjugado pela ampliação das funções urbanas presentes na cidade e subestimado pelos dados oficiais. Os agentes urbanos vêm assumindo rapidamente o comando sobre as atividades econômicas, sobre o estilo de vida e sobre a mobilidade populacional, inerentes ao campo do entorno da cidade.

Através do tipo de organização sócio-espacial e do estilo de vida dos movimentos sociais vinculados à agricultura familiar, constatam-se práticas sociais que tentam resistir a um intenso processo de “urbanização do campo”, através de alternativas vinculadas ao associativismo e à economia solidária. Não sem contradições, não sem dificuldades, mas fundamentais como alternativas de produção de alimentos voltados para o mercado interno de forma a garantir a segurança alimentar de nossa nação.

Para tanto, reafirma-se a necessidade premente de definições de políticas públicas nos três níveis da federação para gerar alternativas de emprego e renda para a população que, apesar das estatísticas oficiais, insiste em ser rural, mesmo vivendo na franja periurbana das grandes e médias cidades brasileiras.

Na contramão desse processo de urbanização total, os movimentos sociais, a exemplo do MST, se tornam uma importante alternativa para a transformação do campo, tanto econômica quanto socialmente, (re)afirmando-os como trabalhadores rurais através de estratégias concretas que permitam o enfrentamento ao domínio dos agentes urbanos. Nesse sentido, as atividades ligadas à agroecologia ganham destaque. Devemos pensar em uma linha de ação que tenha como ponto de partida a valorização do conhecimento tradicional dos trabalhadores rurais e que integre uma série de atividades desenvolvidas na localidade, perpassando diversos setores da vida local.

Os dois assentamentos do MST existentes na Zona da Mata são o Olga Benário, que fica localizado no município de Visconde do Rio Branco, microrregião de Ubá; e o Dênis Gonçalves, terreno que corta quatro municípios – Goianá, Coronel Pacheco, Chácara e São João Nepomuceno – e próximo à Juiz de Fora.

O assentamento Olga Benário é localizado na área da antiga Fazenda Santa Helena. De acordo com estudo feito por Teixeira (2012), a partir de relatos feitos por dirigentes do MST, esse terreno foi desapropriado em 2004 para se tornar o primeiro Projeto de Assentamento de reforma agrária da Zona da Mata mineira, criado pela Superintendência Regional do INCRA do Estado de Minas Gerais através da Portaria nº 110 de 11 de outubro de 2005, com capacidade para 30 famílias.

Porém, a desapropriação do terreno já havia sido feita por este órgão em 19 de maio de 2004, assim as famílias de trabalhadores sem-terra ligadas ao MST ocuparam a fazenda no dia 14 de junho de 2005. De acordo com relatos feitos à Teixeira (2012), as famílias que fizeram a ocupação eram oriundas da região metropolitana de Belo Horizonte, onde haviam sofrido uma desapropriação e estavam vivendo às margens das rodovias, e algumas outras famílias oriundas da região do Sul de Minas.

Já o assentamento Dênis Gonçalves é situado na área da antiga Fazenda Fortaleza de Sant'Anna, que, de acordo com Moraes (2011, p. 85), “foi fundada em 1811 pelo processo de cartas de sesmarias⁴”. Fazenda com histórico de força de trabalho escrava e, posteriormente à abolição, em 1888, de imigrantes europeus para produção cafeeira, pertenceu ao engenheiro Mariano Procópio Ferreira Lage, que a herdou do pai. Posteriormente, em 1901, passou às mãos de Cândido Teixeira Tostes, que com pesados investimentos, a tornou grande produtora de café.

Moraes (2011, p. 86) destaca que a área da Fazenda Fortaleza de Sant'Anna constitui importante patrimônio histórico, ambiental e arqueológico, em que “localizam-se três cavernas, sendo que em uma delas foram encontradas uma múmia, urnas funerárias e objetos indígenas”; além da cobertura vegetal ser predominantemente de Mata Atlântica.

A Fazenda era considerada grande propriedade rural improdutivo e passível de ser expropriada para fins de Reforma Agrária, a partir de um Laudo Agrônomo realizado pelo INCRA, ainda em 2010, ano em que o MST ocupou a fazenda, no dia 25 de março, para dar visibilidade à concentração de terra em condição de improdutividade na região da Zona da Mata e para que a função social da terra⁵ fosse cumprida.

Porém, por decisão judicial, foi dada liminar favorável aos proprietários da Fazenda para reintegração de posse, que ocorreu em 18 de dezembro de 2010. As famílias foram despejadas e levantaram acampamento próximo à entrada da Fazenda, às margens da rodovia estadual MG-353.

Após quase um ano do acampamento, no dia 23 de dezembro de 2011, a presidente da república Dilma Rousseff assina o decreto autorizando ao INCRA iniciar os procedimentos legais para a desapropriação da fazenda. O Decreto foi publicado no Diário Oficial da União, do dia 26 de dezembro de 2011 (TEIXEIRA, 2012, p. 70).

A partir desse momento, iniciou-se um processo de mobilização e pressão do MST para voltar para a Fazenda Fortaleza de Sant'Anna e transformá-la, definitivamente, em Assentamento

⁴ O regime jurídico das sesmarias tem sua origem em Portugal e foi trazida ao Brasil pelos colonizadores para ordenar o fracionamento e posse das terras no período da colônia.

⁵ De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 184, “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei”. E completa, em seu artigo 186, que “a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”.

Dênis Gonçalves, uma das maiores áreas de reforma agrária do estado de Minas Gerais, em que não somente foi destinada para produção agrícola das famílias Sem Terra, mas também para o desenvolvimento de formas de convivência desta produção com a preservação da biodiversidade e do patrimônio histórico, ancorado nas formas agroecológicas de produção sustentável.

2 PERFIL SOCIOECONÔMICO E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ASSENTAMENTOS DO MST NA ZONA DA MATA MINEIRA

Acerca da análise referente às áreas do MST na mesorregião da Zona da Mata, vamos apresentar os dados dos dois assentamentos existentes na região, Olga Benário e Denis Gonçalves. A coleta de dados constou de entrevistas, com uma amostra média de 30% das famílias: 27 no Assentamento Denis Gonçalves e 15 no Assentamento Olga Benário; totalizando 97 pessoas no primeiro e 75 no segundo.

Para esta análise, tentaremos compreender como e em quais condições se dá o acesso às políticas sociais por parte dos assentados destas áreas e cruzaremos os dados com a pesquisa documental acerca das políticas públicas destinadas à população do campo, buscando sistematizar dados e informações sobre os seguintes eixos de investigação: caracterização da política; direitos garantidos pela política; público alvo; condições de acesso à política e trâmite formal de acesso à política.

Sobre este momento, observamos as maiores dificuldades no desenvolvimento da pesquisa, pois muitas destas políticas estão inativas, outras possuem recursos absolutamente escassos para o seu desenvolvimento e outras, ainda, requerem um nível de burocratização no processo de acesso que praticamente inviabiliza as famílias a este direito. Observamos, ainda, que as políticas que se encontram mais desenvolvidas são aquelas que geram um endividamento das famílias, junto aos governos federal e estadual, motivo pelo qual muitas famílias são obrigadas a deixar as terras e partir para a cidade diante de sua incapacidade de pagamentos.

Lembramos que a lógica por trás das políticas públicas destinadas à população do campo passou a ser implementada e dinamizada no Brasil nos anos de 1990, com os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), seguindo orientações do Banco Mundial para uma política agrária que foi chamada, à época, de “Novo Mundo Rural”, centrada em três questões:

- (1) O assentamento de famílias como política social compensatória;
- (2) A “estadualização” das ações dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para estados e municípios;
- (3) A substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras” (RESENDE; MENDONÇA, 2004, p. 75).

Este contexto de rigorosos limites para o acesso às políticas sociais no campo brasileiro revela, com clareza, sua orientação conservadora e capitalista. Partimos da concepção das políticas sociais como ações estatais e governamentais que, inseridas no contexto das contradições entre capital e trabalho, materializam direitos sociais e, ao mesmo tempo, favorecem o processo de dominação do capital, sobretudo no contexto neoliberal.

Nas palavras de Behring e Boschetti (2007, p. 156)

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países - em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização.

Resende e Mendonça (2004, p. 77) afirmam que as políticas públicas para o campo que passaram a ser desenvolvidas com o início do governo de Lula, em 2003, eram “os mesmos programas apenas com pequenas modificações, mas a concepção central da mercantilização da reforma agrária permanece igual” em relação aos programas do período dos governos FHC. Logo, tal concepção a que se referem tem como central a desresponsabilização do Estado na promoção da desconcentração fundiária e a transferência, para o agronegócio, do controle das ações referentes ao campo brasileiro.

As políticas sociais que têm como público alvo a população do campo, sobretudo a população oriunda de assentamentos e acampamentos de reforma agrária, padecem ainda de um agravante: a fragmentação e a invisibilidade. Para garantir mínimos sociais para sua sobrevivência, as famílias são obrigadas, muitas vezes, a acessar inúmeros pequenos benefícios, pulverizados em um grande número de políticas mais amplas. Podemos citar, por exemplo, a política de Saúde do Trabalhador Rural que, invisibilizada pelos tantos outros fragmentos, torna-se praticamente inacessível para a maioria da população. Outro exemplo é o benefício da Previdência Rural, que vem sofrendo vários cortes e mudanças, muitas vezes, desconhecidas pelos próprios profissionais (dentre eles, os assistentes sociais) que nela trabalham.

Dentro da lógica mercantil que direciona as políticas públicas no Brasil, o distanciamento do Estado na forma de investimento se agravou nos últimos anos. Pitasse (2017), ao analisar a previsão orçamentária das políticas voltadas à população do campo para o ano de 2018, faz uma comparação com os investimentos feitos nos 3 anos anteriores e destaca a queda vertiginosa de recursos voltados à essa população, que sempre foi escasso. Importante ter em vista que esse decréscimo no investimento se deu no mesmo período em que aconteceu a coleta de dados da pesquisa que

culminou nesta coletânea, para que possamos entender o impacto social nos trabalhadores rurais que participaram deste trabalho.

O Pronera (...) teve até 2016 recursos que chegavam a R\$ 30 milhões. Em 2017, o investimento atingiu pouco mais de R\$ 11 milhões. Em 2018, a previsão é de que tenha apenas R\$ 3 milhões, o que representa um corte de cerca de 78%. Já no Ater [Assistência Técnica e Extensão Rural], programa destinado a assistência técnica dos assentamentos para organizar suas produções, o investimento passou de R\$ 14 milhões em 2017, para R\$ 2 milhões no próximo ano, deixando várias prestadoras de serviços com contratos assinados sem condições de continuar a atuar junto aos produtores. As verbas destinadas à obtenção de terras para reforma agrária, por sua vez, somarão cerca de R\$ 34 milhões em 2018, contra 800 milhões em 2015, uma diminuição de mais de 80% (PITASSE, 2017, s/p).

Além destas políticas e programas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e a Habitação Rural tiveram investimento para 2018, já no governo de Michel Temer, por volta de 10% do que havia sido destinado a elas em 2015.

Com uma população masculina ligeiramente majoritária (56,7% no Dênis Gonçalves e 50,6% no Olga Benário); com a predominância de pretos e pardos (81,4% no Dênis Gonçalves e 80% no Olga Benário) e concentrada na faixa etária de 19 a 65 anos, as famílias entrevistadas nas duas áreas de assentamento demonstram baixa escolaridade e pouco acesso à educação formal. Em que pese a existência do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), percebemos a prevalência de moradores que não mais estão estudando e que possuem, no máximo, o ensino fundamental incompleto (55,7% no Dênis Gonçalves e 41,3 no Olga Benário).

Estes dados demonstram a necessidade de investimento em educação e qualificação destas famílias, sobretudo nas faixas etárias mais jovens, que estão sempre entre as que mais se dispõem a abandonar o campo e ir para a cidade em busca do acesso a políticas de educação, cultura e lazer, praticamente ausentes em suas áreas de residência. Para agravar a situação, em fevereiro de 2020, o governo Bolsonaro baixou o Decreto 10.252/2020, que altera a estrutura regimental e de cargos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), fazendo com que esse órgão perca a competência de formulação das políticas públicas para o campo; particularmente, atinge o PRONERA através da extinção da Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, responsável pela gestão deste programa, que existe desde 1998, resultado de um processo intenso de lutas do MST desde sua fundação, em 1984.

Os dados obtidos na pesquisa indicam um grande fluxo de migração entre as cidades da região e do estado de Minas Gerais de uma forma geral. Na ausência de condições de sobrevivência em suas cidades de origem, tais famílias saem a procura de outros lugares e o encontro com o MST e com a possibilidade de serem assentadas representam para elas o “início de uma nova vida”. No entanto, demonstram uma renda familiar extremamente baixa, em que os maiores índices apontados pelos assentados foram: Sem Renda (26,8% no Dênis Gonçalves e 26,6% no Olga Benário) e Até 1 Salário Mínimo (40,2% no Dênis Gonçalves e 22,6%

no Olga Benário). Isso reforça o fato dos trabalhadores rurais ainda não conseguem sobreviver de sua produção e confirma a necessidade de atendimento por políticas públicas que garantam a produção e a reprodução destas famílias.

Dentre tais políticas, destacamos o acesso a política de assistência social, em que percebemos uma discrepância no acesso na comparação entre as duas áreas. No assentamento Dênis Gonçalves, tais benefícios representam, em sua absoluta maioria (66,6%), a única que garante algum rendimento fixo a estas famílias, sobretudo pelo Programa Bolsa Família; isso demonstra a extrema necessidade de que esta política seja reorientada para garantir, de fato, o direito à assistência e a sobrevivência destes cidadãos. Por outro lado, somente 12% das famílias do assentamento Olga Benário acessam o Bolsa Família, o que pode ter relação direta com os índices de acesso aos benefícios previdenciários, que veremos a seguir.

A política da Previdência Social, em outro extremo, é uma grande ausência no Dênis Gonçalves, com apenas 33% das famílias declarando ter acesso à aposentadoria ou pensão ou ao seguro saúde. Já no Olga Benário, 65,1% das famílias que acessam algum benefício social o fazem através de aposentadoria ou pensão, que contribui de forma fundamental para a reprodução de seus membros.

Ao priorizarmos os dados sobre as políticas relativas à Seguridade Social, confirmamos, então, que ainda temos, no campo brasileiro, uma condição de subcidadania e de profundas carências à população, reafirmando a face agrária da pobreza e da falta de oportunidades de acesso. Tal constatação fortalece nossa convicção de que a estrutura de uma Reforma Agrária Popular deve, necessariamente, ampliar-se para além da demanda imediata da produção agrícola, incorporando outras propostas. Neste sentido, revela-se o quanto a organização em movimentos sociais é uma necessidade de reprodução da vida social nos assentamentos.

A proposta de Reforma Agrária Popular elaborada pelo MST coloca como as duas condições fundamentais de realização: 1ª) a mobilização popular, pois, “o povo deve ser o sujeito de todo o processo de mudanças no campo. E as mudanças somente acontecerão com a pressão popular” (MST, 2013, p. 164); 2ª) a efetivação dessa proposta depende da ação do Estado, democrático e popular, como instrumento de execução do programa de Reforma Agrária Popular.

No que tange nosso estudo, destacaremos, dentro da proposta de Reforma Agrária Popular, dois aspectos que devem ser articulados aos demais tópicos do programa formulado pelo MST, quais sejam os itens que tratam da “política agrícola pública” e o “desenvolvimento da infraestrutura social”.

Acerca das políticas agrícolas, a participação do Estado para viabilizar tais ações é central para a efetivação do programa:

O Estado deve usar todos os instrumentos de política agrícola, como garantia de preços rentáveis para o agricultor e a agricultora, crédito rural, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem e fomento à transição e consolidação da produção agroecológica (MST, 2013, p. 157).

No âmbito do que é chamado de “infraestrutura social”, a mesma lógica de centralização das ações através do Estado:

O programa de reforma agrária para um novo projeto de agricultura popular deverá ser acompanhado por um amplo programa social por parte do Estado, que garanta a toda população do campo as mesmas oportunidades de todos os brasileiros e brasileiras. E esse projeto deve buscar em todos os aspectos a geração de oportunidades iguais para a juventude e as mulheres que vivem no campo (MST, 2013, p. 161).

Estas medidas de “infraestrutura social” correspondem a programas no âmbito de moradias no meio rural, acesso à energia e água potável, transporte público e informática para as comunidades rurais, programas de valorização de culturas regionais, geração de renda para mulheres do campo, atenção integral e preventiva de saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS), além de “educação ambiental, sanitária, alimentar, epidemiológica e toxicológica” (MST, 2013, p. 162). Para além destas questões, há um tópico específico no programa de Reforma Agrária Popular para tratar da questão do acesso à educação no campo, uma vez que “é dever do Estado assegurar esse direito a todas as pessoas que vivem no campo, nos assentamentos e nos acampamentos” (MST, 2013, p. 159).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do caminho transcorrido até aqui, fica evidente, a partir dos dados coletados, que os conflitos sociais no campo brasileiro, particularmente no estado de Minas Gerais, avançam progressivamente para um quadro mais amplo de demandas, onde as políticas sociais, antes consideradas por essa população como “favores” ou “benesses” dos governos para a “população marginalizada do campo”, começam a ganhar materialidade de elementos de luta e de conquista de direitos.

Observamos, durante a pesquisa, que muitas famílias, apesar de toda a organização incentivada pelo MST, não tem o mínimo conhecimento sobre as políticas as quais podem acessar, nem mesmo são alvo de processos de informação e debate político sobre seus direitos. Acreditamos, assim, que a socialização dos resultados da pesquisa junto aos assentados e acampados da reforma agrária nas áreas pesquisadas, deve ter por fundamento a necessidade de potencializar suas ações sociais e políticas de acesso às políticas públicas.

Ao mesmo tempo, é necessário estarmos atentos para a importância dos estudos relacionados aos setores dominantes no campo no estado de Minas Gerais, uma vez que o avanço do agronegócio é notório e, juntamente com ele, o crescente esvaziamento do campo e a diminuição de sua importância enquanto espaço de conflitos e de organização das famílias. De acordo com Masson (2016), em Minas Gerais, existem cerca de 37 movimentos sociais de luta pela terra, o que demonstra uma importante diversidade e uma potencialidade de conquistas concretas para estes sujeitos.

Enfim, para os limites deste trabalho, consideramos importante reafirmar que a luta pelo projeto de Reforma Agrária Popular proposto pelo MST, com o intuito de melhorar as condições de produção e reprodução destas famílias nas áreas de assentamento e acampamento, deve fazer parte de um projeto mais amplo de organização societária onde campo e cidade organizem suas lutas e conquistas na direção de outro momento no processo da formação social brasileira.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Em defesa do PRONERA e do direito à Educação do Campo*. Brasília: FONEC, 2020.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

MASSON, Gabriela Abraão. *A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social?; uma análise a partir dos assentamentos rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG*. Tese de Doutorado, Franca, 2016.

MORAIS, Vitor Castro. *A produção do espaço na perspectiva dos movimentos sociais: um estudo a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no acampamento Dênis Gonçalves*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Juiz de Fora, 2011.

MST. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil – volume 8*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

NETTO, Marcos; DINIZ, Alexandre. A formação geohistórica da Zona da Mata de Minas Gerais. *In: Revista RA'EGA*. Curitiba: Editora UFPR, n. 12, 2006.

PITASSE, Mariana. Todos os programas sociais e políticas públicas do campo foram reduzidos. *In: Brasil de Fato*, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/30/todos-os-programas-sociais-e-politicas-publicas-do-campo-foram-reduzidos>. Acessado em 25/11/2020.

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. A contra-reforma agrária no Brasil. *In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.

TEIXEIRA, Manoel Tadeu. *Assentamento Olga Benário: um estudo de caso da espacialização da luta pela terra na Zona da Mata mineira*. Dissertação de Mestrado, Viçosa, 2012.

CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA E A CONSTITUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS DO MST

GEANINI HACKBARDT¹

LUDMILA BANDEIRA PEDRO DE FARIAS²

MICHELLE NEVES CAPUCHINHO³

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o debate sobre a questão agrária na região da Zona da Mata Mineira, propondo uma breve análise dos aspectos socioeconômicos da região, os principais sujeitos que atuam no território e as características produtivas presentes no campo e, a partir dessa caracterização, desenvolver o histórico da luta pela terra na região, após a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como se deu o processo de consolidação do movimento, buscando realizar um breve histórico do desenvolvimento da conquista da terra, como o movimento está hoje organizado.

A partir desses elementos, tratar do debate sobre a disputa de hegemonia nos territórios, partindo da compreensão do movimento sobre o que significa esse debate e como está em consonância com a ação do MST, que busca para além da conquista da terra a conquista da reforma agrária popular e a transformação da sociedade.

¹ Mestranda do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), especialista em estudos latino-americanos pela faculdade de serviço social da Universidade Federal de Juiz de Fora, formada em comunicação social com habilitação em jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), militante do MST. E-mail: geanini.hackbardt@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Território e Ambiente da UFMG/Unimontes, Especialista em Estudos latino-americanos pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E-mail: ludmila.bandeira@gmail.com

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, Mestre em Serviço Social UFJF. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Sul de Minas. E-mail: michelle5neves@yahoo.com.br

A última parte busca apresentar as principais ações que foram desenvolvidas pelo movimento da região na busca da consolidação do MST, como uma importante força social que atua tanto dentro das áreas de assentamento, como também no território do entorno das áreas. Através da articulação política com as diferentes organizações da região vem sendo possível desenvolver a perspectiva de um projeto para o campo se colocando em disputa, com bases na agroecologia, considerando a relação fundamental entre o campo e a cidade.

1 CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NA ZONA DA MATA

A região da Zona da Mata mineira possui suas particularidades, assim como todas as regiões de Minas Gerais, importante destacar a grande dimensão territorial que o estado possui, assim atribuindo diferentes características para cada região. O nome que a região recebe tem relação com o tipo de vegetação predominante, que era a Mata Atlântica. De acordo com Valverde (1958), a região era habitada por tribos indígenas que ofereceram uma grande resistência ao processo de invasão dos portugueses, situação que contribuiu para uma demora um pouco maior no processo de povoamento. A região, com seu processo de desenvolvimento, passa a ser um importante pólo industrial e agrícola do estado.

A Zona da Mata tem participação de 7,6% no Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais. O setor agrícola, o setor industrial e o setor de serviços da região são responsáveis, respectivamente, por 8,4%, 5,4% e 9% da renda desses setores no estado. Juiz de Fora é o município de maior PIB, respondendo por 37% da riqueza produzida na região. Os municípios de menor representatividade na riqueza regional são Paiva e Pedro Teixeira (IBGE, 2010).

O setor de serviços responde por 60,2% do PIB da Zona da Mata. O principal pólo regional de serviços é Juiz de Fora, que é o quinto município do estado no setor. Outros municípios que se destacam no setor de serviços são Carangola, Ponte Nova, Viçosa, Ubá, Cataguases, Muriaé, Leopoldina e Além Paraíba.

A indústria representa 19,9% do PIB regional, sendo os principais segmentos a indústria metalúrgica, automobilística, têxtil e moveleira. O principal pólo industrial da região é Juiz de Fora, que ocupa a décima posição entre os municípios do estado no setor.

A agropecuária representa 9,1% do PIB da Zona da Mata, sendo Carangola e Manhuaçu os municípios de maior destaque. A atividade também é muito expressiva nos demais municípios como Juiz de Fora, Leopoldina, Lima Duarte, Ervália, Muriaé e Ponte Nova. O principal produto agrícola da região é o café, cultivado principalmente na porção norte da região. Na pecuária, destacam-se a produção de leite e a criação de bovinos, suínos e aves. Como destaque na produção de leite, temos as indústrias do Vale do Carangola. Na indústria moveleira, Ubá se destaca sendo o maior pólo moveleiro de Minas Gerais e o segundo maior do Brasil.

A Zona da Mata também está ameaçada pela mineração, tanto no entorno de Visconde do Rio Branco, através da empresa (ZMM) para extração da Magnetita, e através da Hematite Mineração Ltda para extração do Alumínio no entorno de Goianá/Chácara, onde a mesma já possui registro no Departamento Nacional da Mineração, para estudos de viabilidade de extração. A região é rica em bauxita, minério utilizado para a produção de alumínio (MST, 2011).

A região é classificada, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, a partir do entorno dos seguintes municípios: Cataguases (14 municípios), Juiz de Fora (33), Manhuaçu (20), Muriaé (20), Ponte Nova (18), Ubá (17) e Viçosa (20). A população da Zona da Mata é de 2,17 milhões de habitantes, a terceira maior do estado, e está distribuída em 142 municípios, concentrada principalmente nos centros urbanos, 80,8%, enquanto 19,2% (417 mil pessoas) estão em áreas rurais. Para fins geográficos, existe uma divisão da região em três partes, com características específicas, que são elas: região central, planalto e partes baixas.

Na região central e no planalto estão localizadas as maiores agroindústrias, porém estas regiões possuem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo das demais pela ausência de circulação de capital em sua formação histórica, já que as grandes fazendas de café do passado se concentraram nas partes baixas. O planalto de baixa altitude, onde se localiza o mais influente pólo urbano da Zona da Mata, Juiz de Fora, corresponde a 33,4% da população total e metade da participação do PIB industrial e de serviços (TEIXEIRA, 2012).

O recorte territorial da Zona da Mata Mineira tem sido tomado como uma unidade homogênea. Resultado de análises históricas e atuais, centrada numa parcela específica de municípios, geralmente em Juiz de Fora e seu entorno. Contudo, desde o período colonial, a formação dessa região apresentou profundas diferenças dos atores sociais, das atividades econômicas e da estrutura fundiária.

As desigualdades regionais são consequências inerentes dos projetos de desenvolvimento econômico. Em Minas Gerais, três características reforçam esta desigualdade: 1) não houve, até 1930, uma força “unificadora” que integrasse o território mineiro num conjunto unificado. O que existia eram várias regiões que não se relacionavam diretamente e mantinham relações com unidades federais ao redor; 2) as regiões mineiras tem um acentuado diálogo com os estados próximos das regiões (São Paulo com o Sul de Minas, Zona da Mata com o Rio de Janeiro e o Noroeste ligado à Brasília); e 3) a concentração da base mineral, que contribui para o agrupamento dos empreendimentos industriais se tornou base para os investimentos direcionados à produção de matérias-primas para os centros econômicos do país, de acordo com Pereira e Furtado (2011).

A colonização desta área iniciou com as doações de sesmarias às famílias de mais posses, às vezes mais de uma por família, consolidando domínios extensos de terra. O cultivo de café em larga escala, com a utilização do trabalho escravo era a principal atividade econômica, que após a crise de 1929 entrou em decadência, modificando a configuração econômica rural, que substituiu o café pela produção leiteira. Apesar dos programas regionais de desenvolvimento da economia rural

das décadas entre 1970 e 2000 e da atuação da EMATER na região, de modo geral, a agricultura e a pecuária da Zona da Mata são pouco capitalizadas e pouco modernizadas, com exceção de alguns focos de cafeicultura em grande escala e outros de produção leiteira mais intensiva (TEIXEIRA, 2012).

Por isso, no que tange à economia no campo, é possível afirmar uma estagnação do desenvolvimento que permanece há décadas. Como afirma Carneiro e Matos, “a localização da Zona da Mata numa área próxima aos principais pólos do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) não têm sido suficiente para modificar os seus acentuados contrastes internos, a perda de importância econômica no contexto estadual e a estagnação de alguns de seus indicadores sociais” (CARNEIRO; MATOS, p. 3).

Importante destacar que a Zona da Mata mineira tem por suas características uma região de médias e pequenas propriedades, tendo uma grande produção agrícola voltada para a cadeia do leite e seus derivados, sendo a principal responsável pelo abastecimento de parte do sul fluminense e região serrana do estado do Rio de Janeiro. Também tem grande relevância na produção de frutas e derivados. Ainda possui, na região próxima de Juiz de Fora, um grande cinturão verde de produção de hortaliças.

A região se destaca pela presença de famílias da elite que atuam na política em nível nacional e estadual. Importante destacar a presença na região de um castelo⁴ construído pelo político Edmar Moreira, que responde a denúncias de sonegação fiscal e faz fronteira com a área de assentamento Dênis Gonçalves.

2 MST NA ZONA DA MATA: CARACTERÍSTICAS DE UM PROCESSO HISTÓRICO DA REGIONAL ANTÔNIO VENTURA

A história do MST na Zona da Mata começou com a ocupação da antiga fazenda Santa Helena, no município de Visconde do Rio Branco, uma antiga usina de cana de açúcar que possui 759,9 hectares, a fazenda foi desapropriada em 19 de maio de 2004, de acordo com relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2002. Em 14 de junho de 2005, famílias oriundas de áreas de acampamento da região metropolitana de Minas Gerais ocuparam a área de forma pacífica, o ato de criação oficial do assentamento data de 11 de outubro de 2005. O assentamento foi batizado de Olga Benário, em homenagem a uma mulher, comunista, que, de forma internacional, lutou contra o capitalismo e atuou na construção do socialismo.

Naquele período, o MST estava organizado em brigadas⁵ e a Zona da Mata compunha a regional metropolitana. A brigada da Zona da Mata Mineira foi batizada de Manoel Marulanda, em

⁴ Para mais informações sobre as suspeitas de corrupção buscamos informações em jornais que seguem acompanhando as denúncias: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/03/29/interna_politica,364730/castelo-volta-a-assombrar-deputado-mineiro.shtml.

⁵ De acordo com cartilha sobre a organização do MST (2005), brigadas são formas de articular diferentes agrupamentos que estão territorialmente perto, assim construindo coletivos que pensam e constroem ações que fortalecem os movimentos nas regiões que estão presentes.

homenagem a um dos comandantes e fundadores das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo. Ele também foi conhecido como Tirofijo pela precisão dos disparos.

Após a constituição do assentamento Olga Benário, a regional organiza uma nova ocupação chamada de Francisco Julião, em 2008, no município de Santana de Cataguases, fazenda denominada Fumaça que possui 2800 hectares, com 160 famílias. A área chegou a ser um dos acampamentos mais produtivos do estado chegando a entregar 10 toneladas de alimentos mensais para o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, sendo entregue em 3 escolas do município, contribuindo no avanço da luta pela reforma agrária na região da Zona da Mata mineira.

Importante lembrar que a articulação com as universidades na região sempre foi um campo de destaque e que esteve presente desde o início da organização do movimento na região, devido a ser uma região que possui três universidades federais (Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal de Ouro Preto), EFA's - Escolas Família Agrícolas, Institutos Federais etc. Possui articulação tanto com o movimento estudantil, como com os discentes parceiros que sempre contribuíram nas ações desenvolvidas na região através de diversos projetos de extensão, ensino e pesquisa.

Devido ao desenvolvimento da luta pela reforma agrária na região, a ampliação das áreas de ocupação e a distância territorial com a região metropolitana, além das especificidades regionais, o movimento passou a ter não só uma brigada, mas sim uma regional, uma alteração organizativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, situação que garante a possibilidade de um aprofundamento da atuação na Zona da Mata Mineira, a regional passa a ser chamada de Antônio Ventura⁶.

Em 25 de Março de 2010, o MST faz a ocupação da antiga fazenda Fortaleza de Sant'Anna com cerca de 50 famílias vindas da própria região. Essas famílias foram organizadas por meio de trabalho de base desde setembro de 2009. Essa ocupação deu origem ao assentamento Dênis Gonçalves, maior assentamento do MST no estado de Minas Gerais, ocupando uma área de 4.683 hectares⁷. Além dos militantes do MST, estiveram presentes, em todo o processo político-organizativo do assentamento, alguns sindicatos de Juiz de Fora como: sindicato dos Têxteis, sindicato dos professores estadual e municipal, sindicato dos metalúrgicos, professores das Universidades Federais de Juiz de Fora e de Viçosa, e outros movimentos sociais como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e algumas associações municipais (MST, 2011) e o movimentos estudantil. O assentamento está localizado no município de Goianá e faz divisa com os municípios de Chácara, Coronel Pacheco e Rio Novo.

⁶ Antônio Ventura foi um militante ligado às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), posteriormente segue sua caminhada de militância no mundo sindical e segue a construção da sua história de luta pelo socialismo em Juiz de Fora, contribuindo na organização de movimentos por moradia, assim como a luta por direitos das crianças, esteve antes de falecer contribuindo no processo de mobilização das famílias que ocuparam a fazenda Fortaleza de Santana e veio a óbito no dia da ocupação da fazenda.

⁷ O patrimônio da Fazenda Fortaleza de Santana deve ser entendido como um conjunto de bens que não se restringe apenas à história de duas ou três famílias da elite latifundiária mineira que fez uso de ampla utilização de mão-de-obra escrava e, após a abolição, assalariada, na construção do referido patrimônio. A Fazenda Fortaleza de Sant'Anna durante todo o seu período de existência, de fins do séc. XVIII (1790) até se tornar um assentamento – séc. XXI (2013) sintetizou também as resistências de gerações de trabalhadores. Em sua história está presente a Sesmaria, trabalho escravo, trabalho imigrante (italiano), trabalho assalariado precarizado e, por último, a presença dos Sem Terra (BEZERRA, 2010).

O período de acampamento é longo e com muitos percalços como, por exemplo, o processo de reintegração de posse. Ainda no primeiro ano houve um despejo, no dia 26 de janeiro de 2011, dez meses após a ocupação. Feita de forma violenta pelas polícias militar e civil - que apontaram armas indistintamente para os acampados - e pelo Corpo de Bombeiros que agiu com cães. Trinta famílias acampadas viram seus barracos e hortas serem destruídos por tratores da prefeitura de Goianá.

A regional passou a ser composta por duas áreas - assentamento Olga Benário e acampamento Dênis Gonçalves. No ano de 2010, o acampamento Francisco Julião⁸ é despejado. As famílias que sofreram o despejo foram inseridas nas outras duas áreas (Assentamento Olga Benário e Acampamento Dênis Gonçalves).

Posterior à ocupação do acampamento Dênis Gonçalves, foi feita a ocupação de uma área pertencente à Companhia Têxtil Ferreira Guimarães, antiga Companhia Industrial Valença, que encerrou suas atividades industriais em 2013. A ocupação, realizada no dia 04 de junho de 2018, no município de Coronel Pacheco, foi denominada Gabriel Pimenta⁹.

Esta nova área ocupada sofre despejo em dezembro de 2018, tendo parte das famílias realocadas em uma nova área na cidade de Tocantins. Posteriormente, essa área foi denominada Marielle Franco, em homenagem à vereadora executada na cidade do Rio de Janeiro/ RJ. A outra parte das famílias do acampamento Gabriel Pimenta seguiu para uma nova ocupação na cidade de Antônio Carlos e, após passarem por três despejos, foram realocadas no assentamento Dênis Gonçalves. Todas as áreas ocupadas pelo movimento na região contribuíram para explicitar as contradições presentes na região, demonstrando que, apesar de uma grande presença de pequenas propriedades, ainda é possível identificar grandes contradições da distribuição das terras na região, havendo espaços para a luta pela terra e a conquista dela para a reforma agrária.

A regional Antônio Ventura é composta apenas por assentamentos já consolidados, situação que garante uma relativa estabilidade para as famílias organizadas pelo MST. A luta pela reforma agrária não se encerra com a conquista da terra, pois são muitos os desafios enfrentados pelas famílias para ter acesso a políticas públicas que contribuam efetivamente no desenvolvimento social, econômico e produtivo das áreas de reforma agrária. As famílias continuam se organizando na luta por direitos, pois a Reforma Agrária Popular é um programa que demanda mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, sendo um pilar de disputa de modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro. Em cartilha, o MST descreve o que seria esse programa.

Nosso programa não se destina apenas aos trabalhadores e trabalhadoras Sem-Terra ou aos povos que vivem no campo. A reforma agrária é Popular, porque abrange a todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se

⁸ Nome em homenagem à luta desenvolvida pela reforma agrária na década de 1960, contribuindo na fundação das Ligas Camponesas.

⁹ A ocupação Gabriel Pimenta recebe o nome em homenagem à luta do advogado de Juiz de Fora que se transferiu para o Pará, norte do país, onde foi assassinado em 1982 por defender 160 famílias de trabalhadores rurais.

realizar se construirmos uma grande aliança de toda a classe trabalhadora. É uma reforma agrária para todo o povo (MST, 2014).

Portanto, a grande potencialidade da luta pela reforma agrária na Zona da Mata mineira perpassa o desenvolvimento da produção, educação, saúde e cultura nas áreas de reforma agrária da região, o que aponta a necessidade de busca de parcerias tanto no campo como nas cidades. Isto significa desenvolver uma atuação não só nas áreas conquistadas, mas também nos arredores, sejam cidades, sejam comunidades rurais, com grandes centros urbanos e com uma grande capacidade de influência.

3 REFORMA AGRÁRIA E A DISPUTA PELO TERRITÓRIO CONQUISTADO

O Movimento Sem Terra vem acumulando sobre a necessidade da conquista da hegemonia nos territórios, compreendendo a hegemonia como um confronto cultural na medida em que as classes que compõem o território disputam economicamente e culturalmente esta hegemonia. Sendo necessário travar a luta política, através da “batalha das ideias”, construindo bases para um projeto societário (BEZERRA, 2012). Usamos o conceito “Hegemonia” desenvolvido por Fontes (2017), que coloca que, na política para definir quando a visão de mundo (a ideologia) de uma classe dirige o conjunto da sociedade e, portanto, submete as outras classes à sua visão e as suas ideias.

Este termo é uma contribuição do pensamento do pensador italiano Antônio Gramsci (1891-1937). Como militante, Gramsci esteve dedicado às questões da luta e da organização do seu tempo. Foi testemunha da ascensão dos fascistas e se perguntava como era possível que tivesse surgido um movimento de massas de direita cuja base social, inicialmente composta pela pequena burguesia, passa a mobilizar proletariado e camponeses (BEZERRA, 2012). Neste contexto, elaborou uma teoria bastante qualificada sobre a luta de classes. Segundo ele, em sociedades onde o capitalismo é menos desenvolvido (que ele chamou de sociedades orientais), o Estado concentra os poderes e a iniciativa política, o que aponta para uma luta pela tomada do poder do Estado. Nas sociedades que ele denominou de Ocidentais, a organização é mais complexa, havendo instituições que detêm o poder e a ideologia, com uma grande capacidade de influenciar as decisões do Estado. Diante dessa situação, o Estado passa a ser um espaço para se disputar, assim como os aparelhos privados de hegemonia.

Para pensar as disputas nos territórios as categorias apresentadas acima são adequadas, considerando que os espaços que constituem a visão de mundo tanto nas áreas de assentamento como nas áreas de acampamento e no território ao redor. Podemos destacar um conjunto de instituições como a escola, as igrejas, os meios de comunicação, espaços culturais, partidos

políticos, todos esses contribuem para atuar no processo ideológico dos sujeitos que constituem as sociabilidades.

Assim, percebe-se que a hegemonia não se dá pela força, pela coerção, pela imposição. Mas pelo consentimento, pelas ideias. Voltando ao exemplo italiano, o fascismo crescia nas massas populares porque se apresentava com uma ideologia conservadora, à qual os camponeses e operários eram educados e se identificavam desde a igreja, a escola e a cultura.

Em resumo, para Gramsci, Hegemonia é a capacidade de direção de uma classe sobre as demais, por meio da coerção (força) e do consentimento (ideias). A importância da hegemonia é que a ideologia de uma classe é assumida pelas outras classes. E é na esfera da sociedade civil que se encontram os aparelhos privados de hegemonia, responsáveis por construir consensos e naturalizarem as relações de dominação de uma classe sobre as demais.

A região no MST precisa ser concebida como o território no qual busca-se construir a disputa de hegemonia, ou seja, local que busca-se fazer a disputa de projeto, através, também, da disputa das ideias produzidas pela sociedade, assim a ação para construção de consensos em torno das ideias que perpassam uma ação fundamental para o movimento. Quando se analisa o programa de reforma agrária popular, destaca-se a necessidade desse processo de construção também através de consensos, no campo e na cidade, pois se ela é popular necessariamente tem que ter povo, e sabendo que a maior parcela da sociedade brasileira está nas cidades, essa disputa e essa perspectiva se torna central.

Desde 2018, a Zona da Mata é uma referência em agroecologia, reconhecida como Polo Agroecológico pelo Projeto de Lei (PL) 4.029/17, autoria do então deputado estadual Rogério Correia (PT). A lei reconhece a história de construção da Agroecologia na região e é importante para articular projetos e parcerias voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, impulsionando a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO (21.146/2014).

A criação do Polo estimulou a elaboração de um Plano Regional de Agroecologia e Produção Orgânica, que começou em 2019, em encontros presenciais, ação que tem a capacidade de articular diversas organizações, movimentos, escolas e entidades em torno de um projeto de ação para a região.

Quem protagoniza o processo de construção do Plano é o Comitê do Polo Agroecológico, uma articulação formada pelos movimentos sociais (dentre os quais o MST), organizações de apoio, sindicatos, cooperativas, grupos produtivos, de jovens, de mulheres, de estudantes, de militantes, instituições de ensino, de pesquisa e de extensão que atuam na região e no estado e de mandatos ligados à Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

O Plano traz uma proposta coordenada de programas, ações e políticas de curto, médio e longo prazo para a região. O Comitê entende que a gestão pública democrática deve promover a participação popular e mecanismos de controle social, fortalecendo os conselhos e garantindo

a participação das comunidades e de representantes das diferentes áreas, com destaque para o orçamento participativo.

Importante destacar essa iniciativa, uma vez que a agroecologia tem um papel central no processo de construção do programa de reforma agrária popular do MST, através das diversas ações que o conjunto das áreas conquistadas pelo movimento desenvolve, possibilita realizar uma ação regionalizada que busque integrar a produção e fortalecer um movimento ainda maior que está em curso na região. A compreensão de agroecologia se coloca como algo em disputa. O movimento parte da compreensão que a agroecologia constitui

[...] um conjunto de conhecimentos sistematizados, técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas que, com o tempo foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura (GUHUR; TONÁ, 2015, p. 31).

Dentro dessa proposta, o recente reconhecimento da Escola Estadual Carlos Henrique Ribeiro dos Santos no Assentamento Dênis Gonçalves configura um avanço nessa perspectiva, pois a luta pela educação do campo fortalece a construção da reforma agrária popular.

[...] a educação dos camponeses sem confrontar a lógica da agricultura capitalista que prevê sua eliminação social e mesmo física? Como pensar em políticas de educação no campo ao mesmo tempo em que se projeta um campo com cada vez menos gente? E ainda, como admitir como sujeitos propositores de políticas públicas movimentos sociais criminalizados pelo mesmo Estado que deve instituir essas políticas? Ainda que a Educação do Campo se mantenha no estrito espaço da luta por políticas públicas, suas relações constitutivas a vinculam estruturalmente ao movimento das contradições do âmbito da Questão agrária, de projetos de agricultura ou de produção no campo, de matriz tecnológica, de organização do trabalho no campo e na cidade... E as disputas se acirram ou se expõem ainda mais quando se adentra o debate de conteúdo da política, chegando ao terreno dos objetivos e da concepção de educação, de campo, de sociedade, de humanidade (CALDART *et al*, 2012, p. 253).

A conquista da terra tem centralidade no processo de luta por um projeto de sociedade que enfrenta o processo de acumulação de capital. Alfredo Wagner, em seu ensaio "Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito" (2010), tratou da questão dos sistemas de uso comum da terra na estrutura agrária brasileira. Para o autor, o controle destas terras se dava através de normas específicas constituídas por um código legal de normas e de outro código baseado nas normas morais, nas relações sociais estabelecidas entre as unidades familiares dos grupos sociais que utilizavam estas terras. A manutenção destas normas se dava pela delimitação do território pelos sujeitos inseridos e que era constantemente reafirmado pelos laços solidários e de ajuda mútua. A coesão social se mantém pela forma de acesso à terra, este acesso só é permitido pelos estreitos laços de consanguinidade. Logo, a territorialidade se articula a um determinado grupo social.

Utiliza-se a perspectiva de Almeida (2010) aqui para pensar a conquista dos assentamentos que compõem a regional Antônio Ventura como um território criado, a partir da ocupação por famílias de agricultores de um latifúndio, com a finalidade de uso comum da terra por camponeses. Na ocupação e uso da terra, as relações sociais entre as famílias são constituídas pelas normas morais.

Através da luta dos assentados e da comunidade foi possível uma escola do campo no assentamento. Isso só passou a ser possível quando as mães Sem Terra e colonas se organizaram para criar as condições necessárias para seus filhos estudarem dentro de uma estrutura sem uso que fazia parte da fazenda. Com o passar de dois anos, por meio do decreto de dezembro de 2017, do governo do Estado foi criada a Escola no Assentamento Dênis Gonçalves, com corpo de professores e auxiliares composto por moradores do assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Sem Terra se organiza na região da Zona da Mata mineira há mais de 10 anos, através de uma ação articulada com diversos outros sujeitos políticos, como as universidades, movimento estudantil, sindicatos, associações e partidos. Através dessa capacidade de articulação, vêm se fortalecendo, bem como seu projeto para o campo mineiro. O movimento desenvolve os diferentes aspectos da reforma agrária popular como a saúde, educação, cultura, comunicação - além da produção agroecológica - que são componentes da disputa territorial.

Quando o MST fala da saúde, há o debate e a luta pela implementação de um projeto de saúde popular que perpassa o acesso pleno e de qualidade para todos, mas também a valorização dos conhecimentos tradicionais, a alimentação livre de agrotóxicos, a saúde integral e a emancipação da extrema dependência da indústria química. Na dimensão da educação, da mesma forma, busca-se a educação emancipadora, de qualidade e de acordo com a realidade do campo. A cultura e a comunicação que fortaleçam a formação humana crítica e transformadora, através da democratização do conhecimento e do reconhecimento das culturas e das possibilidades de se fazer a cultura e a comunicação. Cada uma das dimensões que o movimento tem construído ao longo da história, possui um acúmulo de experiências e discussões que apontam politicamente os caminhos para construção de um projeto que enfrente o modelo do capital dominante no campo.

O MST da Zona da Mata vem desenvolvendo experiências diversas. Mais recentemente, a construção do viveiro de plantas nativas, com capacidade de produção de 500 mil mudas por ano, compõe o objetivo do movimento de ser um pólo produtor de mudas para reflorestamento, com uma grande capacidade de articular agricultores e organizações na defesa do meio ambiente. Nessa perspectiva, também são desenvolvidas ações no âmbito da saúde, produzindo mudas de plantas medicinais, produção de fitoterápicos, realização de cursos e capacitações junto aos assentados e a construção de uma casa no assentamento Denis Gonçalves, para os atendimentos.

Na relação campo-cidade, as ações que mais fortalecem esse processo de construção da resistência popular e o direito ao acesso à alimentação saudável são a realização de feiras regionais, que foram temporariamente suspensas devido ao isolamento social, e a entrega de cestas agroecológicas ou cestas de consumo, que tiveram aumento considerável no último período. Cada uma dessas dimensões tem o objetivo de democratizar o acesso aos alimentos saudáveis, fazer chegar os benefícios da implementação da Reforma Agrária à população e acumular forças na disputa das ideias e nos rumos dos territórios ocupados pelo MST, isto para garantir os avanços da luta popular e barrar os retrocessos da conjuntura política adversa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum. *In*: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos/ coord. de Nelson Giordano Delgado*. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_19/Livro%20Brasil%20Rural%20em%20Debate.pdf. Acesso em: 29 nov. 2020.
- BEZERRA, C. S. Cultura e hegemonia: a construção do debate cultural em Gramsci e os desafios contemporâneos. *Cadernos de Estudos – Gramsci e a formação política*. Guararema: ENFF, 2012.
- BEZERRA, C. S. *et al.* *Contra laudo agrônômico da Fazenda Fortaleza de Sant’Anna*. Juiz de Fora, 2010.
- CALDART, R. S. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CARNEIRO, Patrício A. S. e MATOS, Ralfo E. S. *A heterogeneidade interna da Mata: do pioneirismo estadual à estagnação intra-regional*. Disponível em: <http://core.ac.uk/download/pdf/6519663.pdf>. Acesso em 12 out. 2014.
- CARRARA, A. A. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)*. Disponível em: <http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Estruturas-agr%C3%A1rias-e-capitalismo.pdf>. Acesso em 12 out. 2014.
- FONTES, V. *Hegemonismos e política: que democracia?* *In*: MATTOS, Marcelo Badaró. (Org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, v., p. 207-236.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia *In: Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012, p. 31.

IBGE, *INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA*. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 14 mar. 2012.

MST. *Programa Agrário do MST*. São Paulo: MST, 2014. Disponível em: <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em: 29/11/2020.

MST. *Ofício MST ZM*. Assunto: Solicitação de tombamento de bem cultural. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Goianá/MG, 2018.

MST. *Relatório anual da Zona da Mata*. MST, 2011.

NETTO, M. M.; DINIZ, A. M. A. *A estagnação sócio-econômica da Zona da Mata de Minas Gerais*. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/29.pdf>. Acesso em 12 out. 2014.

PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (Org.). *Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces*. Brasília: Ipea, 2011.

TEIXEIRA, M. T. *Assentamento Olga Benário: Um Estudo de caso da espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira*, UFV - Minas Gerais, 2012.

VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX. N. 1, Janeiro-Março de 1958.

QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NEGRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO DÊNIS GONÇALVES

BRUNO BRUZIGUESSI¹

DÉBORA LOPES SANTOS²

LARA RODRIGUES CAPUTO³

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz apontamentos acerca da relação entre a questão agrária e a questão étnico-racial negra no Brasil, tendo como recorte socioterritorial o Assentamento Dênis Gonçalves organizado pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Os dados foram extraídos da pesquisa *“Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais: uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil”*, realizada em áreas de reforma agrário junto ao MST de Minas Gerais.

O ponto de partida desta análise foi a retomada de importantes bibliografias sobre a formação social brasileira para que possamos compreender, por um lado, como se deu a formação da estrutura fundiária no Brasil desde a colonização portuguesa até a consolidação do agronegócio e, por outro lado, como a população negra foi inserida nesta sociedade, desde a escravização dos africanos até seu processo oficial de libertação e inserção periférica na sociedade propriamente capitalista.

¹ Graduado em Serviço Social; mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da faculdade de Serviço Social da Universidade federal de Juiz de Fora. Contato: brunobruziguessi@yahoo.com.br.

² Graduada e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: deboracristinalopessantos@gmail.com.

³ Graduada e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: lararrcaputo@gmail.com.

Em um segundo momento apresentamos os dados da pesquisa em questão, levando em conta, além da autodeclaração étnica, indicadores como grau de escolaridade, renda, condições de trabalho, acesso a políticas sociais e cidade de origem. Nosso destaque foi na população autodeclarada negra, que conforma a grande maioria dos entrevistados, a partir daí tentamos estabelecer reflexões sobre as condições de vida e trabalho dessa população na sociedade brasileira contemporânea, cruzando os dados com informações e pesquisas feitas em âmbito nacional. Ao mesmo tempo, tentamos estabelecer a relação entre a questão agrária e questão étnico-racial a partir do perfil socioeconômico da população do Assentamento Denis Gonçalves com a perspectiva de fomentar as discussões e reflexões sobre essa temática.

APROXIMAÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A formação social brasileira foi amplamente tratada por autores como Fernandes (1965; 2004), Moura (1992) e Prado Jr (2011). Os mesmos caracterizaram a particularidade do capitalismo brasileiro como dependente e subordinado aos países de capitalismo central e se debruçaram sobre suas implicações para a sociedade brasileira. Prado Jr (2011) aponta que a dinâmica aplicada nas colônias latino-americanas teve como finalidade o desenvolvimento do mercado internacional, ou seja, atender aos interesses externos dos países de capitalismo central em detrimento de um desenvolvimento econômico interno. Este período, conhecido como era dos “descobrimentos”, fez parte da história do comércio europeu, de seu processo de expansão do capitalismo mercantil, constituindo o sistema colonial que se estruturou nos países europeus com acesso ao oceano, como Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra, caracterizando um momento fundamental da acumulação primitiva.

No território que formaria o Brasil, os portugueses investiram na produção agrícola em grandes extensões territoriais, com excelentes condições de cultivo de um conjunto de produtos altamente demandados na Europa. Assim, a colonização dos trópicos, sobretudo a que deu origem ao Brasil, terá um traço absolutamente diferente das feitorias comerciais, com o mesmo objetivo comercial, mas com a ideia de ocupação do território e seu respectivo povoamento somente como uma contingência, particularizando ainda mais o sistema colonial brasileiro, por inaugurar “um novo tipo de agricultura comercial extensiva e em larga escala” (PRADO JR, 2011, p. 146).

Assim, destacamos que a economia de base agrária estabelecida no período colonial foi um dos traços mais marcantes de nossa formação social, sendo composta pela grande propriedade – que deu origem ao latifúndio –, a monocultura e a força de trabalho escrava negra. Esta base econômica deu origem ao que Prado Jr. (2011, p. 127) definiu como a “grande exploração rural”, em referência não simplesmente à grande propriedade (parcelada ou dividida em pequenas e médias

unidades de exploração, espalhadas pela grande extensão territorial), mas sim à grande propriedade com a grande exploração, ou seja, “a reunião *numa mesma unidade produtora* de grande número de indivíduos”. Estes aspectos que compõem a produção colonial funcionavam associados ao “objetivo exterior”, destinando toda a produção ao mercado europeu.

A necessidade de empregar um grande contingente de indivíduos para produzir nas grandes extensões de terra para abastecer o mercado europeu, especialmente com a crescente demanda por produtos de difícil acesso na Europa, como o açúcar, se configurava como um problema para a Metrópole portuguesa. A partir dessa demanda, Portugal foi pioneiro no processo de escravidão dos negros trazidos do continente africano, que se tornou um ramo de negócio e “um dos fatores da ‘acumulação originária’ na cena histórica brasileira” (FERNANDES, 2004, p. 364). Afinal, também os ingleses buscaram nela e no tráfico dos negros africanos importante fonte de acumulação nesse período de expansão mercantil, entre os séculos XVI e XVIII, quando forneciam essa força de trabalho para as colônias na América.

A escravização negra africana – inserida na lógica do sistema colonial como desdobramento da expansão mercantil para acumulação de capital comercial – fez parte, portanto, da lógica que estabeleceu as bases da formação social brasileira. Desta forma, seguindo os argumentos de Fernandes (2004), essa escravidão, mesmo demonstrando semelhanças com a “escravidão antiga”, constituiu uma “escravidão mercantil”, devido à essência do próprio processo de expansão do mercado mundial, que levou à colonização americana.

Viotti da Costa (1989) apresenta como os povos negros foram trazidos forçadamente do continente africano para a colônia brasileira, vendidos como verdadeiras mercadorias, ou seja, um processo marcado pela violência, desde o início da colonização.

Botelho (2013, p. 204) explica que os europeus inferiorizavam os demais povos para estabelecer sua dominação a partir da “construção de um aparato perceptivo, uma forma de pensar, uma subjetividade transcendental baseada na diferenciação e seleção, cuja base era a identidade europeia em formação – o ambiente cognitivo próprio ao racismo”. Nesse sentido, a Europa se colocou enquanto “centro do mundo” - configurando o que conhecemos hoje por Eurocentrismo -, uma dominação não apenas econômica, mas também subjetiva, cultural, étnica, sobretudo em relação à população negra.

Nesse contexto, a ideia de “raça” passou a ser utilizada justamente como mecanismo de justificativa para tais formas de dominação. O conceito de “raça” ganhou um sentido “moderno” a partir das classificações dos seres humanos, classificações estas que possibilitavam a perpetuação da ideia de “povos superiores” – os europeus – e “povos inferiores” – os demais povos, especialmente os povos negros escravizados. Desta forma, a partir do século XVIII, o Iluminismo criou as bases necessárias para a construção de um “Homem ideal”, universal, ou seja, a figura do homem branco europeu. O uso do termo “raça”, no sentido moderno, passou então a ser utilizado na classificação da diversidade humana e demarcou uma temporalidade e

uma historicidade, ligadas diretamente à expansão do modo de produção capitalista na sua fase de acumulação primitiva.

É nesse contexto, portanto, que se iniciou uma ideia de oposição, onde os povos, os grupos e as culturas nativas foram marcados por uma hierarquização. Assim, a América Latina, numa posição periférica, passou a ser considerada não apenas como uma extensão territorial e econômica em relação aos países centrais, sobretudo os europeus, mas caracterizada também pela “descontinuidade no processo de modernização e por uma cisão em relação à ‘subjetividade transcendental’, um desnível que contém a diferenciação racial, econômica e política como marca da socialização cotidiana” (BOTELHO, 2013, p. 197).

Foi a partir da organização da produção agrícola colonial, conhecida como *plantation*, que foi determinada a forma de utilização da terra através da grande propriedade e da grande exploração. Assim, esse modelo foi utilizado não só para a produção canavieira, mas também para outros produtos de exportação, como o algodão e mais tarde o café.

No que se refere à organização do trabalho, a *plantation* foi uma forma de organização adequada ao trabalho escravo, devido a suas características de direção unificada, de disciplina rigorosa e de integração de todas as tarefas, o que tornava a autonomia do sujeito trabalhador, no caso o negro escravizado, nula. Dessa forma, Gorender (2012, p. 151) afirma que “plantagem e trabalho escravo podiam combinar-se e alastrar-se como uma só coisa na América colonial”.

Viotti da Costa (1989, p. 20-21) faz um importante resumo dos dispositivos e interesses que levaram ao processo de desintegração do sistema colonial:

o sistema colonial montado segundo a lógica do capitalismo comercial e em razão dos interesses do Estado absolutista entrou em crise quando a expansão dos mercados, o desenvolvimento crescente do capital industrial e a crise do Estado absolutista tornaram inoperantes os mecanismos restritivos de comércio e de produção. Os monopólios e privilégios que haviam caracterizado o sistema colonial tradicional apareceriam então como obstáculos aos *grupos interessados na produção em grande escala e na generalização e intensificação das relações comerciais*. O extraordinário aumento da produção proporcionado pela mecanização era pouco compatível com a persistência de mercados fechados e de áreas enclausuradas pelos monopólios e privilégios. O sistema colonial tradicional passou a ser criticado. A teoria econômica foi reformulada e *os postulados mercantilistas substituídos pelas teses do livre-cambismo, mais adequadas ao novo estágio de desenvolvimento econômico e aos interesses dos novos grupos associados ao processo de industrialização* [grifos nossos].

A oficialidade da emancipação nacional, embora tenha posto fim aos nexos coloniais com Portugal, não rompeu com um conjunto de acordos comerciais submetidos à Inglaterra. Assim, a Independência política de 1822 não foi suficiente para estabelecer a autonomia do recente governo nacional, o qual – mesmo se constituindo como Império – não pôs fim à subordinação do país a uma potência econômica externa, operando apenas um remanejamento nas formas de “dominação externa”.

Vale destacar que por mais que as pressões pela abolição da escravatura vinham de fora, sobretudo da Inglaterra, não podemos deixar de dar ênfase aos processos de lutas travados pelos negros escravizados. Tais sujeitos nunca aceitaram de forma passiva as desigualdades e brutalidades que sofriam, onde sempre houve fugas, organizações, como o caso da formação dos quilombos.

o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre (MOURA, 1992, p. 22).

Entendemos que o processo de Abolição da escravatura, assim como a Independência, representam um tipo de transição particular, “pelo alto”, denominada por Gramsci (*apud* COUTINHO, 2007) de “revolução passiva”. Tais acontecimentos se dão sempre que a classe dominante, através do Estado, se vê ameaçada, assim ela assimila algumas demandas dos movimentos populares visando sua desmobilização e retirando delas o protagonismo da luta, ao mesmo tempo em que incorporam mudanças na dinâmica societária, porém, sem comprometer a reprodução das estruturas de acumulação econômica e de poder político.

Vemos, então, que a grande propriedade fundiária se transformou em uma empresa capitalista sem romper com as bases coloniais em que foi formada e, ao mesmo tempo, excluindo as camadas populares deste processo e de qualquer outro que implique em sua participação política.

Desta forma, a tendência de desenvolvimento e expansão do capitalismo em âmbito global nada mais foi que a demanda por aumento dos lucros e da acumulação de capitais, que exprimiam a necessidade de transformar a estrutura produtiva e complexificar a divisão social do trabalho para o devido – e extremamente acelerado – desenvolvimento das forças produtivas. Para tal, o passo fundamental foi a instauração de um mercado de trabalho assalariado.

Frente ao caldo abolicionista do século XIX, a coroa portuguesa começou o processo de formalizar o acesso à terra através de legislações que impedissem seu acesso por parte da população negra. Assim, temos nesse contexto o marco legal para a definição de como a terra foi dividida no Brasil, conhecida como a primeira “Lei de Terras”, promulgada em 1850, que “determinava que somente pudesse ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantia em dinheiro à Coroa” (STEDILE, 2011, p.16). Essa lei instituiu de forma legal o processo de propriedade privada da terra, estabelecendo, assim, os grandes latifúndios.

A Abolição da escravatura ocorreu tardiamente no Brasil, apenas em 1888, e conformou-se como um processo de “revolução passiva”, associada à Proclamação da República, em 1889. Mesmo com o fim do regime escravocrata, a população ex-escrava transitou de tal contexto sem nenhum tipo de intervenção por parte do Estado que pudesse suprir as mazelas deixadas pela herança da escravatura.

Fernandes (1965) pontua que com a universalização do trabalho livre, este passou necessariamente a ser associado aos colonos, aos imigrantes, de modo que a inserção do negro nesse processo passou a ser algo muito além de uma situação particular, privada, mas passou a ser um dilema econômico nacional. Era muito além da substituição da força de trabalho escrava pela livre, mas sim a substituição da força de trabalho negra pela branca.

O negro continuou a ocupar os lugares mais periféricos e marginais do sistema, pois não houve mudanças significativas na estrutura social do país mesmo com a Abolição da escravidão. Com esse cenário colocado para a população negra, não restavam alternativas a não ser ocupar os espaços mais pauperizados tanto na esfera produtiva, como nos espaços físicos. Expulsos do campo com o processo de mercantilização da terra, herança da “Lei de Terras”, que empurrou a população negra para os centros urbanos, ou melhor, para as periferias das cidades, sem estrutura e sem planejamento.

A forma com que a propriedade privada da terra foi instaurada no Brasil, juntamente com o advento do trabalho assalariado e seu conseqüente processo de branqueamento, foram aspectos fundamentais para compreender como a sociedade capitalista se formava no país. Tais elementos, questão agrária e questão étnico-racial negra, além de heranças da colonização portuguesa nos trópicos, foram questões não resolvidas pela revolução burguesa que se desenvolveu na América Latina. Tanto as desigualdades étnicas quanto as desigualdades territoriais foram redimensionadas para uma melhor acomodação do modo de produção capitalista no Brasil e sua inserção na divisão internacional do trabalho, articulando-se com as desigualdades de classe, que tomaram uma fisionomia própria na sociedade brasileira.

Dessa forma, a concentração de terras e o racismo estrutural que se formaram a partir da herança colonial são, na contemporaneidade, mais que herança, são elementos constitutivos da particularidade da formação social brasileira, redimensionados e impulsionados pela condição de dependência em relação aos países capitalistas centrais.

ANÁLISE DOS DADOS DO ASSENTAMENTO DÊNIS GONÇALVES

A análise dos dados apresentados tem como objetivo compreender a relação histórica existente entre a questão agrária e os sujeitos que constroem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para compreender a vinculação da população negra com a luta pela terra no Brasil. A coleta de dados da pesquisa “Capacitação para assentados da reforma agrária e assessores do estado de Minas Gerais” foi realizada no ano de 2017 e para fins da análise proposta por este artigo, buscamos realizar um comparativo entre as populações autodeclaradas brancas e negras⁴ para então traçar o perfil da população assentada em relação ao acesso à terra.

⁴ O termo negro faz referência, de acordo com critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à soma das pessoas que se autodeclararam pretas e pardas.

O levantamento quantitativo relativo à etnia feito pela pesquisa compreende um universo de 97 entrevistados de 27 núcleos familiares do Assentamento Dênis Gonçalves. Para fins deste estudo, optamos por um recorte etário da parcela com maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho – mesmo reconhecendo que muitos menores de 18 anos já trabalham, sobretudo, na produção agrícola familiar –, assim o recorte para análise foi de pessoas a partir de 19 anos, seguindo o recorte dado pelo instrumento de pesquisa⁵.

A partir deste recorte, temos um quantitativo de 66 indivíduos entrevistados, sendo 84,4% que se autodeclararam pretos e pardos (57 pessoas), enquanto 13,6% se autodeclararam brancos (9 pessoas), ou seja, a população do Assentamento Dênis Gonçalves é, na sua maioria, negra. Percebemos que os dados vão ao encontro de análises feitas por outros estudos, como, por exemplo, do IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, demonstrando que houve uma significativa alteração do número total da população que se autodeclara preta ou parda, superando, quantitativamente, o número de brancos no país.

No que se refere à cor ou raça, informação declarada pelos moradores, em 2015, a população residente era composta por 45,2% de pessoas de cor branca, 45,1% de pardos e 8,9% de pretos. Não há alteração significativa dessa distribuição quando comparada à do ano anterior, mas a série, desde 2004, mostra redução da população branca e aumento das demais. A partir de 2006, a participação da população branca passou a ser inferior à das populações parda e preta em conjunto. Em 2015, a participação da população parda praticamente se igualou à da branca (PNAD, 2016, s/p).

Vale destacar que o percentual de pretos e pardos variam de acordo com cada região. Vemos índices mais acentuados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, “enquanto 76,7% da população da Região Sul declarou-se de cor branca, essa proporção foi de 21,2% na Região Norte, e na Região Nordeste, 26,4%” (PNAD, 2016, s/p). As regiões referidas possuem maiores índices de pobreza, o que nos leva a crer que há uma relação direta entre desigualdade étnico-racial e desigualdade social, uma vez que “quase metade (47,0%) dos brasileiros abaixo da linha de pobreza em 2018 estava na Região Nordeste” (IBGE, 2019 p. 58).

Assim, a partir dos estudos da formação social brasileira, percebemos que a questão agrária é um dos pontos fundamentais para entender o acirramento da desigualdade social e, de maneira articulada, da desigualdade étnico-racial; uma vez que a concentração fundiária é alicerce do processo de concentração de renda e de poder no Brasil, que solapam a população negra superexplorada.

Encontrar um percentual tão elevado de negros em um assentamento do MST pode ser expressão de dois fenômenos: primeiro, pode representar um perfil dos trabalhadores rurais – em seus mais diferentes vínculos e relações de trabalho que existem no campo brasileiro –, que viram

⁵ As opções do instrumento de pesquisa para faixa etária colocavam as pessoas de 18 anos na faixa de 13-18 anos, assim optamos por analisar as pessoas a partir de 19 anos de idade, como segue a opção referente a este item no questionário aplicado às famílias: “Faixa Etária: (1) 0-4 anos; (2) 5-12anos; (3) 13-18 anos; (4) 19-29 anos; (5) 30-45 anos (6) 46-54 anos; (7) 55-65 anos; (8) 66-75 anos; (9) 76 anos ou mais”.

no movimento a possibilidade de acesso à terra, uma vez que, de acordo com dados do Laeser (2008, p. 139), “do total de estabelecimentos agrícolas cuja produção era organizada por pessoas brancas, a condição de proprietário representava 75,5% [...]”, já a porcentagem de proprietários entre pretos e pardos era de 59,9%. O segundo fenômeno pode estar ligado ao fato, historicamente conhecido, dos trabalhadores negros terem maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e melhores condições de vida nas cidades, onde ocupam as regiões periféricas e com carência de acesso aos serviços e à infraestrutura urbana. Nesta direção, em matéria publicada na página online do MST, Raumi de Souza (2017, s/p) pontua que a luta do MST pela Reforma Agrária é vinculada, necessariamente, à luta étnico-racial, pois no

estado da Bahia, por exemplo, a estética das pessoas que formam os assentamentos e acampamentos é negra. A gente faz a luta racial na prática quando fazemos um acampamento, um assentamento, na cidade onde aquelas pessoas surgem como sujeitos. Então você resgata a autoestima da pessoa como pessoa, enquanto trabalhador rural negro e negra porque eles se impõem.

Em relação aos dados de escolaridade, das 66 pessoas entrevistadas (a partir de 19 anos), percebemos, de maneira geral, que o nível de escolaridade da população branca é qualitativamente maior que da população negra. Chega-se a essa conclusão uma vez que os dados mostram um número maior de indivíduos brancos que possuem Ensino Superior Completo, totalizam 11,1%; por outro lado, indivíduos negros apresentam 3,5% com Ensino Superior Incompleto e 1,7% com Pós-Graduação. Também identificamos uma diferença educacional entre brancos e negros quando levamos em conta aqueles que têm Ensino Médio Completo, sendo 33,3% entre os brancos e 22,8% entre os negros. O índice de Ensino Fundamental Incompleto (compreendido entre 1ª e 9ª série), nível mais básico da educação formal, foi o mais recorrente entre brancos e negros, sendo relativamente maior na população negra (57,9%). Por se tratar de trabalhadores rurais e da precária condição de acesso à políticas sociais, podemos indicar que o nível educacional de Ensino Fundamental Incompleto é maioria na população rural no Assentamento analisado. Nos índices de Ensino Médio Completo (33,3% entre os brancos e 22,8% entre os negros) e Ensino Técnico Completo (11,1% entre os brancos e 0% entre os negros) expressam um nível mais baixo de escolaridade entre os negros em relação à população branca do assentamento e pode indicar maiores dificuldades na conclusão dos níveis educacionais, como fica realçado no alto índice de pessoas com Ensino Fundamental Incompleto.

Nessa direção, Hasenbalg (2005) aponta que dentro do modo de produção capitalista há uma defesa do mérito individual, onde supostamente há igualdade de oportunidades entre os indivíduos e que a posição ocupada na estrutura de classes decorre da forma como absorvemos essas oportunidades. Essa perspectiva meritocrática, que desconsidera o entendimento de que a posição que ocupamos dentro da estrutura de classes advém da separação entre aqueles que detêm, somente, sua força de trabalho para ser vendida e aqueles que detêm a propriedade privada dos

meios de produção, dentre eles, a terra. O autor aponta que instituições como a família, a religião e o sistema escolar contribuem em tal processo.

Menezes (2010) corrobora com Hasenbalg (2005) ao colocar que há no Brasil uma espécie de determinação prévia do lugar que o negro deve ocupar, seja na esfera produtiva, geralmente nos trabalhos informais, seja na própria dinâmica das relações sociais, nas várias instituições, em especial nas educacionais, e com isso a permanência dos negros no sistema educacional continua sendo baixa.

Apesar dos índices elevados de desigualdades entre brancos e negros, houveram alguns avanços no ensino educacional principalmente referente ao ensino superior, com a introdução da chamada Lei de Cotas Raciais, promulgada no governo de Dilma Rousseff, em 2012. Esta tem como foco promover o acesso da população negra e das camadas populares nas universidades públicas.

Os dados do MEC levantados em 2013 marcaram como as políticas de ações afirmativas contribuíram para o aumento de estudantes negros(as) nas universidades. Saímos de um percentual de 2,2% para 11% de pardos que cursam ou concluíram um curso superior, e de 1,8% para 8,8% de pretos(as) (ANDES-SN *apud* SOUZA *et al*, 2019, p. 60).

Os dados da pesquisa que se referem às informações de emprego demonstraram que, tanto a população negra quanto a branca, em sua maioria, residem e trabalham no Assentamento (77,7% da população branca e 71,9% da população negra)⁶. As pessoas que responderam morar no Assentamento, mas que permaneciam trabalhando “fora” dele, representavam 22,2% de indivíduos brancos e 14,0% de indivíduos negros. Junto a este dado também levamos em conta o tipo de vínculo empregatício dos entrevistados: 22,2% dos brancos referiram trabalhar de carteira assinada no setor privado; 11,1% referiu trabalhar sem remuneração dentro do assentamento; 11,1% declarou trabalhar por conta própria e 55,6% não responderam a esta pergunta.

Da população autodeclarada negra, 7% afirmou trabalhar no setor privado com carteira assinada; 3,5% no setor privado sem carteira assinada; 1,8% afirmou ter vínculo estatutário; 3,5% trabalha como doméstica/diarista; 14% trabalha dentro do assentamento sem remuneração; 1,8% fizeram referência a outro vínculo não remunerado; 19,3% trabalham por conta própria; 1,8% trabalham em regime de contrato temporário; 1,8% é cooperado e 43,9% não responderam a esta pergunta.

A partir de tais informações, percebemos que o contingente que se autodeclara branco tem um número maior de pessoas com vínculo formal de trabalho; por outro lado, o contingente que se autodeclara negro tem um número maior de pessoas que trabalham no Assentamento e que realizam trabalhos informais, sem vínculo formal, sobretudo, as mulheres negras, que

⁶ Destacamos que no período de realização da coleta dos dados, a população passava por um processo de transição, estavam dividindo os lotes e aguardando o acesso às políticas de investimento para o plantio na terra. Assim, as plantações em seus respectivos lotes estavam no início e o alto índice de pessoas que responderam “trabalhar e morar no assentamento” foi reflexo deste processo inicial de plantio.

trabalham como domésticas/diaristas, que não é exercido por nenhuma pessoa branca dentro do recorte feito.

Em relação à renda, a pesquisa aponta que 22,2% da população que se autodeclarou branca não tem renda, 33,3% desta população declarou renda de até um salário mínimo⁷, 33,3% não souberam informar ou não responderam e 11,1% recebiam de um a dois salários mínimos. Já a renda da população que se autodeclarou negra, obtivemos os seguintes percentuais: 22,8% afirmaram não ter renda, 45,6% tinham até um salário mínimo, 22,8% não souberam informar ou não responderam a esta pergunta e 8,7% declarou receber de um a dois salários mínimos. Ao analisar tais dados observamos que a população rural, em geral, apresentou em sua maioria renda de até um salário mínimo. Acreditamos que essa média se deve aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, em que 14 dos 27 núcleos familiares do Assentamento afirmaram receber tal benefício. Como observado, a renda fixa desta população advém majoritariamente dos benefícios da política de assistência social.

Visto isto, embora os dados apresentem uma igualdade de renda das populações negra e branca dos moradores do assentamento, devemos considerar as particularidades de uma população assentada, público de políticas de transferência de renda – Bolsa Família – e que tal cenário não pode ser generalizado para o conjunto da população brasileira, porque, historicamente, os piores lugares na esfera produtiva foram destinados à população negra e são ocupados por ela. De acordo com Hasenbalg (2005) e Menezes (2010), o fato de a população negra ter sido escravizada por quase quatro séculos no Brasil e, posteriormente, brutalmente substituída pelos imigrantes e abandonada pelo Estado, fez dessa população uma camada considerável do exército industrial de reserva, caracterizando-se como uma população sobrando e/ou desocupada por não conseguir se inserir no mercado de trabalho, ou se inserir de maneira periférica. Sobre questões de emprego e renda da população negra no Brasil, estes

enfrentam mais dificuldade de encontrar um emprego se comparados a trabalhadores brancos, mesmo quando possuem a mesma qualificação. Quando trabalham, recebem até 31% menos. Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As desigualdades raciais no país se refletem em menos oportunidades e também menos renda disponível. A renda média domiciliar per capita dos pretos ou pardos foi de R\$ 934 em 2018, metade do que era recebido pelos brancos, de R\$ 1.846 (AMORIM; NEDER, 2019, s/p).

Junto a esta dinâmica estrutural da sociedade de classes no Brasil, que articula a exploração de classe com a exploração a partir de critérios étnicos, Antunes (2000) apresenta que na contemporaneidade a classe trabalhadora é inserida em novas relações de trabalho, em que muitas delas se dão na forma da terceirização e da informalidade. Com a consolidação do neoliberalismo, a partir da década de 1990 no Brasil, a precarização do trabalho se aprofundou, o desemprego estrutural

⁷ Em 2016, ano da coleta dos dados no Assentamento Dênis Gonçalves, o salário mínimo era de R\$880,00.

aumentou e com ele a competição entre os trabalhadores por postos de trabalho. Esse contexto tornou as relações de trabalho precárias, com leis trabalhistas frágeis, com constante retirada de direitos historicamente conquistados e permanente processo de desestruturação e desmobilização das formas de organização dos trabalhadores, sobretudo sindicatos e movimentos sociais.

Ainda analisando elementos de inserção no mercado de trabalho e renda entre brancos e negros do Assentamento, utilizamos o indicador “idade que começou a trabalhar”, que trás os seguintes percentuais: 11,1% da população que se autodeclara branca começou a trabalhar com menos de 6 anos de idade; 33,3% iniciou a vida laboral com menos de 14 anos de idade - ou seja, entre 6 e 13 anos -; 44,4% iniciaram com mais de 14 anos de idade e 11,1% declarou não ter trabalhado. Da população autodeclarada negra 1,7% começou a trabalhar com menos de 6 anos de idade; 45,6 % ingressou no mercado de trabalho com menos de 14 anos de idade - entre 6 e 13 anos - e 38,5% ingressou no mercado de trabalho com mais de 14 anos de idade; 1,7% referiu não ter trabalhado e 10,5% não responderam a esta pergunta. Os números mostram que o maior contingente percentual de pessoas ingressantes no mercado de trabalho é da população negra de 6 a 13 anos de idade (45,6%); o maior índice entre os brancos é com mais de 14 anos (44,4%). Isso indica uma tendência à inserção de negros no mercado de trabalho com idade menor em relação aos brancos – se analisarmos somente o índice de pessoas que começaram a trabalhar com menos de 6 anos, o percentual de brancos é maior (11,1% contra 1,7% dos negros), mas essa amostragem é menor em comparação aos demais índices.

Em ambos os grupos étnicos percebemos a necessidade de uma inserção prematura no mercado de trabalho, esse elemento pode explicar a baixa escolaridade verificada junto aos assentados. Porém, os dados nos revelam que a população negra, em sua maioria, teve ingresso mais prematuro no mercado de trabalho, se comparada à população branca. A este respeito, Hasenbalg (2005, p. 120) apresenta que o elemento étnico, como atributo socialmente elaborado, está relacionado ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação – qualificação – submissão) e distribuição dos agentes. Portanto, as chamadas “minorias” étnicas não estão fora da estrutura de classes em que as relações de produção capitalista são dominantes. Desta forma, o racismo, como construção ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação étnico-racial, é o determinante primário da posição dos não-brancos nas relações de produção e na distribuição da riqueza.

Almeida (2018) e Ianni (2004) entendem que a raça é construída historicamente, por isso, “assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele, que fazem de alguém negro” (ALMEIDA, 2018, p. 60), a cor da pele, nesta lógica, apenas é um mecanismo de classificação étnico-racial e sobre ele incidem privilégios e desvantagens políticas, econômicas e também afetivas.

No que se refere aos dados sobre a cidade de origem da população do Assentamento Dênis Gonçalves, observamos separadamente a proveniência de brancos e negros. Para qualificar a análise

desse indicador, associamos com informações que apareceram com frequência em algumas questões abertas que constavam no instrumento de pesquisa – tais como “por que morar no assentamento?” e “por que militar no MST?” –, que nos dá uma base qualitativa para analisar o fenômeno da mobilidade territorial desses sujeitos, sobretudo no movimento que envolve campo-cidade. De forma recorrente, identificamos que os discursos apontavam para a busca por melhores condições de vida e moradia, por um lugar onde pudessem cultivar a terra e viver do próprio alimento.

Diante de alguns depoimentos, percebemos que as péssimas condições de vida sofridas pela população urbana provocavam um esgotamento desses sujeitos e um adoecimento físico e mental.

Em levantamento realizado a partir dos registros de óbito da população residente no estado de São Paulo para os anos de 1999, 2000 e 2001, os transtornos mentais como causas características dos óbitos foram, entre os pretos, a quarta causa de morte em importância e a terceira entre os pardos, e não foi listada entre as causas características dos óbitos em ordem de importância entre os brancos (BATISTA *apud* SILVA *et al*, 2017, p. 102).

Menegat (2009) afirma que os “sem-propriedade” – pessoas que não têm a propriedade privada da terra ou do espaço geográfico e por isso a ocupam de maneira ilegal – são considerados indesejáveis na cidade, por não terem esse acesso, acabam sendo prejudicados também no acesso aos serviços públicos, como transporte, saneamento, iluminação, saúde, educação, entre outros.

A partir das análises dos dados, percebemos que a população negra deriva de uma diversidade maior de municípios/regiões se comparada à diversidade de origem da população branca do Assentamento. O número de cidades de origem da população autodeclarada branca foi de 5 (cinco), ao passo que na população autodeclarada negra esse número subiu para 25 (vinte e cinco). É certo que o número de assentados negros é bem superior ao número de assentados brancos, entretanto, essa diversidade de cidades de origem tem algo a nos mostrar.

Observamos como a “peregrinação” é mais frequente entre a população negra, impedindo-a de ter o acesso à terra, desde a promulgação da Lei de Terras de 1850. Desde então, a história vem se repetindo e Menegat (2009) aponta que os pobres não têm lugar no território, pois no campo passaram e passam por vários processos de expropriação e no meio urbano não encontram espaço para estabelecer uma vida com dignidade. A autora mostra que, historicamente no Brasil, o lugar ocupado pelos “sem-propriedade” no território urbano foram as favelas e vilas e que a população majoritária desses espaços é a população negra, que até hoje ocupam os espaços com maior risco, irregularidade e precariedade.

No Brasil, as regiões do território urbano onde, historicamente, se concentram os sem-propriedade são denominadas de favelas ou vilas populares. Do ponto de vista da composição étnica, seus moradores são massivamente constituídos por afrodescendentes.

As áreas de risco, tais como, encostas de morros e terrenos alagadiços, são, por excelência, o lugar que ocupam na cidade (MENEGAT, 2009, p. 99).

Percebemos então que a população pobre brasileira, cuja maioria é negra, é excluída não apenas das fontes de emprego e renda, mas também das formas legais de acesso à propriedade da terra e, conseqüentemente, dos serviços e políticas públicas. Logo, há um entrelaçamento entre desigualdades sociais, territoriais e étnico-raciais que impedem com que essa população tenha um reconhecimento enquanto cidadãos frente ao Estado, sendo alijadas dos direitos básicos e, conseqüentemente, de políticas públicas voltadas para os mais precisam desse tipo de atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que 84,4% da população do Assentamento Dênis Gonçalves se autodeclarou negra, uma síntese da relação que tentamos estabelecer entre questão agrária e questão étnico-racial negra. A histórica expulsão dos trabalhadores negros do campo no século XIX e os obstáculos estruturais que essa população enfrenta até os dias de hoje, fruto da articulação entre uma superexploração da força de trabalho assalariada articulado a um racismo que se entrelaçou à sociedade de classes emergente, compõem como elementos basilares a nossa formação social.

Concordamos com Almeida (2018) quando este aponta que o racismo é sempre estrutural, ou seja, que está intrínseco na organização da política e da economia, por isso deve ser tratado como processo histórico e político, uma vez que “cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

O elevado número de trabalhadores negros em um assentamento rural do MST simboliza que, além da expulsão do campo, a população negra não encontra condições razoáveis de vida no meio urbano, fazendo-os enxergar na organização em um movimento social de luta pela terra a possibilidade de acesso à terra e à possibilidade de trabalhar e se reproduzir socialmente de forma digna.

Assim, podemos entender que concentração de terra e racismo são elementos que se articularam desde o período colonial, sendo mais do que heranças de quase 400 anos de história de nossa formação social, de nosso passado, mas, sobretudo, são aspectos estruturais que mantêm a estrutura de exploração de dominação quase inalterada, somente ajustada para as condições do capitalismo contemporâneo, que permanece usufruindo dessas particularidades para se produzir e reproduzir.

Desta forma, apontamos que, na perspectiva da luta dos trabalhadores Sem Terra, a luta pela socialização da terra, na forma do programa de Reforma Agrária Popular do MST, também deve ser associada à luta antirracista, pelo caráter estrutural das questões apresentadas.

De acordo com Souza (2017, s/p):

(...) a luta pela terra sem um olhar para a questão racial configura-se também como um vacilo, pois, o negro historicamente compõe a maior parte dos mais segregados socialmente. Consequentemente os movimentos que compõem a luta pela Reforma Agrária – que historicamente já se configura como uma luta da classe trabalhadora – necessitam instituir como pauta a temática racial (...).

Souza (2017, s/p) destaca os desafios do MST para incorporar na sua agenda de lutas a questão étnico-racial e a luta antirracista, uma vez que a luta feminista e, mais recentemente, a bandeira da diversidade sexual fazem parte das reivindicações do movimento; por outro lado, o mesmo autor levanta a necessidade dos diversos movimentos negros de articularem “as suas lutas raciais também como uma luta de classe e olhar para a questão agrária como embrionária, pois ela é elementar no tocante as desigualdades sócio-raciais no Brasil”.

Se a articulação da questão agrária com a questão étnico-racial se apresenta como desafio no campo teórico, uma vez que a bibliografia é escassa, no campo da organização e luta dos movimentos sociais, ainda segue o caminho da fragmentação, mas temos a perspectiva de contribuir para a aproximação deste debate no âmbito das organizações dos trabalhadores, uma vez que são elementos que se estruturaram e se reproduzem de forma articulada na formação social brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMORIM, Daniela; NEDER, Vinicius. Negros têm mais dificuldade de obter emprego e recebem até 31% menos que brancos. *UOL*. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/11/06/negros-tem-mais-dificuldade-de-obter-emprego-e-recebem-ate-31-menos-que-brancos.htm>. Acessado em: 24/11/2020.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BOTELHO, Maurílio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 34, jul./dez, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus editora, 1965.

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: IANNI, Octávio (Org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda –1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2004.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LAESER. *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

MENEGAT, Elizete. Crise Urbana na Atualidade: Indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais. In: POGGIESE, Héctor e EGLER, Tâmara T. Cohen (Compiladores). *Otrodesarrollo urbano: ciudadincludente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35161588.pdf>. Acesso em: 28/10/2020.

MENEZES, Franciane. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. *Revista Libertas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 13, n. 1, 2010.

MOURA, C. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática S.A, 1992.

PNAD. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

PRADO JR, Caio. *A formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, N. G; BARROS, S; AZEVEDO, F. C; BATISTA, L. E; POLICARPO, V. C. O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção Psicossocial. *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo: USP, v. 26, n. 1, 2017.

SOUZA, Raumi de.Terra, Raça e Classe: a classe trabalhadora é negra. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra/>. Acessado em: 03 de novembro de 2020.

SOUZA, M. F; SOUZA, J. V.F; SILVA, S.P.A; ALENCAR, F. I. Política de cotas raciais no ensino superior. *Revista Áskesis*. São Carlos: Ufscar, 2019.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária no Brasil. *Espaço e Debate*. São Paulo: USP, v. 11, 2011.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.



Fonte da imagem: Arquivo histórico do MST-MG.

PARTE III

(Às mulheres que ousam sonhar projetos)

A forma suave da mais pura rebeldia traduz os traços deste Ser mulher.

Desmedidamente ousada,
inconfundivelmente capaz.

Transpira coragem,
inspira unidade, conspira coletivamente a construção de caminhos que rompem com a acomodação cotidiana.

Março traz consigo o aroma incomparável dos dias de confronto.

Das lutas, do campo, da camponesa,
CAMPESINA.

Essa força lilás provoca pulsações e vibrações, interna, externa,
Internacional.

Ver-se nas formas de agir a pressa de prolongar jornadas, que enraivece os poderes, desestabiliza as ordens, planta ...

Autoria: Diva Lopes

PARCERIA POR UMA CAUSA: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

CRISTINA SIMÕES BEZERRA¹

ENIO BOHNENBERGER²

MICHELLE NEVES CAPUCHINHO³

MONICA APARECIDA GROSSI⁴

*Hermano dame tu mano, vamos juntos a buscar
una cosa pequeña que se llama libertad*

(J. Sanchez/J. Sosa)

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) vem se constituindo, ao longo dos seus 60 anos de existência, como uma referência de instituição pública, seja em seus trabalhos acadêmicos, seja em sua inserção social, contribuindo significativamente para o enfrentamento das mais diversas manifestações da questão social em nossa região. Neste sentido, o trabalho realizado com movimentos sociais dos mais diversos, nos permite reconhecer aquilo que foi feito e é relevante

¹ Doutora em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação da mesma unidade de ensino. Coordenadora do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos, desenvolvido pela parceria entre a UFJF e a Escola Nacional Florestan Fernandes. E-mail: cristina.bezerra31@gmail.com

² Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra do Brasil

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, Mestre em Serviço Social pela UFJF. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Sul de Minas. E-mail: michelle5neves@yahoo.com.br.

⁴ Doutora em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação da mesma unidade de ensino. Professora do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos, desenvolvido pela parceria entre a UFJF e a Escola Nacional Florestan Fernandes. Pós-doutoranda pela Universidade de Córdoba - Espanha. E-mail: monica.grossiuff@gmail.com.

pelos várias iniciativas e trabalhos realizados na busca da ampliação da função social da universidade pública, gratuita e de qualidade, atuando na dimensão do ensino, pesquisa e extensão para além dos “muros da universidade”.

Neste artigo, vamos nos referir especificamente a relação da UFJF com os movimentos sociais do campo e, em especial ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST), trazendo elementos sobre a importância da formação política para o movimento e como, através das parcerias estabelecidas junto às universidades, e aqui, no caso, à UFJF, é possível o fortalecimento da luta pela educação do campo e a efetivação da busca por direitos sociais.

É importante esta ressalva, pois vivemos um momento em que as forças reacionárias e conservadoras realizam um ataque sistemático à educação e à cultura brasileira, tentando frear qualquer avanço nestas áreas. Como importante educador popular e referência para muitos educadores e educadoras, Florestan Fernandes destaca que o processo de transformação da sociedade passa pela elevação da consciência, para se ter um mínimo de espírito crítico. "Feita a revolução nas escolas, o povo fará nas ruas". As classes dominantes então, para manterem seu poder de dominação, precisam manter distância com as classes subalternas, seja econômica, social e cultural.

O acesso à escolarização para a classe trabalhadora sempre foi negado, o Brasil ainda concentra altos índices de analfabetismo e a luta pela democratização do ensino público é um pilar de construção do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras Sem-Terra. Não é possível falar de uma efetiva reforma agrária sem falar de acesso à educação pública como um direito de toda a população brasileira, sendo uma responsabilidade do Estado. Corroborando com Florestan Fernandes,

A educação, no Brasil, é um problema social de inacreditável gravidade (...) A sua falta prejudica da mesma forma que a fome e a miséria, ou até mais, pois priva os famintos e miseráveis dos meios que possibilitem a tomar consciência da sua condição, dos meios de aprender e resistir a essa situação (FERNANDES, 1975. p. 132).

A sociedade brasileira conseguiu ter alguns avanços, nas últimas décadas, na área da educação, através das lutas sociais e dos governos progressistas que incorporaram direitos através de cotas para negros, indígenas, pessoas de baixa renda, etc. O próprio Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA) foi uma conquista realizada a duras penas, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), e mantido, não sem dificuldades, durante os governos seguintes. Na atualidade, essas conquistas estão sendo duramente atacadas e alguns programas estão praticamente sendo extintos. De acordo com dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de 2015 para 2019, a dotação orçamentária do PRONERA, por exemplo, caiu 82%. Mais do que nunca, torna-se importante apresentar e celebrar as experiências exitosas entre as universidades e movimentos sociais, pois

expressam conquistas da classe trabalhadora, a qual tem grandes desafios em momentos de retirada de direitos sociais.

Desta maneira, torna-se de fundamental importância ter instituições e pessoas comprometidas com um projeto de transformação social, buscando a efetivação da função social das universidades, como é o caso da UFJF e seu quadro de professores, professoras, discentes de graduação e pós graduação e técnicos em educação, no intuito de ter um país mais justo e igualitário.

1 NOTAS SOBRE A REALIDADE LATINO AMERICANA: A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO E OS DESAFIOS ÀS LUTAS SOCIAIS

Para analisarmos as experiências de parcerias que aqui apresentaremos, é necessário problematizar o marco sócio-político das últimas décadas do desenvolvimento capitalista no campo, sobretudo no que se refere à realidade da questão agrária e às reconfigurações das condições de (re) produção da classe trabalhadora nestes territórios.

A problematização destas questões será situada a partir de um recorte histórico, qual seja o momento em que o denominado “agronegócio” vem se colocando como lógica de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e, ao mesmo tempo, como eixo de expansão e acirramento do conflito capital x trabalho no campo. Esta opção pelo debate contemporâneo não deve dispensar a compreensão dos fundamentos sócio-históricos desta questão, sobretudo a compreensão de que, em nossa sociedade, assim como em outras realidades da América Latina, o latifúndio e todas as sequelas mais retardatárias do processo de concentração da terra e da riqueza nunca foram entraves ao desenvolvimento do capitalismo. Muito pelo contrário, estes elementos particularizaram este desenvolvimento e fortaleceram suas contradições.

Atualmente, importantes estudiosos (DELGADO, 2005; CARVALHO, 2013) denunciam as tentativas de se propagandear a “invisibilidade da questão agrária” e onde, conseqüentemente, outros autores (NAVARRO, 2013), numa perspectiva conservadora, decretariam a “morte” da reforma agrária como uma estratégia de desenvolvimento para o campo. Para estes autores, esta bandeira fazia sentido, para alguns sujeitos sociais, num momento em que se acreditava que tal reforma poderia garantir o desenvolvimento capitalista no Brasil e em outros países da América Latina. Hoje, afirma-se, um novo sujeito cumpre perfeitamente esta função, o agronegócio, impondo um novo modelo, orientado pela ideologia do neodesenvolvimentismo e/ou do desenvolvimento sustentável.

O controle dos recursos naturais, e mais especificamente da terra, tem sido fundamental para garantir o padrão atual de acumulação do capital, que pode ser observado na relação estabelecida entre territórios ricos em recursos naturais estratégicos e o estabelecimento de bases ou zonas militares do capitalismo central. Observamos, assim, uma nova re-divisão

internacional da produção e do trabalho, com várias partes do mundo, sobretudo na América Latina, voltando à condição de meros exportadores de matérias-primas agrícolas e minerais. A reprimarização da economia nos países capitalistas dependentes da América Latina é retomada por Leher (2007) para analisar a situação do atual padrão de acumulação capitalista, onde a questão agrária e ambiental volta a ter centralidade na luta política, e impõe sérios desafios aos movimentos camponeses e indígenas, que seguem sendo alvo de um combate vital com o capital.

Esta fase atual se constrói, assim, com particularidades, oriundas, sobretudo, do fato de que vivenciamos uma época de hegemonia do grande capital internacional, sob sua face financeira, na propriedade da terra, da produção e dos bens agrícolas. Este capital intenciona, portanto, controlar a produção das mercadorias também na agricultura, a partir de mecanismos como a concentração destas empresas no que se refere à terra e à riqueza produzida, ocorrendo também um processo de centralização deste capital na agricultura, onde, muitas vezes, uma mesma empresa passou a controlar toda a cadeia produtiva e o comércio de um conjunto de produtos da economia, indo desde a produção de sementes e agrotóxicos até setores da indústria farmacêutica. O controle, por parte destas empresas, não se restringe à questão da propriedade da terra, mas também de minérios, água, biodiversidade, fontes de energia, sobre o conhecimento científico, a pesquisa e as tecnologias aplicadas à agricultura. O processo de internacionalização da propriedade da terra nos mais diferentes países da América Latina representa a perda da soberania dos povos e dos países sobre seus territórios e sobre a produção dos alimentos, com a desnacionalização da propriedade das terras, das empresas, do comércio, das tecnologias.

Nesta matriz produtiva do agronegócio, observamos a prevalência do monocultivo, com grandes extensões de terra sendo exploradas através de um dos elementos mais atrasados da produção agrícola, que compromete toda a biodiversidade e a riqueza natural dos solos. Esta matriz se vê ainda marcada pelo uso intensivo de venenos agrícolas, que destroem a fertilidade natural dos solos, contaminando as águas e os alimentos, e de sementes transgênicas, padronizadas, transformando a comida numa mera mercadoria, com consequências incalculáveis para os hábitos alimentares, a cultura e a saúde humana e animal. Além disso, os altos preços dos produtos agravam o problema da fome no mundo, num contexto em que nunca se produziu tanto e nunca houve tantas pessoas passando fome. Contraditoriamente, esse modelo se apresenta como o mais moderno e o mais barato para a produção de alimentos, desprezando e subsumindo o conhecimento do saber popular no manejo da agricultura de base familiar e camponesa, elemento fundamental para a construção da agroecologia.

Neste processo, no que se refere ao trabalho no campo, o uso intensivo da mecanização na agricultura acaba também expulsando o trabalhador rural, ocorrendo um novo tipo de êxodo rural, caracterizado, não mais pela condição de abandono e atraso do campo, mas por uma situação de amplo e moderno desenvolvimento capitalista. Seria, então, o contexto do que Stédile (2013) chamou

de uma “agricultura sem agricultores”. Além disso, o agronegócio apresenta índices alarmantes de adoecimento dos trabalhadores no campo e de violência (SANT’ANA, 2011).

É importante ainda analisar como esses processos afetam também os sujeitos do campo em seus processos de luta e de construção de alternativas políticas. Podemos exemplificar essa afirmação observando que a ausência de alternativas de inserção para a juventude nesse modelo de agricultura compromete a sobrevivência e a presença, enquanto sujeitos, das gerações futuras. A questão da política de educação do campo parece-nos um dos principais elementos a serem observados, quando, em razão da fragilidade dessa política, muitos jovens são obrigados a sair do campo, iniciando um processo que, em pouco tempo, atingirá toda a sua família.

Este avanço do desenvolvimento capitalista no campo encontra no Estado, a partir do ideário neoliberal, o sujeito que permite ainda mais seu avanço e sua hegemonia. Observa-se o abandono, por parte dos governos, de políticas públicas de proteção ao mercado agrícola nacional e da economia camponesa, utilizando subsídios governamentais, isenções fiscais, etc., destinados, quase exclusivamente, ao agronegócio.

Todos estes processos econômicos, sociais e políticos apontam para constituir um conjunto de contradições, as quais reconstróem e ressignificam uma série de lutas sociais que se diferenciam e apontam para uma riqueza de sujeitos coletivos neste processo. Consideramos que é importante, também, problematizarmos estas contradições. Neste sentido, a crítica do MST e de outros sujeitos coletivos do campo, ao capitalismo expresso pelo modelo produtivo do agronegócio, visceralmente dependente do petróleo, se soma a sua proposição em torno da agroecologia.

Vivemos um momento sem precedentes na história da humanidade, com a emergência conjugada de três crises: a crise energética, a crise alimentar e a crise climática. Estamos no limiar de esgotar a era dos combustíveis fósseis (baseados no carvão mineral e no petróleo) que representou o sustentáculo energético do modelo de sociedade capitalista-consumista existente nos últimos 200 anos. [...] O modelo produtivo agroecológico, diversificado e poupador de insumos, se coloca claramente em oposição a esse modelo dominante, controlado pelo agronegócio e que se utiliza fortemente de energias fósseis. A agroecologia se baseia no aprendizado com a natureza, de forma a debater as relações presentes na tecnologia utilizada, a fim de potencializar os efeitos naturais de fertilidade, complexidade e produtividade ecossistêmica. (MST 2009-2010, p.12-13)

Essas e outras tantas contradições reafirmam e atualizam a questão agrária como umas manifestações da questão social, trazendo para o novo contexto as bandeiras de resistência dos trabalhadores em seu processo de luta contra o capital. Constrói-se, portanto, na interseção das questões agrária, urbana e ambiental, um universo ampliado de lutas e demandas, que têm na questão do acesso à terra um dos elementos centrais e fundamentais, mas não único para conter as necessidades dos trabalhadores. Assim, a luta pela terra se torna mais complexa, exigindo uma renovação nos espaços de organização dos trabalhadores. Dessa forma, no interior dos

desafios organizativos e políticos colocados para os trabalhadores, afirma-se a necessidade de se construir, em nível nacional e internacional, lutas que potencializem um programa alternativo, popular e camponês.

Neste sentido, dentre os principais eixos das lutas que hoje se constroem em torno da questão agrária, destacamos : 1-Acesso à terra; Garantia e defesa do uso, posse e legalização das terras das comunidades nativas, indígenas e quilombolas, em todo o continente latino-americano; 2 - Políticas públicas para a produção camponesa, potencializando novas formas de gestão do trabalho (cooperativas), os preços, a pesquisa agropecuária, dentre outros elementos; 3 - Políticas públicas de Educação, Seguridade Social, etc.; 4 - Preservação do meio ambiente local, regional e nacional; Implementação de um projeto energético popular; 5 - Soberania alimentar e nacional, com a produção de alimentos sob controle de forças sociais nas realidades nacionais; 6 - Construção de uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia como estratégia produtiva e política através dos processos de luta dos trabalhadores.

Em razão dessa complexificação dos processos que constituem a luta pela terra, complexificam-se, também, os espaços políticos e organizativos que, nesta realidade, passam a conter as dimensões da crítica e da resistência a este processo de avanço do capital. Assim, poderíamos identificar processos de continuidade e de renovação, que inserem as lutas no campo em um complexo de lutas sociais, econômicas, políticas, ideológicas etc.

Essas lutas irão compor, nos termos de Carvalho (2013), um processo de “ressignificação da reforma agrária”, passando a compor um eixo que aponta para a necessidade de construção de uma nova hegemonia, capaz de potencializar o processo de luta de classes e de superação da sociedade estabelecida na ordem do capital. Assim, como afirma esse mesmo autor, a “luta pela terra, na terra e pela Terra” se apresenta como uma potencialidade prolongada e plena de diversidades no interior dos desafios das classes trabalhadoras, que se faz contra a apropriação privada da natureza pelo capital e exigirá mais do que a luta de classes do proletariado rural e do campesinato.

As particularidades das lutas no campo devem ser compreendidas e articuladas com as lutas sociais no espaço urbano, principalmente a partir de pautas que fazem dialogar as demandas desses diferentes sujeitos, tais como a questão da produção de alimentos saudáveis, a luta por moradia, por direitos sociais específicos como a educação, etc. A partir do direito à educação, compreendemos as parcerias entre os movimentos sociais e as universidades, em experiências como as que aqui apresentaremos.

2 MST, A FORMAÇÃO POLÍTICA E A PARCERIA COM AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

O MST, ao longo de sua trajetória, teve como um dos seus princípios a luta pela elevação do nível de consciência de seus membros, pois, desde sua constituição, construía-o a luta pela

reforma agrária baseada em três objetivos: a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e a luta pela transformação da sociedade. Todo período histórico produz a consciência social de uma época histórica correspondente. Neste sentido, o MST projetou suas formas de luta, de consciência e de organização. O movimento é resultado de um amplo processo de conscientização, de agitação política e lutas por reivindicações econômicas como: a terra, o crédito, educação, etc., em um determinado período da história da luta de classes no Brasil, a partir do início da década de 1980

Para compreender essas diferentes dimensões da luta política, é fundamental o processo de elevação da consciência da base que forma esse grandioso movimento. Por entender que, além das cercas do latifúndio que aprisionam a terra, temos também que romper as cercas do conhecimento, que também é aprisionado pelas elites como é a terra. Como nos revelou o compositor Pedro Munhoz, “... romper as cercas da ignorância, que produzem intolerância...”. Sabemos também que a ruptura dessas cercas não se dará só com os Sem Terra. Isso é tarefa de toda uma sociedade, ou então não haverá mudanças.

Para atuar na elevação do nível de consciência, o MST, desde sua origem, incorpora o pensamento de grandes referências do pensamento marxista. Primeiro, afirma que a lógica para compreensão e análise da realidade é essencialmente o método materialista histórico dialético, desenvolvido por Karl Marx ao longo de toda sua obra. Partindo do pressuposto de que a consciência dos seres se expressa a partir dos elementos da realidade, sendo que as ideias são expressões intelectivas ao que se passa na vida real e para se compreender a realidade concreta, é necessário afirmar o que se entende por esse concreto, como a síntese de múltiplas determinações, uma unidade do diverso.

A perspectiva marxista compreende a história como um processo, sendo a luta de classes o motor e a chave para interpretar a realidade e construir as perspectivas de futuro, sabendo que as mudanças sociais são fruto dos processos de luta e se tornam palpáveis mediante a ação coletiva e organização. Assim, a consciência emerge do próprio processo de desenvolvimento da história, não existe consciência revolucionária na história sem a existência de um movimento revolucionário. Logo, pode-se afirmar que a concepção de formação política do movimento está alicerçada na teoria revolucionária, na luta pela socialização dos meios de produção e pelo fim da propriedade privada, sendo articulada às dimensões da teoria e da prática em processos permanentes organizativos, despertando a identidade de classe.

A formação política no MST é uma dimensão presente em todas as suas ações, através da vivência cotidiana embasada nos princípios e valores que compõem a estrutura organizativa do movimento, busca-se articular as experiências pessoais com a experiência da classe trabalhadora; através da ação revolucionária é possível se ter uma prática revolucionária.

Hoje, o MST, como um dos maiores movimentos sociais do mundo, ao longo de seus mais de 35 anos de existência, desenvolveu uma perspectiva de formação, através das diversas experiências de cursos, baseados na educação popular, no trabalho coletivo e divisão de tarefas,

e vem realizando processos permanentes de debate e de construção do conhecimento, além das ações de enfrentamento contra o capital que também são grandes escolas de formação política. A cultura de formação política no movimento busca sempre afirmar que é uma necessidade orgânica da luta de classe e das organizações políticas que seus componentes estejam em processos de qualificação, humanização pelo conhecimento e pela pesquisa. Uma necessidade da classe trabalhadora é o acúmulo de força social, e isso se dá através da formação de indivíduos mais conscientes. A formação prepara, elabora a teoria de que a luta é para transformar o impossível no possível.

É através da formação política e ideológica que se torna possível analisar a realidade e vislumbrar soluções para os problemas enfrentados, o processo de formação de consciência está atrelado aos grandes objetivos do movimento, que traçam os caminhos que a organização deve avançar. Por isso, tal formação nunca pode ser dogmática, nem espontaneísta, mas preparada, planejada e combinada à construção de um projeto político ideológico, condizente aos objetivos estratégicos do movimento.

Uma das características das universidades públicas no Brasil, desde o período do Brasil Colônia até a reforma universitária de 1968, é ser pensada e aceita como um bem cultural oferecido de forma seletiva para o conjunto da população brasileira. Nem sempre se preocupando em responder as necessidades sociais, as universidades no Brasil tiveram dificuldades de se constituir como um espaço de produção de conhecimento e de investigação científica, o que gerou grandes debates e disputas neste desenvolvimento. Apenas na década de 1980, no interior das mobilizações pela democratização da sociedade brasileira, a luta pelo acesso democrático à educação retomou fôlego e, nas universidades públicas, colocou-se definitivamente a constituição de grupos que legitimavam a bandeira da "universidade pública, gratuita, democrática, de qualidade e socialmente referenciada. ”.

Apesar de toda esta investida conservadora nas universidades brasileiras, percebemos também nos anos 1990, na contramão do neoliberalismo e seu movimento de privatização do ensino superior no país, a continuidade e a afirmação de um importante movimento de resistência por parte de docentes, técnico-administrativos e estudantes no seu interior, que procuraram pautar outra perspectiva de defesa do ensino superior no Brasil, socialmente referenciada. Destacamos então, desde o início da década de 1990, no Brasil, experiências em que as universidades buscam uma aproximação mais efetiva com as demandas colocadas pela realidade econômica e social, realizando estudos, pesquisas e intervenções locais em parceria não somente com grandes empresas, mas também com espaços específicos do setor público, que acabam por pautar um maior comprometimento social por parte destas instituições de ensino superior. Assim, buscam resgatar o caráter público da universidade brasileira e problematizar a quem se destinam os conhecimentos e os resultados de suas pesquisas e atividades de extensão.

É no interior desta resistência, juntamente com setores progressistas do movimento docente e do movimento estudantil, que podemos falar, no nosso caso específico, das parcerias empreendidas com movimentos sociais diversos, entre eles o MST. Como resposta a este momento caracterizado pela ofensiva neoliberal, combinada a abertura do Movimento à sociedade e à reafirmação da questão agrária na agenda política nacional, o MST iniciou, no ano de 1994, parcerias com universidades públicas.

3 A PARCERIA ENTRE A UFJF E A ENFF/ MST: UMA EXPERIÊNCIA MUTUAMENTE EDUCATIVA E FORMATIVA

3.1 HISTÓRICO DA PARCERIA E AS EXPERIÊNCIAS INICIAIS

Retomar esta trajetória de mais de 20 anos de parceria se traduz num exercício não só de memória, mas de reflexão crítica sobre o significado desta experiência construída numa conjuntura absolutamente adversa para os movimentos sociais do campo, que enfrentam um profundo processo de criminalização, como para as universidades públicas, ameaçadas pela perspectiva privatista, tão presente no contexto de afirmação neoliberal dos anos de 1990.

Uma das estratégias do MST neste contexto, buscando dar visibilidade a sua luta pela reforma agrária e dialogar com a cidade sobre sua necessidade, tanto para o campo como para a cidade, foi a realização de marchas nacionais. Em 1999, foi realizada a Marcha Nacional Pelo Brasil, que saiu do Rio de Janeiro e chegou a Brasília. Esse processo durou mais de dois meses e, a cada parada da marcha, eram organizados processos de articulação política, espaços de estudo e de debate. Na passagem por Juiz de Fora, a UFJF recepcionou e ajudou na logística dos marchantes. Além disso, foram realizadas reuniões, onde foram firmadas parcerias com o intuito de estabelecer atividades e ações em conjunto.

Mais tarde, as ações desenvolvidas nesse processo se tornaram referência para o Brasil inteiro. Uma das ações planejadas e desenvolvidas foi o Curso "Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros", um curso de formação que retomou estudos sobre a realidade brasileira através dos "clássicos" do pensamento social produzido no Brasil (Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Heleieth Saffioti, Paulo Freire, Milton Santos, Rui Mauro Marini, dentre outros), que se iniciou em 2001 e teve a duração de dois anos, formando mais de 100 dirigentes da Via Campesina. Tal curso foi fundamental para estudar os clássicos do pensamento brasileiro nas várias áreas, seja na economia, sociologia, antropologia, cultura, pedagogia, geografia etc.

Tais pensadores eram, naquele momento e até os dias atuais, praticamente silenciados pelas classes dominantes que preferem se referenciar em teorias e pensamentos de autores estrangeiros, em uma lógica muitas vezes que reafirma a vocação de país "colonial", subserviente inclusive através do pensamento acadêmico, elemento que pode ser evidenciado quando é estudado o processo de

implantação das universidades brasileiras. Mais uma vez, podemos recorrer a história do sociólogo militante Florestan Fernandes, pois ele demonstra e reafirma esse caráter dependente presente na sociedade brasileira.

Além do curso ter sido sediado na UFJF, o processo de elaboração da proposta se deu através de uma importante construção conjunta entre os professores, técnicos em educação e militantes de movimentos sociais, na elaboração política e pedagógica do Curso Realidade Brasileira, processo que contribuiu para a formulação de outros cursos de formação. Foi, portanto, histórico e fundamental para que os sujeitos se reconhecessem como camponeses e camponesas, pois a participação fortaleceu o papel dos sujeitos ao se verem como protagonistas de sua própria história.

A educação pública tem a função de educar o povo brasileiro, conhecer sua verdadeira história de povo lutador, que enfrenta desde sua origem todos os desafios de enfrentar uma lógica colonial e exploradora. Recontar a história a partir da perspectiva do povo brasileiro contribuiu no processo de construção de identidade social, de sentimento de pertença e reconhecimento pelos lutadores e lutadoras do povo que efetivamente edificaram o Brasil, aos quais sempre foi negado o acesso aos bens materiais, mas, fundamentalmente, o acesso ao conhecimento e a cultura, tão importantes para uma vida digna. Essa experiência significou um verdadeiro resgate da identidade social dos diversos sujeitos, que são a parte fundamental da história brasileira. Ênio Bohnenberger, membro da primeira turma de CRB e um dos autores desse artigo, destaca

Me lembro que quando era criança e morava no interior do Rio Grande do Sul, um dos dias mais alegres era quando um carro de som passava anunciando que ia ter cinema no clube, eram filmes do Mazaropi, Teixeirinha... mas não importava. Nós ficávamos contentes de poder fazer coisas diferentes do que só trabalhar. Esse direito de ter acesso e conhecer o que a humanidade já produziu, é um dos direitos mais sagrados.

Quando as universidades públicas estabelecem parcerias com movimentos sociais, elas estão, na verdade, cumprindo, respeitando a Constituição Federal e fortalecendo as leis de diretrizes básicas da educação, assumindo o compromisso de construir um país mais justo para todos e todas, fortalecendo a participação social e ampliando a perspectiva de cidadania na sociedade brasileira.

3.2 A CONSOLIDAÇÃO DA PARCERIA : AS EXPERIÊNCIAS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS LATINO AMERICANOS E DE RESIDÊNCIA AGRÁRIA

A experiência do curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos foi, inicialmente, analisada por Bezerra; Grossi; Pizetta (2007) num dos artigos da edição especial da Revista Libertas, dedicada à parceria estabelecida entre a UFJF e a ENFF/ MST, que também contou com artigos resultantes de produções monográficas da primeira turma. Neste artigo, foi priorizada a contextualização do processo de criação deste curso, seus objetivos, etapas de

desenvolvimento e a produção de conhecimentos através da análise da produção monográfica da primeira turma, formada em 2005. Ao longo desta parceria, este curso já formou 5 turmas, sendo que 1 turma também participou da experiência de Residência Agrária. Este processo de amadurecimento e consolidação da parceria nos permitiu realizar algumas reflexões que apresentaremos nos itens a seguir.

O Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos representa a terceira parceria realizada entre a Universidade Federal de Juiz de Fora/ Faculdade de Serviço Social e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/ Escola Nacional Florestan Fernandes. O mesmo vem sendo oferecido pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora desde 2003, tendo concluído, até 2020, 5 turmas e formado 150 educandos, numa iniciativa interdisciplinar e interinstitucional de qualificar suas práticas sociais, políticas e técnicas nas áreas de reforma agrária onde residem e/ ou atuam. Nestes 20 anos, a parceria com a ENFF foi essencial para dar ao curso o norte dos desafios do ensino, da pesquisa e da extensão, garantindo a presença da UFJF em várias áreas de atuação. A demanda por capacitar estudantes do meio rural, que não têm acesso aos caminhos tradicionais de contato com a Universidade é o principal objetivo do curso. Esta parceria tem, portanto, a proposta de capacitar militantes e assessores de movimentos sociais no campo para a compreensão crítica da realidade social, econômica, política e cultural da América Latina, buscando fundamentar uma intervenção qualificada nos espaços em que atuam.

Ao longo deste período de oferta do curso, observamos, nas diferentes turmas, que as expectativas em torno deste processo de formação profissional revelaram a preocupação coletiva com a busca e socialização de conhecimentos, com a superação de limites e o exercício da disciplina teórica.

O Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos nasce, então, da necessidade de dar continuidade ao processo de formação de educadores populares e dirigentes de diferentes movimentos sociais, urbanos e rurais, que participaram do curso sobre Realidade Brasileira, a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros, desenvolvido pela parceria nos anos anteriores. Contando com a participação de alunos originários de diferentes regiões do Brasil e de outros países da América Latina, de diversos movimentos e organizações sociais, a Especialização tinha como proposta central possibilitar a compreensão dos processos de formação social, econômica, política e cultural da América Latina e de suas contradições, buscando garantir uma formação técnica e política aos educandos do Curso para atuarem nas áreas de reforma agrária às quais estavam vinculados. Assim, trata-se da expectativa de rompimento dos limites nacionais com relação às lutas pela reforma agrária e pelo desenvolvimento do espaço agrário nas mais diferentes realidades latino americanas.

Outros fatores que impulsionaram a criação do Curso foi a necessidade de elevar o nível de conhecimento e de qualificação da prática de educadores e dirigentes populares, atuantes

nos diferentes movimentos populares e sociais já possuidores da experiência de um curso superior e a importância em possibilitar um maior intercâmbio entre educadores/ dirigentes de movimentos sociais do Brasil, de outros países da América Latina e da própria Universidade, buscando assim a troca de experiências, saberes e interpretações sobre essa realidade a ser estudada e transformada.

No que se refere à proposta teórico-metodológica do Curso, podemos observar que, ao longo do desenvolvimento das várias turmas, foram construídas diferentes experiências pedagógicas que enriqueceram e particularizaram a experiência. Ao analisarmos, por exemplo, a metodologia para a organização das aulas, podemos afirmar que esta não esteve restrita. As atividades e exposições foram caracterizadas principalmente pela sua dinamicidade, sem abrir mão das linhas políticas do Movimento e do rigor científico, proporcionando e fortalecendo maior clareza sobre os temas e ementas trabalhados. Podemos perceber também que as atividades promovidas a partir de temas conjunturais e estratégicos, com caráter de estudo, análise, reflexão e debates, priorizaram de forma significativa a articulação latino americana. Através da análise das disciplinas apresentadas no curso, podemos considerar a sua importância para a compreensão da atual fase de desenvolvimento do capitalismo internacional e as profundas contradições que se colocam como resultado do próprio processo histórico. Tal orientação torna-se uma possibilidade de potencializar a organização e a formação dos trabalhadores do campo.

Outra importante característica a ser levada em consideração é que, através do Curso, foi criado um espaço de integração entre movimentos sociais e populares, do campo e da cidade, pertencentes não só ao Brasil, mas também a outros países da América Latina. Devemos considerar que tal Curso é realizado em um momento em que são desenvolvidas diversas articulações e movimentos de enfrentamento às políticas neoliberais a partir de uma perspectiva da integração latino americana. A formação técnica e política é, então, fundamental para que esses processos sejam compreendidos e, posteriormente, combatidos. Portanto, temos mais uma particularidade a ser destacada: o Curso se constitui como um curso aberto, no sentido de propor a integração entre diferentes movimentos sociais e diferentes países da América Latina, fortalecendo assim o sentimento de unidade e solidariedade entre países afetados por essas ofensivas.

Assim, o mesmo é de fundamental importância em um momento em que novas alternativas para a América Latina vêm sendo gestadas em um contexto histórico caracterizado pela integração sujeita a constantes reatualizações. Objetiva-se que, cada vez mais, os processos históricos, assim como suas contradições, sejam compreendidos, na busca de possíveis superações. Tal curso potencializa a busca por caminhos que norteiam uma integração soberana, que respeite a autodeterminação dos povos e a cultura histórica que lhes são próprias, assim como suas riquezas materiais. Neste sentido, surge a necessidade de se pensar historicamente, tendo em vista o conjunto das relações humanas dentro do complexo da totalidade social. A partir desta perspectiva, procura-se traçar políticas sociais e econômicas mais abrangentes e

desenvolver lutas de resistência com proposições globais, ou seja: é necessário compreender, discutir e agir a partir de um pensamento latino-americano.

Apesar das particularidades de cada país, os problemas estruturais dos países latino-americanos se aproximam no processo de luta contra a territorialização destrutiva do capital, atravessando também questões culturais, políticas e econômicas. Devemos destacar, portanto que, a ENFF, ao realizar tal curso, através da parceria, efetiva uma de suas principais proposições: torna-se uma ferramenta na construção da solidariedade nacional e internacional no interior da América Latina.

A proposição de um Curso de Estudos Latino-Americanos como o aqui esboçado, com um conteúdo específico e com a participação de educadores/ dirigentes de diferentes movimentos sociais do Brasil e da América Latina e de professores de vários países, está aliada ao objetivo de fortalecer a postura democrática e progressista da Universidade Federal de Juiz de Fora. É neste sentido que se faz relevante e extremamente necessária a realização deste Curso, acrescentando a importância de seu vínculo com a articulação internacional da Via Campesina. Por fim, reafirmamos tal proposta como uma prática pioneira, comprometida com a realização de um Curso desta projeção histórica,

(...) que contribui para a formação de revolucionários sujeitos, com elevado nível de conhecimentos especializados e de cultura humanista. Sujeitos dotados de capacidade teórica e prática para interpretar a realidade e a partir dela, de forma coletiva, desenvolver a práxis transformadora das condições objetivas e subjetivas. (PIZETTA, s/d, p.4)

A quarta turma do Curso teve a particularidade de ser também uma experiência das chamadas Residências Agrárias. A origem destas experiências no Brasil data de 2004, quando o MDA, em parceria com o INCRA, lançou o Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação Profissional em Assistência Técnica. Por prever, em sua proposta original, um longo período de permanência dos estudantes em áreas de reforma agrária e agricultura familiar, o programa ficou conhecido também por Residência Agrária. Inserido na política de Educação do Campo, este Programa partia da necessidade de formar especialistas nas áreas escolhidas, fazendo das experiências construídas um permanente espaço de reflexão e orientação para a promoção do desenvolvimento rural e para a construção concreta de melhorias das condições de vida do campo brasileiro. Em 2008, o Programa passa por uma revitalização, afirmando-se como

(...) uma proposta por meio da qual se oferecem as condições de estágio de vivência e especialização para estudantes graduados que tenham interface com os projetos de desenvolvimento dos assentamentos e com seus processos educativos que os beneficiários realizam nestas áreas. Podem participar todos os jovens profissionais que estejam dispostos a conviver com a população assentada por um período mínimo de dois anos e, desta convivência, fazer seu objeto de estudo acadêmico com a perspectiva de trabalho futuro

e, acima de tudo, contribuir com os camponeses e camponesas através do conhecimento sistematizado. (HACKBART & SANTOS, 2009. p. 7)

É importante observar que, desde sua origem, o Programa Residência Agrária se pautava na proposta da pedagogia da alternância, com estas duas etapas construídas de forma articulada: reflexões teórico-metodológicas possibilitadas pela permanência dos educandos nas universidades e a forte presença e o trabalho consolidado nas áreas rurais. Outra articulação importante a se demarcar é a articulação com o Programa Nacional de Assistência Técnica, Ambiental e Social (ATES). As experiências de Residência Agrária propunham criar nas universidades uma possibilidade concreta de articulação dos corpos docente e discente que potencializasse discussões e elaborações acadêmicas sobre a reforma agrária no Brasil. Ao mesmo tempo, e de forma plenamente articulada, propunha influenciar no perfil de formação profissional oferecido por estas universidades, garantindo a produção de conhecimentos que, baseada na agroecologia e na proposta de desenvolvimento dos assentamentos, consolidasse a produção de novos conhecimentos, os quais permitiram a mudança do modelo de desenvolvimento e a criação de uma nova matriz tecnológica. Assim, este Programa se apresentava como uma ação que fortaleceu a relação entre as universidades e os movimentos sociais no campo, no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, de forma a articular as potencialidades destes dois sujeitos na construção de um projeto societário para o Brasil.

A parceria com as universidades tem, portanto, a clara disposição de formar profissionais, com capacidade técnica e conhecimentos específicos no universo amplo das Ciências Agrárias, com o compromisso de potencializar mudanças no espaço agrário e nas condições de vida dos trabalhadores. Assim, as experiências da primeira proposta de Residência Agrária fomentaram, no início dos anos 2000, a criação de espaços de produção de conhecimentos no âmbito das agrárias no interior das universidades públicas, construindo importantes iniciativas de ensino, pesquisa e extensão rural.

Outra característica fundamental para a análise das experiências de Residência Agrária é a possibilidade concreta de construção de práticas dialógicas, onde as ideias, os saberes e os valores dos sujeitos do campo são considerados legítimos. Assim, essas experiências destacam o quanto a Residência Agrária atua no sentido de impedir o silenciamento e a exclusão destes saberes e práticas na vida social de uma forma mais ampla e nas universidades de forma mais específica.

reconhecido, no interior destas experiências, que a ação cotidiana destes sujeitos, nas mais diversas dimensões de sua vida social, é portadora de conhecimentos e deveria fazer parte da matriz de orientação da formação dos profissionais. As diversas análises sobre estas Ao mesmo tempo em que os sujeitos do campo lutam para ter acesso ao conhecimento científico historicamente construído, exigindo o aumento de seus níveis de acesso à escolarização formal, têm simultaneamente o desafio de recuperar suas práticas, seus saberes, não permitindo que eles sejam desqualificados e subsumidos pela visão científica tradicional. (MOLINA, 2009, p. 26).

O Programa se fortaleceu e viabilizou outras experiências, chegando a um amplo edital, no ano de 2012, com uma diversificada proposta para a consolidação da Residência Agrária enquanto política de educação para o campo brasileiro. A Chamada Pública 26/ 2012, lançada em outubro de 2012 pela ação conjunta do MDA, do INCRA e do CNPq, teve o intuito de selecionar projetos de ensino, pesquisa e extensão rural com foco em inovação tecnológica, voltada para o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária.

Foi com o desafio de responder a estas demandas que o Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos foi apresentado nesta chamada pública com a proposta de estudar e compreender o processo de formação social, econômica, política e cultural da América Latina, a partir de grandes pensadores latino-americanos buscando elevar o nível de conhecimentos, bem como a escolarização de educadores e dirigentes populares que já possuíam curso superior e que atuavam em várias frentes de atuação e trabalho junto aos assentamentos rurais do Brasil e da América Latina. O curso foi desenvolvido com uma carga horária de 688 horas-aula em sala de aula (Tempo Universidade) e 320 horas-aula a campo (Tempo Comunidade), num total de cinco etapas em 36 meses.

Um dos elementos mais importantes para o trabalho com os movimentos sociais do campo e com o PRONERA é a possibilidade de realização dos cursos através da pedagogia da alternância. Neste processo, os educandos alternam períodos de presença na instituição de educação (no caso, a universidade) e na comunidade em que residem ou trabalham. Esta experiência permite não só calendários escolares e acadêmicos mais flexíveis e adequados à realidade da educação do campo. Na verdade, um dos principais elementos de diferenciação das práticas de alternância é a oportunidade de se diferenciarem processos pedagógicos e laborativos, onde o educando tem a oportunidade de realizar uma constante construção coletiva de conhecimentos, práticas e propostas de atuação. Nestes espaços, o conhecimento é permanentemente renovado pela prática nas comunidades e vice versa. Nas palavras de Jesus (2011, p. 10)

A alternância ajuda o aluno a conhecer e valorizar o seu modo de vida, a cultura local e despertar a consciência crítica, ampliando seus conhecimentos. A escola é espaço da reflexão teórica e de aprofundamentos das questões relevantes de interesses dos alunos e das famílias. O tempo de permanência do aluno no espaço familiar e na comunidade é o momento para confrontar a teoria com a prática, pesquisar, realizar experimentação de novas práticas, troca de experiências, trabalho e indagações. Ou seja, desse ponto de vista, a formação na alternância é contínua. Pensar o campo numa perspectiva que não seja somente do ponto de vista da produção é, antes de tudo, concebê-lo como espaço de vida, das manifestações culturais, das lutas e (re) existência, das contradições, das disputas territoriais que estão sendo deflagradas com a expansão do agronegócio, ou seja, da grande propriedade capitalista e por outro lado, a propriedade não-capitalista, a propriedade camponesa.

Assim, no desenvolvimento do Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos, a prática da alternância foi adotada como uma possibilidade de garantir a formação técnica e profissional dos educandos conjugada com o trabalho do Tempo Comunidade, onde os mesmos tiveram a oportunidade de realização dos projetos de intervenção elaborados nas áreas onde atuam.

Nas atividades desenvolvidas no Tempo Universidade, destacamos a ocorrência de debates entre os educandos do Curso e os alunos regulares da UFJF, principalmente nas seguintes temáticas: a questão agrária no Brasil, gênero e feminismo, questão agrária e Serviço Social. Também foram realizadas visitas e trabalho de campo a áreas de reforma agrária na região da Zona da Mata Mineira e no estado de São Paulo; Fóruns de Pesquisa e Extensão Rural, com o objetivo de socializar as atividades desenvolvidas no Tempo Comunidade e os projetos de pesquisa em desenvolvimento; a qualificação dos Projetos de Pesquisa dos educandos, seguido da defesa das monografias de conclusão do Curso. E como atividade de encerramento foi realizado um Seminário de Conclusão do Curso com a temática: “Experiências de Formação Política na América Latina”.

As etapas presenciais ocorreram em dois locais diferentes, de forma alternada: na UFJF e na ENFF, em Guararema/ SP. Esta foi uma opção da equipe pedagógica, no sentido de permitir aos educandos uma maior experiência de contato com a realidade da questão agrária no Brasil. Tal opção se deu também por ser a ENFF parceira neste processo de formação, permitindo uma maior aproximação com a experiência de organicidade deste espaço, tornando-se uma referência no trabalho e na formação técnica, política e organizativa de diversos movimentos sociais no campo e na cidade. Desta experiência acumulada pela Escola Nacional, podemos nos valer, neste curso, sobretudo, da organização do trabalho coletivo, da pedagogia da alternância e da prática de pesquisa com os movimentos sociais. É importante destacar também que a ENFF possui, hoje, parceria com mais de 30 universidades brasileiras, o que nos enriqueceu também para as iniciativas de construção de novas oportunidades de trabalho com a Universidade Federal de Juiz de Fora.

No que se refere à presença das atividades do curso na Universidade, destacamos que estas foram essenciais para possibilitar o debate sobre a questão agrária no espaço acadêmico, que enfrenta hoje um processo de invisibilidade, em decorrência, sobretudo, do avanço do desenvolvimento capitalista no campo através do agronegócio, o que gera um número reduzido de estudos e pesquisas nesta área no interior das universidades brasileiras no século XXI.

Na dinâmica da pedagogia da alternância, as etapas do Tempo Comunidade se configuram como momento fundamental do processo educativo, uma vez que representam a possibilidade de retorno para as áreas de residência e atuação profissional dos educandos, permitindo a construção de intervenções que potencializem os conhecimentos produzidos no Tempo Universidade. Todos os educandos do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos desenvolveram, em suas comunidades e organizações de origem, os projetos de intervenção com o objetivo geral de garantir, o retorno do processo educativo que estavam vivenciando, buscando potencializar, através dos

conhecimentos do Curso, as ações de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária ao qual estavam vinculados.

De forma geral, destacamos alguns pontos relevantes de uma primeira avaliação das experiências relativos às potencialidades e desafios.

As potencialidades construídas pelas atividades revelam que: houve a garantia de uma ampla formação técnica, teórica e política para as famílias residentes nas áreas atendidas; o desenvolvimento dos projetos permitiu construir a presença da universidade e de toda sua dinâmica (ensino, pesquisa, extensão) em áreas de reforma agrária em todo país, permitindo intervir na histórica exclusão da população rural dos processos educativos e formativos realizados pelas universidades brasileiras; as atividades do Tempo comunidade permitiram aos educandos romper com a ideia de que existe uma dicotomia entre teoria e prática. Com o desenvolvimento dos projetos, observou-se a construção de diferentes espaços e dinâmicas de aprender e ensinar, demonstrando a intrínseca relação entre estes dois processos; a realização dos projetos potencializou as atividades organizativas, produtivas e educativas já existentes nas áreas atendidas, deixando para os sujeitos que residem nestas áreas possibilidades de futuras articulações e ações para o desenvolvimento dos assentamentos e acampamentos; houve ampla participação das comunidades atendidas nas atividades dos projetos, que se sentiram valorizadas e se colocaram à disposição para futuras ações do Curso; merecem destaques os projetos que envolveram jovens e mulheres dos assentamentos e acampamentos nas atividades desenvolvidas, fortalecendo a identidade e o compromisso destes sujeitos com as áreas atendidas; os projetos desenvolvidos no eixo “Questão agrária, agronegócio e soberania alimentar” também merecem destaque por pautarem a agroecologia como estratégia produtiva e política, fortalecendo a agricultura familiar e a resistência nas regiões atendidas; de uma forma ampla e concreta, a pedagogia da alternância permitiu o processo de encontro e troca de saberes, valorizando os conhecimentos locais e suas formas de resistência.

Os limites e desafios se referem: o reduzido número de bolsistas (3) para uma turma com aproximadamente 40 educandos, dificultando o acompanhamento das atividades; pouco contato entre os educandos do curso que residem ou atuam nas mesmas áreas durante o Tempo Comunidade, gerando certa descontinuidade em alguns momentos do desenvolvimento do projeto; a necessidade de construir, com as áreas atendidas, uma continuidade dos processos técnicos, políticos e educativos iniciados com o projeto e dificuldade de realizar esta continuidade sem os recursos humanos e financeiros que o projeto viabilizou.

Um consenso claro e unânime foi a necessidade de continuidade deste curso através de novas turmas, de forma a garantir a formação de multiplicadores dos conhecimentos produzidos nas áreas atendidas e em outras, que não foram contempladas por essa turma em especial.

A partir das duas principais experiências de parceria entre a UFJF e a ENFF/ MST, destacamos importantes desdobramentos que apontam para a continuidade da parceria:

- Outras parcerias e iniciativas regionais com o Movimento:

No ano de 2017, foi organizado outro curso, desta vez, mais voltado para a militância de Minas Gerais. Foi uma parceria para estudar a Questão Agrária do Brasil e de Minas Gerais, com um recorte mais voltado para o campo brasileiro. Em seguida, também no mesmo ano, realizamos um Curso de Residência Agrária Jovem em Governador Valadares, onde formamos mais de 60 jovens, o qual teve também uma participação e um suporte fundamental da Universidade, tanto na construção da política pedagógica, como as aulas e uma participação efetiva dos professores(as) nas aulas.

- Realização das I e II Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária 2014- 2019

No ano de 2013, durante o II Encontro Nacional de Professores Universitários da ENFF, foi deliberada a realização, no ano de 2014, das chamadas “Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária”. Tal proposta surgiu da avaliação, feita pelos participantes do evento, de que seria necessário impulsionar os debates sobre a temática da questão agrária e da reforma agrária no espaço acadêmico, de forma a garantir o desenvolvimento de projetos nas diferentes áreas de atuação das universidades que garantissem a referência social das instituições de ensino superior no país também para as áreas de reforma agrária e a produção da agricultura familiar. Neste sentido, a proposta era a construção conjunta de ações nas universidades, que demonstrassem o trabalho realizado nas diferentes dimensões de trabalho (ensino, pesquisa e extensão) e potencializassem futuras ações nesta área de conhecimento.

Partia-se, portanto, da perspectiva de que:

- 1) As universidades públicas brasileiras apoiam a reforma agrária como forma de democratização da estrutura agrária, social, econômica, política e educacional brasileira.
- 2) A defesa da educação pública de qualidade e a defesa da reforma agrária são bandeiras articuladas em prol da construção de um projeto popular para o país.
- 3) As universidades públicas reconhecem os movimentos sociais do campo brasileiro como sujeitos coletivos de produção de conhecimento.
- 4) As universidades públicas brasileiras são contra toda prática de criminalização dos movimentos sociais, e reconhecem a legitimidade das lutas de ação direta dos movimentos sociais em defesa da qualidade da alimentação dos brasileiros e da democratização da terra, da educação e da cultura. (JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA, 2014, p. 01).

Com esta proposta, durante os meses de abril a junho 2014, ocorreu, em todo país, a primeira Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária. Nos registros que sistematizaram as experiências, foram 57 instituições de ensino superior, entre campus, institutos e universidades brasileiras. Avaliamos, então, que a proposta obteve um êxito histórico, possibilitando a socialização de ações de diversos grupos de pesquisa em todo país, a articulação de diferentes professores, departamentos e projetos nas mais diversas universidades, o debate coletivo e a reflexão sobre

temas referentes à questão agrária no Brasil, bem como a visibilidade destas temáticas no interior do espaço acadêmico.

Em razão desta exitosa experiência, esta atividade foi incorporada, a partir de 2015, no calendário de ações que se constroem no mês de abril, buscando pautar no cenário político brasileiro as lutas e as ações dos movimentos sociais em defesa da reforma agrária. Estamos, neste momento, iniciando os trabalhos de preparação da VII Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária da UFJF.

Nossa avaliação, com relação a estas atividades, pode ser sistematizada nos seguintes pontos:

- A Jornada possibilitou uma maior visibilidade das temáticas relativas à questão agrária no âmbito da UFJF, potencializando a construção e a definição de futuros projetos e áreas de intervenção para esta instituição de ensino superior neste debate.
- A articulação de diferentes departamentos e professores que trabalham com a temática em suas diferentes expressões foi fortalecida, permitindo a construção de novas ações e interlocuções, principalmente na área da pesquisa.
- A Jornada permitiu uma maior articulação entre os movimentos sociais de Juiz de Fora e região que atuam na dimensão da questão agrária, bem como a articulação destes mesmos movimentos com o espaço acadêmico, sobretudo no que se refere ao direito à educação, muitas vezes negado à população do campo.
- A realização das Jornadas em 57 universidades permitiu, também, através do trabalho da Escola Nacional Florestan Fernandes, a articulação interinstitucional, inclusive com propostas de atuação dos cursos de Residência Agrária da Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade de São Paulo (USP)
- Elaboração do documentário “Vozes de nossa América: o Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos”

Uma das atividades implementadas, ao longo destes três anos de desenvolvimento do projeto e que mobilizou todos os sujeitos envolvidos no curso, foi a elaboração do documentário “Vozes de nossa América”, através de projeto audiovisual.

Para a coordenação desta atividade, foi selecionada a bolsista EXP-C Rafaella Pereira de Lima, cuja formação técnica em Cinema garantiu o conhecimento necessário para a realização deste propósito. O objetivo da elaboração do documentário era potencializar, durante toda a dinâmica de realização das etapas do Tempo Universidade e do Tempo Comunidade, a sistematização das atividades e o registro do processo de coordenação do Curso, permitindo a criação de um material capaz de permitir a socialização da experiência do curso.

Neste sentido, foram registradas todas as etapas de realização do Curso, através de filmagem do cotidiano dos trabalhos e das atividades de forma geral. Também foram sistematizadas algumas atividades do Tempo Comunidade, sobretudo as que foram realizadas em regiões mais próximas

da sede do Curso (região da Zona da Mata em Minas Gerais). É importante destacar que, sob a coordenação da bolsista Rafaella, toda a equipe se envolveu com a produção do documentário, permitindo que o mesmo se apresente hoje como uma produção coletiva. O material originário destes registros soma, aproximadamente, 45 horas de filmagens, onde podemos ter acesso a depoimentos dos educandos, dos assessores, registro das aulas e das atividades nos núcleos de base, demonstrando parte do processo educativo potencializado pelo Curso.

O resultado foi uma produção de aproximadamente 25 minutos de duração, que está disponível no link: <https://youtu.be/t2FcdBhwdYQ>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Especialização potencializou, para a Universidade Federal de Juiz de Fora e para os movimentos sociais envolvidos, a prática do encontro e do diálogo entre saberes, levando-se em conta toda a trajetória no curso, os tempos na universidade, na ENFF, as distintas experiências de formação vividas nestes espaços, os estudos realizados, os intercâmbios e trocas nos assentamentos. Destaca-se, neste processo, a possibilidade permanente de realizar troca de experiências com organizações de outros países da América Latina, podendo apreender conhecimentos fundamentais para a análise sobre a formação econômica, social e política neste continente.

O referencial teórico-metodológico e pedagógico proposto na intencionalidade dos tempos educativos do curso nos permitem combinar aspectos de formação teórico/acadêmica com a formação político-ideológica, possibilitando um amplo processo educativo para todos os sujeitos. Pensar a América Latina pela perspectiva dos movimentos e das organizações da sociedade civil nos fortalece nas ações políticas e técnicas em nosso continente. A estrutura organizativa do currículo representa a materialização desta proposta.

As atividades do Tempo Comunidade foram extremamente importantes por dimensionarem, junto aos educandos, a importância da dimensão do trabalho nas comunidades como elemento de pertencimento e permanência no curso. A presença dos educandos em suas áreas de residência e assessoria permite o diferencial do curso no universo acadêmico, pois possibilita uma permanente retroalimentação no processo formativo em curso.

A parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes, enquanto espaço em que se dá, a todo o tempo, a integração de práticas e teorias, em muito favorece a formação integral dos educandos, através da metodologia do estudo e trabalho. A experiência da ENFF na formação de assessores aos movimentos sociais permitiu a consolidação e a construção coletiva elaborada pelo curso.

No que se refere ao perfil dos estudantes do Curso, observamos que os critérios de seleção e o número de educandos foram elementos positivos, pois permitiram a otimização dos recursos destinados ao projeto. Observamos, ainda, que em turmas futuras, é importante estreitar as formas de acompanhamento que as organizações de origem dos educandos podem construir, sobretudo, no que se refere aos trabalhos do Tempo Comunidade.

Assim como em outros trabalhos das universidades com movimentos sociais, observamos que o Curso pode efetivamente contribuir na construção de uma parceria que se concretize para além de ser um projeto episódico. É importante, neste sentido, construir ações orgânicas que permitam um processo permanente que, ao potencializar a presença e permanência, dê visibilidade a estas parcerias no interior do espaço acadêmico.

Sobre a relação com a Faculdade de Serviço Social e a UFJF, podemos destacar:

- A presença da turma na Universidade representa um importante processo pedagógico, pois dinamiza os diversos espaços acadêmicos, assim como possibilita, aos educandos, a prática de um processo educativo mais amplo.
- É preciso pensar em outras experiências, como divulgar o Curso na cidade, na universidade e também através dos meios de comunicação, buscando construir espaços para a socialização da experiência com outros sujeitos. Os educandos destacaram a importância de atividades em conjunto com os estudantes da UFJF, como a atividade realizada no Restaurante Universitário.
- Avaliamos que as oportunidades que tivemos de apresentar a experiência do Curso em eventos político-científicos, dentro e fora das universidades, permitiu garantir uma visibilidade a esta experiência, fortalecendo a importância de se pensar a universidade como espaço de geração e produção de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Rubim Santos Leão de *et al.* *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro. Record, 2002.

BEZERRA, Cristina Simões; GROSSI, Mônica; PIZETTA, Adelar. A Parceria UFJF/Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: A Experiência e a Produção de Conhecimentos do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos. *Revista Libertas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, edição especial, 2007.

CALDART, Roseli Salete. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. s/d. Texto não publicado.

HACKBART, Rolf & SANTOS, Clarice Aparecida dos. Dez anos de PRONERA e o Programa Residência Agrária. In: MOLINA, Mônica Castagnaet *al.* *Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária*. Brasília, MDA, 2009.

JESUS, José Novais de. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás. *Revista NERA*, Presidente Prudente, Jan-Jun. 2011Ano 14, nº. 18, p. 07-20.

JUSTO PIZETTA, Ana Maria. *A construção da escola nacional Florestan Fernandes: um processo de formação efetivo e emancipatório*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005. Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

MATHEUS, Amanda Aparecida. *Relação Teoria e Prática no Processo de Formação – Na Experiência do MST Rio de Janeiro*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

MOLINA, Mônica Castagnaet al. *Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária*. Brasília,MDA, 2009.

MST. O modelo econômico e a agricultura. *Construindo o Caminho*. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2001.

PIZETTA, Adelar João. A formação de quadros políticos: elaboração teórica, experiências e atualidade. *In: Cadernos de Estudos ENFF. A política de formação de quadros*. Guararema: ENFF, 2007

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JUNIOR, Caio. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

ROSSETTO, Neuri D. MST e a Reforma Agrária Popular: Desafios e Perspectivas. *In: SEMERARO, Giovanni, OLIVEIRA & Marcos Marques, SILVA,(orgs.). Gramsci e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: UFF, 2011.

ROSSETTO, Neuri D. Linhas Políticas dos setores do MST. *Construindo o Caminho*. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2001.

ROSSETTO, Neuri D. Reflexões sobre as tendências do capital na agricultura e os desafios do Movimento Camponês da América Latina. *In: Coletânea de textos da ENFF, nº9: Questão Agrária Contemporânea e os Movimentos Camponeses aa América Latina*. São Paulo: ENFF, 2011.

STÉDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil*. Programas de Reforma Agrária: 1946-2003. Maringá: Expressão Popular, 2007.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária. *Construindo o Caminho*. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2001.

AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DO MST EM MINAS GERAIS DURANTE A PANDEMIA DE 2020 E A RELAÇÃO CAMPO CIDADE DIANTE DO AGRAVAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

GEANINI HACKBARDT¹

KALLEN KATIA DA CRUZ OLIVEIRA²

MICHELLE NEVES CAPUCHINHO³

RAFAEL LITVIN VILLAS BÔAS⁴

INTRODUÇÃO

E quem nos ajudará a não ser a própria gente, pois hoje não se consente esperar.

Oração Latina, César Teixeira

A solidariedade na conjuntura da segunda década do século XXI, especificamente no ano de 2020, marcado mundialmente pela pandemia da Covid-19, deve ser entendida como

¹ Mestranda do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), especialista em estudos latino-americanos pela faculdade de serviço social da Universidade Federal de Juiz de Fora, formada em comunicação social com habilitação em jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), militante do MST. E-mail: geanini.hackbardt@gmail.com

² Mestranda do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), engenheira agrônoma pela UFMG. Militante do setor de produção do MST no Leste de Minas. E-mail: kallenkatia@hotmail.com

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, Mestre em Serviço Social UFJF. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Sul de Minas. E-mail: michelle5neves@yahoo.com.br

⁴ Professor da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília, dos Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas e Mestrado Profissional em Artes do Instituto de Artes da UnB e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da América Latina e Caribe (Unesp/ENFF). E-mail: rafaellvboas@gmail.com

um fundamento de luta e transformação social diante do processo de barbarização das relações humanas, da superioridade dos interesses econômicos sobre a vida. Nesse sentido, do ponto de vista dos movimentos sociais e populares, buscar formas de estabelecer vínculos rompidos pela lógica do capital se tornam centrais, bem como restabelecer as relações entre o campo e a cidade, considerando as contradições presentes nas diferentes realidades, dimensões do mesmo processo de dominação e exploração.

Esse processo de segregação entre o campo e a cidade constrói um imaginário em que a vida rural normalmente é associada a uma expressiva valorização das comunidades e dos valores familiares e da igreja (religiosos). Já a vida urbana é caracterizada por agrupar as pessoas a partir da profissão, muito mais que por questões religiosas e familiares. A contradição entre o campo e a cidade se aprofunda devido à divisão territorial do trabalho e a todo o momento é reforçada, cristalizando uma divisão dicotômica entre os espaços, à despeito da história de interdependência entre ambos.

O espaço rural não deve ser pensado como um momento do desenvolvimento social a ser ultrapassado com a urbanização, antes, tem que ser entendido como importante alicerce para as sociedades contemporâneas. As mercadorias transformadas e produzidas na cidade dominam o campo, da mesma forma que os produtos do campo são essenciais para as cidades, indispensáveis para a reprodução da força de trabalho. Campo e cidade se inter-relacionam e se complementam, ambos se transformam, se moldam de acordo com as mudanças nos sistemas de objetos e de ações ou resistindo a elas (SANTOS, 1996).

Milton Santos (1996) se insere no debate sobre o campo e a cidade construindo e ressignificando a categoria território, discute a introdução das formas advindas do modo de produção dominante sobre o mundo rural e sobre o meio urbano. Há aqui uma relação que engloba a totalidade dos processos, que estão intimamente ligados às dinâmicas do modo de produção, orientando as permanências ou mudanças no sentido das classes dominantes. Tanto a questão agrária como a questão urbana estão vinculadas à mesma questão, que é o que poderíamos chamar de Questão Social.

O modo de produção capitalista gera territórios marcados pela segregação sócio-espacial e por relações contraditórias. A questão central para o capital, em relação à ocupação do espaço, é o valor de troca e a necessidade de seguir realizando o valor, se expandindo através de relações sociais estranhadas e alienadas. O processo de segregação espacial é mais uma das dimensões da exclusão social, determinada pelo processo de desenvolvimento capitalista. Este precisa alargar formas de manutenção da ordem, de aprofundamento do sistema e de apropriação cada vez maior dos territórios, entendidos como fontes potenciais de mercadorias. Assim, os conflitos de classe são cada vez mais naturalizados pelo processo de alienação e de introjeção da ideologia hegemônica, que encobre as desigualdades e a pobreza.

A enorme expansão das cidades e das periferias prova que algo do processo de acumulação – não ele totalmente – já é, sobretudo, um processo de reprodução do próprio capital. Mas em alguma medida ele continua a fundar-se nesse pé, como se extraísse sobreproduto dos trabalhadores urbanos, de forma a baratear uma outra coisa muito cara a todos, a cidade. Isso quando não barateia diretamente o custo de reprodução da força de trabalho, o que ele também faz e continua a fazer (OLIVEIRA, 2006, p. 69).

O capitalismo é responsável por um processo de exploração da força de trabalho que se acentua e expande cada dia mais, o que torna as relações sociais mais alienadas e reforça valores como o consumismo e o individualismo. Por outro lado, a sobrevivência da classe trabalhadora passa necessariamente por uma relação de interdependência, na qual quanto mais pauperizado é o grupo de sujeitos, mais necessária é a coletividade e a solidariedade entre si. O presente artigo tem como objetivo mostrar como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, através das ações de solidariedade junto com movimentos que atuam no espaço urbano, tem buscado criar ações que restabelecem o vínculo entre o campo e a cidade, fortalecendo valores que são desconstruídos pelo capital.

O capital, no entanto, é hegemônico e vai impondo seus padrões de sociabilidade das periferias ao campo, com maior ou menor intensidade.

O trabalho social de todo indivíduo está mediatizado pelo princípio do eu na economia burguesa; a um ele deve restituir o capital aumentado, a outro a força para um excedente de trabalho. Mas quanto mais o processo da autoconservação é assegurado pela divisão burguesa do trabalho, tanto mais ele força a auto-alienação dos indivíduos, que têm que se formar no corpo e na alma segundo a aparelhagem técnica (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 17).

A solidariedade ocupa um lugar de destaque e de embate na atualidade. Pode ser compreendida como um caminho para ações organizativas de diferentes sujeitos que enfrentam as faces da Questão Social, a fim de construir formas de enfrentar coletivamente as desigualdades nos diversos territórios. Por outro lado, pode ser instrumentalizada para reforçar ideologicamente a coesão social e fetichizar o processo de barbárie do capital.

1 O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE COMO UM FIO CONDUTOR DA RELAÇÃO CAMPO CIDADE

As primeiras décadas que inauguraram o século XXI apresentaram crises profundas e retrocessos nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Neste ano de 2020, a crise política, social e ambiental que o modo de produção capitalista atravessa foi acentuada pela crise sanitária e humanitária. A pandemia da Covid-19 ceifou milhões de vidas no mundo, redefiniu o cotidiano das

peças e também afetou as organizações socioterritoriais, que adequaram suas ações para a nova realidade. No caso do MST, destacam-se as ações de solidariedade, como é o caso das campanhas “Vamos precisar de todo mundo”, organizada pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, e “Periferia Viva”, organizada por um conjunto de movimentos sociais⁵.

O projeto de Reforma Agrária Popular se baseia na produção de alimentos em larga escala com objetivo de atender as necessidades alimentares do povo brasileiro. Impossibilitado de realizar as tradicionais feiras, festivais e manifestações nas ruas, a principal forma do movimento apresentar os resultados da luta pela terra foi levar a produção de alimentos às cidades, em alguns casos com a venda de produtos e, principalmente, com as ações de solidariedade.

Para parte da população a perspectiva de solidariedade se tornou o assistencialismo, em que as pessoas estabelecem uma relação de dependência de doações do Estado ou da sociedade civil, sempre mediada como trocas de favores e dependência política⁶. Andam o dia inteiro pedindo remédios nos postos de saúde, roupas, alimentos, pois a caridade está atrelada à lógica de mendicância. Para outros, precisar de doações é sinônimo de humilhação.

Quando se pensa nas necessidades humanas é possível elencar diferentes dimensões: o nível físico, o emocional, o mental. Há uma lógica equivocada de que as necessidades do estômago precisam ser resolvidas antes das demais. Claro que elas se colocam como imediatas, porém, neste raciocínio, é possível crer que uma pessoa com fome, mal vestida, morando precariamente, sempre estará subjugada e conformada com a própria realidade. Esta situação é bastante confortável para a burguesia, que visa manter a classe trabalhadora despida de consciência de classe e sem condições coletivas de emancipação.

O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo. Ele se reduz a um ponto nodal das reações e funções convencionais que se esperam dele como algo objetivo. O animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisifica as almas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 17).

A concepção de solidariedade do MST, portanto, se opõe à caridade burguesa. Perpassa o resgate da dignidade humana, a solidariedade como um princípio de classe, um valor fundamental para a sobrevivência dos povos e a resistência em seus territórios. A solidariedade de classe é fruto da própria contradição do sistema capitalista. Trata-se, entre outras coisas, de uma possibilidade de

⁵ A campanha Periferia Viva é composta principalmente pelas organizações: Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD), Levante Popular da Juventude, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Consulta Popular, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Rede de Médicos, Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e Rede de Cursinhos Populares Podemos +.

⁶ A desumanização é uma condição social consequente da extrema desigualdade gerada pelo capital. A falta de emprego, renda e perspectiva de vida, somada a outros fatores subjetivos, cria uma camada da sociedade que passa a viver da caridade. Neste caso, dificilmente os sujeitos que recebem as doações têm em perspectiva uma transformação da realidade para romper a dependência da caridade, tão pouco aquele que é responsável pela doação tem interesse nessa mudança.

estreitamento das relações socioterritoriais entre campo e cidade, como afirmou Kelly Mafort, da direção nacional, para a página do MST.

As doações são ações diretas de diálogo entre o povo do campo e da cidade. Toda vez que ocorre uma doação da Reforma Agrária, chega na mesa de um brasileiro um alimento que vai contra a fome e a desigualdade social pelas quais o Brasil sempre passou, mas que se intensificou agora nesse período de pandemia (MST, 2020b).

O território é uma dimensão fundamental na produção e reprodução das relações entre as classes sociais. Nele manifestam-se outras dimensões da experiência humana, envolvidas no propósito teórico-político de apreensão da totalidade. Neste bojo encontra-se o programa de Reforma Agrária Popular, elaborado pelo MST. Na práxis balizada pelo programa, coloca-se como necessária a indissociabilidade entre o campo e a cidade.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política (FERNANDES, 1998, p. 3).

A questão agrária não é somente a luta pela posse ou propriedade da terra, pela distribuição da terra, outras questões constituem também a problemática da questão agrária; a construção de novas relações de poder com a participação dos trabalhadores é também outro ponto a ser levantado.

O seu limite é a sua superação e isso é impossível no capitalismo. Lutar para tentar superá-la, significa lutar contra o capital. E nessa condição também há limites, porque vivemos em um tempo em que precisamos construir novas experiências e referências para pensarmos a transformação da sociedade (FERNANDES, 1998, p. 4).

O MST propõe que a efetividade da reforma agrária, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas no campo, só poderá ser alcançada com envolvimento da classe trabalhadora neste projeto. Para isso, aponta-se a construção da consciência de que o trabalho no campo é necessário para alimentar as cidades com uma produção saudável, ou seja, abastecer as cidades com alimentos livres de agrotóxicos, com o trabalho alicerçado em novas relações de produção que prescindem da exploração e estejam em equilíbrio com a natureza. Assim, o modo de produção agroecológico aparece como elemento da práxis do programa de Reforma Agrária Popular (MST, 2014).

A luta pela conquista da terra no movimento perpassa a construção de novos valores sociais. Busca-se que o território ocupado não seja destinado essencialmente a produção de lucro,

mas seja um espaço de cultivar valores de uma nova sociedade, que combata o patriarcado, o racismo e os vários tipos de opressão, desenvolvendo práticas coletivas de trabalho e de produção, estabelecendo novas relações tanto no campo como na cidade. Assim, a solidariedade se coloca como um valor central no processo de construção dessa nova sociabilidade que está expressa no programa de Reforma Agrária Popular e, na prática, implementadas nas áreas de assentamentos e acampamentos, sendo espaços de construção e defesa da cidadania como um valor universal, ampliando a participação política da comunidade.

2 SOLIDARIEDADE DE FACHADA S.A.

O agravamento da Questão Social durante a pandemia suscitou o tema da solidariedade entre os movimentos sociais e também entre grandes empresas. Partimos da compreensão da Questão Social como a expressão do conflito entre o capital e o trabalho, contradição que gera diversos problemas sociais, sentidos tanto no campo como na cidade. A propriedade privada e a apropriação dos meios de produção, de forma cada vez mais excludente, determina dialeticamente as relações sociais.

Destacamos aqui o quadro inaugurado pelo Jornal Nacional no dia 14 de abril de 2020, o “Solidariedade S/A”, que evidenciou diferentes concepções sobre a solidariedade (JORNAL NACIONAL, 2020). Inúmeras outras coberturas jornalísticas foram realizadas durante este período, no entanto optamos por analisar esta, pelo seu caráter peculiar, pela incidência da Rede Globo sobre a população e sobre a economia e a política brasileira.

A Rede Globo modificou sua linha editorial de jornalismo, excepcionalmente, para destacar o que seria a sua ideia de solidariedade, praticada por grandes corporações que, de diferentes formas, buscaram auxiliar a sociedade nesse período. Numa reportagem de onze minutos (quantidade de tempo bem acima do padrão para um telejornal), ela justificou a mudança e apresenta o quadro que passou a figurar como uma espécie de *merchandising* jornalística travestida de solidariedade. Em nota a Globo afirma:

O quadro Solidariedade S.A. foi criado para valorizar as ações que as empresas estão fazendo para ajudar no combate ao novo Coronavírus. A pandemia provocou uma infinidade de ações solidárias no Brasil: de cidadãos e de empresas. Os exemplos de cidadãos solidários, o Jornal Nacional já mostrava quase todo dia, com nome e sobrenome. Já as iniciativas das empresas eram apresentadas sem mencionar as marcas. O Jornal Nacional mudou isso, porque a TV Globo acredita que, para superar um desafio tão grande, é importante mostrar o que muitas empresas e empresários têm feito nesse período. (JORNAL NACIONAL, 2020).

Vale destacar que apenas uma iniciativa organizada pelo MST em conjunto com outras organizações da sociedade civil recebeu a cobertura jornalística “global”. O projeto “Mãos Solidárias”, em Recife, apareceu na “telinha” como ação de estudantes da Universidade Federal de Pernambuco

(UFPE) e de uma associação de bairro, a identidade dos movimentos sociais é deliberadamente ocultada pela reportagem. Já entre as empresas citadas pelo jornal estão Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Sírio Libanês, iFood, Qualicorp, Suzano, JBS, Vale, entre outras.

É a “benevolência” dos empresários que é exaltada. Nada sobre o fato de que muitas dessas grandes empresas expõem trabalhadores a riscos de contaminação ao vírus, sobre as dezenas de demissões durante o período da pandemia, sobre o histórico de desrespeito à legislação trabalhista ou sobre produtos que estão associados a doenças crônicas – um claro agravante dos casos de Covid-19 (MERLINO, 2020).

Tatiana Merlino (2020), em reportagem especial para o site O Joio e o Trigo, ressalta que os altos valores doados pelas empresas são apresentados de forma descontextualizada. Em uma das notícias, o jornal cita a doação de R\$1 bilhão feita pelo Itaú. No entanto, o lucro do banco em 2019 foi de R\$ 28,4 bilhões. Outras dessas empresas se dedicam à produção de alimentos ultra processados relacionados às causas de problemas de saúde pública, tais como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares, entre outras.

Algumas grandes empresas solidárias foram denunciadas à fiscalização do trabalho. A JBS separou 400 milhões dos seus 6,06 bilhões de lucro anual para o combate à pandemia. Enquanto isso, a empresa forçou trabalhadores a colocarem suas vidas em risco no frigorífico dos municípios de Ipumirim e Itapiranga, em Santa Catarina (BORGES, 2020). Após fiscalização, em 18 de maio de 2020, o local foi interditado por surto de Covid-19. Os auditores do Ministério Público do Trabalho (MPT) encontraram aglomerações em vários setores da produção. Havia casos de pessoas com sintomas que não foram afastadas e funcionários testados como positivos para o coronavírus que receberam prescrição de medicamentos para a doença e seguiram trabalhando. O mesmo aconteceu em outra unidade, em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul (COPETTI, 2020).

Já a Vale afirmou que destinaria R\$500 milhões como ajuda humanitária. Ao mesmo tempo em que fazia sua publicidade em horário nobre, era denunciada por propagar a Covid-19 em municípios do interior do Brasil. Através de uma análise dos boletins epidemiológicos da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, realizada em junho de 2020 pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), chegou-se à evidência de que a continuidade das atividades da mineradora Vale, durante o pico da curva de contágio, potencializou a propagação do coronavírus na região do Quadrilátero Ferrífero, um dos principais pólos minerais e siderúrgicos do país. De acordo com a pesquisa, municípios do interior que concentram apenas 7,4% da população mineira respondiam, em 22 de junho, por 11,6% de todos os casos confirmados no estado.

No auge do isolamento social, famílias foram removidas pela ameaça de rompimento de barragens e após o colapso da estrutura hospitalar paraense, a Vale transferiu funcionários doentes do município de Parauapebas-PA para Belo Horizonte para receberem tratamento médico. O que levou o prefeito da capital mineira, Alexandre Kalil, a declarar que “[...] a Vale decidiu que realmente Minas Gerais é o cemitério preferido dela”, em referência aos crimes da empresa em Mariana e

Brumadinho (BRASIL DE FATO, 2020). A empresa explora mais de 4 milhões de hectares de terra somente no Brasil e durante a pandemia o preço e a demanda por minério aumentaram, as atividades minerárias corresponderam ao mercado, rendendo R\$15,6 bilhões no terceiro trimestre de 2020.

A Rede Globo não esclareceu se chegou a receber verba publicitária para promover a Solidariedade das transnacionais. No entanto, a tabela de preço da emissora mostra que um comercial de 30 segundos no Jornal Nacional custaria R\$ 850 mil. Portanto, a cada um minuto de Solidariedade S.A. teria o preço de R\$1,7 milhão por marca.

A campanha global esquece de citar que essas mesmas empresas tiveram direito de renegociar suas dívidas com o Estado brasileiro bem no início do isolamento social. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) forneceu generosos empréstimos às transnacionais. A Suzano, por exemplo, doou R\$ 50 milhões de reais e recebeu mais de R\$ 6 bilhões em dinheiro público, “[...] isso demonstra como as empresas se utilizam de momentos de crise para amplificar pequenas ações de retorno social, fortalecendo suas marcas com propaganda positiva e, ainda, receber mais benefícios do Estado” (AMIGOS DA TERRA BRASIL, *Et al*, 2020).

O presidente da Suzano, Walter Schalka, disse que “devemos aproveitar esse momento, usar a crise como oportunidade. Queria convidar o Executivo e o Legislativo para redesenharmos sistemas tão fundamentais do Brasil, com as reformas administrativa e tributária” (AMIGOS DA TERRA BRASIL, *Et al*, 2020). E assim a solidariedade, como tudo que seja alcançável aos olhos da burguesia, é transformada em mercadoria e também recebe seu preço.

A participação ativa do jornalismo da Rede Globo em propagandear a solidariedade promovida pelas mesmas empresas e associações da burguesia que são responsáveis pelas mazelas da classe trabalhadora não destoam do histórico de manipulação de informações da emissora. O conglomerado da comunicação ou a “fábrica de poder”, como se referia Roberto Marinho (AMORIM, 2015, p. 47), não atua apenas como um porta voz da ideologia das classes dominantes brasileiras.

A cada dia mais, os meios de comunicação se tecnicizam, ampliando a própria centralidade na estrutura e na superestrutura do capital. Ocorre que estas esferas se complementam de forma indissociável, de maneira que não cabe estabelecer primazia entre uma e outra (WILLIAMS, 2011). Portanto, ao propagar a ideologia do capital, a Globo defende, sobretudo, os próprios investimentos e o controle sobre os próprios meios de produção.

Ante a ameaça de caos social, das crises atravessadas pela pandemia e um governo inepto⁷ que a emissora (e a manipulação das redes sociais) ajudou a eleger (MARTINS, 2020), a empresa sabiamente se antecipa naquilo que é bem especializada: “[...] a propaganda faz da linguagem um instrumento, uma alavanca, uma máquina. A propaganda fixa o modo de ser dos homens

⁷ Durante a pandemia muitas análises classificaram Bolsonaro como o pior presidente ao lidar com o vírus. Indicação de notícias tratando do conteúdo: MENEZES, Pedro. Bolsonaro é o grande responsável pelo pior PIB da história, 2020. *Infomoney*. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/pedro-menezes/bolsonaro-e-o-grande-responsavel-pelo-pior-pib-da-historia/>. Acesso em: 27 de nov. 2020; ESTRADA, Garpard. Jair Bolsonaro coloca em risco a saúde dos brasileiros e da democracia, 2020. *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/pt/2020/03/26/espanol/opinion/bolsonaro-coronavirus.html>. Acesso: 27 de nov. 2020; SCHREIBER, Mariana. Medidas econômicas de Bolsonaro contra o coronavírus são inferiores às de outros países, aponta FGV, 2020. *BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52024928>. Acesso: 27 de nov. 2020.

tais como eles se tornaram sob a injustiça social” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 119). Desta maneira, a construção do consenso toma a frente no momento em que o capital busca renovar sua capacidade de exploração e acumulação. A solidariedade se apresenta, no máximo, intraclasse, entre a burguesia, e logo é instrumentalizada para o reforço de uma ideologia promovida desde os primórdios da constituição do território brasileiro enquanto país (MARTINS, 2020).

3 SOLIDARIEDADE COMO PRINCÍPIO E FUNDAMENTO DO MST

O MST tem a solidariedade como uma prática fundamental e fundante, forjada como um valor desde seus primeiros passos. Em seus mais de 36 anos de organização da classe trabalhadora do campo, o movimento tem no fazer de sua história a afirmação do valor da solidariedade como um compromisso por uma sociedade mais justa e igualitária, reforçando não só o direito à terra, mas também um projeto popular para o Brasil⁸, que busca atender as necessidades reais da classe trabalhadora do campo e da cidade (MST, 2015).

Desde o início do MST, nos dias mais difíceis de luta, só foi possível resistir porque também houve muita solidariedade para com a organização do Movimento, seja da cidade, pelas pessoas sensibilizadas com as famílias das ocupações, contribuindo com doações de roupas, alimentos e utensílios de casa, pois há acampamentos em que não é possível as famílias produzirem alimentos por estarem, por exemplo, acampadas à beira de uma estrada. Mas também por parte das organizações da classe trabalhadora, nacionais e internacionais, comprometidas com a luta social pela terra, como os sindicatos, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os Comitês dos Amigos, que muito contribuirão com a articulação dos trabalhadores e trabalhadoras em diferentes aspectos, desde o econômico, o social, o jurídico, reforçando o discurso e a luta pela reforma agrária (MST, 2015).

Para Maria Medeiros, moradora do assentamento Primeiro de Junho, a solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana:

Quando chegamos em Tumiritinga-MG, me lembro com muita emoção, ocupamos essa terra com muita determinação. Primeiro de junho, primeiro latifúndio ocupado deste leste mineiro, era novidade para todos e para tentar intimidar a burguesia trouxe a polícia de conselheiro. Mas os companheiros de luta, já haviam preparado as comunidades de base, para dar o seu recado. Vieram para a primeira missa padres e sindicalistas, amigos da região, trazendo apoio e alimento para as famílias acampadas, ajudando na conquista desse chão. E assim fomos resistindo, até começar a produção, com solidariedade de pessoas amigas e também de organizações, até que pudéssemos tirar o pão. Hoje podemos contribuir com a luta de outros companheiros, ocupando o latifúndio, produzindo e resistindo por esse Brasil inteiro (MST, 2020c).

⁸ Referência ao Projeto Brasil Popular, construído em 2016 a partir do debate e da necessidade de um projeto nacional, democrático e soberano com bases nas reais necessidades do povo brasileiro, formulado pelos movimentos sociais de esquerda do país.

Para o MST, o entendimento a respeito da solidariedade se dá pela ótica da luta de classes. Para isso, buscando compreendê-la em suas multidimensões, a solidariedade na dimensão dos valores de um lutador do povo e como um valor em si mesmo, um exercício ativo de transformação cotidiana, refletindo nas diversas dimensões da vida humana, devendo contribuir para a mudança da condição objetiva e subjetiva de quem a recebe e a pratica (MST, 2009a).

Na dimensão da solidariedade como condição da própria luta de classes, a práxis do MST incide sobre o conjunto de valores sociais, a fim de torná-los mais humanos, por meio da própria coletividade da organização e suas ações, que se contrapõem dialeticamente à desumanização causada pela alienação característica da sociedade capitalista.

Outra dimensão é a solidariedade como um conceito de política, sendo uma ferramenta para a transformação da realidade do conjunto da sociedade, como expressão da consciência social materializada em políticas públicas que de fato atendam às necessidades da classe trabalhadora. O mesmo pode ser averiguado em sua política internacionalista, expressa através das brigadas que mantém em três países (Venezuela, Haiti e Zâmbia) compreende o fortalecimento das organizações da classe trabalhadora, na busca da soberania para que possam construir seus próprios projetos nacionais.

O sentido do fortalecimento das ações solidárias do MST é parte de sua estratégia. Nas linhas políticas do IV Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília no ano de 2000, as ações solidárias constam da seguinte forma:

[...] planejar e executar ações de generosidade e solidariedade com a sociedade desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos trabalhadores Sem Terra; Organizar calendários para as atividades solidárias; Implementar ações de solidariedade com trabalhadores de outros países (de todo mundo); Desenvolver ações de solidariedade com crianças abandonadas; Organizar viveiros de mudas para distribuir nas cidades; Transformar a prática da solidariedade como uma forma permanente de nossas atividades; Desenvolver na nossa base e na sociedade ações políticas contra a repressão política, que atinge militantes e organizações sociais (MST, 2009b).

Treze anos depois, no documento “Sobre os nossos desafios e as linhas políticas de atuação do MST”, a parte destinada à organicidade e ao acúmulo de forças designa o seguinte:

[...] na luta política e na luta social pesa um elemento muito forte, principalmente quando se fala em objetivo estratégico: o acúmulo de forças. É difícil compreender o acúmulo de forças e medir seu crescimento se não tivermos objetivos estratégicos bem definidos. Chama-se de acúmulo de forças a conquista de espaço social e geográfico e sua manutenção, através da participação e da elevação do nível de consciência da população envolvida. O que interessa, então, não é apenas ganhar uma prefeitura ou um sindicato, mas é fazer com que a população que foi atingida por aquela determinada ação, se envolva e se mantenha como defensora de tal proposta, mesmo que em pouco tempo venha a mudar o coordenador da entidade (MST, 2013, p. 18).

O documento acima foi publicado pela primeira vez em abril de 2013, meses antes de eclodirem os protestos massivos no período da Copa das Confederações no Brasil. O horizonte era de acumulação progressiva de forças e políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que possibilitaram o crescimento da produção da agricultura camponesa e familiar. Entretanto, teve início naquele ano uma escalada exponencial de acontecimentos que levaria o Brasil de um governo de centro-esquerda – movido por táticas conciliatórias – para a extrema-direita, de caráter neofascista e neoliberal.

A despeito da pauta inicial dos protestos de julho de 2013 ser progressista, as ruas, com o apoio massivo e a insuflação dos meios de comunicação empresariais, foram progressivamente tomadas por grupos conservadores e a narrativa foi alterada para o sentido de oposição direta ao Partido dos Trabalhadores que governava o país desde 2002. Nos anos seguintes, da segunda vitória para presidência de Dilma Rouseff, passando pela campanha da Lava Jato, pelo *impeachment* da presidenta reeleita, até a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, o cenário indicava o crescente protagonismo da extrema-direita no país, fenômeno em sintonia com acontecimentos em outros países do mundo – eleição de Trump nos Estados Unidos, Modi na Índia e Orban na Hungria, dentre outros.

Na campanha de Bolsonaro para a presidência, o MST foi uma das principais organizações atacadas pelo candidato, como suposto exemplo do estado de desordem no Brasil e prova concreta da anacrônica “ameaça comunista” ao Brasil, alardeada por Bolsonaro com sucesso nas redes sociais. O movimento de ataque da extrema-direita demandou ações preventivas do MST, como o fortalecimento dos laços sociais e políticos com diversos segmentos e a ampliação da visibilidade de suas ações em diversos meios e linguagens, qualificando progressivamente o uso das redes sociais.

Com a pandemia e a ameaça da crise política se ampliar, o desafio para o MST também se amplia: além de fortalecer a visibilidade para combater a criminalização ou a invisibilização como táticas de neutralização da luta social, era necessário gerar alternativas de escoamento para a produção das famílias acampadas e assentadas.

De modo que, nesta conjuntura agravada pela pandemia da Covid-19, as ações de solidariedade do MST se tornam um forte instrumento articulado de educação popular, diálogo com a sociedade, propaganda política e trabalho de base em prol do projeto da Reforma Agrária Popular. O eixo do projeto estratégico do MST, de defesa da soberania popular, é projetado para a sociedade, momento em que as famílias acampadas e assentadas produtoras de alimento se tornam agentes protagonistas do contato com a população periférica do campo e da cidade e porta-vozes do projeto da Reforma Agrária Popular. No documento do VI Congresso Nacional do MST, a soberania alimentar é compreendida a partir do seguinte conjunto de ações:

a) Promover a produção agrícola diversificada e sustentável, rompendo com a monocultura em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e sem sementes transgênicas; valorizando a produção de sementes e outros insumos em nível local; b) Priorizar a produção de alimentos de qualidade, limpos e saudáveis para atender a demanda dos trabalhadores das cidades, potencializando as compras governamentais pelas escolas, hospitais entre outras necessidades sociais; c) Estimular todas as formas de cooperação agrícola a partir das formas tradicionais de organização comunitária, mutirões, associações e cooperativas, com objetivo de aumentar a escala de produção; d) Organizar agroindústrias na forma cooperativa, sob controle dos agricultores e dos trabalhadores, para beneficiar os alimentos e agregar valor à produção e gerar renda (MST, 2013, p. 72).

A organização do processo produtivo em prol da soberania alimentar encontra nas ações de solidariedade uma maneira de estender as conquistas internas para o conjunto da sociedade, demonstrando que é possível adotarmos um modo de produção que zele pela saúde humana e pela proteção da natureza. As ações solidárias envolvem tanto quem pratica a solidariedade, quanto quem necessita dela. Nesta troca, os sujeitos que distribuem cuidados, alimentos, informação, se transformam e se humanizam, assim como aqueles que são beneficiados.

Desde o início da pandemia, o MST realizou a doação de mais de 4 mil toneladas de alimentos em 21 estados brasileiros. Articulações locais foram organizadas em torno de campanhas nacionais permanentes, como a “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, que objetiva plantar 100 milhões de árvores em 10 anos, e a campanha “Mulheres Sem Terra, Contra os Vírus e as Violências”. Em Minas Gerais, ocorreram doações de alimentos em nove regiões nas quais o movimento está organizado: Norte, Sul, Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Mucuri, Jequitinhonha, Triângulo Mineiro, Metropolitana e Alto Paranaíba. Além de cestas básicas e marmitas a quem enfrenta a fome, também foram doadas homeopáticas e organizaram-se cursos de formação virtual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A solidariedade pode ser compreendida como um elemento de disputa que recebeu destaque durante a crise sanitária e humanitária da Covid-19. Esta se associa às outras crises decorrentes da sociedade capitalista e aprofunda a barbárie instaurada no cotidiano da classe trabalhadora, seja no campo, seja na cidade.

Munido desta análise e da necessidade de garantir o isolamento social, condição que impede a convocação de manifestações massivas, o MST passa a atuar politicamente por meio de campanhas de solidariedade, com foco nas periferias das grandes cidades. Além de ser uma ferramenta de mobilização e trabalho de base, a solidariedade é um valor presente historicamente na fundação do movimento e na práxis da militância Sem Terra, como se constata nos documentos de sistematização de suas linhas políticas.

Nota-se que inúmeras empresas realizaram doações durante o ano e as propagandearam através do quadro Solidariedade S.A., na Rede Globo. Ao mesmo tempo em que multiplicaram seus lucros, expandiram negócios, receberam aportes bilionários do Estado e infringiram as leis trabalhistas, colocando em risco a vida dos seus trabalhadores e expondo populações de diversas cidades à contaminação.

Enquanto a classe trabalhadora necessita da solidariedade como forma de garantir a própria sobrevivência, a burguesia a utiliza como alegoria para manter a coesão social e lança mão da mídia para consolidar a fachada de eficiência ao lidar com o agravamento da Questão Social. Ocorre, portanto, um processo de apropriação pela classe dominante, que transforma a solidariedade em mais uma possibilidade de negócio e a condiciona à manutenção do *status quo*. Desta maneira, é possível inferir que o termo caridade é mais adequado para definir tais ações.

Compreendendo o uso oportunista da solidariedade pela burguesia, o MST atua em direção oposta, reforçando o caráter pedagógico e organizativo das ações no sentido da reconstrução humana, do fortalecimento da Reforma Agrária Popular e da emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AMORIM, Paulo Henrique. *O Quarto Poder, uma outra história*. São Paulo: Hedra, 2015.

AMIGOS DA TERRA BRASIL; *Et al.* A farsa das doações no combate à Covid-19 nos setores de plantações de monoculturas de árvores, agronegócio, petróleo e mineração no Brasil. *Amigos da Terra Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2020/07/27/a-farsa-das-doacoes-no-combate-a-covid-19-nos-setores-de-plantacoes-de-monoculturas-de-arvores-agronegocio-petroleo-e-mineracao-no-brasil/#:~:text=Uma%20rede%20de%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20da,sanit%C3%A1ria%20em%20que%20o%20pa%C3%ADs>. Acesso em 29 nov. 2020.

BASSI, Bruno S. Território do tamanho da Holanda: Vale explora 4 milhões de hectares no Brasil. *De olho nos ruralistas – Observatório do agronegócio no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/01/28/territorio-do-tamanho-da-holanda-vale-explora-4-milhoes-de-hectares-no-brasil/>. Acesso em 28 nov. 2020.

BORGES, Caroline. MPT entra com ação contra a JBS por omissão de medidas de prevenção à Covid-19 em SC. *Portal G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/10/14/mpt-entra-com-acao-contra-a-jbs-por-omissao-de-medidas-de-prevencao-a-covid-19-em-sc.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL DE FATO. Minas Gerais é "cemitério preferido" da Vale, ironiza prefeito de Belo Horizonte. *Brasil de Fato*, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/12/minas-gerais-e-cemiterio-preferido-da-vale-ironiza-prefeito-de-belo-horizonte>. Acesso em 29 nov. 2020.

COPETTI, Thiago. Seis frigoríficos com unidades no RS já foram alvo de ações do MPT. *Jornal do Comércio*, 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2020/05/737626-sete-frigorificos-ja-assinaram-acordos-com-mpt-no-estado.html. Acesso em 29 nov. 2020.

ENGELMANN, Solange; FERREIRA, Janelson. Ações de solidariedade Sem Terra se espalham pelo país durante pandemia. *Página do MST*, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/16/acoes-de-solidariedade-sem-terra-sem-espalham-pelo-pais-durante-pandemia/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A questão Agrária no limiar do século XXI*. 1998.

JORNAL NACIONAL. Solidariedade S.A.: conheça ações solidárias de empresas e empresários durante a pandemia. *Portal G1*, 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/14/solidariedade-sa-conheca-acoes-solidarias-de-empresas-e-empresarios-durante-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2020a.

JORNAL NACIONAL. No Recife, estudantes se mobilizam para levar informação segura a comunidades. *Portal G1*, 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/25/no-recife-estudantes-se-mobilizam-para-levar-informacao-segura-a-comunidades.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2020b.

JORNAL NACIONAL. Solidariedade S/A: kits para testes da Covid-19, equipamentos e hospitais de campanha. *Portal G1*, 2020c. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/18/solidariedade-sa-kits-para-testes-da-covid-19-equipamentos-e-hospitais-de-campanha.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MARTINS, Helena. *Comunicações em tempos de crise: economia e política*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MERLINO, Tatiana. Hipocrisia s/a.: o que a globo não mostra sobre as empresas "solidárias" durante a pandemia. *O joio e o trigo*, 2020. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2020/06/hipocrisia-s-a-o-que-a-globo-nao-mostra-sobre-as-empresas-solidarias-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Valores de uma práxis militante. *Caderno de Formação*, nº 37. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2009a.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST. *Página do MST*, 2009b. Disponível em: <<https://mst.org.br/2009/07/08/linhas-politicas-reafirmadas-no-iv-congresso-nacional-do-mst-2000-2>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sobre os nossos desafios e as linhas políticas de atuação do MST. *Debate do VI Congresso Nacional do MST*. São Paulo, 2013.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Programa Agrário do MST*. São Paulo: MST, 2014. Disponível em: <<https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>>. Acesso em: 29 nov.2020.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *História do MST*. A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente. Porto Alegre: Instituto Josué de Castro/ITERRA/UFFS, 2015.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Normas gerais e princípios organizativos do MST*. São Paulo, 2016.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Humanismo e Solidariedade como valor do MST. *Jornal Sem Terra*. Edição Especial Agroecologia e Solidariedade, 2020a.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ações do MST no sudeste fortalecem a solidariedade entre trabalhadores. *Página do MST*, 2020b. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/09/15/acoes-do-mst-no-sudeste-fortalecem-solidariedade-entre-trabalhadores/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Curso de Formação de Formadores do MST*. Documentos internos, não publicado, Belo Horizonte. 2020c.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos estud.* - CEBRAP [online]. 2006, n.74, p.67-85.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Maura. Solidariedade não é caridade. *Página do MST*, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/25/solidariedade-nao-e-caridade>. Acesso em: 29 nov. 2020.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO DIREITO: NOTAS SOBRE PRÁXIS DO MST E AS ALTERNATIVAS POPULARES

ELISANGELA DAS DORES CARVALHO¹
MATILDE OLIVEIRA DE ARAÚJO LIMA²
SÔNIA MARIA ROSENO³

INTRODUÇÃO

O presente artigo ressalta e situa processos significativos da educação do MST para a práxis da Educação do Campo. Destacamos como a especificidade do jeito pedagógico e educativo do Movimento vem ganhando força em uma dimensão emancipatória, de dentro (interna) para fora (externa), no percurso do Movimento. Identificamos que a dinâmica e a organicidade do MST, bem como os processos educativos construídos nas lutas, nas escolas, na produção, vem possibilitando a formação do sujeito Sem Terra, deste ser militante que questiona e busca organizar processos de transformação da realidade.

A práxis na perspectiva marxista é entendida como transformação objetiva do processo social, é fundamento do conhecimento prático e reflexivo. Portanto, a compreensão do conceito de práxis se faz necessária ao passo que compreendemos e apreendemos o MST como sujeito pedagógico através de suas ações e reflexões.

De acordo com Sánchez Vázquez (2011, p. 29-30),

dizemos “práxis” transcrevendo o termo *πραξις*, utilizado pelos gregos na Antiguidade para designar a ação propriamente dita. Como se sabe, em nosso idioma, dispomos também do substantivo “prática”. Tanto um como outro termo (“práxis” e “prática”) podem ser empregados

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Licenciada em Educação do Campo pela UFMG. Especialista em Educação e Marxismo pela Fiocruz. Educadora Popular da Escola do Campo, Escola Estadual Carlos Henrique Ribeiro dos Santos, Integrante do Setor de Educação do MST de Minas Gerais. E-mail: lisamstrj@yahoo.com.br

² Camponesa; Pedagoga pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Mestra pela Escola Nacional de Saúde pública (ENSP) Fiocruz. E-mail: matildeiejc@yahoo.com.br

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); Mestre e Doutora em Educação Pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Educadora Popular. Militante do Setor de Educação do MST. E-mail: roseno.sonia2@gmail.com

indistintamente em nossa língua, embora seja o segundo o que se costuma usar na linguagem comum e na literatura; o primeiro, em compensação, só é reconhecido – e, mesmo assim, não sempre – no vocabulário filosófico. Sem descartar completamente o vocabulário dominante na linguagem comum, preferimos utilizar em nossa pesquisa – apesar de seu uso restrito – o termo “práxis”. A razão que nos levou a isso foi justamente a de livrar o conceito de “prática” do significado predominante em seu uso cotidiano que é o que corresponde, [...], ao de atividade prática humana no sentido estritamente utilitário que tem em expressões como estas: “homem prático”, “resultados práticos”, “profissão muito prática” etc.

No processo da práxis formativa dos sujeitos militantes, um dos pilares a ser levado em consideração é a análise do contexto em que se encontram e em qual dimensão da práxis educativa e organizativa eles estão inseridos, ou seja, onde eles se identificam neste processo e quais são as suas interrogativas, negativas e afirmativas. Sendo assim, em um processo de formação e transformação revolucionária, Sánchez Vázquez (2011, p. 160) afirma que, “desse modo, essa práxis revolucionária, como explicitadas nas teses sobre Feuerbach, não é atividade prática pura, mas sim, o terreno em que se opera a unidade do pensamento e da ação”. Na práxis formativa, quem nega, interroga e afirma, também adquire conhecimento. Para Sánchez Vázquez (2011), a precisão da práxis revolucionária que dirige a essa solução não nasce de uma contradição entre a história e a verdadeira essência humana, mas de uma contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

Vázquez (2011, p. 412) afirma também que:

essa essência humana – social, prática e histórica – não se esgota, por isso em nenhuma das formas concretas da existência social e individual do homem. Enquanto a práxis é um elemento determinante dela – em particular o trabalho humano – essa dimensão essencial do homem como ser produtor, prático, criador, jamais desaparece ou é totalmente negada já que se trata do homem como ser histórico e social.

Sendo assim, identificamos a práxis do MST na ocupação da terra, na luta pela Reforma Agrária Popular, na produção agroecológica e na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, não no sentido abstrato, mas na ação e na reflexão. Ao mesmo tempo em que o MST faz luta política e econômica, faz também, simultaneamente, a luta por escola, por educação, por saúde, lazer, cultura. Portanto, não separa o sujeito da totalidade, pois esse é um ser que estuda, que se relaciona, que luta. E nesse processo em construção que o ser militante do MST vai se constituindo enquanto identidade. Essa formação está conformada em diversos espaços e tempos diferenciados desde a sua gênese.

Para Morissawa (2001, p. 120):

o MST foi buscar a ponta do novelo que ficou perdida desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964. Ou seja, para que o tema ‘Reforma Agrária’ fosse colocado em discussão no Brasil, e posteriormente fosse efetivada, foi preciso que a sociedade se mobilizasse, principalmente os trabalhadores que lutavam por terras, e resgatasse os seus direitos a terem condições dignas de trabalho, habitação e, sobretudo, de vida.

Nesse mesmo sentido, Stédile e Fernandes (2005, p. 58) afirmam que:

precisamos, sim, ter a humildade de aprender com os que nos antecederam. Estes só foram grandes porque aprenderam com os que vieram antes deles e foram coerentes com o passado que herdaram de outros lutadores. Nesse sentido, é importante fazermos o resgate histórico de nossas lutas.

Neste acúmulo, para o MST esse novo período, após seus 35 anos de resistência, sinaliza elementos fundamentais que requerem uma cuidadosa disciplina para conjugar os verbos, agir e refletir. Primeiro, a partir da centralidade da luta pela terra e, posteriormente, dar continuidade a essas lutas por meio das ocupações, da produção, das mobilizações e práticas pedagógicas.

A terra e os bens da natureza são acima de tudo, um patrimônio dos povos que habitam cada território, e devem estar a serviço do desenvolvimento da humanidade. Democratizar o acesso à terra, aos bens da natureza e aos meios de produção na agricultura a todos os que querem nela viver e trabalhar. A propriedade, posse e uso da terra e dos bens da natureza devem estar subordinados aos interesses gerais do povo brasileiro, para atender as necessidades de toda população (MST, 2012, p. 1).

Assim, as lutas travadas pelo MST têm se constituído como uma alternativa popular para a construção de condições dignas de vida no campo e tem se desafiado a superar questões históricas de exclusão dos povos do campo. Une a estes desafios do Movimento os esforços e a luta na contribuição teórica e prática da construção político, pedagógica e filosófica da educação do campo, conforme veremos a seguir. Com isso, a matriz teórica dos princípios educativos do MST está embasada em Freire (1981; 2002), no sentido de uma educação libertadora, na qual os sujeitos camponeses investigadores críticos problematizam constantemente suas realidades, para assim refletir suas práticas e buscar transformá-las.

A CONTRIBUIÇÃO PRÁTICA E TEÓRICA DO MST PARA A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica”

(FREIRE, 1981, p.73.).

Para falar das alternativas construídas e em construção pelos camponeses e camponesas Sem Terra na luta e na prática de uma educação que seja coerente com os princípios e desafios dos sujeitos Sem Terra, de sua organização e sobre a contribuição desta prática na construção da educação do campo, consideramos fundamental trazer, de forma breve, uma reflexão/análise sobre o campo e o papel da agricultura no atual modelo de desenvolvimento brasileiro e como se configurou historicamente, no modo de produção capitalista, a relação campo e cidade.

Marx (2013), no capítulo intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, que faz parte do livro *O Capital*, descreveu de forma clara como se deu, usando o exemplo clássico da Inglaterra, o processo de configuração do campo a partir da dissolução das relações feudais. Os camponeses foram expulsos de suas terras comuns para dar lugar às grandes pastagens para criação de ovelhas, dado o surgimento da manufatura. Esse processo de acumulação produziu e continua a produzir “a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo o seu trabalho, continua a não possuir nada para vender, a não ser a si mesmo” (MARX, 2013, p.785). Além da exploração do trabalho, os capitalistas, tal como o faziam os senhores feudais no período da acumulação primitiva, avançavam de forma desenfreada sobre os recursos naturais, lucrando extraordinariamente, expulsando cada vez mais camponeses da terra e causando inúmeros problemas ambientais e sociais, afetando de forma drástica o meio ambiente e a vida das populações.

Uma releitura atualizada do texto de Marx (2013) com certeza possibilita a chave para melhor compreendemos as formas históricas e atuais utilizadas pelo capital para continuar acumulando e se reproduzindo e como o poder constituído (Estado e as leis) vai sendo recriado e modernizado no sentido de legitimar, proteger, manter e aumentar a riqueza de uma minoria.

Conforme Marx (2013, p. 787) já alertou no referido texto:

A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa em diferentes épocas históricas.

No Brasil o processo de expropriação iniciou com a chegada dos portugueses e a terra, onde viviam livremente os povos originários sem qualquer forma jurídica, passou a pertencer à coroa e ser administrada de acordo com os interesses de Portugal. Desse processo de expropriação e de escravização surge toda história de lutas e resistências. Os povos do campo se mantêm, resistem e se reinventam heroicamente até os dias atuais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assim como outros movimentos do campo, para além do processo formativo das lutas em si, sempre organizou processos intencionalizados de formação dos sujeitos participantes. Alguns traços específicos da materialidade da luta dos camponeses influenciaram decisivamente na construção desse processo formativo. Um aspecto importante é que a luta camponesa é realizada pela família e pela comunidade (CALDART, 2004). Ou seja, estão juntos na mesma luta os sujeitos nas mais diferentes idades, gênero, reivindicações, olhares, posições e disposições diferentes. Outro aspecto fundamental é que o lugar pelo qual se luta e reivindica (o acampamento, o assentamento, a comunidade) é, ao mesmo tempo, o espaço de moradia, da produção econômica, das trocas simbólicas e dos aprendizados.

Desde sua gênese, o MST luta por escolas públicas para os acampamentos e assentamentos e, ao mesmo tempo, luta para que a gestão destes espaços escolares seja coletiva e democrática

e que as comunidades estejam conscientes e auto-organizadas para a necessária participação, influenciando para que o currículo (tanto na sua forma quanto no seu conteúdo) possa refletir crítica e propositivamente a realidade. Contudo, o MST sempre organizou espaços formativos autônomos, tais como grupos de estudos, reuniões, seminários, oficinas e cursos em diferentes formatos e o desafio têm sido o de vivenciar em todos esses processos os princípios da Pedagogia do Movimento. Para Caldart (2012, p. 546),

o MST tem uma pedagogia que é o jeito pelo qual historicamente vem formando o sujeito social (coletivo) de nome Sem Terra, e que, no dia a dia, educa as pessoas que fazem parte dele e pode orientar ações organizadas especificamente para educá-las ou aos seus descendentes.

A Pedagogia do Movimento vem sendo construída na prática e na teoria, tendo como referência três eixos norteadores: a pedagogia socialista, a pedagogia do oprimido e a experiência do próprio Movimento.

No percurso fomos coletivamente entendendo e formulando melhor a compreensão de que a tarefa de ocupação da escola pelo MST precisa ser intencionalizada no sentido ampliado de apropriação da escola pela classe trabalhadora, o que quer dizer, ancorar seu trabalho de educação em um projeto formativo que vise à construção do projeto histórico dessa classe. Em nossas práticas esse processo/desafio tem sido identificado como implementação da “pedagogia do MST”, ou mais amplamente, da Pedagogia do Movimento, que não deve ser entendida como uma concepção particular de educação e de escola ou uma tentativa de criar uma nova corrente teórica da pedagogia, mas sim como um jeito de trabalhar com diferentes práticas e teorias de educação construídas historicamente desde os interesses sociais e políticos dos trabalhadores, que tem a dinâmica do Movimento (suas questões, contradições, necessidades formativas da luta e do trabalho) como referência para construir sínteses próprias de concepção, igualmente históricas, em movimento (CALDART, 2015, p. 25).

A Pedagogia do Movimento se afirma a partir de matrizes da formação humana: o trabalho (tanto em seu sentido genérico, quanto no sentido estrito da produção imediata), a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história. Entendendo todas essas matrizes como “diferentes expressões do trabalho ou da atividade humana criadora” (CALDART, 2015, p. 31).

A proposta de educação no MST tem como referência alguns princípios filosóficos e pedagógicos⁴. Os princípios filosóficos vão tratar da visão de mundo do Movimento, suas concepções acerca da pessoa humana, da sociedade e do que se entende por educação. Já os princípios pedagógicos se traduzem no jeito de fazer e de pensar a educação, concretizando os princípios filosóficos (MST, 2005).

Pensar a educação é pensar o processo de formação da pessoa humana. Desta forma, segundo o Dossiê da Educação do MST (2005, p. 161),

⁴ Estes princípios estão apresentados de forma resumida, porém podem ser vistos por completo no Dossiê MST Escola (MST, 2005).

consideramos a educação uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para a nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores.

O MST, por entender a importância da educação no processo de luta pela terra, tem se constituído como um dos movimentos sociais que carrega a bandeira da necessidade de uma educação do e para os trabalhadores do campo. Esse caminho, que começou em 1987 com o Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamentos no município de São Mateus-ES, teve como um dos desdobramentos a criação do Setor de Educação, que passou a compor a estrutura organizativa do MST.

O Movimento chega a Minas Gerais no final da década de 1980, mas somente no ano de 1996, com a organização do Setor de Educação no estado, realiza a formação de Educadores da Reforma Agrária. Contou, nesse processo de formação, com a contribuição de vários professores de outros estados, como Bahia e Paraná, e também de educadores de várias instituições de Minas Gerais para trabalhar os conceitos da educação do MST, bem como seus princípios filosóficos e pedagógicos (ROSENO, 2010).

Desde a consolidação do setor de educação do MST de Minas Gerais, o Movimento se coloca, de forma cada vez mais intensa, a necessidade de organização para a garantia do direito a uma educação pública e de qualidade, bem como o direito à educação do campo. Nesse sentido, nos mais de 30 anos de existência do MST em Minas Gerais, tem-se feito a luta para a conquista de escolas em áreas de acampamentos e assentamentos, pelos cursos de formação de educadores, pela alfabetização para garantir que os camponeses tenham acesso ao conhecimento e formação dos Sem Terrinha.

A atualidade e materialidade do contexto da luta pela terra e na terra é a base para organizar os processos educativos do e no MST. O Programa da Reforma Agrária Popular (MST, 2013), aprovado no sexto congresso do MST, é, neste momento histórico, este grande referencial.

O Programa da Reforma Agrária Popular (MST, 2013) é, em seu conjunto, um projeto educacional contra-hegemônico, em primeiro lugar, por ser resultado de um longo processo de formação e de tomada de consciência sobre a realidade; em segundo lugar, por propor ações e situações organizativas concretas e imediatas para mudança nas condições objetivas de vida das coletividades envolvidas; em terceiro lugar, porque as propostas nele contidas, ao se objetivarem como fruto da luta coletiva, se coloca como mediação, contribuindo para a elevação da consciência coletiva dos sujeitos envolvidos e, conseqüentemente, para a alteração da correlação de forças sociais em favor da classe trabalhadora; por último, o Programa já traz em si uma leitura de seu caráter limitado pelas condições históricas dadas e a necessidade de construção subjetiva de um novo contexto em que possa ir além dele mesmo.

Dentre as propostas contidas no Programa, destaca-se a agroecologia, que, ao ser inserida como teoria e prática nos processos de formação, tem contribuído para a qualificação dos processos

formativos e para mudanças econômicas, ambientais e sociais dos sujeitos e de suas comunidades, uma vez que a agroecologia envolve e exige um conjunto de conhecimentos interdisciplinares sem os quais não é possível apreendê-la e mudanças de comportamentos sem os quais não é possível praticá-la na sua verdadeira essência, assim, “tratar seriamente a agroecologia na escola expressa e provoca a exigência de uma formação geral ampla, ao mesmo tempo universal e enraizada em cada comunidade, na diversidade própria à vida humana e à natureza” (CALDART, 2017, p. 15).

Para melhor apreensão dos fundamentos do Programa, torna-se imprescindível o envolvimento e inserção em processos coletivos concretos de construção de contra-hegemonia, em processos que contribuam para superação da alienação, como nos alerta Mészáros (2005, p. 59):

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes caracterizada como ‘reificação’) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis de nossa existência individual e social.

O Programa, como resultado de uma ação coletiva consciente, propõe como desafio a formação permanente dos sujeitos na busca da elevação das condições materiais e da consciência do maior número de pessoas. Para que essa elevação se efetive, torna-se necessário uma prática organizativa que supere a fragmentação alicerçada pela propriedade privada da terra e dos instrumentos de trabalho e se estende às políticas públicas (inclusive a escola) que chegam aos assentamentos de forma pontual e setorizada e que fragmentam a realidade. Logo, uma prática organizativa que contemple o assentamento, o acampamento, as relações sociais e as relações de produção como uma totalidade.

Para Marx (2008, p. 47):

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se elava uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência.

A Reforma Agrária Popular exige uma estrutura organizativa e uma organicidade (movimento) que se faz localmente, mas em conexão com a luta em geral, que contemple as questões econômicas, sociais e políticas da classe. Isso não se faz sem um movimento educacional permanente e uma prática organizativa que envolva a comunidade local como uma totalidade. Neste sentido, construir a Reforma Agrária Popular surge da necessidade de um processo de formação que prepare os sujeitos para disputar os rumos da sociedade e da política, para auto-organização e resistência na terra.

Pode-se afirmar que o projeto educacional da Reforma Agrária Popular está vinculado a um posicionamento crítico, pois visa revelar as contradições sociais e os diferentes projetos de sociedade, numa clara proposição de que a libertação dos trabalhadores só poderá ser obra dos próprios trabalhadores, como afirma o marxismo ao apontar para a urgente formação de sujeitos conscientes de seu condicionamento e de suas possibilidades históricas.

A experiência do MST contribuiu de forma decisiva para a construção do movimento da educação do campo, que tem como um dos seus tantos marcos e conquistas a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Essas diretrizes, no Brasil, datam do ano de 2002 (BRASIL, 2002); em Minas Gerais foram publicadas apenas no dia 27 de maio de 2015, após 13 anos, e representam um passo importante na educação do campo em nível nacional e estadual, mas a trajetória da educação voltada para os povos camponeses não começou com esses documentos e nem eles resolverão todos os seus desafios. A luta em defesa de um projeto de educação que considere a cultura, os saberes, a identidade e o território dos sujeitos do campo ganhou força na década de 1990 com a atuação de movimentos sociais, sindicais e pastorais, que se mobilizaram para debater essa pauta.

De acordo com Medeiros e Aguiar (2015, p. 12), uma série de encontros foram organizados para discutir sobre a temática, sendo alguns deles ocorridos no "Pará 1992, São Paulo 1992 e 1994, Minas Gerais 1995, Paraíba 1994, Amazonas 1993, dentre outros". Entretanto, o grande evento que conseguiu convergir as discussões feitas a nível local e envolver um grande número de participantes, dentre educadores, educandos, instituições civis e movimentos organizados, foi o Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997.

Desde o ENERA, que incitou diálogos sobre o direito à educação dos povos do campo e, a partir dele, ações para a garantia desses direitos, uma série de lutas foram travadas e conquistas históricas são seus frutos, tendo o MST um papel importante nestes processos.

A luta vivenciada pelos Sem Terra é a grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, preocupando-se com a formação do sujeito para a transformação social. Dessa forma, partindo das práticas vivenciadas nas lutas dos Sem Terra e dos povos do campo em geral, que foram sendo acumuladas e servindo de base para a elaboração dos princípios da educação do campo e no campo e suas diretrizes de ação. Portanto, pensar a concepção de educação do campo é pensar e atuar para além da escola, mas não abandonar em nenhum momento a escola.

Destacamos neste trabalho uma das experiências do MST no estado de Minas Gerais, que é resultado da luta pela efetivação da Educação do Campo. A conquista da Escola do Campo do assentamento Dênis Gonçalves, localizado na cidade de Goianá, na Zona da Mata, hoje denominada Escola Estadual Carlos Henrique Ribeiro dos Santos⁵, iniciou suas atividades ainda como um anexo

⁵ Carlos Henrique foi um jovem que fazia parte do Setor de Educação, cujo sonho era ver uma escola no assentamento. Morreu sem ver a escola concretizada. Em assembleia, a comunidade decidiu homenageá-lo para que sua memória seja preservada. A oficialização do nome da escola em sua homenagem aconteceu em 09 de outubro de 2020.

de escola urbana no mês de junho de 2016, sendo a primeira escola instituída depois da publicação das Diretrizes da Educação do Campo do estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2015).

Em um contexto de retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e da política de fechamento das Escolas do Campo é que os assentados reafirmaram a necessidade de garantir uma escola coerente com os princípios dos movimentos sociais e a identidade camponesa. Foram vários seminários internos para a discussão do projeto de escola e educação que queriam, diversas idas a Juiz de Fora e Belo Horizonte para reuniões na Superintendência Regional e Estadual de Ensino. Esse processo durou três anos, iniciando-se ainda no governo de Antônio Anastasia (PSDB).

Entretanto, foi em 2016, já na gestão de Fernando Pimentel (PT), que esse sonho se concretiza, em certa medida fruto também da instituição das Diretrizes da Educação do Campo do estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2015). A Escola foi uma iniciativa piloto da Secretaria Estadual de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ela foi formalizada como o 2º endereço da Escola Estadual Maria Ilydia Resende de Andrade, localizada em Juiz de Fora, cidade que fica a cerca de 40 km do assentamento. No ano de 2017, a escola teve mais uma conquista, a consolidação de dois anexos, sendo um no próprio assentamento, denominada de Serra⁶, e o outro no acampamento Gabriel Pimenta⁷, que possibilitou a abertura de turmas nesse acampamento, então localizado no município de Coronel Pacheco. Ambas com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com particularidades diferentes, a do acampamento funcionou primeiramente como a primeira experiência de Escola Itinerante de Minas Gerais e a da Serra funciona com a Pedagogia da Alternância.

Roseno (2010, p. 70-71) afirma que:

Nos anos de 1990, surgiu a “Escola Itinerante” do Movimento, com o objetivo de atender às necessidades educacionais dos acampamentos que ainda não tinham uma escola. Essas escolas como o próprio nome, sugere o deslocamento de um acampamento para outros. Os locais de aulas acontecem em todos os lugares, algumas vezes de modo improvisado.

Iniciada com poucas turmas, hoje a escola se expandiu fruto da constante luta do MST e parceiros, como Betão, Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que esteve presente desde a ocupação do assentamento, em 2010, e acompanha principalmente a luta pela Educação do Campo até os dias atuais. A Escola Estadual Carlos Henrique Ribeiro dos Santos tem na sua essência a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, tendo em seu início muitas dificuldades e com muita precariedade no que se refere à estrutura física. Porém, esse não foi um impeditivo para a comunidade seguir fazendo a luta para a escola avançar. Ressalta-se que a escola cumpre um papel de referência para a comunidade, pois é junto dela que têm ocorrido processos de formação e espaço de sociabilidade.

⁶ O Assentamento Dênis Gonçalves tem mais de 4 mil hectares e conta com uma parte mais alta e distante da escola sede.

⁷ O acampamento citado não existe mais, porém, algumas famílias resistiram e permaneceram na escola até os dias atuais. Depois do despejo, no ano de 2018, as famílias foram acolhidas no Assentamento Dênis Gonçalves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências históricas do MST de luta e enfrentamento pela conquista da terra e por condições para que as famílias possam viver e se educarem no campo, se constituiu como importantes e fundamentais experiências que, somadas às lutas passadas e atuais dos demais povos do campo, alicerçaram a construção dos processos que construíram até aqui a Educação do Campo como conceito e como prática de uma educação comprometida com o campo desde as perspectivas dos trabalhadores e trabalhadoras organizados. Essas experiências têm reafirmado que “os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática “bancária”, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos” (FREIRE, 2002, p. 69). Na Pedagogia do Movimento e na educação do campo não pode haver educandos nem educadores passivos, mas sujeitos, individuais e coletivos, interagindo e agindo no mundo, construindo mediações, aprendendo e reaprendendo, em condições adversas e contraditórias.

Na pedagogia do Movimento e na Educação do Campo o desafio é manter uma prática questionadora, uma visão sempre crítica do real, buscando a superação dessa visão imposta pela ciência burguesa que naturaliza a exploração, a discriminação e as desigualdades econômicas e sociais e quer nos fazer crer que a acumulação da riqueza por parte de alguns e da pobreza da maioria deve-se ao fato de os primeiros reunirem um conjunto de capacidades e comportamentos que os últimos não têm e por isso não sabem ganhar e nem aplicar bem o que ganham. Aprendemos com Marx (2013, p. 787) que “na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência”.

Essa fala de Marx se reafirma com muita força na atualidade, em que o capital, para sair da crise sistêmica em que se encontra, avança sobre os recursos do Estado e os recursos naturais para manter e aumentar seus lucros, destruindo a biodiversidade, expulsando comunidades, fechando escolas e destruindo direitos conquistados. Diante desta realidade, resta aos sujeitos do campo a construção da unidade para resistir e continuar construindo o campo e a educação do e para os camponeses e camponesas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002*. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC, 2002.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: ESPJV/Expressão Popular, 2012. p. 546-553.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento e complexos de Estudo. In: SAPELLI, M.L.S; FREITAS, L.C e CALDART, R. S (Orgs.). *Caminhos para transformação da Escola: Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CALDART, R. S. Agroecologia nas escolas do campo: construção do futuro feita a mão e sem permissão. *MST*, 06 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/02/06/agroecologia-nas-escolas-do-campo-construcao-do-futuro-feita-a-mao-e-sem-permissao/>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. *Ação Cultural para a Liberdade*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARX, K. Introdução à Crítica da Economia política. In: *Contribuição à Crítica da Economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: *O Capital*. Livro I. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-833.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, E. A. AGUIAR, A. L. O. Educação do/no campo: história, memória e formação. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 25, n.48, p. 06-18, Jan-Abr. 2015. Disponível em: <https://cpan.ufms.br/files/2020/03/document.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

MÉSZÁROS, E. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAS GERAIS. *Diretrizes da Educação do Campo do estado de Minas Gerais*. Instituída pelo Decreto estadual nº 46.218, de 15 de abril de 2013, alterado pelo Decreto estadual nº 46.233, de 30 de abril de 2013 e Decreto Estadual nº 46.939 de 21 de janeiro de 2016. Belo Horizonte: SEE, 2015.

MORISSAWA, M. (Org.). *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2001.

MST. *Dossiê MST Escola*. Documentos e Estudos 1990-2001. Edição Especial. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MST. Cartilha Programa Agrário. *In: VI Congresso Nacional do MST, 2013.*

ROSENO, S. M. 157f. *O curso de licenciatura em Educação do Campo: Pedagogia da Terra e a Especificidade da Formação dos Educadores e Educadoras do Campo de Minas Gerais.* Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. *Filosofia da Práxis.* 2 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso/ São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SEMERARO, G. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Cad. Cedes, Campinas*, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 09 de novembro de 2013.

STÉDILE, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil.* O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: UMA CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA PARA AS MULHERES DO CAMPO NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST EM MG

“é melhor morrer na luta do que morrer de fome.”

Margarida Alves

LUDMILA BANDEIRA PEDRO DE FARIAS¹

MAYSA MATHIAS ALVES PEREIRA²

MAHARA JNEESH MENEZES SILVA³

MICHELLE NEVES CAPUCHINHO⁴

INTRODUÇÃO

A participação e emancipação política das mulheres sempre foi um desafio e permanece na atualidade como algo central a ser alcançado para o avanço da construção das bases da nova sociedade, se colocam como elementos imprescindíveis para a superação do capital que se apropria das relações socioeconômicas e culturais, criando condições para implementar uma lógica cada vez mais desumanizadora, brutal e violenta.

Neste sentido, o presente artigo tem o intuito de trazer as bases e fundamentos da desigualdade no papel social dos homens e das mulheres, os fundamentos da necessidade da auto-

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território da UFMG/Unimontes e militante do MST/MG. E-mail: ludmila.bandeira@gmail.com.

² Engenheira Agrônoma, Mestre em Produção Vegetal e Doutoranda em plantas medicinais, aromáticas e condimentares pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), militante do MST e-mail: agro.maysa@gmail.com.

³ Economista pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) Especialista em Estudos Latino-americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes (UFJF/ENFF). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del Rei (PPGHIS UFSJ). Compõe o setor de produção do MST.

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, Mestre em Serviço Social UFJF. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Sul de Minas. E-mail: michelle5neves@yahoo.com.br.

organização das mulheres, com foco naquelas inseridas no campo e organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST), apresentando a experiência concreta dos coletivos de mulheres que compõem o movimento e, por fim, apresentar o processo organizativo realizado nas áreas de acampamentos e assentamentos da reforma agrária em Minas Gerais.

Portanto, o desafio de construir a igualdade sobre o respeito às diferenças existentes entre homens e mulheres na sociedade perpassa por compreender as categorias de trabalho, divisão sexual e racial do trabalho e a simbiose formada por capitalismo-patriarcado-racismo. Essas categorias, elaboradas com referencial na teoria marxista e pelo campo da teoria feminista⁵, que tem o paradigma marxista enquanto base, são de suma importância para a análise proposta neste artigo.

1 PATRIARCADO - CAPITALISMO - RACISMO - ESTRUTURAS DE EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO

Para compreendermos como o capitalismo – patriarcado – racismo operam, precisamos fazer o exercício de compreensão da formação social, econômica, política e cultural do Brasil. O patriarcado e o racismo são anteriores ao sistema capitalista, mas este soube se apropriar dos primeiros, encontrando neles meios de intensificação da sua exploração sobre a classe trabalhadora. Estas duas estruturas: patriarcado e racismo, são estruturas de dominação e exploração que imbricadas ao capitalismo, em uma relação dialética, compõem o sistema patriarcal-racista-capitalista em que vivemos (PEREIRA; ROSENO, 2019).

As violências às quais são submetidas as mulheres não estão isoladas das relações econômicas, culturais e sociais, pelo contrário, a forma a qual a sociedade se organiza determina as nossas relações, seja com outro, com a terra, a natureza, o afeto, o cuidado, dentre outros. O capitalismo - racismo - patriarcado, não são naturais na organização da sociedade, ou seja, nem sempre existiram e nem sempre existirão, desta forma a luta popular é a potência de transformação e reconstrução de novas relações socioeconômicas, políticas, culturais - a nova mulher e o novo homem (PEREIRA; ROSA, 2019).

Neste sentido, a compreensão do novo patriarcado-capitalismo-racismo, descrito por Saffioti (2004) enquanto relações estruturantes e em funcionamento conjunto, compromete-nos com o esforço de olhar a totalidade das relações sociais e compreender como historicamente as mulheres ocupam posições de trabalho tidas como inferiores e, muitas vezes, inclusive, desconsideradas como trabalho.

⁵ Importante destacar que são muitas perspectivas diferentes de feminismo, havendo correntes teóricas e políticas que vão desde o feminismo liberal ao feminismo revolucionário. Mesmo no interior do pensamento marxista, podemos encontrar diferentes correntes e interpretações, mas o presente debate vai partir do campo teórico marxista, em que existem diferentes análises, mas que possuem um mesmo referencial.

O trabalho não remunerado realizado pelas mulheres é funcional para a acumulação capitalista, existe um imaginário socialmente construído a partir do patriarcado que subjuga o trabalho das mulheres. Esse pensamento historicamente constituído leva a crer que o trabalho realizado pelas mulheres é justificado pelo amor, por costumes, portanto deixaria de ser trabalho (SAFFIOTI, 2004).

As mulheres, por sua vez, seriam dotadas de uma aptidão natural aos trabalhos domésticos de limpeza, organização e cuidados, apenas pelo fato de serem mulheres, portanto, sem remuneração justa por isso. Essa lógica é utilizada como justificativa também para os baixos salários de profissões majoritariamente ocupadas por mulheres.

Estudos feministas têm apontado maiores ganhos salariais para os homens a partir do momento em que são as mulheres que realizam o trabalho doméstico e de cuidado, enquanto eles apenas se beneficiam desse trabalho, fazendo com que seja garantido a eles tempo de descanso, por exemplo. Ou seja, o mundo do trabalho se estruturou a partir da dicotomia entre o público e o privado e da divisão sexual do trabalho, que para Danièle Kergoat é

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (KERGOAT, 2009, p. 67).

O mecanismo da divisão sexual do trabalho explica a existência de dois princípios que norteiam a vivência do trabalho na sociedade: o da separação (há trabalho de homens e de mulheres) e o da hierarquia (um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher). Dito de outra maneira, há uma imputação aos homens do trabalho produtivo (com consequente dispensa do trabalho doméstico) e às mulheres a atribuição do trabalho doméstico (HIRATA; KERGOAT, 2003). O trabalho produtivo (masculino) possui maior valor social do que o trabalho doméstico, que é relegado ao *status* de um “não trabalho” (*idem*). As relações de trabalho, que têm na divisão sexual do trabalho sua base, portanto, compartimentam e hierarquizam os espaços público e privado, impõem às mulheres uma condição de exploração-dominação-opressão, que se dá tanto no espaço produtivo e, sobretudo, no espaço reprodutivo.

As expectativas sociais conduzem ao desenvolvimento de habilidades diferenciadas pelas mulheres e pelos homens. As atividades para as quais eles são orientados correspondem, por outro lado, a posições diversamente valorizadas, levando não apenas a “diferenças”, mas à assimetria nos recursos (BIROLI, 2014, p. 35).

A crítica feminista feita à bipolarização entre o espaço público e privado é importante para entender como o capitalismo reproduz a desvalorização do trabalho reprodutivo mesmo. Ainda que a contraposição tradicional entre esferas pública e privada seja complexificada com a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, elas continuam a ser as principais responsáveis pelo

trabalho doméstico e de cuidados e para as mulheres negras o trabalho foi uma constante inclusive nos postos mais desvalorizados.

A existência do racismo confere às mulheres negras uma condição ainda mais consistente no que tange à sobrecarga de trabalho, baixos salários, bem como de violência de diferentes níveis na vida dessas mulheres que ocupam posições de pouco prestígio no mercado de trabalho e são em grande medida chefes de famílias. Ou seja, a imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo confere as maiores desvantagens às mulheres negras e pobres, enxergar essa condição de maneira diferenciada nos faz ver como funciona o “nó” proposto por Saffioti (2004) para analisar como operam essas categorias historicamente constituídas.

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

A visão geral quanto à naturalização das mulheres no trabalho doméstico e de cuidados vem desde a socialização que se dá de maneira diferente para meninos e meninas, isso, em grande medida, justifica situações de controle e violência em suas vidas. Tronto (1993) assinala essa diferença de socialização entre meninos e meninas, notando a ligação da responsabilização pelo outro, valores ligados à maternidade e à paz como femininos são colocados como obrigatórios no “ser mulher”. Dessa maneira, Tronto (1993) nos ajuda a pensar sobre a crítica das diferentes morais colocadas na educação que explicam os diferentes comportamentos de homens e mulheres, bem como a naturalização das mulheres em trabalhos cuja responsabilidade é cuidar do outro.

Portanto, as crianças são socializadas conforme a divisão sexual do trabalho, na qual meninas devem aprender as formas de realização do trabalho reprodutivo, dentro de casa e também fora dela, enquanto aos meninos cabe aprender a lidar com o trabalho produtivo, fora de casa e sem contribuições com os trabalhos cotidianos que precisam ser realizados dentro de casa para a reprodução da vida. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apurou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), enquanto as mulheres trabalham em média 21,3 horas semanais em atividades de cuidado com os familiares ou com a casa, os homens passam apenas 10,9 horas se dedicando a esse tipo de trabalho⁶.

⁶ Veja mais em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/04/26/mulher-trabalha-quase-dobro-de-horas-que-homem-nos-afazeres-domesticos-diz-ibge.htm?cmpid=copiaecola>

A violência doméstica pode ser entendida como expressão dessa naturalização do lugar das mulheres no trabalho doméstico, conforme a divisão sexual do trabalho. O sentido da coerção vivenciada pelas mulheres se dá a partir do momento em que elas deixam de cumprir o que foi colocado enquanto “obrigações” do ser mulher, impondo a necessidade de controle, apropriação e exploração do corpo, vida e sexualidade das mulheres. Nesse sistema, quando as mulheres “desagradam” ou não correspondem ao estereótipo requerido delas, a violência vem como punição a essa desobediência.

A violência pode ser vista como uma forma de controle na vida das mulheres, conveniente ao capitalismo, que se aproveita do trabalho gratuito realizado pelas mulheres no barateamento dos custos da força de trabalho. Nesse sentido, o patriarcado pode ser visto como o responsável pela subordinação das mulheres, impondo a necessidade de controle, apropriação e exploração do corpo, vida e sexualidade das mulheres. Além disso, fortalece a cultura da masculinidade associada à agressividade, onde os jovens são ensinados que ser violento é ser um “verdadeiro homem”.

Nessa medida, combater a divisão sexual do trabalho, que naturaliza a submissão das mulheres, é combater a violência sexista, já que significa tira-las de sua posição socialmente construída a partir do controle patriarcal. No caso de mulheres que dependem economicamente do agressor, a dificuldade para romper com a violência é ainda maior. Portanto, a auto-organização das mulheres pode potencializar a desnaturalização das mulheres como únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, onde a construção da autonomia econômica é vista como um dos caminhos para uma vida sem violência.

Assim como a realidade entre mulheres se diferencia a partir da sua condição de classe e raça, o espaço ocupado por elas, seja no campo ou na cidade, também confere diferenças importantes em cada uma das realidades. Justamente por isso, as mudanças necessárias para o enfrentamento da violência na vida das mulheres e em especial das mulheres rurais estão em reconhecer o trabalho delas como tal.

É necessário reconhecer as relações que não envolvem trocas monetárias, mas que contêm trabalho, como partes fundamentais no funcionamento da economia local que sustenta as famílias e as comunidades, a partir do cotidiano e protagonismo das mulheres rurais, identificadas nas práticas de doações, permuta e produção para consumo próprio, com o objetivo de construir autonomia na vida das mulheres rurais a partir do seu reconhecimento e importância dentro da economia, sustentando a vida desde o trabalho realizado em casa, nos quintais, na produção de alimentos, até o acesso aos mercados. Esses são elementos fundamentais na construção de um feminismo camponês popular conforme trataremos a seguir.

2 FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR

O conceito de feminismo camponês popular tem seu embrião nos anos de 2005, quando o Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) recebeu, entre os participantes, um percentual de 42% de mulheres, de acordo com site oficial do movimento⁷, algo inédito até então. Através dessa expressiva participação de mulheres, que significou mais de 2 mil camponesas, as bases de pensar a perspectiva organizativa das mulheres foram reforçadas, pois os debates sobre os rumos das mobilizações e do papel da luta das mulheres dentro do movimento Sem-terra ganha mais força. Podemos afirmar:

[...] o Feminismo Camponês e Popular o relacionamos com as nossas próprias vidas no campo, nosso trabalho nas especificidades em ser do campo. Por isso sustentamos que Feminismo Camponês e Popular é o respeito ao nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica e que busca construir as bases para uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista e feminista. A luta por autonomia econômica e o reconhecimento do nosso trabalho, nesse sistema, são partes primordiais na construção do nosso feminismo e de nossa libertação (ALMEIDA; JESUS, 2020, p.78).

A construção da perspectiva do Feminismo Camponês Popular é algo muito vivo, que tem essencialmente a origem nos processos de luta das mulheres do MST a partir de muita reflexão sobre o papel das mulheres no campo e também na busca de compreender as diferentes concepções de feminismo que foram construídas na história. Por serem diversas as concepções e muitas vezes não expressarem um caráter classista ou não terem uma vinculação material aos movimentos sociais, o Feminismo Camponês Popular se colocou para construir reflexões e ações que pudessem fortalecer a luta feminista a partir da experiência das mulheres camponesas, trata-se de reflexões sobre as particularidades das relações sócio-políticas e econômicas materializadas no campo.

Suas bases estão estruturadas a partir de uma análise da realidade do campo em nível internacional, que identifica alguns elementos que são comuns em toda parte onde atuamos: a apropriação dos bens naturais pelo capital, a padronização da agricultura através das *Commodities*, a atuação das transnacionais em ramos estratégicos do agronegócio, da mineração e do hidronegócio e o forte aparato do Estado e da maioria dos Governos em subsidiar o capital, com investimentos e financiamentos públicos vultosos (SETOR DE GÊNERO, 2015, p.11-12).

O feminismo camponês e popular compreende e corrobora junto de outras feministas marxistas a ideia que as mulheres e os homens são impactados pelo modo de produção capitalista através do patriarcado e para a superação do mesmo as mulheres necessitam ter um protagonismo para avançar na superação dessa desigualdade de gênero que é funcional ao processo de acúmulo do capital.

⁷ Para mais informações sobre o assunto buscar no site: <https://mst.org.br/2020/03/11/o-feminismo-campones-e-popular-a-identidade-da-mulher-rural-e-mundo-operario/>.

Nesse processo, as mulheres Sem Terra se organizam pelo programa de Reforma Agrária Popular⁸ e se orientam através dos vários elementos centrais, como a democratização da terra, a produção agroecológica, a preservação dos bens naturais, a educação e a formação, a relação com a sociedade e uma forte dimensão de luta. Um dos pilares da construção da proposta perpassa a construção de uma nova sociabilidade nas áreas de assentamento e acampamento, sendo fundamental o debate sobre o papel das mulheres, o enfrentamento à violência contra as mulheres, cuja luta pela construção de uma nova sociedade perpassam o enfrentamento às desigualdades de gênero, étnicas e de raça.

A produção agroecológica é outro elemento que aparece como uma forma real de dar uso social e ambiental à terra, para garantir a soberania alimentar dos povos se opondo à produção do agronegócio que envenena e usa agrotóxicos indiscriminadamente, levando à morte da natureza e das populações tanto no campo como nas cidades. A agroecologia é entendida como um modelo de vida, por isso não deve ser compatível e/ou coexistir com a opressão e a violência contra as mulheres. Portanto, a construção de uma matriz agroecológica se coloca a realizar mudanças profundas no comportamento e nas relações e deve ser entendida em todas as dimensões, da produção à comercialização.

É com base nesse entendimento sobre a dinâmica da luta pela terra que a luta feminista ampliou seu guarda-chuva, passando a convocar e abrigar um número maior de mulheres do campo, na tentativa de capilarizar e massificar o movimento. Para isso, as militantes camponesas investiram, especialmente na última década, em diferentes ações, como marchas, protestos, ocupações, construção da auto-organização das mulheres, além de terem buscado uma maior inclusão das mulheres nos espaços de formação e decisão política.

A resistência das mulheres rurais se mantém viva a partir das lutas concretas, dos processos de formação e da participação política nos movimentos populares, diante dos ataques do sistema capitalista, patriarcal e racista, que as torna invisíveis diariamente, apesar do papel fundamental que desempenham na alimentação, na luta contra a fome e na subsistência da vida dos povos do mundo. Com o amadurecimento do programa do MST, as mulheres do movimento também compreenderam a necessidade da luta pela emancipação estar ao lado da luta pelo fim da propriedade privada, da violência, pelo direito à terra e aos territórios, os processos de lutas entre as mulheres no campo e na cidade contribuíram para trazer a força da unidade das mulheres para a transformação da sociedade. A luta contra as transnacionais, contra os transgênicos e contra a utilização de agrotóxicos tem que estar junto da luta contra todas as formas de exploração do ser humano e da natureza, com destaque colocado em documentos do setor de gênero do MST.

A partir desse cenário, surgiu a necessidade de se construir uma luta mais especificamente voltada para a realidade rural. As mulheres vivenciam cotidianamente a situação de dupla exploração:

⁸ O programa de reforma agrária popular do MST se configura como um conjunto de propostas que representam de forma sintética as ideias sobre o modelo de desenvolvimento de agricultura que defendem para o país, sendo as ações que orientam as ações do movimento. Para mais informações consultar documento do MST, a cartilha “o programa agrário do MST”, fevereiro de 2014.

de classe e de gênero, com o desenvolver das lutas auto-organizadas. Seja em movimentos mistos ou específicos, a organização passa a desenvolver sua consciência da necessidade da luta das mulheres através de questões do seu cotidiano, que também estão expressas na luta geral, assim carregam consigo determinações construídas socialmente, que buscam a superação do machismo em diferentes âmbitos.

Os objetivos da experiência de auto-organização de mulheres extrapolam, portanto, a esfera da geração de trabalho e renda, ainda que considerada fundamental para a emancipação das mesmas. No entanto, agregam outras necessidades e valores socialmente negados às mulheres. A formação da busca pela autonomia política e social e o estudo do papel das mulheres na esfera produtiva e reprodutiva, sobre como se dá a divisão sexual do trabalho na sociedade atual e, também, de como funciona a sociedade, se configuram igualmente como essenciais para as transformações almeçadas (MOREIRA; RAMALHO, 2014, p.250).

Se nos últimos anos as mulheres vêm demarcando fortemente seus posicionamentos nos mais distintos espaços de convivência política e social, notamos que no meio rural as camponesas também vêm ampliando os debates e ações auto-organizadas. O campo é hoje palco de uma luta que não se silencia diante das demandas das mulheres da cidade, vemos uma importante ligação principalmente sobre a pauta da alimentação. Assim, ao mesmo tempo que se somam, também têm uma caminhada própria, ancorada nas suas singularidades de vida e de luta.

O Feminismo Camponês e Popular tem uma identidade evidente, porque nasce da relação profunda das mulheres camponesas com a terra, todo ecossistema e a Soberania Alimentar. É popular porque emerge de uma perspectiva de classe, dentro da luta de classes, são várias perspectivas de feminismo desenvolvidas, muitas vezes ligados a correntes teóricas e políticas que vão de um feminismo ligado a uma concepção liberal até um feminismo interseccional. A concepção do feminismo construída a partir das reflexões do MST, das mulheres que compõem a Via Campesina e a CLOC na América Latina se baseia na análise de que as mulheres camponesas estão dentro de uma sociedade de classes, que é a origem da sua exploração, dominação e opressão, e que é sustentada por uma sociedade capitalista baseada no colonialismo, no patriarcado e no racismo. Portanto, esta construção do feminismo luta contra este modelo econômico, social e cultural e seus não-valores.

Durante anos o movimento camponês, a nível internacional, tem reforçado a ideia de que este processo de construção do Feminismo Camponês e Popular, por um lado, é de ação e lutas concretas contra os inimigos comuns que este setor identifica, por outro lado, uma luta em defesa da vida, dos bens naturais, das sementes camponesas, pela igualdade de direitos à terra, contra a exploração, a violência, por salários justos e iguais, por um outro modelo de sociedade e agricultura. Da mesma forma, esta reflexão coletiva deu unidade e solidariedade com outros setores e tornou visíveis todas as lutas das mulheres rurais como sujeitos de transformação social. Assim, podemos falar de ações que, organizadas nas áreas de assentamentos e acampamento, expressam a proposta do feminismo camponês e popular, os coletivos de mulheres, a produção organizada pelas mulheres

Sem-terra trazem a materialidade da luta contra o patriarcado e contra as diferentes violências que as mulheres enfrentam no seu dia a dia.

3 AUTONOMIA E GERAÇÃO DE RENDA PARA O ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS

Historicamente o trabalho das mulheres agricultoras é invisibilizado em função das desigualdades de gênero e raça, que naturaliza socioculturalmente as relações entre homens e mulheres, bem como o que é “certo”, “normal” e “aceitável”, como dito acima, este nó simbiótico estrutural naturaliza e condiciona a vida das mulheres no âmbito público e privado. No entanto, a relação sociocultural não é estática, ao passar do tempo, em cada sociedade, ela vai se definindo e reconstruindo, podendo, estas desigualdades, acentuarem ou regredirem (SCOTT, 1990), e são estas transições e/ou rupturas aos valores pré-estabelecidos pela estrutura patriarcal e racista que as mulheres e o conjunto dos movimentos sociais devem incidir.

Desta forma, é necessário o entendimento sobre a divisão social e sexual do trabalho, já que para as mulheres lhes é reservado a esfera da reprodução, o espaço privado, ou seja, a educação dos filhos e filhas, o cuidado, serviços domésticos, e aos homens a esfera da produção, o espaço público (SOUSA; GUEDES, 2016). Em função dessas naturalizações, as agricultoras são reduzidas ao cultivo dos quintais, cuidado da casa e da família, tratos na roça, o cuidado com os pequenos animais (CHAVES *Et al.*, 2018), ou seja, uma jornada dupla e/ou tripla de trabalho, porém, na maioria das vezes, mesmo realizando a mesma atividade que seus cônjuges, seu trabalho é considerado apenas uma “ajuda” “leve”, sendo invisibilizado e não remunerado (BONI, 2006).

Para tanto, a estrutura de dominação que cerceia o direito de ir e vir das mulheres manifesta-se em diferentes dimensões, bem como historicamente é negado às mulheres o direito a se apropriar de novas técnicas de produção que possa lhes gerar renda, apontando para autonomia financeira e rompimento com as relações de violência, portanto, espaços de formação e fortalecimento destas mulheres quanto a auto-organização, sexualidade, enfrentamento a violência doméstica, geração de renda e autonomia financeira, são fundamentais para compreensão das naturalizações que a sociedade patriarcal as condicionou.

Segundo IPEA (2017), em estudo realizado entre 1995-2015, as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens em função das atividades domésticas não remuneradas, que caracteriza a dupla jornada de trabalho, impedindo que haja emancipação e autonomia financeira. Por não serem remuneradas em suas atividades, as mulheres, por vezes, são obrigadas a saírem do campo em busca de renda, autonomia financeira, conformando, assim, as desigualdades de gênero no campo. Como reflexo deste cenário, a evasão das propriedades rurais para trabalharem de domésticas e/ou cuidadoras nos centros urbanos.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2011), 94,7% do trabalho doméstico é predominantemente feminino. Além disso, para muitas mulheres do campo, a aposentadoria rural, reconhecida em 1991, foi a primeira renda que a mulher teve acesso durante toda sua vida, pois a renda primeiro era do pai e depois do casamento passou a ser do marido, bem como 95% das mulheres encontram-se em situação de vulnerabilidade social, dependendo de políticas e ações sócio-econômicas governamentais, como o Bolsa Família, para complementação da renda familiar (BRASIL, 2016).

Além disso, nas áreas de reforma agrária, observa-se que, embora as atividades agrícolas sejam realizadas com base familiar, ou seja, a força de trabalho advém da família acampada e/ou assentada, e mesmo que a mulher representante da família contribua nestas atividades, em grande parte sua força de trabalho não é remunerada, bem como a gestão financeira fica detida na mão do cônjuge homem e o mesmo define as formas de aplicação deste recurso.

Como dissemos anteriormente, o MST organiza famílias para a conquista da terra. Porém, nessas famílias, embora múltiplas em sua constituição, a maioria das mulheres encontram muitos desafios para participar dos processos de formação, das instâncias organizativas, das lutas do movimento, pois há muita diferença entre estar presente e participar de fato, mesmo assim estas mulheres conseguiram fazer a diferença na história do MST.

Ao problematizar sobre o lugar das mulheres nos assentamentos, Medeiros (2008) trouxe à tona alguns elementos importantes que se destacavam como reação dos conflitos produzidos na luta pela terra, desde a mobilização para a ocupação de nova área. Há, no MST, desde o início, uma “divisão de trabalho político” (aqui entendido como uma necessidade da participação das mulheres em todos os níveis das tarefas políticas) estabelecido com base na dimensão de gênero onde as mulheres deveriam participar de todas as etapas da luta pelo acesso à terra – mobilização, ocupação e assentamento da família - mas que, no decorrer deste processo, vai-se perdendo essa dimensão ampla de participação política das mulheres.

Entretanto, as mobilizações para os assentamentos colocaram na pauta outras questões que não só a conquista da terra, mas também o lugar da mulher no mundo e suas demandas específicas, créditos, educação, saúde. Assim, as mulheres assentadas, que desde o início participaram de todas as etapas de organização para o acesso à terra, costumam se distinguir das mulheres provenientes das unidades familiares/sistema de produção camponesa, na medida em que o acesso à terra produz “sensíveis mudanças na condição da família” (MEDEIROS, 2008, p. 10). Essas sensíveis mudanças se referem

[...] à estabilidade relativa que se ganha, criando condições para a própria reconstituição de laços familiares, muitas vezes em processo de diluição em razão das migrações sucessivas impostas pela necessidade de garantir a sobrevivência (MEDEIROS, 2008, p. 10-11).

Ou seja, as mudanças sutis são fruto da mobilização que deu origem aos assentamentos. Dentro deste processo de mobilização das mulheres, outras inquietações surgem, por exemplo, o

“[...] lugar da mulher e suas demandas específicas, relacionadas à titulação, crédito, saúde, educação, etc” (MEDEIROS, 2008, p. 11).

Quando se tornam assentadas, há uma tendência a um “reposicionamento” dessas mulheres dentro da família. Uma espécie de “volta” ao lugar de subordinação patriarcal através da individualização dos lotes e afazeres cotidianos. Esta realidade tende a mudar com o acúmulo de experiência da luta, das formações, participação em seminários, da descoberta dos direitos. Dessa forma, são observadas duas principais situações vividas pelas mulheres: uma, relacionada ao novo lugar que a mulher ocupa na família, quando passa a demandar questões específicas relacionadas à titulação da terra, acesso à crédito; a outra, de “retorno” ao lugar que ocupava antes da mobilização (formação política, participação em cursos e debates), para a constituição do assentamento (MEDEIROS, 2008).

Observando a participação das mulheres no Movimento Sem Terra, Araújo (2005, s/p) afirmou que:

[...] o protagonismo das mulheres do MST se dá desde as primeiras ações de ocupações de terra. As mulheres se incorporam nestas ações inicialmente motivadas pela própria necessidade econômica que impulsiona buscarem saídas para garantir a sobrevivência; segundo, porque, as investidas repressivas dos latifundiários e do Estado e os longos períodos de acampamento irão exigir uma solidariedade e um esforço na defesa de toda a família, que junta, acumula força e energia para poder resistir. Terceiro, as mulheres vão tomando consciência de sua capacidade de ocupar a terra, de enfrentar a violência do latifúndio, de plantar e colher, e assim também, elas vão percebendo que são capazes de participar, discutir e decidir sobre o destino da comunidade, da organização e de seu próprio destino.

Neste sentido, as mulheres Sem Terra, analisando em sua concretude as contradições enfrentadas por elas na dinâmica da luta pela terra, em seus lotes e na totalidade organizativa do movimento, se colocam em imersão teórica, política e técnica para compreensão das relações supracitadas acima, quanto ao enfrentamento às violências estruturantes da sociedade que atravessam seus corpos e vidas, consolidando subjetividades a serem compreendidas. E neste bojo, apontam como estratégia para a autonomia econômica, social e política, a formação sócio-política e geração de renda através da auto-organização das mulheres.

E neste exercício de formação política, as mulheres vão se organizando nos territórios em coletivos, nos setores de gênero, e como numa colcha de retalhos, costuram feridas, alinhavam táticas e forjam a luta e resistência no enfrentando às violências. E, neste olhar para dentro, ao passo que denunciam o projeto do agro-hidro-mineral negócio, também analisam as contradições na valorização e investimento das cadeias produtivas de alimentos nas regiões, onde as grandes culturas, cafeicultura, bovinocultura e sucrocultura (cana de açúcar), tidas como domínio dos homens no processo histórico, são supervalorizadas para a geração de renda, e outros setores produtivos vão sendo secundarizados como a hortifruticultura na produção de hortaliças e frutas *in natura* ou para doces, as plantas medicinais, conservas e

panificados, todas as áreas majoritariamente estabelecidas nos quintais e cozinhas, portanto, na esfera privada e não rentável.

Porém, é este trabalho não valorizado nos quintais que são tidos apenas como espaço de socialização e não para a geração de renda, que as mulheres garantem a segurança e soberania alimentar e todo o alimento produzido que circula no território, seja do autoconsumo, comercialização, troca ou doação, movimenta a economia familiar e deve ser valorizado, fomentado e fortalecido, pois, ao ressignificar o trabalho tido como não remunerado, as mulheres fortalecem a autoestima, seus saberes, capacidade produtiva, dentre outros elementos que as possibilitam enfrentar, romper com as relações de violência, avançar no seu reconhecimento quanto agricultura perante aos programas e direitos sociais, como a declaração de aptidão ao PRONAF, aposentadoria rural, acesso às políticas públicas do PAA e PNAE.

A ressignificação das cadeias produtivas pelas mulheres Sem Terra, no olhar para as suas potencialidades, através da auto-organização e coletivos produtivos se capacitarem tecnicamente no aperfeiçoamento produtivo, com foco na autonomia e geração de renda, é uma das estratégias simbólicas no avanço organizativo do movimento no estado. Sendo assim, através das formações em saúde popular, as mulheres têm se formado e aperfeiçoado seus conhecimentos na lida produtiva e extrativista de plantas medicinais, para o consumo do território, bem como no beneficiamento e comercialização de plantas frescas e secas, composto de ervas, argilas, florais, tinturas, dentre outros.

Mas a luta e avanço da auto-organização das mulheres não para na ressignificação do trabalho tido privado e secundarizado, ela vai além e também questiona a estrutura de poder das cadeias produtivas e assim como ousam lutar contra o agronegócio, o veneno na mesa e as sementes transgênicas, ousam gerenciar viveiros na produção de mudas nativas para a preservação ambiental e recuperação de nascentes, a fortalecer e estruturar as cooperativas local e central, na intercooperação, elas produzem conservas, mas também produzem cafés orgânicos e de grãos especiais, manejam o gado leite e de corte através do sistema de PRV, estruturaram agroflorestas com espécies madeireiras, frutíferas, hortaliças e medicinais.

O processo de organização das mulheres do MST busca romper com as cercas estruturais que as privaram de estudar, ocupando “o latifúndio do saber” e se formando pedagogas, educadoras do campo, médicas, veterinárias, advogadas, agrônomas, técnicas em cooperativismo e agroecologia, pois através da formação política e social e a auto-organização, busca-se compreender que o lugar da mulher é onde ela quiser, sendo essa perspectiva a desenvolvida pelo movimento, mesmo sendo um processo árduo, através das ações que o movimento desenvolve é possível identificar ações que fluem neste sentido de construção.

Quando se adentra os setores aos quais o movimento se organiza, no setor de saúde, as mulheres Sem Terra são protagonistas nas lutas, em todo o território nacional. Nas ocupações de terra, lá estão elas, quase sempre com as crianças nos braços, fazendo a resistência na luta por

Reforma Agrária e justiça social. Nos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, não há diferença dos outros locais sociais: as mulheres também estão inseridas nos espaços voltados à dimensão do zelo e do cuidado, pois a compreensão de que o cuidado é um trabalho essencial na organização social e política do movimento contribui, não só para o avanço da luta, mas para a quebra dos estigmas estruturais.

Outro aspecto da ressignificação dos saberes é a formação dos coletivos pelas bruxas, mulheres conhecedoras das práticas do cuidado, dos encantamentos e magias, e que carregam consigo o saber tradicional, o manuseio e manipulação de ervas medicinais, práticas de curandeiras, o conhecimento sobre o corpo, a saúde e a natureza, como nos trabalhos de parteira. O conhecimento passado através das gerações, que se transforma, se ressignifica com as vivências da luta pela terra.

As mulheres, historicamente, estão em todos os setores do movimento, na frente de massas, cuja centralidade é a organização política, tática e estratégica na ocupação dos territórios improdutivos, para que a função social da terra seja cumprida. As mulheres tem estado a frente nas jornadas nacionais de luta pela terra, protagonizando os atos do 8 de março, as ações de denúncia do assassinato em massa de trabalhadores e trabalhadoras, como o rompimento da barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho-MG, a denúncia da violência da mineração predatória contra as mulheres, parando o trem que transporta o minério de ferro extraído da região do quadrilátero ferrífero mineiro, próximo ao centro de Sarzedo, cidade vizinha a Brumadinho, no enfrentamento direto ao capital ocupando as terras do corrupto Eike Batista.

As mulheres sem terras de Minas Gerais também foram às ruas antes da última eleição presidencial (2018) para denunciar o fascismo e o conservadorismo, representados na candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República. A manifestação, que foi chamada de “Mulheres contra Bolsonaro”, aconteceu em pelo menos 19 capitais brasileiras, fruto da articulação das mulheres do campo, das águas e florestas, das cidades, das favelas e em diversos setores organizados da sociedade, ganhando forças que reverberaram em diversos atos como o “Ele Não”.

Quando as mulheres se juntam trazem consigo a rebeldia de não se deixarem abater com os desafios impostos pelo capitalismo, pelo racismo e pelo patriarcado. As mulheres estão presentes nos diversos níveis e setores do MST. Assim, ao longo dos seus 36 anos, tem se debruçado em fazer a luta política, avançar no aspecto da organicidade e de promover a transformação social.

Por fim, o ano de 2020 é um marco nesta luta de décadas das mulheres Sem Terra, entre os dias 5 e 9 de março, cerca de 3500 mulheres Sem Terra ocuparam Brasília com muita mística, debate, formação, cultura e resistência no 1º Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra. E as mulheres de Minas Gerais estiveram presentes nesse processo histórico de construção das Mulheres em Luta, Semeando a Resistência⁹.

⁹ Para mais informações sobre o encontro acessar: <https://mst.org.br/2020/03/06/encontro-historico-reune-mulheres-do-mst-de-todos-os-estados-em-brasilia/>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nesse contexto de enfrentar as contradições da estrutura patriarcal, que se estabelecem na dinâmica dos territórios da luta pela terra, que as mulheres Sem Terra vêm acumulando experiências produtivas e organizativas na produção de alimentos agroecológicos, conservas, panificados, plantas medicinais, sementes, café, gado, bem como assumindo espaços políticos e técnicos na gestão de cooperativas, viveiros, associações, dentre outros. Pois, na dinâmica da relação de poder, as violências se dão em todas as esferas, sendo necessário, cada dia mais, que assumam os espaços das tomadas de decisão e organização do movimento.

Porém, os desafios são tamanhos, pois a geração de renda pelas mulheres não é um aspecto único e exclusivo. A capacitação técnica perpassa a subjetividade e tomada de consciência acerca da estrutura racista e patriarcal arraigada na dinâmica das relações sociais, políticas, econômicas e sociais. E como sem mulher a luta vai pela metade, é crucial que os companheiros homens se coloquem na reconstrução de valores de sociedade que não sejam pautados na estrutura racista-patriarcal. Sendo assim, é tarefa do conjunto da organização discutir e construir formas para avançar no desmantelamento das desigualdades de gênero nas áreas de reforma agrária, bem como garantir o princípio da equidade, para que a geração de renda e autonomia seja pela totalidade da classe trabalhadora e não uns em detrimento de outros.

Desta forma a construção cotidiana no Feminismo Camponês e Popular se torna cada vez mais presente e material nas áreas da reforma agrária organizadas pelo MST, como essa concepção vem de um processo organizativo material e cotidiano das mulheres que plantam e semeiam ousadia e coragem, enfrentando o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e todas as manifestações do machismo, do racismo, da lgbtfofia, muito ainda precisa avançar, mas sabemos que as sementes estão sendo plantadas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. M. O. *A Invisibilidade das Mulheres da Memória das Lutas Sociais na América Latina: protagonismo feminino nestas lutas e nos movimentos sociais do campo brasileiro*. Ensaio pós-graduação Estudos Latino Americanos. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. *Feminismo e Política: Uma Introdução*, São Paulo. Boitempo editorial, 2014

BONI, V. Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. In: *Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural*, 7. Anais. Equador, 2006. p. 38-39.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Relatórios de Informações Sociais 2016*. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso: 05 de dez. 2020.

CHAVES, A. R. S.; Castro, R. R. A.; Menezes, A. A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA. *Rev. Estud.* em. vol. 26, no. 1, Florianópolis, 2018.

CRUZ SOUZA, F. Perspectiva de género en el desarrollo rural: empoderamiento de las mujeres. In: CRUZ-SOUZA, F. (coord.). *Perspectiva de género en el desarrollo rural: programas y experiencias*. Palencia: Asociación País Románico. 2012. p. 12-42.

MEDEIROS, L. S. *Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa*. In: Mulheres na Reforma Agrária – A experiência recente no Brasil / organizadoras Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar. – Brasília: MDA, 2008.

MEZADRI, A.M., LIMA, J.I., TABORDA, N.W., GASPARETO, S.A.K, COLLET, Z. (Org.). *Feminismo Camponês popular*. Reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres Camponesas. São Paulo: Outras expressões, 2020.

MST. *Feminismo camponês e popular com identidade e revolucionário*. Caderno de formação setor de gênero - 01. Paraná - 2005.

MST. *A conspiração dos Gêneros elementos para o trabalho de base*. Caderno de formação setor de gênero. São Paulo, 1º edição. 2018.

NETTO, L. A.; MOURA, M. A. V.; QUEIROZ, A. B. A.; LEITE, F. M. C. FERNANDES E SILVA, G. Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais. *Escola Anna Nery*, n. 21, v.1, 2017.

OLIVEIRA, A. F. P.L; SCHRAIBER, L. B.; FRANÇA-JUNIOR, I.; LUDERMIR, A. B.; ANA PAULA PORTELLA; DINIZ, C. S.; COUTO, M.T.; VALENÇA, O. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. *Rev. Saúde Pública*, v.43, no. 2. São Paulo Apr. 2009.

PEREIRA, M. M. A.; SILVA, A. R. *Hasteemos a bandeira colorida: Reflexões sobre as relações étnico/raciais e diversidade sexual e de gênero*. Expressão Popular: São Paulo, 2018.

_____; PEREIRA, M. R. Capitalismo, Patriarcado e Racismo: as violências a que somos submetidas. *Jornal MST edição especial*, 2020.

RAMALHO, C.; MOREIRA, R. Superexploração dos cortadores de cana no agronegócio brasileiro. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS)*, Brasília. Ano 13 n. 26 – Jul./Dez. 2013.

RODRIGUES, S. N. *Participação das mulheres e produção de auto sustento no fortalecimento da agricultura camponesa em assentamentos de Nova Santa Rita (RS)*. Monografia (Especialização em agricultura familiar camponesa e educação do campo). 2011. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, RS. 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.16, n.2, jul. /dez, 1990, p. 5-22.

SILVA, E. M. T.; PIRES, I. M. R.; Capacitação, reconhecimento e aperfeiçoamento de potencial profissional de mulheres para o trabalho e geração de emprego e renda. *Revista do corpo discente de pós-graduação em história da UFRGS*, v. 1, n. 4, nov. 2009.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estud. Av.*, v.30 n. 87, mai -agosto. 2016.

COMUNICAÇÃO E CULTURA: A CONTRA-HEGEMONIA COMO PRÁXIS SEM TERRA EM MINAS GERAIS

AGATHA DE SOUZA AZEVEDO¹
ANA IRIS NOGUEIRA PACHECO²
GLADYS CRISTINA DE OLIVEIRA³

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciou suas atividades políticas em Minas Gerais no dia 12 de fevereiro de 1988, com a ocupação de 400 famílias na fazenda Aruega, município de Novo Cruzeiro, no Vale do Mucuri. Ao longo destes 32 anos, o Movimento avançou na construção de nove regionais e na representação dos diversos setores que compõem sua organicidade. Contudo, ao passo que se avança na estrutura organizativa, surgem também os desafios na construção da luta pela terra no estado e nacionalmente. Neste sentido, ao compreender que é preciso dar um passo adiante, o Movimento se debruça em realizar debates que possibilitem a construção coletiva do seu Programa de Reforma Agrária Popular⁴(MST, 2014).

Este documento, que não é colocado como uma “receita de bolo”, mas de ideias que se baseiam em conhecimentos científicos e da práxis concreta da luta de classes do dia-a-dia, coloca em toda sua dimensão organizativa o desafio de pensar na elaboração e na práxis dos sentidos

¹ Agatha de Souza Azevedo é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestranda em Comunicação Social pela mesma instituição, na linha de Processos Comunicativos e Práticas Sociais, militante do MST e compõe o Setor de Comunicação do MST. E-mail: agathasouza@ufmg.br.

² Ana Iris Nogueira Pacheco é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em estudos latino-americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), especialista em Teologia das Religiões Afro-brasileiras pela Faculdade de Teologia Umbandista (UFT), militante do MST e compõe o Setor de Comunicação do MST. E-mail: irisnpacheco@gmail.com.

³ Gladys Cristina de Oliveira é graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e com Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, pela Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), militante do MST e compõe o Setor de Cultura do MST. E-mail: oliveirague@gmail.com.

⁴ Neste trabalho nos reportamos ao termo com as iniciais em maiúsculo, uma vez que a luta por reforma agrária representa a bandeira de luta central do MST.

simbólicos, políticos e sociais a Reforma Agrária Popular nos territórios. É nesse processo histórico coletivo que a comunicação e a cultura são pensadas estrategicamente dentro da disputa política hegemônica na sociedade.

Para compreender esse processo, é preciso partir da discussão de hegemonia, como um conceito estruturante do debate das superestruturas sociais que rodeiam a nossa construção enquanto Movimento, seja nas escolas, nos veículos de comunicação, nas músicas e nos filmes que a população acessa, entre outros. Dentro das visões de mundo, ou ideologias, que constroem e disputam a sociedade, o MST se desafia a pensar a comunicação como uma ferramenta educativa que possa formar, informar e organizar sua base social a partir da realidade dos territórios, e a cultura como norteadora de uma práxis em perspectiva emancipadora e mais humana nos territórios, sendo ambas instrumentos políticos de disputa ideológica e diálogo com a sociedade.

Como exemplo de organização política, o MST trabalha o território a partir da luta. Ao fazer uma ocupação de terra e resistir, o Movimento desenvolve ações que abarcam as várias dimensões de produção e reprodução da vida, para além da parte material e econômica, propondo uma vivência que constrói um legado político, chamado de cultura de luta e resistência. É a partir desta breve discussão que pretendemos apontar elementos históricos das experiências de comunicação e cultura do MST de Minas Gerais como potenciais construtores de uma nova hegemonia a partir das relações humanas e da Reforma Agrária Popular. Para isso, discutimos o conceito de hegemonia conectado à comunicação e à cultura observando as práticas educomunicativas, as experiências de rádio, as construções intersetoriais de Feiras e Festivais da Reforma Agrária e das Escolas de Artes. Além disso, pontuamos a relação com a sociedade a partir do Armazém do Campo BH.

1 HEGEMONIA, REFORMA AGRÁRIA POPULAR E A BATALHA DAS IDEIAS

Ao elaborarmos uma reflexão em torno do debate sobre a comunicação e cultura de resistência, passamos a discussão da problemática da hegemonia em Antônio Gramsci (1891-1937). Stédile (2018) salienta que usamos o conceito “Hegemonia” na política para definir quando a visão de mundo (a ideologia) de uma classe dirige o conjunto da sociedade e, portanto, quando submete as outras classes a sua visão e as suas ideias. Gramsci testemunhou a ascensão do fascismo na Itália e esteve intrinsecamente ligado às questões da luta e da organização do seu tempo. Ao ser preso em 1926, escreveu *Cadernos do Cárcere*, um conjunto de estudos e reflexões sobre os temas históricos que alteram a ordenação das sociedades que ele chamou de Ocidentais e o que fundamenta o poder da burguesia sobre o proletariado, que é a disputa da hegemonia a partir de um conjunto de instituições e aparelhos ideológicos que nos moldam e disciplinam dentro de uma "ordem". São consideradas instituições: as escolas, institutos e Universidades, as igrejas, os meios de comunicação, as diversas formas de expressões culturais e os Partidos.

Nesta perspectiva, a reordenação da geopolítica mundial em meados do século XX, a partir das disputas de território, fez com que a guerra de posição perdesse espaço para a guerra de movimento. No entanto, este fator se altera ao final do século XX e início do século XXI, quando se inicia na América Latina uma série de governos progressistas, que possibilita travar a guerra de posição das batalhas a partir do campo institucional. Ou seja, estamos falando de um processo onde a complexificação da estrutura social a partir do avanço do capitalismo colocou na ordem do dia a necessidade de uma estratégia política onde o campo da disputa é pautado não somente pela força e pela coerção, mas também pelo consentimento, pelas ideias. Como nos afirma Anderson (1986, p. 65), a estratégia revolucionária de Gramsci torna-se uma longa guerra de trincheiras, imóvel, entre dois campos fixos, no qual um procura minar o outro, cultural e politicamente.

Pois bem, são através destas diversas instituições e aparelhos que a ideologia vai se reproduzir, se difundir e se manter. Stédile (2018) aponta que para Gramsci a hegemonia é a capacidade de direção de uma classe sobre as demais, por meio da coerção (força) e do consentimento (ideias), e que a importância da hegemonia consiste em manter a ideologia de uma classe como aceita por outras classes. Logo, entender onde se encontram os aparelhos privados de hegemonia e as formas por onde atuam para construir consensos que naturalizam as relações de dominação de uma classe sobre as demais é fundamental para se construir outra hegemonia.

Como dito anteriormente, a direção de uma classe sobre as outras não se estabelece somente pela força, são necessários instrumentos de debate e consentimento junto à sociedade civil, isso implica não tomar os aparelhos privados de hegemonia - pois o controle desses aparatos pela classe dominante impede a participação das classes dominadas -, e sim, construir os próprios aparelhos para construção e reprodução desta outra hegemonia. Nesse sentido, a luta pela hegemonia volta-se para a conquista de um consenso e da liderança cultural, política e ideológica de uma classe sobre as outras, tendo como estratégia a guerra de posição pelas classes dominadas – a classe trabalhadora. Quem alerta para esse desafio é Moraes (2010), que aborda a necessidade de desenvolver mecanismos e canais de outra hegemonia para a divulgação de concepções ideológicas e demandas dos grupos populares capazes de auxiliar na transformação das relações sociais, de poder e no rompimento da lógica da sociedade capitalista.

Assim, instituições e aparatos ideológicos precisam ser constituídos em uma perspectiva de construção e manutenção de um consenso, junto à sociedade civil, na disputa da hegemonia de classe. Ou seja, a luta contra a dominação e exploração da classe dominante sobre a classe trabalhadora precisa ser colocada como um embate político-ideológico e cultural a ser disputado hegemonicamente. Ao pautarem aspectos fundamentais, como direito, terra, cultura, educação, comunicação, os movimentos e organizações populares estão fazendo a disputa dentro da lógica das democracias contemporâneas. Neste sentido, Engelman e Pacheco (2017) alertam para o fato de que a garantia do direito à comunicação na atualidade não se restringe somente ao direito à liberdade de informação e de expressão, ele deve abarcar o direito de cidadãos e grupos coletivos a

acessarem e/ou construírem democraticamente canais de comunicação para produção e difusão de informações de seus interesses.

Nesse sentido, ao buscar elaborar reflexões em torno de uma discussão sobre a comunicação e cultura de resistência: a contra-hegemonia como práxis sem terra em Minas Gerais. Pretende-se apontar que o MST, em seu processo de luta, entende a importância de colocar o seu projeto de Reforma Agrária Popular - feito pelo povo e para o povo - como seu projeto de cultura, que aliado à luta pela democratização dos meios de comunicação, para a conquista do direito de se comunicar com a sociedade, estabelece debates centrais para um novo projeto que propõe mudanças sociais para o país. A seguir, relacionamos esse debate à recuperação histórica da cultura de resistência do MST no estado mineiro, onde há mais de 30 anos se desenvolve um processo de cultura e comunicação popular na disputa da hegemonia e pauta um projeto de Reforma Agrária Popular no Brasil.

2 UMA OUTRA HEGEMONIA NECESSÁRIA: COMUNICAÇÃO POPULAR, CULTURA DE RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

Se os aspectos relacionados à hegemonia nos indicam um caminho por trilhar para ocupar espaços na política, na arte, na cultura, na comunicação e na sociedade como um todo, as ações do MST caminham por construir uma concepção de cultura que seja emancipadora, que se propõe a ser instrumento da construção de uma outra hegemonia. Nesse sentido, está colocado um desafio para a classe trabalhadora e, portanto, para o conjunto do Movimento: se o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo nos oferece potencialmente as condições objetivas para um processo revolucionário, mas as condições subjetivas não estão dadas, é preciso construí-las. Portanto:

Não seria por ausência de crises econômicas devastadoras que poderíamos explicar a longevidade do capitalismo. As crises não faltaram. O que faltou foi encontrar o caminho para a reconstrução de uma subjetividade revolucionária. Em outras palavras, o que explicaria a permanência do capitalismo seriam as imensas dificuldades do movimento dos trabalhadores em construir uma representação política que não fosse cooptada pela defesa do regime do capital (LESSA, 2007, p. 2).

Ao realizar o trabalho, o ser humano produz a cultura. Ela representa a dimensão da consciência, o modo como o ser humano age, os valores, o pensamento desenvolvido a partir da produção e reprodução da existência, em que o próprio ser humano, ao se relacionar com a natureza e outros homens, se faz enquanto ser humano. Como o ser humano se expressa refletindo a realidade, ao mesmo tempo em que a representa ao trazer uma dimensão crítica da mesma:

A produção das ideias e representações aparecem a princípio diretamente entrelaçadas à atividade material e ao intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real.

Os homens são produtores de suas representações, das suas ideias, etc. Mas se trata de homens reais e ativos, condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelo intercâmbio a ele correspondente. A consciência é o ser consciente, que é o ser dos homens no processo real de sua vida. Os homens que desenvolvem a sua produção e os seus intercâmbios materiais, modificam também, ao modificar a realidade, o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida determina a consciência (MARX; ENGELS, 2010, p. 98-99).

Desta forma, a dimensão da cultura é essencial para o desenvolvimento das condições subjetivas, de forma que esta intervenha, forme, organize e transforme a vida social para criar e recriar os caminhos para um projeto de emancipação humana. A partir desta reflexão, entendemos que a atuação de uma organização política que queira mudanças estruturais, numa perspectiva emancipadora, precisa formar uma consciência emancipadora. Para isso, a cultura, a comunicação e a educação exercem um papel fundamental. Apresentamos então nosso conceito de cultura como a forma de produção e reprodução da vida em suas várias dimensões: como os grupos sociais e a família; os processos educativos; a organização dos espaços sociais; como organizamos o trabalho; como concebemos as relações entre os sujeitos sociais; com as mulheres, com LGBTQI's, com a juventude, crianças, entre outros. Deste conceito se constituem práticas coletivas e políticas que denominamos de práxis.

3 PRÁXIS NA CULTURA DE RESISTÊNCIA E CONTRA-HEGEMONIA

Conforme discutido anteriormente, a cultura é resultado da vida social. Para compreender como o MST pensa essa discussão, é preciso pensar a partir da vivência cotidiana dos sujeitos que constroem a Reforma Agrária Popular. Quando a cultura sem terra reverbera uma práxis social transformadora, ela forma uma consciência crítica. Conceituamos práxis, então, a partir de Vázquez (2007, p. 394), que a define como uma atividade real, objetiva, que é ao mesmo tempo ideal, subjetiva e consciente. Sempre destacando a importância da relação entre teoria e prática, em que “o homem se produz e se cria a si mesmo”.

O conceito de práxis está, então, na produção (o que plantar, como plantar, as relações de trabalho) e na relação com a terra (que não se resume em uma mera relação mercadológica, mas de sobrevivência, como um lugar de moradia e a produção de alimentos saudáveis). Práxis seria também nosso combate ao agronegócio, a partir da matriz de produção agroecológica, e também a proposta de cooperação como organização do trabalho. Na educação, atuamos na organização do acesso à escola; defendemos a educação pública e de qualidade e concebemos a educação do campo; também temos a prática da Ciranda, espaço pedagógico de vivência e de formação das crianças; e os cursos de formação em agroecologia e outras áreas.

A práxis também está na construção da formação política para o conjunto do MST, da base às direções e coletivos, e na organização da saúde a partir da formação dos cuidadores e

cuidadoras populares com terapias alternativas e uso de fitoterápicos, e a perspectiva da saúde coletiva. A práxis também é parte da construção da comunicação popular como um lugar de atuação de todo sujeito sem terra que constrói e comunica a sua luta, da organização de negros e negras, mulheres e LGBTs na luta contra o racismo, o patriarcado e o capital. Entendendo essa relação intersectorial do conceito de práxis e pensando as ações do MST como formas de disputar a narrativa do tecido social, ou de contra-hegemonia, apresentamos algumas ações do MST de Minas Gerais: a) Educomunicação e formação em comunicação; b) Rádios Sem Terra e a experiência do Programa Vozes da Terra em MG; c) Festivais do MST e Circuito Mineiro; d) Escolas de Arte do MST; e) Armazém do Campo BH.

3.1 EDUCOMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Diante do cenário de desmontes e ataques diretos à democracia, em seu 1º Seminário Nacional de Comunicação: ‘O MST na batalha das ideias’⁵, o Movimento Sem Terra buscou ampliar o debate sobre a importância de enraizar a comunicação em seu conjunto organizativo de forma que ela possa, de fato, se configurar como um elemento de disputa da hegemonia na sociedade. Assim, é preciso pensar qual estrutura de comunicação queremos e precisamos e colocá-la como um direito humano a ser discutido e fortalecido publicamente em suas diversas esferas.

Portanto, ao trazer a educomunicação para o debate de comunicação popular do MST, o que se propõe é aliar teoria e prática do projeto de Reforma Agrária Popular a partir do compartilhamento e contribuição direta para que o Movimento possa “formar, informar e organizar” não somente no setor de comunicação, mas, sobretudo, na construção da resistência ativa e da Reforma Agrária Popular a partir das trincheiras da comunicação.

Para pensar a educomunicação em um movimento social como o MST, é preciso compreender que esta proposição é fundamentada a partir da década de 1960/1970 com base nas trocas entre os sujeitos. Como uma vertente fortemente construída na América Latina, a educomunicação é tida como um meio que possibilita: 1) a não importação de uma cultura e uma comunicação estadunidense para o território latino-americano e crítica à comunicação massiva; 2) a crítica e o enfrentamento ao domínio tecnológico por parte da comunicação de massas e a recriação de saberes a partir do campo popular e 3) formulação da comunicação popular e alternativa latino-americana com base na cultura e na educomunicação (FRANÇA; SIMÕES, 2017).

Essas conexões conceituais nos ajudam a compreender o papel da comunicação numa perspectiva educativa e o papel educativo numa perspectiva comunicacional. Por isso, utilizamos o termo educomunicação como uma síntese de um processo que conecta essas duas dimensões de uma forma que impossibilita pensá-las separadamente. Esse pilar teórico-prático também nos serve para pensar a síntese do Setor Nacional de Comunicação do MST, de que “todo sem terra é

⁵ Qual o papel da comunicação nos dias de hoje? - I Seminário Nacional de Comunicação - O MST na batalha das ideias. ENFF, São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S4QvI63dHzQ>

um/a comunicador/a popular”, uma vez que uma das nossas tarefas enquanto setor é pautar nossa atuação na máxima de “formar, informar e organizar”.

Partindo da premissa de que o verbo “lutar” constrói uma prática coletiva, a educomunicação se torna uma ação política que estrutura o nosso método organizativo a partir de processos formativos que visam a construção da Reforma Agrária Popular, ou seja, a tarefa do setor não é apenas construir ferramentas que sejam informativas para a base do Movimento e o público externo, mas se pautar na construção coletiva de instrumentos que sejam também formativos e organizativos, que disputem a hegemonia para fomentar processos de luta em todo o país. A educomunicação se traduz nas práticas populares do setor, em especial nos jornais feitos coletivamente e nas rádios, que serão abordadas no próximo tópico.

3.2 RÁDIOS SEM TERRA E A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA VOZES DA TERRA EM MG

A utilização do rádio pelo MST data de praticamente o início da organização, nos anos 1980. Porém, intercalam-se períodos de maior ou menor intensidade nas atividades. Em 1987 e 1988, o MST já tinha um programa de alcance nacional, que ia ao ar toda semana, na Rádio Aparecida (SP). Posteriormente, passou a se utilizar deste meio também nos estados, comprando espaços nas rádios comerciais para fazer os programas do MST e também utilizando os programas de rádios de entidades amigas do Movimento.

Nesse cenário, o Movimento também se desafia a construir suas próprias rádios nas áreas de acampamento e assentamento por todo o país, com o objetivo de fortalecer a luta por Reforma Agrária e formar, informar e comunicar com sua base social:

O movimento das rádios comunitárias foi crescendo no país e, desde meados dos anos 90, o MST procura acompanhar esta luta pela democratização, instalando equipamentos e estruturas, capacitando gente, montando equipes e organizando comunidades para montarem as suas próprias rádios comunitárias camponesas (MST, 2018).

Com o avanço na compreensão sobre a relevância das rádios para a organização social, o MST constrói, nos anos 2000, uma parceria com a UniSantos (Universidade Católica de Santos) para implementar uma série de programas que seriam distribuídos em fitas cassete para diversas rádios no interior do país, a fim de divulgar a Mobilização Nacional dos/as Trabalhadores/as Rurais. A receptividade positiva desse material permitiu elaborar outro processo contínuo chamado “Vozes da Terra – O programa de rádio do MST”. O programa foi produzido entre 2000 e 2008 e distribuído mensalmente para rádios do MST, católicas, universitárias, comunitárias e algumas comerciais de todo o país. Ao todo foram mais de 500 rádios que recebiam CD’s temáticos com 4 programas, de 15 minutos. Os temas eram sociais, políticos, econômicos, culturais, de acordo com a conjuntura e os grandes debates que aconteciam no país. O programa

foi descontinuado, mas diversos outros surgiram, como o “Vozes da Terra – O Movimento do Campo nas ondas do ar”, em Minas Gerais.

Iniciado em outubro de 2017, o programa Vozes da Terra foi concebido com a tarefa de construir o trabalho de base e fazer relação política com a capital de Minas Gerais, a cidade de Belo Horizonte. Desde o começo, o programa é apresentado pelo violeiro cantador, parceiro do MST e artista popular, Pereira da Viola, e, no começo, o programa era apresentado às 6 horas da manhã na Rádio Inconfidência (FM 100,9 e AM 880), dentro do extinto programa "Trem Caipira", apresentado pelo jornalista Múcio Bolivar.

Com a desestruturação da Rádio e a demissão de boa parte do pessoal, bem como o cancelamento de vários convênios e parcerias voluntárias, o Vozes da Terra foi descontinuado em maio de 2019 e teve que migrar para a Rádio Autêntica Favela (FM 106,7 FM), retomando suas atividades no dia 30 de agosto de 2019. Desde então, o programa está na Rádio Autêntica Favela FM e produz conteúdo sobre as diversas pautas do MST em uma relação intersetorial entre a comunicação e a cultura, que se amplia a cada vez para abranger todos os setores do MST, mas também considerar os sujeitos que constroem a organização. Neste sentido, a equipe composta por militantes dos setores de comunicação, cultura e saúde privilegia a construção coletiva das pautas, considerando os debates que o movimento tem discutido como necessários para aquele período, tais como a resistência ativa nos territórios, o direito das mulheres no campo e o combate à violência, o direito à educação para as crianças sem terrinha, o combate ao racismo estrutural, a produção de alimentos saudáveis e a denúncia dos agrotóxicos, entre outras.

Além do programa de Rádio, em Minas Gerais, o MST também possui duas rádios FM localizadas no Vale do Mucuri. A mais antiga é a Rádio Onda FM, fundada no dia 10 de agosto de 2009, localizada no Assentamento Aruega e administrada por duas pessoas assentadas no local, que também recebem conteúdos da Frente Nacional de Rádios do MST. Além desta, o Movimento também ajudou a construir a Rádio Karisma FM, que se estabeleceu no dia 20 de julho de 2018 na cidade de Setubinha, e que, mesmo não estando em um território da Reforma Agrária, traz as pautas do MST para a sua programação em uma parceria iniciada em 2010.

3.3 FESTIVAIS DO MST E CIRCUITO MINEIRO

A partir de 2016 a cultura passa a ser parte significativa da estratégia política do MST em Minas Gerais, ou seja, valorizada como ação política de luta no momento de resistência contra o golpe institucional que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff. A cultura apresentava um potencial de diálogo com a sociedade em consonância com a resistência da classe artístico-cultural, alvo político naquele momento. Dado o contexto de construção da cultura de resistência como uma estratégia do MST em Minas Gerais, as feiras do movimento se mostram como parte fundamental para construir o diálogo com a sociedade.

Esses dois elementos somados resultaram no I Festival Nacional de Arte e Cultura da Reforma Agrária, que aconteceu em Minas Gerais, em 2016. Em quatro dias de Festival atingiu-se um público de aproximadamente 50.000 pessoas que transitaram no local. Durante o Festival, ocorreram mostras de poesia, artes plásticas, cinema da terra, cozinha da terra, oficinas temáticas e espaços de debate sobre alimentação saudável, educação, saúde e juventude. Além disso, foram organizadas diversas equipes, como a de comunicação, cultura, saúde e agitação e propaganda. Neste Festival também houve o lançamento do CD “Da luta brotam vozes de liberdade”:

Era um caldeirão efervescente de cultura, o povo pintou, declamou, dançou, tocou e cantou, cultivando a nossa história, a nossa memória e as nossas bandeiras, tratando-as como sementes vivas, como um bicho inquieto, como a luta, transgressora; como a terra fértil, em que produzimos e reproduzimos a nossa existência; a cultura de semear a própria vida (MST, 2016).

Entendendo que alimentar-se é um ato político e cultural e fortalecendo a Campanha contra os Agrotóxicos e a luta em defesa da Reforma Agrária Popular contrapondo-se ao modelo do agronegócio, essa ação cultural se desdobrou no Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária de MG, em 2017. Foram realizados 7 festivais regionais nas principais cidades do estado: Governador Valadares, Montes Claros, Uberlândia, Alfenas, Juiz de Fora, Almenara e Belo Horizonte, além do I e do II Festival Estadual de Arte e Cultura da Reforma Agrária de Minas Gerais, em 2017 e 2018.

Mais do que um evento, o Circuito se configurou como uma atividade formativa e de enfrentamento ao projeto impopular que assumia a política brasileira. Debates como água, violência contra a mulher, juventude, direitos humanos e criminalização dos movimentos sociais estiveram entre os pontos de pauta. A atividade também serviu para ampliar coletivos e relações intersetoriais no MST, já que foram necessárias entre 10 e 15 equipes de trabalho e 1 ano de produção para sua efetivação e os debates foram feitos associando a produção saudável do Movimento com a leitura política da realidade.

Esse processo também ampliou a articulação política com outros movimentos e organizações, além do poder público e universidades, reverberou em outras organizações como o Circuito gastronômico de favelas, o Festival de Arte e Cultura organizado pelo Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) junto ao Festival Estadual, entre outros.

3.4 ESCOLAS DE ARTE DO MST

A arte é uma dimensão humana que proporciona o despertar do olhar sensível sobre a realidade e o desenvolvimento da dimensão inventiva tão necessária em tempos que precisamos refletir e recriar o mundo em que vivemos. O MST tem a necessidade de qualificar suas produções

artísticas diante da realidade social que foi se complexificando com as mudanças históricas. A fim de acessar o conhecimento produzido pela humanidade a partir dos movimentos sociais, o MST reforça a perspectiva de militante-artista e artista-militante para eliminar a separação entre arte, ação política e as nossas experiências de vida (MARINHO, 2019).

Partindo dessa perspectiva, as Escolas de Arte do MST tem o objetivo de contribuir no processo de formação da consciência a partir das linguagens artísticas; proporcionar o acesso à técnica e a socialização dos meios de produção artísticos; socializar e aprofundar no conhecimento das técnicas das linguagens artísticas; proporcionar meios de expressão do conhecimento a partir das linguagens artísticas; realizar um processo contínuo de formação de formadores que possam introduzir atividades artísticas formativas nas várias atividades formativas.

A Escola de Arte tem como eixos norteadores a educação popular da arte, as matrizes socioculturais brasileiras e a resistência ativa, fazendo a relação da arte com o cotidiano, o trabalho e a criatividade na luta. A I Escola Itinerante de Arte foi realizada pelo MST em julho de 2017, no Centro de Formação Guimarães Rosa, em Belo Horizonte. Durante 10 dias, Titane e João das Neves, artistas que têm um histórico de militância político-cultural, ministraram oficinas a militantes do MST. A II Escola de Arte englobou a região sudeste e foi realizada no mesmo local em outubro de 2019. A atividade durou 13 dias e recebeu o nome de João das Neves em homenagem ao artista, que faleceu em agosto de 2018.

A primeira escola teve a participação de 30 militantes do MST de Minas Gerais e de São Paulo e a segunda contou com 49 militantes do MST da Região Sudeste e também de outras organizações, como Levante Popular da Juventude (LPJ) e Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Dentre as experiências da primeira Escola, destacam-se a criação coletiva a partir do coro cênico (processo de fusão das linguagens artísticas em movimento, com elementos de expressão corporal, canto, instrumentos, leituras dramáticas e poesia), as oficinas de teatro, percussão e literatura; além de rodas de conversas e atividades culturais. Na segunda, o coro cênico se repete e há composição de músicas, textos literários e a criação de movimentos corporais e elementos cênicos a partir dos instrumentos de trabalho na roça, como a enxada e o cabo de vassoura. Na parte teórica, houveram espaços sobre Arte e Cultura na Resistência; Economia Política e Cultura; Formação sociocultural do Brasil; e Contando e Cantando a História da terra no Brasil. Também foram ministradas oficinas de teatro; literatura; artes plásticas; violão; pandeiro; e construção de pífano; de rádio; de silk e de audiovisual. Em todo o processo, o MST contou com a contribuição de militantes das organizações populares e artistas parceiros, que inclusive ajudaram a conceber as Escolas de Arte.

A partir da experiência das Escolas de Arte, o MST de Minas Gerais, junto com o Armazém do Campo de BH e o coletivo de artistas composto por Titane, Pereira da Viola, Sérgio Pererê e Paulinho Santos, criaram o Bloco do MST - Pisa Ligeiro, que desfilou no pré-carnaval de Belo Horizonte em 2020, com participação especial dos blocos Tambolelê e Du Seu Pai Filhas de Gabi, com uma ala de enxadas como instrumentos percussivos e um repertório de músicas de luta. No Seminário Nacional

de Cultura do MST, as experiências foram apresentadas e orientou-se a construção de iniciativas em todo o país a partir das grandes regiões: Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Amazônica.

A partir de março de 2020, a Escola de Arte João das Neves foi realizada de forma virtual por conta da pandemia de coronavírus. As oficinas *online* foram desenvolvidas por militantes do Coletivo de Cultura e do Setor de Comunicação do MST de Minas Gerais e houveram contribuições de outros estados e o conteúdo foi disponibilizado no Youtube.

3.5 ARMAZÉM DO CAMPO BH

O Armazém do Campo de Belo Horizonte foi inaugurado pelo MST em novembro de 2017, dentro das ações do Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária. O Armazém comercializa produtos orgânicos e agroecológicos a preço justo, oriundos das áreas de acampamentos e assentamentos do MST em Minas Gerais e também de outros estados do Brasil ou de parceiros. Também é um espaço permanente de debate acerca da Reforma Agrária Popular, a partir da produção da alimentação saudável e de luta contra os agrotóxicos como ação político-cultural e de ações artístico-culturais. Importante ressaltar que, de fevereiro a novembro de 2020, já foram autorizados os registros de 406 agrotóxicos. Mesmo durante o período em que o mundo centrava esforços para controlar a pandemia causada pela Covid-19, o Governo Federal continuou a aprovar novos agrotóxicos, por considerar que são essenciais. Entre 2010 e 2015 foram registrados 815 agrotóxicos e entre 2016 e 2020 este número mais que dobrou, sendo liberados 2.012 agrotóxicos. Somente nos 2 primeiros anos do Governo de Jair Bolsonaro foram liberados 909 registros.

Logo, o Armazém favorece uma relação política de tomada da consciência entre o campo e cidade, pois promove o acesso a 420 produtos orgânicos e agroecológicos, dos quais 125 são da Reforma Agrária, entre eles o café, farinha de mandioca, manteiga de garrafa, geleias, doces de leite, ovo caipira, sucos de uva, o arroz orgânico do MST, que se tornou o maior produtor do cereal em toda a América Latina; também comercializa fitoterápicos variados, artesanatos, cervejas artesanais e livros da Expressão Popular. Além de proporcionar que as pessoas conheçam a origem desses produtos, contribui na comercialização e na renda das famílias dos acampamentos e assentamentos – faz a ligação entre o local de produção até a mesa das pessoas que moram na cidade. Trata-se de um espaço que compreende a cultura da alimentação saudável e das diversas linguagens artísticas populares como perspectivas que integram a construção da sociabilidade humana.

Além de realizar ações político-culturais que dialogam com temas da atualidade, conjuntura e ações de solidariedade a vários países da América Latina e do mundo; também realiza atividades como exposições e promove exibições audiovisuais. Desta forma, o Armazém também cumpre um papel de fomentar a cultura na cidade e promove um diálogo permanente com os e as artistas, que também passam a conhecer mais de perto o projeto de Reforma Agrária Popular. Os projetos culturais que acontecem de forma permanente são: Projeto Cultura na Sexta, Quarta Inviolada, Sarau

Preto, Samba da Nossa Terra e os ensaios abertos de blocos de carnaval. São ações que dialogam com diversos gêneros artísticos e são organizadas em parceria entre a equipe gestora do armazém e as pessoas ou grupos proponentes das ações.

A primeira loja Armazém do Campo foi aberta em 2016 na cidade de São Paulo. Hoje, são sete lojas abertas em vários estados do Brasil, com unidades em Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, Caruaru e São Luís. O Armazém do Campo é um ponto de encontro político e cultural que busca aproximar a Reforma Agrária Popular da classe trabalhadora da cidade.

CONCLUSÕES

Como já pontuamos anteriormente, a hegemonia não se estabelece somente pela força, são necessários instrumentos de debate e consentimento junto à sociedade civil para construção e reprodução de outra hegemonia. Nesse sentido, a comunicação e a cultura cumprem papéis fundamentais para a construção de consensos políticos e ideológicos na classe trabalhadora e na sociedade. Partimos da compreensão de que são esses grupos populares que irão auxiliar e promover a transformação das relações sociais e de poder para romper a lógica da sociedade capitalista.

Nesse cenário, o MST vai se colocando como um destes grupos populares expressivos que usa o seu projeto de Reforma Agrária Popular como um processo de transformação cotidiano que ocorre a partir da organização coletiva do território, onde, historicamente, sua atuação se dá nas várias dimensões da vivência social, com o protagonismo dos vários sujeitos sociais e contribuições mútuas de seus integrantes. No IV Seminário Nacional “MST e a Cultura”⁶, realizado em 2017, o pesquisador e militante do Coletivo de Cultura do MST, Rafael Villas Boas, aponta como um dos maiores legados do Movimento para a história política brasileira o fato do MST ser um movimento cultural, que transforma a forma de vida das pessoas. Por isso, incentivamos a organização dos coletivos de juventude, de mulheres, de LGBTQI’s, de cirandas para as crianças. Também realizamos os encontros regionais, estaduais e nacionais, além de seminários desses coletivos. Temos também encontro dos evangélicos do MST; Grupo de estudos sobre questão racial e questão agrária, que tem colocado o desafio da luta pela terra também se configurar em uma luta contra o racismo; todos são espaços importantes de formação e de respeito às especificidades dos grupos sociais.

Desta forma, Luana Oliveira, militante do Coletivo de Cultura do MST, reafirmou, durante o Seminário, o papel do Movimento como aquele que possibilita a construção de sujeitos com novos valores, práticas e sociabilidades, com outros sujeitos e com a natureza, ou seja, o MST tem uma proposta de cultura contra-hegemônica que se expressa tanto nas concepções quanto nas ações desenvolvidas. Assim, o Programa Agrário (2014) é também um

⁶ IV Seminário Nacional “MST e a Cultura”. ENFF, São Paulo. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=miuTojxTVJQ>.

programa cultural, onde o MST concebe e propõe um novo modelo para o campo brasileiro em contraponto ao modelo hegemônico do agronegócio. Um instrumento dialético que propõe uma forma de lidar com a terra e a natureza pautada em conhecimentos ancestrais, onde tenha de fato uma função social e promova a produção e reprodução da vida de forma integral, construindo diariamente novas relações sociais e de produção, portanto, de uma cultura contra-hegemônica e emancipadora do povo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. *As antinomias de Antonio Gramsci*. São Paulo: Joruês, 1986.

ENGELMAN, Solange I. PACHECO, Ana Iris N. Histórico da comunicação popular e contra-hegemônica do MST. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa... [et al.] (Org.). *O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito à Comunicação e à Informação*, UnB/NEP/FAC Livros. Edição do vol. 8, 2017. Disponível em https://faclivros.files.wordpress.com/2017/03/faclivros_direitoachadorua8.pdf. Acesso em: 27/11/2020.

FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. *Curso básico de Teorias da Comunicação*. Autêntica, 2017.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?*. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GOHN, M. G. *Mídia, terceiro setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LESSA, Sérgio. Revolução e contra-revolução, fator subjetivo e objetividade. *Revista Outubro*, n. 16, 2007.

LIMA, Mayrá S.; GONÇALVES, Felipe Canova Gonçalves. Comunicação e organicidade do MST. In: GERALDES, Elen Cristina, et al. (Org.). *Um grito no ar – Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais*. Organizadores. Brasília: FAC-UnB, 2017.

MARINHO, Gustavo. “A arte nos torna mais sensíveis e criativos para pensar nossas formas de luta”. *Página do MST*, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/02/14/a-arte-nos-torna-mais-sensíveis-e-criativos-para-pensar-nossas-formas-de-luta/>. Acesso em: 30/11/2020.

Menos saúde, mais veneno. *Balanco Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida 2020*. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/wp-content/uploads/2020/12/Balanco-Campanha-Contra-os-Agrotoxicos-e-Pela-Vida-2020.pdf>. Acesso em: 30/11/2020.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MORAES, D.de. Comunicação hegemônica e contra-hegemônica: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, v. 4, n.1, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420/8298>. Acesso em: 25/11/2020.

MST. O rádio no MST: Linhas políticas e organizativas. *Documento Interno*. São Paulo, 2018.

MST. Programa Agrário do MST: Lutar, construir Reforma Agrária Popular. *Documento Interno*. São Paulo, 2014.

MST. CD DA LUTA BROTAM VOZES DE LIBERDADE. São Paulo. 2016. Suporte: 1h17min27s.

PERUZZO. M. C. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Revista Lumina*, Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 1, n.1, jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>. Acesso em: 24/11/2020

PERUZZO. M. C. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. *Núcleo de Pesquisa Comunicação para Cidadania*. Brasília: INTERCOM/UnB, set. 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 20/11/2020

STÉDILE, Miguel Enrique. A Hegemonia e a construção da Reforma Agrária Popular. *Documentos internos MST*, 2018.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MATRIZ AGROECOLÓGICA PARA O CAMPO E A CIDADE – A EXPERIÊNCIA DO MST NO ESTADO DE MINAS GERAIS

JOÃO VÍTOR DE OLIVEIRA¹

LUDMILA BANDEIRA PEDRO DE FARIAS²

MAYSA MATHIAS ALVES PEREIRA³

NILO MARQUES DE JESUS⁴

INTRODUÇÃO

O presente texto trata da caracterização dos modos de produção no campo, a disputa política e ideológica pela produção dos alimentos saudáveis, das sementes criolla, trazendo consigo um breve histórico da luta por políticas públicas no campo, da organização do Movimento Sem Terra no campo através do enfrentamento, resistência e conquistas de pautas para a consolidação da matriz agroecológica e toda implicação na sua distribuição e venda através das feiras livres e cestas de consumo.

Construindo um processo cada vez maior de organização interna do movimento e que resulta numa caracterização cultural única de traços do povo, se constrói a reforma agrária popular em Minas Gerais. Com a construção de formações teóricas, técnicas para os trabalhos de implementação da produção de leite agroecológico, com o método do Pastoreio Racional Voasin – PRV; desenvolvimento de unidades de produção cooperada de insumos agroecológicos; aumento do estímulo à produção local das sementes necessárias nos assentamentos e acampamentos; organização da comercialização da produção na esfera local, regional e estadual; construção

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduando de bacharel Geografia mesma instituição. E-mail: joaov.oliveirab@gmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Território e Ambiente da UFMG/Unimontes. Militante do MST/MG. E-mail: ludmila.bandeira@gmail.com.

³ Engenheira Agrônoma, Mestre em Produção Vegetal, doutoranda em Plantas Medicinais, aromáticas e condimentares pela Universidade Federal de Lavras. E-mail: agro.maysa@gmail.com.

⁴ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduando de bacharel Geografia mesma instituição, bolsista do projeto de extensão: “Capacitação para assentados da Reforma Agrária e assessores no Estado de Minas Gerais”. E-mail: nilo_marques@hotmail.com.

de viveiros coletivos de mudas de árvores frutíferas e nativas; e avanço na produção de plantas medicinais, doces, pães e conservas pelas Mulheres.

Apresentar e discutir tais temas têm se mostrado cada vez mais importante na conjuntura brasileira, para que torne-se, cada dia mais, senso comum que alternativas aos crescentes avanços do discurso hegemônico conservador existem e estão sendo desenvolvidas pelos mais diversos atores. Isso inclui o campesinato brasileiro, no qual a luta pela construção de espaços não submetidos à lógica do capital tem emergido com participação democrática de todos e todas envolvidos no processo.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA: O AGRONEGÓCIO E O PROJETO CONTRA HEGEMÔNICO DE MATRIZ AGROECOLÓGICA

A determinação das cadeias produtivas agrícolas não é um fator isolado no desenvolvimento econômico dos países, existe um processo socioeconômico e histórico intrínseco a produção de alimentos, bens e serviços. Neste contexto, as transformações ocorridas na agricultura tiveram início com a Revolução Verde, culminando na globalização econômica a partir da década de 1990, organizada em torno das grandes empresas, agroindústrias e multinacionais que controlam o mercado mundial (MENDONÇA, 2015).

Desde o período colonial, a política agrícola brasileira prioriza incentivos para exportação de *commodities*, cujo termo agronegócio justifica as cadeias produtivas, com objetivo de congrega as atividades agroquímicas, industriais, comerciais e o monopólio da terra para o mercado externo (LAZZARI; SOUZA, 2017). Para estabelecer a especificidade de produção agropecuária, foi necessário a padronização do cultivo, industrialização e o aperfeiçoamento das cadeias produtivas, aspectos fundamentais para a expansão do agronegócio em nível internacional (PEREIRA, 2019).

Não obstante, verifica-se gradativamente, a partir da década de 1960, a substituição de uma base essencialmente orgânica por técnicas dependentes de agrotóxicos, uso excessivo de fertilizantes, mecanização da terra e concentração do latifúndio, transformando as propriedades rurais voltadas para o mercado externo com foco nas *commodities*, consolidando, portanto, a Revolução Verde como o modelo padrão de produção de alimentos no Brasil (MENDONÇA, 2015).

Paralelamente a Revolução Verde, a Revolução Industrial impulsionou a industrialização do campo e causou forte impacto ambiental pelo uso intensivo de combustíveis fósseis. Segundo Pereira *et al.* (2019), as indústrias farmacêuticas desenvolvem-se lado a lado, perfazendo o modelo hegemônico de produção da “doença e da cura”, contribuindo para o uso irracional de agrotóxicos e medicamentos sintéticos como forma de manutenção dos lucros e de sua hegemonia.

Em contrapartida a este modelo de produção, a agroecologia está em crescente expansão. No entanto, o setor ainda enfrenta grandes dificuldades referentes às políticas públicas, linhas de

crédito, comercialização, investimentos em tecnologia especializada no fornecimento de insumos e sementes, infraestrutura e agroindústrias, fatores que afetam a produção em escala (PEREIRA, 2019; WILLER; KILCHER, 2010; NETO *et al.*, 2010).

No entanto, a agroecologia não deve ser reduzida ao âmbito institucional, focalizando suas práticas na dimensão técnica da substituição de manejos e/ou práticas agrícolas com foco na produção de alimentos. Pelo contrário, a agroecologia deve ser encarada como um projeto de desenvolvimento para o campo e para a cidade. E nesse caminho, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se coloca na dinâmica concreta da luta por reforma agrária, a consolidar estratégias de fortalecimento da agroecologia como um projeto sólido de desenvolvimento para o conjunto da sociedade.

Sendo assim, o Programa Agrário (2014) formulado pelo Movimento Sem Terra, que anuncia o projeto de Reforma Agrária Popular, marca um momento histórico em que se olha para dentro e para fora. Através deste processo, o MST reformula-se como instrumento político, reorienta sua práxis, com um olho nas mudanças estruturais e outro na construção de novas relações sociais, redimensionando a relação com a terra; a produção de alimentos saudáveis; com a natureza; a energia; a água; a educação e a cultura; direitos sociais, para garantir condições de vida para todos e todas, no campo e na cidade, na defesa da terra e do território (MST, 2014).

E neste marco histórico, redimensiona sua compreensão acerca da matriz agroecológica, onde a luta pela transição, ruptura e consolidação da agroecologia é também a luta em defesa do território brasileiro, que, de forma articulada, denuncia massivamente o projeto hegemônico do agro-hidro-mineronegócio e seus sócios (MST, 2014), que degrada e vende as terras, enlameia, envenena e mercantiliza os territórios, queima as matas, a natureza e expropria e mata o povo brasileiro (PEREIRA, 2020). É neste ínterim que o trabalho consciente das forças vivas que constroem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que é o Povo, em relação direta com a natureza, através da cooperação e solidariedade, segue construindo e materializando o fazer da agroecologia nos assentamentos, acampamentos e na relação direta campo - cidade.

Neste sentido, ao construir a luta por reforma agrária popular, o Movimento Sem Terra concebe a agroecologia como sua matriz tecnológica, através das sementes crioulas, a cooperação agrícola, mutirões, formas tradicionais de organização da produção, comercialização de alimentos livres de agrotóxico e transgênico, implantação de associações, cooperativas e agroflorestas que possam garantir a diversidade, a preservação do meio ambiente, da cultura e das relações sociais, pois visa, sobretudo, o desenvolvimento, segurança, autonomia e soberania do território.

Portanto, são todos estes elementos que circundam a transição agroecológica, que vai para além das técnicas agrícolas na produção de alimentos saudáveis para o povo brasileiro, e por isso, o desafio se faz constante, pois a gênese do pensar agroecologia não pode se constituir abstrato ou apartado da organização política, econômica e social, pelo contrário, deve caminhar de mãos dadas

para que o campo e a cidade possam se consolidar como territórios livres do veneno do agronegócio, que nada mais é do que a estrutura capitalista na superexploração do campo.

2 HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO E A REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Para debater este tema vamos buscar a definição em Lima (2018), precisamos entender: “o que são políticas públicas?”. Logo, vamos pensar o inverso: “Por que fazemos políticas públicas?”. E a resposta é simples: “Para promover transformações sociais”.

Dada essa resposta, vamos nos alongar sobre a política pública fundamental para o MST, o acesso a terra, que se dá através da Reforma Agrária. Esta é definida pela desapropriação de latifúndios improdutivos no campo, cuja propriedade encontra-se improdutiva, como consta na Constituição Federal de 1988, art. 184 que diz:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 2016, p. 113).

A Reforma Agrária é a principal bandeira do movimento em busca de igualdade social desde o I Congresso Nacional do MST, em 1985, e o II Congresso Nacional do MST em 1990, que viram a necessidade de territorialização dessa pauta dada as condições do campo - com a proliferação do pacote verde, expulsão de camponeses do campo e a simplificação da Natureza para aumentar a produção - tendo como necessidade o aprofundamento de sua organização para chegar a esse objetivo de mudança social, como aponta Grossi (2017). A autora ainda destaca que, mesmo com o êxito dos primeiros congressos, as políticas públicas para o plantio eram baseadas nas técnicas da revolução verde, fazendo com que o Movimento Sem Terra reproduzisse a lógica de produção agrícola convencional até então, gerando uma contradição interna.

Dentro dos territórios constituídos pelas famílias que retornaram da cidade para o campo, organizados no MST engendram debates que culminam no gradual movimento da tática de englobar as políticas do meio ambiente e alianças com sujeitos sociais e entidades das cidades. Como Grossi (2017) ilustra, isso ocorre através da temática do III Congresso Nacional do MST com o lema: “Reforma Agrária: uma Luta de Todos”.

A partir disto, temos o IV Congresso Nacional do MST em 2000, que como dito anteriormente, assume a pauta da agroecologia como o novo modo de produzir no campo, de forma a acabar com

o latifúndio, a garantir soberania alimentar, a preservação da biodiversidade em contraposição ao pacote verde que avançava com agricultura de transgênicos.

Em seguida, o V e o VI Congresso Nacional do MST apontam para a mudança do modelo de reforma agrária, era necessária uma reestruturação da concentração da propriedade da terra no Brasil e uma mudança na forma de produzir. O que estava em jogo era a disputa entre dois modelos de sociedade e produção agrícola, ou seja, a disputa entre os projetos da pequena agricultura, voltada para a produção de alimentos para o consumo interno, e do agronegócio, baseado em monocultivo e voltado à exportação. Assim, com o VI Congresso, o MST reafirma a Reforma Agrária como alternativa para as soluções dos gravíssimos problemas sociais do Brasil: a fome, o desemprego, a violência e todo o processo crescente de exclusão econômica e social. E a luta pela Reforma Agrária era vista como parte da construção e acumulação de forças para a construção de um projeto popular e soberano para o Brasil.

Vendo o desenvolvimento das pautas do MST, é possível constatar a luta pela produção social diferente da vigente desde a década de 1970 – da modernização do campo e a Revolução Verde, que levaram centenas de milhares de agricultores para a cidade e engendraram novos problemas ambientais no campo – procurando, então, uma reforma agrária tradicional num primeiro momento, e, num segundo momento, apontando para a sua concepção de Reforma Agrária Popular, com propostas atreladas a pautas ambientais e que respondem a altura do contexto atual no campo, conseguindo reproduzir as condições sociais de sua luta contra as desigualdades.

Reforma agrária tradicional é aqui entendida como a reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover e proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, efetuar a distribuição da terra para realização de sua função social. Diferenciando-se da Reforma Agrária Popular, proposta pelo MST, norteadas pela construção de um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além de um processo de democratização da terra e propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio, trazendo a alternativa de um modelo de produção baseado em uma matriz de produção agroecológica, para a produção de alimentos saudáveis e respeito à biodiversidade, sem o uso de agrotóxicos, voltado à agroindustrialização do campo e o desenvolvimento do País. Retornando às políticas públicas de forma geral e atrelando à concepção de território:

[...] defende a existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais. Nessa perspectiva, o território é entendido como a manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, determinadas, em diferentes graus, pela presença de energia, ações, estruturas concretas, de informação e estruturas simbólicas. Essa compreensão permitiu ao autor pensar o processo de territorialização-desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; isto é, elementos que podem fazer surgir novos territórios (territorialização), ou mesmo destruí-los (desterritorialização) ou até reconstruí-los (reterritorialização) (RAFFESTIN, 1980 *apud* ARAÚJO; CALDAS, 2019. p. 362).

Temos então, no processo da organização do MST, um fluxo, como descrito acima, de disputa de concepções para a produção social, principalmente no que tange o poder do Estado e as políticas públicas, capazes de transformar as realidades indesejadas. E a clara dualidade de dois modelos de produção do campo.

Quanto a isso, numa análise das políticas públicas no campo, Grisa e Schneider (2015, p. 141) ressaltam três gerações de políticas públicas, que em suas palavras: [...] primeiro que foca no viés agrícola e agrário, um segundo direcionado para políticas sociais e assistenciais, e um terceiro orientado pela construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e para a sustentabilidade.

No primeiro momento da análise, meados de 1950, temos a decisão pela modernização do campo em detrimento da proposta de reforma agrária, ressaltando o interesse de classes sociais conservadoras, criando empresas públicas e uma grande estrutura técnica e de crédito para a produção, com pouca participação popular em decisões de políticas e com pacotes de produção. Este momento dura até a redemocratização, onde os governos buscam a diminuição do Estado. Mas importante ressaltar que este período passou por crises e por grandes debates na organização de agricultores que culminam na mudança de tom da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, principal representante da agricultura familiar na época, que em pronunciamento em seu congresso deixa de pedir políticas públicas e passa a exigir que essas sejam voltadas a esse público.

No segundo momento, em meados de 1990, com as políticas públicas ligadas a governos de cunho econômico neoliberal, passam a ter função de diminuir as desigualdades no campo, procurando sanar as dificuldades de sua correção econômica proposta pelo mercado, que não chegava a todos os locais. Mas trouxeram a importância da agricultura familiar para a política na época. Oriundo das pressões populares em 1995, os agricultores familiares de então conseguem o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que tem como princípio atender suas demandas, marcando uma divisão emblemática das políticas do campo. Neste período, destacamos a institucionalização do PRONAF, a criação do Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais - posteriormente virou o PRONAT -, programas sociais voltados para diminuir a desigualdade no campo, como o Programa Garantia Safra - visando garantir renda aos agricultores localizados na região nordeste do país, norte do estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e norte do estado do Espírito Santo, que sofreram com a perda de safra por motivos de seca ou excesso de chuvas - e os programas que depois são ampliados e integrados como o bolsa escola, bolsa alimentação - depois se unem no Bolsa família.

E em um terceiro momento de maior participação popular, os autores destacam a criação das políticas públicas voltadas para os problemas sociais e com participação da agricultura familiar, com a criação de mercados para escoar a produção e a retomada dos projetos de estrutura para as regiões produtoras no campo. Com enfoque em atuar mais profundamente nas disparidades

do campo. Os projetos relacionados à alimentação do período anterior ganham nova forma nesse período, o Fome Zero toma proporções de garantir a segurança alimentar e com ele vem o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos - que alcançou a possibilidade de compra institucional - em seguida, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a criação da Lei nº 11.947, que determina o mínimo de 30% de gastos dos recursos federais para a alimentação escolar com a aquisição de produtos de alimentos da categoria social.

Os processos do segundo e terceiro período das políticas públicas são marcados por manifestações sociais com marchas a Brasília, “Gritos da Terra”, Abril Vermelho (manifestação que marca a lembrança de dois massacres a assentados organizados no MST na década de 1990), Marcha das Margaridas, que se entremeiam na reivindicação das políticas públicas.

Denota-se um constante movimento político e relacionado com a conjuntura do período que se quer observar para a estipulação de políticas públicas rurais no país, cuja maior efetividade se deu em momentos de intensa participação popular. Seja em momentos de tensionamento através de reivindicações, pela organização de redes de informação e articulação ou até na atuação de dentro do Estado, com governos próximos dos movimentos sociais organizados.

3 O DESAFIO DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Como presente em Oliveira e Jesus (2018), o MST, a partir do seu IV Congresso Nacional, realizado em 2000, ampliou o discurso sobre a questão agrária, inserindo de forma oficial no Movimento a questão da agroecologia, conforme aponta Gonçalves (2008). Dessa forma, passou a propor, para suas áreas de assentamento e acampamentos, uma agricultura que, de acordo com Caporal (2014, p.11.), apoie “a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis”. Nesse contexto, é importante destacar a forma agressiva ao meio ambiente com que a agricultura convencional tem sido praticada, como destaca Primavesi (2012).

A agroecologia passa a ser vista como uma resposta contrária aos avanços do modelo de produção capitalista no campo nos países latino-americanos, sobretudo a partir da Revolução Verde (SANTOS, 2009). É necessário salientar que o entendimento sobre Revolução Verde deve ir além da inovação tecnológica, com a inserção de sementes modificadas e agrotóxicos na produção agrícola, mas, também, que ele vem sendo utilizado como mecanismo de reprodução do capital no campo (ROSA, 1998), produzindo desigualdades por meio da concentração fundiária, intrínseca aos grandes projetos de monocultura, gerando um acentuado êxodo rural no Brasil a partir da década de 1970 e também promovendo desequilíbrio e danos consideráveis ao meio ambiente e, por vezes, diretamente à saúde humana (PRIMAVESI, 2012).

Dentro do contexto proposto pelo MST, é importante salientar que, como colocado por Santos (2009), devemos compreender a agroecologia para além do “simplesmente o estabelecimento de uma nova ‘ética ambiental’, mas como uma possibilidade de reprodução social autônoma em um contexto adverso”. Dessa maneira, a transição agroecológica pode contribuir para que as comunidades e assentamentos rurais possam se desenvolver econômica e socialmente e, ao mesmo tempo em que coloca-se em debate a lógica capitalista, até aqui hegemônica, que vem se desenvolvendo de forma prejudicial e danosa aos indivíduos e comunidades integrantes do campesinato brasileiro.

Nessa perspectiva, como Camargo (2007, p. 161) apresenta, a principal característica da agroecologia talvez seja “[...] que as orientações e decisões são dadas a partir da cultura e do agroecossistema local, mesmo quando imersa no sistema capitalista de produção e pressionada pelo mercado capitalista”. Assim, esse fator é determinante para a dissociação da agroecologia dos chamados modelos de “agriculturas alternativas”, mesmo que estes também se proponham a ser um contrassenso ao que se apresenta por meio da Revolução Verde, porém, ainda, mantendo-se subordinados ao capital e ao mercado e, também, sem um posicionamento político-ideológico estabelecido.

Todo esse processo vem permitindo que se construa um espaço de autonomia no campo. Apesar de esse espaço ainda possuir relativa independência econômica, já se mostra capaz de se posicionar em debate para questionar e contrapor as estruturas políticas e econômicas vigentes no país. Nesse sentido, destacam-se algumas vitórias do movimento agroecológico nos últimos anos, como:

[...] a criação de uma linha de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), os programas de crédito rural, comercialização e capacitação de agricultores e a disseminação de cursos de agroecologia em todo o país, inclusive em nível de mestrado (CAPORAL *et al.*, 2009). A instituição da Política Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica (PNAPO) em 2012, e do Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica (PLANAPO) lançado em outubro de 2013 (CUNHA, 2017, p. 189 *apud* OLIVEIRA; JESUS, 2018, p. 2).

Entretanto, devemos destacar que, nesse processo, a atuação de forças antagônicas também tem se mostrado presente em ações que tentam coibir ou atrasar os avanços da agroecologia, por exemplo, a retirada da “[...] agroecologia como eixo orientador da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de 2010, que representou um retrocesso em relação à PNATER de 2003”. (CUNHA, 2017, p. 189).

Quanto a esse debate, destaca-se que os avanços e retrocessos demonstram uma trajetória de luta constante para que a implementação de um projeto de transformação do cenário agrário brasileiro, que para além dele traz consigo uma perspectiva de transformação social, política e econômica no país, possa ser implementado (OLIVEIRA; JESUS, 2018).

Um ponto muito importante para este debate é que, além dos posicionamentos político-ideológicos de caráter hegemônico nos mais diversos âmbitos da sociedade que passam a ser questionados por meio da agroecologia, mudanças estruturais vêm sendo feitas dentro dos próprios assentamentos e acampamentos. Os espaços de atuação do MST, historicamente, são enquadrados dentro da chamada agricultura familiar, que, por sua vez, não deixa de, por vezes, reproduzir a estrutura patriarcal vigente na sociedade, na qual, na divisão dos trabalhos familiares, o homem é o responsável pelo trabalho externo, atuando nas atividades extensivas que serão destinadas ao comércio, e as mulheres se destinam aos trabalhos domésticos e ao trato das hortas e outros cultivos e criações que são voltadas ao consumo da família (MENDONÇA; MARQUES, 2018). Essa estrutura se torna injusta e desigual, pois,

[...] em uma sociedade em que o capitalismo e o patriarcado estão intimamente entrelaçados há uma hierarquização dos trabalhos, na qual o produtivo, em geral de domínio masculino, tem valor mercantil, gera troca monetária e reconhecimento social (MENDONÇA; MARQUES, 2018, p.47).

Mendonça e Marques (2018) ainda acrescentam que a emergência da agroecologia dentro do movimento vem favorecendo “horizontes para uma emancipação feminina”. Dessa forma, já é possível constatar vitórias e conquistas das mulheres do campo, como a criação de Organização de Controle Social (OCS), composta e organizada pelas mulheres, para que elas próprias possam gestar produção e comercialização de produtos, como é o caso da OCS Terra Viva, no assentamento Milton Santos em Americana - São Paulo.

A agroecologia é, portanto, peça fundamental para viabilizar o crescente protagonismo das mulheres no campo, que seguem atuando nesse espaço para que cada vez mais possam assumir papéis centrais, tanto na militância quanto no trabalho, a partir da construção de formas de resistência produtiva e cultural nas quais elas próprias se colocam no centro do trabalho (SILVA; SANTOS, 2020).

4 EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS E SUAS POTENCIALIDADES NO ESTADO

Ao passo que o movimento se reformula na luta por reforma agrária popular e compreende a matriz agroecológica como arma ideológica contra o agronegócio, a organização também avança no estado em assumir algumas propostas concretas de trabalho como: 1) Implementar a produção de leite agroecológico, potencializando o método do Pastoreio Racional Voasin – PRV; 2) Desenvolver unidades de produção cooperada de insumos agroecológicos; 3) Estimular a produção local das sementes necessárias no assentamento e acampamento; 4) Organizar a comercialização da produção

na esfera local, regional e estadual; 5) Implementar viveiros coletivos de mudas de árvores frutíferas e nativas; e 6) Avançar na produção de plantas medicinais, doces, pães e conservas pelas Mulheres.

De acordo com dizeres do movimento, plantar deve ser visto como um ato político, uma das principais contribuições que o MST traz para a sociedade brasileira é cumprir com o compromisso da produção de alimentos saudáveis e de verdade através da agroecologia. Neste caminho, ao longo dos 35 anos de história, luta e resistência, bem como fruto da organização das cooperativas, associações e agroindústrias construídas nos assentamentos, o MST consolidou algumas experiências agroecológicas de suma importância para que a transição fosse concreta, que perpassa desde a organização produtiva e acompanhamento técnico militante pelo setor de produção às capacitações, certificação orgânica participativa, formações técnicas em agroecologia e cooperativismo, beneficiamento, ao básico da cotidianidade, como a comercialização nas feiras locais, avançando para as cestas e grupos de consumo consciente.

Dentre as experiências produtivas e organizativas no estado, compreendendo que tudo começa com a semente, de luta e resistência, o estado teve como uma de suas ações a produção de sementes crioulas e agroecológicas para a Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur⁵, ligada ao MST, a partir da qual as regiões puderam experimentar a produção de sementes de hortaliças, feijão e adubação verde, que além de garantir a soberania do território foi se construindo como uma das áreas da produção agrícola, que é a comercialização de sementes agroecológicas e crioulas⁶.

De acordo com o Setor de Produção de Minas Gerais, grupos de famílias das regiões do Norte e do Sul de Minas, entre os períodos entre 2016 e 2018, foram responsáveis pela produção das sementes de tomate, berinjela, alface, jiló. Os estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul tiveram destaque nacional na produção de sementes agroecológicas.

No entanto, a iniciativa foi construída para além da produção e comercialização, estabelecendo formações políticas e técnicas quanto a importância do domínio da semente, pois quem controla a semente, possivelmente tem mais condições de controlar o território. Sendo assim, avançar na produção de sementes agroecológicas e crioulas, que podem ser multiplicadas, conservadas e melhoradas pelos agricultores que as adquirirem, é estratégico para a superação do modelo de produção convencional o desenvolvimento de uma nova experiência baseada na agroecologia, na cooperação e no manejo sustentável.

Além disso, a produção de sementes nunca foi isolada, uma das estratégias produtivas estabelecidas foi a produção cíclica, onde as famílias ao extraírem as sementes, utilizam o subproduto como as polpas de abóbora ou berinjela, para alimentarem os animais, produzirem doces, molhos de tomate, molhos de pimenta, contribuindo para a diversidade de produtos agroindustrializados, agroecológicos e/ou orgânicos, já que no processo de transição as áreas foram se tornando passíveis

⁵ Precursora na experiência de cultivar sementes em sistemas de produção de base orgânica e agroecológica no Brasil e na América Latina.

⁶ As sementes crioulas são variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultores familiares ou camponeses, assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, com características bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades.

de certificação orgânica, que é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e “acreditada” (credenciada) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica (ORGANIC, 2020).

Porém, a certificação orgânica ainda é um desafio para as regiões, já que a grande maioria não possui organismo participativo de avaliação da conformidade (OPAC) que atua para promover ações de interesse dos grupos, visando o desenvolvimento, produção e certificação orgânica participativa pelos próprios agricultores/as assentados/as e/ou acampados/as, que através do método participativo, são responsáveis por avaliar, verificar e atestar os produtos, garantindo a conformidade e as regulamentações da produção orgânica. Todos estes processos de atestar a veracidade do sistema produtivo promove a valorização da produção dos territórios, possibilitando acessar outros mercados de comercialização (MARINI *et al.*, 2016).

Neste caminhar da transição e/ou ruptura aos modos hegemônicos de produção, ao passo que a produção de alimentos vai se aperfeiçoando nos diversos territórios, outras estratégias na comercialização vão avançando, como a estruturação das feiras ou os circuitos curtos de comercialização no estado, em grande parte reflexo dos acúmulos da participação das feiras estaduais e nacionais, que ocorrem anualmente. Bem como, posterior ao Festival Nacional de Arte e Cultura da Reforma Agrária (2016), na cidade de Belo Horizonte, o movimento estreita a relação campo e cidade na luta pela terra, colocando em prática que cultura é a forma como fazemos para produzir e reproduzir a nossa existência desde o trabalho, as relações sociais construídas no nosso cotidiano, a arte, o que pensamos e a nossa concepção de mundo.

Sendo assim, a partir de 2017, esta experiência riquíssima se desdobra no Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária, cuja construção se materializa nas oito regiões do estado, nos municípios de Alfenas, Montes Claros, Almenara, Governador Valadares, Juiz de Fora, Betim, Uberlândia e Belo Horizonte, levando o melhor da produção agroecológica, política, as cores e sabores da cozinha da roça, com pratos feitos a base dos alimentos agroecológicos produzidos nos assentamentos e acampamentos, mostrando que uma alimentação saudável, livre de veneno, é fruto da luta por Reforma Agrária Popular, e que pode e deve estar presente nas mesas de todos os brasileiros e brasileiras.

Nestes passos de grande importância para o avanço da agroecologia no estado, a última etapa do circuito realizada em Belo Horizonte também foi simbólico, coincidiu com a construção do Encontro Regional de Agroecologia– ERÊ em preparação ao IV Encontro Nacional de Agroecologia, a qual o MST contribuiu na sua organização e realização.

O IV ENA, realizado em Belo Horizonte em 2018, mostrou a evolução das experiências em agroecologia nos últimos 30 anos em diversos territórios do país, promovendo espaços de diálogos entre campo e a cidade, num desafio de apresentar à sociedade a necessidade de apoiar a agroecologia.

Resultado da luta da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, em novembro de 2017, o MST de Minas Gerais inaugurou a loja de produtos orgânicos e agroecológicos Armazém do Campo. Um espaço não só de comercialização da produção das famílias acampadas e assentadas, organizadas nas cooperativas das regiões, como também é um espaço de produção de arte e cultura.

Contudo, as feiras da Reforma Agrária se transformaram em materialização da luta do povo Sem Terra. Tanto porque influenciam diretamente na organização interna das famílias acampadas e assentadas, como contribuem na organização do setor de produção, no desenvolvimento produtivo e reestruturação das associações, cooperativas, coletivos produtivos, dentre outros. As feiras são a consolidação de toda cadeia produtiva do MST, oriunda da organização do movimento em diversos âmbitos e remetem um traço muito forte da cultura do povo⁷, o que implica, não só na comercialização da produção, mas também nas relações de educação, na saúde, na cultura que produzimos nos nossos assentamentos. Por isso, as feiras são uma expressão da diversidade dos sujeitos que compõem o cotidiano Sem Terra em cada canto do país.

Desde a primeira experiência do Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária em 2017, o Estado de Minas Gerais iniciou um processo de fortalecimento do escoamento da produção nas feiras. Primeiro nos festivais estaduais (de Minas e da região Sudeste), bem como nas regionais mineiras, as feiras livres.

Portanto, as feiras livres têm se tornado estratégicas ao escoamento da produção agrícola familiar, resgatando a diversidade de cultivares, na melhoria da qualidade de vida dos assentados, na geração de renda e conquista de autonomia pelos produtores. Pois, é nesse território de sociabilidades e vivências que ocorre a proximidade nas relações comerciais, onde o contato direto entre produtor e consumidor, vivência, tradição e cultura, possibilitam a retomada dos valores de comunidade, bem como uma possível vantagem estratégica da agricultura familiar (Silvestre & Ribeiro, 2011), a associação de seus produtos à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local.

Por fim, como toda construção é um processo, como desdobramento dos circuitos curtos de comercialização, através das feiras locais, o movimento materializa a experiência das cestas de consumo agroecológicas, onde os produtores democratizam o acesso aos alimentos saudáveis oriundos da Reforma Agrária Popular. Neste caso, os produtores oferecem semanalmente uma lista com uma diversidade de produtos agroecológicos, onde o consumidor escolhe seus produtos e recebe em casa a sua compra, a partir desta relação direta entre produtor e consumidor, com produtos diversos, saudáveis, e sem veneno.

Numa perspectiva agroecológica, a produção diversificada é chave para o fortalecimento da produção sustentável, saudável e de enfrentamento ao agronegócio. Alguns autores como Niederle e Almeida (2013) apontam que uma das mudanças mais evidentes diz respeito às agriculturas de base ecológica, envolvendo um amplo conjunto de formas de produção que

⁷ Disponível em: <https://mst.org.br/2017/03/27/as-feiras-sao-resultado-de-um-processo-organizativo-do-mst-e-um-traco-muito-forte-da-cultura-do-nosso-povo>

se estruturam a partir da agroecologia, sendo fundamentais para a construção de redes agroalimentares alternativas.

As experiências enfatizadas de produção de sementes crioulas, das feiras e das cestas de consumo agroecológicas, materializam a luta no enfrentamento ao projeto hegemônico do agronegócio. Entretanto, essas experiências exigem esforços, pois, tamanhos são os desafios a serem enfrentados como, por exemplo, a produção em escala cuja base não é a concentração da terra, a estruturação da logística no suporte à comercialização que não dependa apenas de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, no decorrer do tempo, que a reforma agrária passa por momentos de conquistas e de lutas intensas para efetivar a agricultura camponesa, em especial através da agroecologia. Travando constantes embates por políticas públicas com o agronegócio - que se modifica constantemente com novas tecnologias, pacotes químicos, com sementes e alimentos transgênicos - que não é capaz de produzir com este outro modo de produção no campo com a mesma eficiência ecológica, dadas suas bases de produção que visam a simplificação da natureza.

Ao fortalecer a agroecologia, o MST organiza seu processo produtivo se desafiando a pensar e produzir em escala, com autonomia das sementes pelos produtores, com diversidade dos itens produzidos e regularidade da produção que proporcione o abastecimento dos mercados locais, encurtando as distâncias entre a produção e o consumo de alimentos. Uma produção capaz de gerar renda aos produtores e alcançar a classe trabalhadora.

Narramos aqui a territorialização da reforma agrária em suas diversas magnitudes, desde a expansão do modelo agroecológico no campo, a sua expansão cultural através das feiras e encontros, onde os camponeses têm orgulho de celebrar o fruto do seu trabalho. Um trabalho histórico do MST para produzir um outro projeto para a sociedade e continuar a reproduzir esta construção.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. C.; CALDAS, A. S. Território, territorialização, territorialidade e a questão agrária: impasses sócio-espaciais, possibilidades analíticas. *Geosul*, Florianópolis, 2019. v. 34, n. 70, p. 358-384, jan./abr.

BRASIL. [Constituição (1988)] *Constituição da República Federativa do Brasil* : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CAMARGO, P. Fundamentos da transição agroecológica: racionalidade ecológica e campesinato. *Agrária*, São Paulo, 2007. n. 7, p. 156 - 181.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER - IICA, 2004.

CASTANHO, R. B.; INÁCIO, P. C. I.; PENARIOL R. Z. Malefícios causados no campo pós revolução verde. *In: SINGA*, Londrina-PR, 2017.

CUNHA, Antonielle Pinheiro. *DIÁLOGOS ENTRE GEOGRAFIA E AGROECOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E COLONIALIDADE*. Revista *TERRA LIVRE*, São Paulo -SP, 2014. N. 43 (2): 170-205.

GONÇALVES, S. *Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná*. Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR*, Piracicaba-SP, 2014. Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146– Impressa em Fevereiro de 2015.

GROSSI, M. Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, ago – dez. 2017. V.17, n.2, p. 17-28,.

INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO. *A Cartilha Agroecológica*. Instituto Giramundo Mutuando. Botucatu: Criação Ltda., 2005.

KLEIN, T. *et al.* Fitoterápicos: Um mercado promissor. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, 2009. v. 30, n. 3, p. 241–248.

LAZZARI, F. M.; SOUZA, S. A. Revolução Verde: Impactos Sobre Os Conhecimentos Tradicionais. *4o Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*, 1–16. Disponível em: <http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>. Acesso: 03 de dez. 2020.

LIMA, L. L.; D'ALSCEZI, L. *Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local*. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

MARINI, F. S. XAVIER, L. H. DA SILVA, D. V. BARROS, J. R. L. BARROS, G. J. SILVA, F. J. A. e SILVA, V. Panorama da certificação de produtos orgânicos no Brasil e dos instrumentos nacionais de garantia da conformidade: uma análise a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. *Gaia Scientia*, 2016. v. 10, n. 4, 574-588.

MENDONÇA, G. M.; MARQUES, P. E M. Protagonismo feminino na agricultura agroecológica: estudo de uma organização de controle social no assentamento Milton Santos. *Retratos de Assentamentos*, 2018. v. 21, n. 2.

MENDONÇA, M. L. The role of Agriculture in international relations and the construction of the concept of agribusiness. *International Context*, 2015. V 37 (2), 1-28. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292015000200002>. Acesso: 29 de nov. 2020.

MORAIS, V. C. *A produção do espaço na perspectiva dos movimentos sociais*: Um estudo a partir do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no acampamento Denis Gonçalves. Trabalho de Conclusão de Curso. 2011. Faculdade de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora -MG, 2011.

MST. *Programa Agrário do MST*. Cartilha do VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014

NETO, N.C.; DENUZI, V. S. S.; RINALDI, R. N.; STADUTO, J. R. Produção Orgânica: Uma Potencialidade Estratégica Para a Agricultura Familiar (Organic Food Production: A Strategic Potentiality for Family Agriculture). *Revista Percurso*, 2010. v. 2, n. 2: 73–95.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA L.; VEZZANI, F. M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013, p. 23-69.

OLIVEIRA, J. V.; JESUS, N. M. Agroecologia como ferramenta para o desenvolvimento sustentável no assentamento rural Dênis Gonçalves em Goianá (MG). *XIX Encontro Nacional de Geógrafos*, 2018. João Pessoa-PB.

ORGANIC. *Manual de certificação de produtos orgânicos*, 2020. Disponível em: [https://www.organicnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/#:~:text=A%20certifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20produtos%20org%C3%A2nicos,Inmetro\)%2C%20assegura%20por%20escrito%20que](https://www.organicnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/#:~:text=A%20certifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20produtos%20org%C3%A2nicos,Inmetro)%2C%20assegura%20por%20escrito%20que). Acesso: 02 de dez. 2020.

PRIMAVESI, A. M. Revisão do Conceito de Agricultura Orgânica: conservação do solo e seu efeito sobre a água. *Biológico*. São Paulo, jan./dez., 2003. v.65, n.1, p.69-73, p.69-73.

ROSA, A. V.; *Agricultura e Meio Ambiente*. São Paulo: Atual, 1998.

SILVA, J. S.; SANTOS, C. D. Gênero, território e agroecologia: as guardiãs da vida nos quintais em transição agroecológica do assentamento Bernardo Marin II. *Cadernos de Agroecologia*. Anais do 3o Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, Recife – PE, 2020. v. 15, n. 3.

SILVESTRE, L. H. A.; RIBEIRO, Á. E. M. Subsídios para a construção de um programa público de apoio à feira livre no vale do São Francisco, MG. *Organizações Rurais & Agroindustriais*. 2011. v. 13(2). P. 186-200

SOUZA, A. S. Um debate acerca da soberania alimentar e da agroecologia: um desafio de percepção e de prática. ou, de que lado é o meu quintal? *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho* 9, UNESP, São Paulo – SP, 2009.

WILLER, H.; KILCHER, L. *The World of Organic Agriculture - Statistics and Emerging Trends*. IFOAM, 2010.

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO TRIÂNGULO MINEIRO E A EXPERIÊNCIA DA FEIRA DA AGRICULTURA CAMPONESA

GABRIELA ABRAHÃO MASSON¹
STÉPHANNE RIBEIRO PINHEIRO²
THAYNARA MORAIS DE OLIVEIRA³

INTRODUÇÃO

A alimentação se constitui enquanto uma importante necessidade básica para sobrevivência e envolve questões históricas, culturais, sociais, políticas e econômicas. O direito social à alimentação está assegurado na Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado garantir que a população esteja livre da fome. Na atualidade, existem projetos distintos de desenvolvimento territorial no campo brasileiro e a agricultura que produz nossa alimentação está ameaçada, a agricultura camponesa, de base familiar.

Segundo Wanderley (2014), os dados do Censo Agropecuário de 2006 evidenciaram a relevância econômica da capacidade de geração de renda por hectare que a agricultura camponesa/familiar possui, sendo R\$ 677,00; e a da agricultura patronal, R\$ 358,00. Wanderley (2014) destaca a dimensão da agricultura familiar para a produção dos principais produtos da

¹ Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social pela UNESP/ Franca/SP. Especialista pela UNICAMP. Profª. Drª no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), vice-líder do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NATERRA); membro do grupo de Estudos Teoria Social de Marx e Serviço Social e Coordenadora do Programa de Extensão universitária Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba (FACU) na UFTM. E-mail: gabriela.masson@uftm.edu.br.

² Assistente social pela UFTM, extensionista no programa FACU desde sua vigência em 2017, integrante do NATERRA. Guardiã de sementes crioulas e artista. E-mail: stephanneribeiro13@gmail.com.

³ Estudante de Serviço Social na UFTM, extensionista no programa FACU desde sua vigência em 2017. E-mail: tha-morais@hotmail.com.

alimentação brasileira, por exemplo, 87% da mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo, bem como 59% do rebanho de suínos, 50% dos efetivos avícolas e 30% do gado bovino. Logo, o Censo de 2006 confirma o peso da agricultura camponesa/familiar para o Brasil e a relevância dessa forma de produção que não só emprega, mas diversifica a nossa produção e alimentação.

Assim, segundo o Censo Agropecuário de 2006 e de 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009; 2019), o campesinato⁴, através da agricultura camponesa de base familiar, é o grande responsável pela produção nacional que diversifica e alimenta a população brasileira. A produção ocorre em pequenas propriedades, com respeito ao meio ambiente e às relações humanas. Em contrapartida, o processo sócio-histórico de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e sua configuração tardia, retardatária e dependente, aprofunda a questão agrária no país e favorece cada vez mais a produção da agricultura patronal/agronegócio, que avança sobre nosso território com objetivos essencialmente mercadológicos.

Na década de 1990 a América Latina teve um grande incentivo aos Investimentos Externos Diretos (IED) no ramo da alimentação com a entrada de grandes corporações estrangeiras de varejo em diversos países, como o grupo Carrefour e Walmart (atual Grupo BIG), além de empresas de bens e serviços que passaram a compor os mercados locais (WILKINSON, 2008 *apud* SILVA, 2015, p. 29).

Os(as) camponeses(as) encontram diversos obstáculos para se adequarem às novas dinâmicas do mercado, que se tornaram inalcançáveis para muitos. As grandes redes de varejo ditam as regras nas quais toda a cadeia produtiva deve se moldar, e os(as) pequenos(as), que na verdade são grandes em sua relevância nacional, base da produção, são os mais prejudicados(as). As imposições postas para o fornecimento de alimentos para as grandes redes perpassam o pagamento de “enxoval de entrada”, taxas administrativas, taxa de centralização, índice de quebra e demais acordos extracontratuais que garantem os interesses dos grandes (PERES; MATIOLI, 2020).

As grandes redes preferem negociar com grandes fornecedores, majoritariamente advindos da agricultura patronal, e juntos vão negociar e escoar seus grandes estoques, gerando grandes lucros. Os(as) pequenos(as) produtores(as) que produzem majoritariamente em pequenas propriedades para se alimentarem e escoarem o excedente, não possuem muitas vezes o volume, frequência de produção e condições de escoamento necessários para suprirem as demandas impostas pelas grandes corporações, o que os(as) colocam fora das negociações.

O campesinato e a população consumidora não participam ativamente na decisão de preços, no controle de padrões de qualidade, na escolha dos locais de venda dos produtos. Assim, o monopólio de toda a cadeia produtiva atual, seja da patente de sementes, da produção, do

⁴ Entende-se por campesinato aquelas famílias ou pessoas que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, produzem e se reproduzem a partir do trabalho familiar da exploração rural – extrativista, agrícola e não-agrícola. Neste sentido estratégico e político, neste trabalho refere-se aos quilombolas, lavradores(as), pescadores(as) artesanais, jarezeiros(as), povos das florestas, indígenas, trabalhadores(as), sem-terras, assentados(as). Enfim, todos(as) aqueles(as) que produzem e se reproduzem em pequenas parcelas de terra, produzindo para sua própria alimentação e escoando o excedente para a sobrevivência.

processamento, do armazenamento e da distribuição dos alimentos se dá pelas grandes corporações nacionais e internacionais.

Sobretudo depois de 2016, os pequenos grupos nacionais não só perderam espaço, mas também financiamento do Estado. Segundo Peres e Matioli (2020), a falência de vários empreendimentos marcou a ascensão das grandes redes de supermercados na direção da centralização de capitais no ramo da alimentação. Articulados a essa realidade, diversos veículos midiáticos massificam cada vez mais a cultura do consumo para a garantia de expansão das grandes cooperações. Neste contexto percebe-se a propagação de feiras livres/populares e de antigos empórios com vendas a granel, como ultrapassados e “primitivos”.

A insegurança alimentar no país tem crescido progressivamente, relacionada a crescente centralização da cadeia produtiva de alimentos, a expropriação dos territórios dos povos originários, indígenas e camponeses e também o avanço da fronteira agrícola pela agricultura patronal/agronegócio. O atual sistema alimentar, o corporativo, marcado pela hegemonia do mercado diante dos Estados, contribui para a degradação de vidas e aumento das desigualdades sociais no campo e na cidade.

Assim, a grande concentração e centralização de terras, a dificuldade de acesso a créditos para produzir, a dificuldade de inserção nos mercados convencionais para escoamento da produção e o sucateamento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura camponesa, marcam a realidade e atualidade do campesinato brasileiro e dos assentamentos rurais no Brasil.

Diante essa conjuntura, os movimentos sociais se articulam e fazem a defesa da soberania alimentar como forma de resistirem e frearem aos ditames do capital sobre a agricultura. A construção de alternativas para novos meios de produção e comercialização são um horizonte de luta, assim como o respeito às culturas locais, à produção de alimentos diversificados, sem o uso de agrotóxicos, voltados para o abastecimento nacional. Em 2016 completaram-se vinte anos da primeira proposição referente à soberania alimentar pela coalizão global de movimentos camponeses *La Via Campesina*, resultado da sua segunda Conferência Internacional, em Tlaxcala, no México. A soberania alimentar constitui-se como a principal proposição alternativa ao regime alimentar corporativista (COCA, 2016).

A luta pela autonomia camponesa perpassa também a construção de novas relações sociais e técnicas de produção. O resgate de valores, instrumentos e técnicas ancestrais, readaptados para os contextos atuais atravessa a defesa da agrobiodiversidade, o desenvolvimento de uma agricultura ética e limpa que vise alcançar a soberania alimentar. Assim, a agroecologia desponta enquanto um modelo capaz de alimentar a população com qualidade e saúde, em contraponto a agricultura patronal/agronegócio (ALTIERI, 2010).

A agroecologia, para além de uma forma de produção ecologicamente sustentável, possui um ponto de vista unidimensional dos agrossistemas. Machado e Machado Filho (2017) destacam que esse sistema também envolve a retomada de protagonismo camponês na produção e em sua vida, com novas relações de trabalho, sem exploração e condições precárias de existência.

Uma significativa possibilidade para a construção e fortalecimento da soberania alimentar são os chamados circuitos curtos de comercialização. Sintetizam a aproximação entre camponeses e consumidores, construindo uma relação direta entre os dois sujeitos, ou mesmo de forma indireta, contando apenas com um intermediário no processo.

Os tipos de vendas que integram os circuitos curtos de comercialização são os mais diversos. Os mais comuns, segundo Darolt, Lamine e Brandenburg (2013) são: venda na propriedade; cestas em domicílio; feiras do produtor; beira de estrada; programas de governo; feiras, salões, eventos; lojas especializadas; restaurantes coletivos e convencionais; lojas de cooperativas de consumidores e associações de produtores e lojas virtuais para venda de produtos ecológicos. Essas práticas têm sido promovidas por movimentos sociais, organizações de trabalhadores (as) e por instituições públicas de ensino. Dessa forma, os circuitos curtos de comercialização constituem-se enquanto espaços coletivos de resistência camponesa, diante do modelo supermercadista e cooperativo.

As feiras populares, uma das mediações desses circuitos, permanecem em centros urbanos, em bairros e nas universidades de todo o país. Impactam e estreitam a relação entre campo e cidade visando a valorização da produção dos(as) camponeses(as), dos assentamentos rurais da reforma agrária. Configuram-se, na atualidade, como um espaço essencial para o escoamento da produção camponesa, assim como são um meio de geração de renda para diversas famílias, promovendo o fortalecimento da produção e reprodução/permanência no campo.

Segundo Silva (2017), é também uma importante forma de luta, organização e ocupação de espaços nas cidades. A partir da Feira Nacional da Reforma Agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organiza e realiza diversas iniciativas em todo território nacional, o que evidencia que a agricultura camponesa existe e resiste, possibilitando acesso a diversidade alimentar e cultural. Também se apresentam como espaços de sociabilidade, onde aspectos culturais, sociais e educacionais se articulam para a formação de territórios mais soberanos e de resistência. É um importante instrumento de luta, organização e ocupação de espaços nas cidades e nas Universidades.

1 “A UNIVERSIDADE SE PINTA DE POVO”: A FEIRA DA AGRICULTURA CAMPONESA A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

*“Se o campo não roça, a cidade não almoça.
Se o campo não planta, a cidade não janta”*

(MST)

Enquanto extensão universitária, as feiras também acontecem nas universidades públicas e fortalecem a necessidade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A função social da educação superior perpassa este tripé, a destacar o compromisso com a produção de conhecimento que dialogue com a comunidade e suas reais necessidades.

A partir da experiência do Programa de Extensão Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba (FACU)⁵, na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a realização da Feira da Agricultura Camponesa (FAC) tem possibilitado partilhas e construções profícuas acerca da importância da segurança/soberania alimentar, da geração de renda para as famílias que vivem nos assentamentos e acampamentos rurais, bem como a oferta de alimentos mais diversos e agroecológicos. Ela é realizada em uma realidade local com forte predominância e influência do agronegócio e possui na agroecologia um horizonte de realização e construção.

Assim como em outras Universidades, a FAC é uma estratégia de fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a realidade social daquelas(es) que lutam e resistem nos assentamentos e acampamentos rurais do Triângulo Mineiro. A construção deste canal curto de comercialização tem-se dado através da educação popular, de forma multidisciplinar e por meio de pesquisas sobre a realidade agrária do município e região.

Segundo Masson (2016), a produção de três *commodities*, cana de açúcar, soja e milho, englobou 94,24% da área plantada e colhida da lavoura temporária de Uberaba em 2014. A autora ainda afirma que a agricultura patronal/agronegócio domina a produção agrícola do município e cresceu progressivamente na apropriação do território entre os anos de 2012 e 2015. Em 2012 eram 196.600 hectares e em 2015, 221.640; havendo um crescimento de 12,73% da agricultura patronal/agronegócio, ao passo que outras culturas, que podem advir da agricultura camponesa/familiar, diminuíram 14,92%.

Assim, uma possível crise alimentar pode assolar a cidade de Uberaba, uma vez que não existem estudos que evidenciem a origem dos gêneros alimentícios consumidos pela população e a maioria dos mesmos é advindo de outros municípios da região e até mesmo de outras localidades de São Paulo. Em seu estudo pioneiro, Masson (2016) também apontou a histórica exclusão dos assentamentos rurais do município nos espaços de comercialização local de alimentos, a presença dominante de atravessadores (as) e a ausência de políticas públicas para o fomento à produção de alimentos nos assentamentos rurais, apesar da existência de políticas públicas de âmbito federal existirem na ocasião, elas tinham baixíssima capilaridade nos assentamentos rurais.

A partir dessa realidade, desde 2017 o programa FACU foi construído de maneira horizontal, com a participação massiva de estudantes de diversos cursos, a destacar a área das humanidades, assentados(as), militantes, professores(as), técnicos, movimentos sociais, associações, órgãos do estado e comunidade externa. A equipe do programa também soma na universidade com diversas parcerias, como Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NATERRA), Laboratório de Estudos de História Agrária e Movimentos Sociais, Centro Acadêmico de Serviço Social XV de Maio, Levante Popular da Juventude, Centro Acadêmico de Geografia, União da

⁵ O programa de extensão FACU tem como objetivo promover o fortalecimento da agricultura camponesa com práticas agroecológicas na comunidade universitária e externa à UFTM, junto aos assentamentos rurais de Uberaba e Triângulo Mineiro. É subsidiado por reflexões teórico-práticas viabilizadas por diversas pesquisas, extensões e atividades atreladas ao ensino realizadas pelas docentes dos departamentos de Serviço Social, Geografia, História e Licenciatura em Educação no Campo (LeCampo). Na atualidade conta com fomento de duas bolsas da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) e está registrado sob número 82/2020.

Juventude Comunista. Juntos, construímos ações que visam o fortalecimento e debate sobre a reforma agrária e questão agrária, como, por exemplo, as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária, que já estão em sua sexta edição na UFTM. A realização das Jornadas foi imprescindível para a construção da Feira.

O público alvo são sujeitos advindos da Reforma Agraria em distintas realidades, sendo que há participação de assentamentos rurais, cooperados(as) agroecológicos e feirantes sem terras advindos de uma reintegração de posse no município. É um espaço de exposição da realidade agrária da região e expressa a importância da Reforma Agraria, tão criminalizada no país, e para a produção de alimentos no Triângulo Mineiro.

O programa conta com redes sociais para sua divulgação, como *Facebook*, *Instagram* e canal no *YouTube*. Todo conteúdo para divulgação das ações e FAC é construído por estudantes extensionistas atentos à identidade camponesa. A seguir, algumas imagens que ilustram esse arsenal.

Figura 1 - Artes do Programa FACU



A

B

C

Fonte: Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba (2019)

Legenda:

A: Arte do Programa FACU, por Flávia Jacob;

B: Arte para divulgação da FAC 2018 e 2019, por Thaynara Oliveira;

C: Arte para divulgação da FAC 2019, montagem de Matheus Barcelos e ilustração de Lucas Alexander Gomes.

2 ASSENTAMENTOS RURAIS, SUJEITOS E ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS NA FEIRA DA AGRICULTURA CAMPONESA NA UFTM

Enquanto parte constitutiva de um circuito curto de comercialização, a FAC é realizada mediante estudo, pesquisa, organização, planejamento e levantamento da produção nos assentamentos rurais. Essa construção é mediada pela participação das famílias assentadas e ex-campadas, denominadas de Grupo da Resistência. Outros assentamentos rurais da região também participam contribuindo com a diversidade alimentar de base agroecológica.

A partir de aproximações que nos permitem apreender o perfil dos(as) feirantes na FAC, estes sujeitos são majoritariamente mulheres, que cuidam diretamente do plantio, colheita e beneficiamento, assim como participam na luta política para a construção de mecanismos para escoamento da produção e geração de renda. A grande maioria tem mais de 45 anos e possui pouca escolaridade formal. Os 5 núcleos abaixo expressam os sujeitos coletivos “que pintam a Universidade de povo” através da FAC:

1) Camponês(a)s oriundos dos Acampamentos Rurais 19 de Março e Rosa Luxemburgo, ambos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) de Uberaba, que se localizavam no latifúndio da antiga Fazenda Pão de Queijo. As ocupações sofreram reintegração de posse em fevereiro de 2018 e esse coletivo atualmente compõe massivamente a feira pelo entendimento que a luta pela Reforma Agrária ainda continua, seja assentada(o) ou não. São denominados como “Grupo da Resistência”.

2) Assentadas(os) do Assentamento Rural Dandara, em Uberaba, que historicamente tem vinculação com o MST. Segundo Masson (2016), na atualidade vivem 14 famílias neste assentamento rural, mas nem todas participam da feira. A terra foi desapropriada pela utilização inadequada dos recursos naturais disponíveis e degradação do meio ambiente. Encontra-se em cerca de 70% dos lotes do assentamento rural a pecuária leiteira bovina e/ou bubalina, retirados de forma artesanal. As famílias produzem para subsistência ou para venda direta e/ou fabricação de derivados. O queijo de búfala “Dandara” é comercializado na FAC, sendo um produto de muita procura.

3) Assentadas(os) do assentamento rural Tereza do Cedro, que possui vinculação organizativa com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). Segundo Masson (2016), a ocupação desta área foi em 1999, sendo permeada por diversos conflitos e três despejos truculentos, tal realidade impactou muito no processo de obtenção de terra e criação do projeto de assentamento rural, que ocorreu somente em 2005, sendo o primeiro assentamento de Uberaba. A conjuntura política de sua estruturação deixou o assentamento fragilizado, assim como a falta de políticas públicas e assistência técnica.

Atualmente nem todos participam da FAC e, em visitas técnicas realizadas, constata-se diversas dificuldades organizativas, assim como os desafios para avanços coletivos. Segundo Masson (2016), o assentamento rural Tereza do Cedro tem a pecuária leiteira de bovinos forte, que se encontra presente em 91,66% dos lotes, sendo que os(as) assentados(as) comercializam tanto o animal, quanto o leite e produtos processados, como queijo e requeijão. A produção de frutíferas está presente em 81,81% destes lotes.

4) Assentados(as) do assentamento rural Santo Inácio Nova Ranchinho de Campo Florido/MG, que foi o primeiro assentamento rural do Triângulo Mineiro e, historicamente, pauta a luta pela reforma agrária na região. Algumas famílias participam da FAC de forma coletiva. Está localizado a 90 km de Uberaba e o transporte é responsabilidade dos mesmos.

5) Assentadas(os) da Cooperativa Camponesa de Produção da Reforma Agrária (COPERCAMPRA) do município de Uberlândia, que, na atualidade, escoam a produção de nove assentamentos rurais de Uberlândia, sendo eles Florestan Fernandes; Rosely Nunes; Eldorado dos Carajás, Flávia Nunes; Rio das Pedras (MST); Walcir dos Santos (MST); Dom José Mauro (MST); Canudos e Emiliano Zapata. No total são 70 famílias, em média, que produzem e escoam para as cidades da região, bem como para escolas por meio da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), feiras livres e cestas. A COPERCAMPRA possui produção agroecológica certificada, que é comercializada na FAC. Esses são as(os) feirantes, sujeitos coletivos que fazem a FAC acontecer, todos(as) advindos de territórios da reforma agrária no Triângulo Mineiro.

3 A REALIZAÇÃO DA FAC E SUAS DIMENSÕES ECONÔMICA, CULTURAL E EDUCATIVA

*“A feira é um rito da agricultura,
Cantando na rua convidando para dançar,
Chamando para retornar ao contato com a terra.
Ou pelo menos, olhar nos olhos de quem vive nela,
Um circuito de troca, de quem oferece a energia que nos sustenta,
O que se pode aprender com quem planta o que te alimenta?”*

(Stéphanne Ribeiro, assistente social e extensionista no FACU)

Imagem 1 - A Feira da Agricultura Camponesa na UFTM



Fonte: Oliveira (2018)

A primeira experiência camponesa de comercialização de gêneros alimentícios e artesanatos na UFTM ocorreu em 2017, por meio da organização dos sujeitos do Grupo da Resistência, do MST, que na ocasião angariavam recursos financeiros para fortalecimento de famílias que haviam sofrido um truculento despejo, diante uma reintegração de posse. Ao término deste ano, em uma

das edições do “Café Agrário”⁶, construiu-se coletivamente a FAC e sua identidade estratégica. Nos anos seguintes, 2018 e 2019 foram realizadas diversas reuniões de planejamento, organização e visitas técnicas⁷ nos assentamentos rurais. Até o momento realizou-se cinco edições da FAC, foi criado o Grupo de Consumo Responsável (GCR) e uma experiência de cesta a partir dele. Essas ações ocorreram no espaço do Centro Educacional (CE) da UFTM.

A dinâmica de realização da FAC é muito intensa, envolve meses de planejamento com uma equipe que gira em média de 30 pessoas, a maioria estudantes que se organizam em três coletivos: 1) Coletivo de Educação/Cultura, responsável pela organização e planejamento dos espaços educativos que compõem a feira, que para além da comercialização também é um espaço educativo e cultural; 2) Coletivo de Produção, responsável pelas visitas aos assentamentos rurais e pelo estudo/levantamento da produção que será comercializada. Este coletivo constrói instrumentais técnicos que possibilitam o mapeamento da produção, bem como dos gêneros alimentícios a serem divulgados e comercializados; 3) Coletivo de Comunicação e Divulgação, responsável pela divulgação, articulação e comunicação das ações que são desenvolvidas no programa. Também produz diversos materiais, como, por exemplo, a identidade da feira, a divulgação dos gêneros alimentícios a serem comercializados na feira e o contato com a mídia local e regional para a divulgação da FAC.

Na sequência, a partir de pesquisas realizadas na FAC, como a de Batista e Vinha (2020) e dos instrumentais construídos pelo Coletivo de Produção, discute-se as dimensões econômica, cultural, educativa e social da FAC na UFTM.

A geração de renda, imprescindível para a produção e reprodução das famílias, é promovida pela FAC, que possui uma dimensão econômica. Segundo as(os) feirantes, quando indagadas(os) sobre a renda obtida através da comercialização dos alimentos e produtos, varia em média entre R\$ 300,00 a R\$ 700,00 livre, em um único dia de feira. Cabe destacar que na venda de gêneros alimentícios na FAC não há presença de intermediários, mais conhecidos como atravessadores, assim a margem de lucro sobre as vendas é integral.

O Coletivo de Produção estimou uma média de 4 toneladas de diversidade camponesa comercializadas na universidade em 2018 e 2019. Em uma das edições de 2018, a FAC teve uma variedade significativa de gêneros, sendo 12 de frutas, 17 de verduras e grãos, 10 de folhosas e 19 de quitandas do campo. E, conforme constatações da equipe em visitas técnicas, o manejo da produção possui baixo ou nenhum uso de agrotóxicos. Cerca de 21 gêneros, dentre eles frutas, verduras e folhosas, possuíam certificação agroecológica participativa da COPERCAMPRA. Esses produtos sempre acabam muito rápido.

⁶ “O Café Agrário” é uma das atividades do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrário (NATERRA), cuja líder é a vice coordenadora do FACU, a Profa. Dra. Janaína Francisca de Souza Campos Vinha. Sua realização, desde 2015, tem articulado saberes e pesquisas do Projeto de Extensão DATALUTA. Em uma das suas edições, assentadas(os), acampadas(os), estudantes e professoras discutiram a criação da FAC, bem como seu nome, deliberado coletivamente e estrategicamente.

⁷ Essas visitas foram realizadas com recursos próprios das professoras envolvidas no programa e também com o financiamento da Secretária Estadual de Desenvolvimento Social, uma das parceiras do Programa.

Segundo Batista e Vinha (2020), em pesquisa realizada em uma das feiras de 2019, constatou-se a centralidade do manejo ancorada em práticas que se inclinam à agroecologia. Dentre 13 famílias entrevistadas na feira, o uso de composteiras e adubos animais foi predominante em 11 famílias, além do reduzido uso de agrotóxicos. A maioria das famílias não faz uso de insumos químicos e agrotóxicos devido aos altos preços de mercado. A carência socioeconômica exige que sejam aplicadas outras técnicas e produtos - por eles chamados de 'naturais' -, como sabão, mamona, pimenta, óleo de neem, álcool e água sanitária.

A imagem abaixo ilustra a riqueza de diversidade da FAC, que não só gera renda às famílias, como também diversidade e alimentos saudáveis aos consumidores(as).

Imagem 2 - Alimentos comercializados na FAC na UFTM em 2018



Fonte: Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba (2018)

O coletivo do programa FACU avaliou que a experiência realizada por meio dos Grupos de Consumo Responsável (GCR)⁸, através da venda antecipada de Cestas Natalinas da Agricultura Camponesa, foi muito promissora. Nossa equipe, por meio da criação deste grupo na rede *Whatsapp*, mobilizou a comunidade interna e externa na compra das cestas. As cestas têm sido a tônica de comercialização de muitos movimentos sociais, a destacar MST e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Em apenas duas semanas foram vendidas 71 cestas na comunidade interna e externa à UFTM. A venda mobilizou R\$ 2.594,50 de lucro em uma única edição, sendo que apenas 7 famílias participaram, o valor foi repassado integralmente para as camponesas. As cestas ainda são uma possibilidade para ser construída com mais apoio institucional efetivo da UFTM, inclusive. Assim, os GCR são o horizonte do programa para dar continuidade ao escoamento da produção de forma mais contínua e efetiva.

Uma outra dimensão a se destacar é a cultural, que expressa, por meio da arte, o fortalecimento da identidade camponesa que a FAC promove. As culturais promovidas na FAC já

⁸ Os Grupos de Consumo Responsáveis são iniciativas sociais que visam a compra e venda direta entre produtores e consumidores, essa troca de forma contínua busca dar estabilidade para os camponeses ao investirem em seus cultivos, bem como, segurança aos consumidores na procedência de seus alimentos.

contaram com apresentações de diversos artistas e músicos independentes, de âmbito local e regional. Foram momentos da FAC em que todos(as) pararam para ouvir o Insurgência Sertaneja, coletivo de mulheres envolvendo discentes, docentes, servidoras e comunidade externa a UFTM, Banda Matéria Orgânica, de Franca/SP, e Pedro Calota. Diversas apresentações foram realizadas em um espaço de “palco livre”, onde os sujeitos puderam se expressar com músicas e poesias, fazendo referência à identidade camponesa.

O espaço da feira também é preparado com intervenções artísticas referenciando o campesinato e o campo. A coleção “Expressões Quilombolas”, da artista Daniella de Sousa S. Néspolli é uma delas, tal como diversas artes do programa foram feitas pelo ilustrador e historiador Lucas Alexander Gomes e uma delas por Stéphanne Ribeiro. As cirandas também marcam a realização da FAC, realizadas entre todas(os) que comercializam, transitam e compram.

Imagem 3 - Ciranda da terra realizada na FAC na UFTM em 2018



Fonte: Oliveira (2018)

As feiras sempre possuem, em suas programações, espaços educativos e formativos, organizados e planejados pelo Coletivo de Educação. As atividades são pensadas para fortalecer e pautar temáticas atinentes ao campo junto ao público da feira, assim como aos camponeses. Estes espaços, realizados concomitante à feira, são compostos por rodas de conversas, mostra de documentários, diálogos relatando as vivências em assentamentos e acampamentos rurais e oficinas. As temáticas foram diversas, a destacar “A saúde está na mesa, comer é um ato político”; “Socialização de dados da pesquisa DATALUTA, Banco de Dados de Luta pela Terra”; documentário “Seu Pedro Xapuri”, que inclusive participou da última feira em 2019, juntamente com o Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), da Unesp de Franca/SP e oficinas de manipulação e conservação de alimentos para as(os) feirantes.

Durante uma das edições da FAC foi gravado e produzido, de forma independente, o documentário “Da Terra para a Mesa: Documentando a resistência Camponesa na UFTM”⁹,

⁹ O documentário está disponível em nosso canal do *YouTube*. DA TERRA para a Mesa: Documentando a resistência Camponesa na UFTM. Uberaba, MG: UFTM, 2020. 1 vídeo (15min 19s), son., color. Publicado pelo canal projeto FACU. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AldsZAqb-58>. Acesso em: 3 dez. 2020.

em parceria com o Levante Popular da Juventude através do estudante de História Matheus Barcelos. Sua realização materializa a construção coletiva da FAC e sua importância no município e região, sendo divulgado em diversos espaços dentro e fora da Universidade, como também junto aos feirantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação dialética das dimensões econômica, cultural e educativa que a feira possui são imprescindíveis para sua compreensão e sua relevância social junto às camponesas feirantes, assim como para a comunidade. A FAC tem se consolidado como um importante instrumento para fortalecer a produção e reprodução nos assentamentos rurais de Uberaba e Triângulo Mineiro e também de fomento da reforma agrária para a produção de alimentos saudáveis.

A importância de criar canais curtos de comercialização, como uma alternativa de mercado, é imprescindível para fomentar o comércio local e a alimentação mais saudável, assim como incentivar a reprodução do campesinato. A FAC é contra-hegemônica à lógica de mercado, pois o(a) consumidor(a) tem a possibilidade de interação com as feirantes, possibilitando a criação de uma relação mais ética em relação ao produto e o alimento.

Neste espaço, se concretiza o objetivo de fortalecimento da agricultura camponesa, ainda que no plano micro, pois é de suma importância criar mercados alternativos para o enfrentamento das corporações alimentares que controlam esse ramo, assim como provocar hábitos alimentares mais saudáveis, através da aproximação com sujeitos que dedicam suas vidas ao cultivo de diversos alimentos que iremos consumir.

Realizada no interior de uma universidade pública, a FAC é composta por sujeitos que denunciam a questão agrária na região e são historicamente excluídos(as) do comércio local e regional de alimentos. Ela ocupa o “latifúndio do saber”. O papel social das Universidades e seu compromisso com a realidade local é reforçado a partir da criação de espaços que articulem saberes e promovam debates e ações na realidade social, desmistificando conhecimentos conservadores e criando oportunidades. A produção e reprodução do campesinato é um caminho a ser incentivado pela sociedade, a agroecologia é um processo a ser construído, assim como a luta pela reforma agrária e a defesa da soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista NERA*, Presidente Prudente, SP, , jan./jun. 2010, ano 13, n. 16, p. 22-32. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/16/7_altieri.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.

BATISTA, Alice Nunes; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha. Desafios para a construção da soberania alimentar em Uberaba (MG). *Geografia em questão*, [Marechal Cândido Rondon, PR], 2020. v. 13, n. 3, p. 115-29.. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/2381>. Acesso em: 29 nov. 2020.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. *Revista NERA*, Presidente Prudente, SP, 2016 ano 19, n. 32, dossiê, p; 14-33. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4789/4109>. Acesso em: 19 nov. 2020.

DA TERRA para a Mesa: Documentando a resistência Camponesa na UFTM. Uberaba, MG: UFTM, 2020. 1 vídeo (15min 19s), son., color. Publicado pelo canal projeto FACU. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AldsZAqb-58>. Acesso em: 3 dez. 2020.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Revista Agriculturas*, [Rio de Janeiro], 2013. v. 10, n. 2, p. 8-13. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v10-n2-construcao-social-dos-mercados/a-diversidade-dos-circuitos-curtos-de-alimentos-ecologicos-ensinamentos-do-caso-brasileiro-e-frances/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

FORTALECENDO A AGRICULTURA CAMPONESA EM UBERABA. *Alimentos comercializados na FAC na UFTM em 2018*. 2018. 1 Imagem.

FORTALECENDO A AGRICULTURA CAMPONESA EM UBERABA. *Artes do Programa FACU*. 2019. 1 figura.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2006*: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 3 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2017*: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 3 dez. 2020.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *Dialética da agroecologia*: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MASSON, Gabriela Abrahao. *A Reforma Agrária como política pública de desenvolvimento*: análise a partir dos Assentamentos Rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG. Orientadora: Eliana Bolorino Canteiro Martins. 2016. 407 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) -- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, SP, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/149813>. Acesso em: 24 set. 2020.

OLIVEIRA, Otávio A. *A Feira da Agricultura Camponesa na UFTM*. 2018.1 Fotografia.

OLIVEIRA, Otávio A. *Ciranda da Terra realizada na FAC na UFTM em 2018*. 2018. 1 Fotografia.

PERES, João; MATIOLI, Victor. *Donos do mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade*. São Paulo: Elefante, 2020.

SILVA, Bruno Jacobson da. *Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: emancipação socioeconômica na agricultura familiar?* 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) -- Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158869>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SILVA, Maura. *Feiras da Reforma Agrária: alimentação saudável com o selo do MST*. 18 dez. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/12/18/feiras-da-reforma-agraria-alimentacao-saudavel-com-o-selo-do-mst/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; MASSON, Gabriela Abrahão. Questão agrária em Uberaba (MG): estrutura fundiária, latifúndio e agronegócio. In: GOMES, M. A. S.; DANTAS, S. M. (org.), *Olhares e dinâmicas sociais no Triângulo Mineiro*. Jundiaí, SP: 2018. p. 275-298.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, 2014. v. 52, p. 25-44.

SOBRE O(A)S AUTORE(A)S

AGATHA DE SOUZA AZEVEDO

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestranda em Comunicação Social pela mesma instituição, na linha de Processos Comunicativos e Práticas Sociais, militante do MST e compõe o Setor de Comunicação do MST. E-mail: agathasouza@ufmg.br

ANA IRIS NOGUEIRA PACHECO

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em estudos latino-americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), especialista em Teologia das Religiões Afro-brasileiras pela Faculdade de Teologia Umbandista (UFT), militante do MST e compõe o Setor de Comunicação do MST. E-mail: irisnpacheco@gmail.com

BRUNO BRUZIGUSSI

Graduado em Serviço Social; mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: brunobruziguessi@yahoo.com.br

CAROLINA DA SILVA BASILIO

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: carolina.basilio@arquitetura.ufjf.br

CLARA LEITE SEFAIR DE BARROS

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: clarasefair@gmail.com

CRISTINA SIMÕES BEZERRA

Doutora em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação da mesma unidade de ensino. Coordenadora do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos, desenvolvido pela parceria entre a UFJF e a Escola Nacional Florestan Fernandes. E-mail: cristina.bezerra31@gmail.com

DÉBORA LOPES SANTOS

Graduada em Serviço Social e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: deboracristinalopessantos@gmail.com

ELISANGELA DAS DORES CARVALHO

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Licenciada em Educação do Campo pela UFMG. Especialista em Educação e Marxismo pela Fiocruz. Educadora Popular da Escola do Campo, Escola Estadual Carlos Henrique Ribeiro dos Santos, Integrante do Setor de Educação do MST de Minas Gerais. E-mail: lisamstrj@yahoo.com.br

ENIO BOHNENBERGER

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra do Brasil

FREDERICO DAIA FIRMIANO

Doutor em Ciências Sociais pela FCLar/UNESP. Professor designado da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Acadêmica de Passos, onde coordena o Grupo de Estudos sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais (GEIND), UEMG/CNPq. E-mail: frederico.firmiano@uemg.br

GABRIELA ABRAHÃO MASSON

Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social pela UNESP/ Franca/SP. Especialista pela UNICAMP. Prof^a. Dr^a no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), vice-líder do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NATERRA); membro do grupo de Estudos Teoria Social de Marx e Serviço Social e Coordenadora do Programa de Extensão universitária Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba (FACU) na UFTM. E-mail: gabriela.masson@uftm.edu.br

GEANE LUIZA VIANA DE MELO

Pós-graduanda em Agroecossistemas pela UFSC, graduada em Engenharia Florestal pela UFMG. Militante do MST e atua no projeto de “Restauração florestal e desenvolvimento rural sustentável na bacia do Rio Doce”. E-mail: geaneluizaviana@gmail.com

GEANINI HACKBARDT

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), especialista em estudos latino-americanos pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, formada em comunicação social com habilitação em jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), militante do MST. E-mail: geanini.hackbardt@gmail.com

GLADYS CRISTINA DE OLIVEIRA

Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e com Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), militante do MST e compõe o Setor de Cultura do MST. E-mail: oliveirague@gmail.com

JOÃO VÍTOR DE OLIVEIRA

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduando de bacharelado em Geografia pela mesma instituição. E-mail: joaov.oliveirab@gmail.com

JOSÉ AMILTON DE ALMEIDA

Graduado em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutorando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Substituto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Contato: j.amilton.servsocial@gmail.com

JULIANA APARECIDA COBUCI PEREIRA

Assistente social e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF. Possui experiência docente como professora substituta na Faculdade de Serviço Social da UFOP e atualmente atua como consultora na Assessoria Técnica dos Atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão de Barra Longa/MG. E-mail: julianacobucci@hotmail.com

JULIANA BOECHAT DE SOUZA PAULA

Bióloga e mestra em Solos e Nutrição de Plantas pela UFV. Militante do SPCMA do MST, CFFV. E-mail: juboechatbio@yahoo.com.br

KALLEN KATIA DA CRUZ OLIVEIRA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), engenheira agrônoma pela UFMG. Militante do setor de produção do MST no Leste de Minas. E-mail: kallenkatia@hotmail.com

KELLI CRISTINE DE OLIVEIRA MAFORT

Graduada em Pedagogia, mestre e doutora pelo Programa de Ciências Sociais da FCLAR – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara. Membro da Coordenação Nacional do MST. E-mail: kmafort@yahoo.com.br

LARA RODRIGUES CAPUTO

Graduada em Serviço Social e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: lararrcaputo@gmail.com

LUDMILA BANDEIRA PEDRO DE FARIAS

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Território e Ambiente da UFMG/Unimontes, Especialista em Estudos latino-americanos pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E-mail: ludmila.bandeira@gmail.com

MAHARA JNEESH MENEZES SILVA

Economista pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Especialista em Estudos Latino-americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes (UFJF/ENFF). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del Rei (PPGHIS/UFSJ). Compõe o setor de produção do MST. E-mail: mjneesh@gmail.com

MARCELA FRITZ DE OLIVEIRA

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: marcelafritz.arqurb@gmail.com

MATILDE OLIVEIRA DE ARAÚJO LIMA

Camponesa; pedagoga pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); mestra pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). E-mail: matildeiejc@yahoo.com.br

MAYSA MATHIAS ALVES PEREIRA

Engenheira agrônoma, mestre em Produção Vegetal, doutoranda em Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares pela Universidade Federal de Lavras. E-mail: agro.maysa@gmail.com

MICHELLE NEVES CAPUCHINHO

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, Mestre em Serviço Social pela UFJF. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Sul de Minas. E-mail: michelle5neves@yahoo.com.br.

NATHÁLIA LOPES CALDEIRA BRANT

Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Assistente Social no IF SUL DE MINAS-Campus Machado. Membro do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO) do IF SUL DE MINAS-Campus Machado. E-mail: nathalia.brant@ifsuldeminas.edu.br.

NICOLE ALVES ESPADA PONTES

Jornalista e assistente social, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Formada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em Jornalismo pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, é mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Possui experiência docente como professora substituta na Faculdade de Serviço Social da UFJF e vem realizando estudos sobre questão ambiental, com ênfase na temática da mineração. E-mail: nicole.alves@gmail.com.

NILO MARQUES DE JESUS

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduando de bacharelado em Geografia pela mesma instituição, bolsista do projeto de extensão: “Capacitação para assentados da Reforma Agrária e assessores no Estado de Minas Gerais”. E-mail: nilo_marques@hotmail.com.

RAFAEL LITVIN VILLAS BÔAS

Professor da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília, do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas e Mestrado Profissional em Artes do Instituto de Artes da UnB e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da América Latina e Caribe (Unesp/ENFF). E-mail: rafaellvboas@gmail.com.

SÔNIA MARIA ROSENO

Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Educadora Popular e militante do Setor de Educação do MST. E-mail: roseno.sonia2@gmail.com.

STÉPHANNE RIBEIRO PINHEIRO

Assistente social pela UFTM, extensionista no programa FACU desde sua vigência, em 2017, e integrante do NATERRA. Guardiã de sementes crioulas e artista. E-mail: stephanneribeiro13@gmail.com.

TATIANE SOUZA VALADÃO

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: tatisvaladao@gmail.com.

THAYNARA MORAIS DE OLIVEIRA

Estudante de Serviço Social na UFTM, extensionista no programa FACU desde sua vigência, em 2017. E-mail: tha-morais@hotmail.com.

VERÔNICA MEDEIROS ALAGOANO

Graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenadora de assessoria técnica aos atingidos pela barragem de Fundão em Barra Longa (MG). E-mail: veronica.ufrj19@gmail.com.